

Espaço Plural

Ano XVII – Nº 35 – 2º Semestre 2016 – ISSN 1981-478X



HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO



CEPEDAL
NÚCLEO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
SOBRE O OESTE DO PARANÁ

UNIOESTE

Espaço Plural



Reitor

Paulo Sergio Wolff

Vice- Reitor

Moacir Piffer

**Diretor Geral do Campus de
Marechal Cândido Rondon**

Davi Félix Schreiner

Diretor do CEPEDAL

Marcio Antônio Both da Silva

**Sub-coordenador de
Publicações do CEPEDAL**

Rodrigo Ribeiro Paziani

Sub-coordenador de

Gestão Documental do CEPEDAL

Danilo Ferreira Fonseca

Sub-coordenador de Pesquisa

Alexandre Blankl Batista

Comissão Editorial Executiva:

Prof. Dr. Fabio de Oliveira Neves

Prof. Dr. Edson dos Santos Dias

Prof. Dr. Robson Ruiz Olivotto

Profa. Dra. Mirian Schröder

Prof. Dr. Moisés Antigueira

Prof. Dr. Davi Félix Schreiner

Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva

Tecn. Adm. Jussara Dornelles de Souza

Secretária Executiva

Jussara Dornelles de Souza

Conselho Consultivo:

Ana Maria Lisboa de Mello – Pontifícia Universidade Católica; Ângela Massumi Katuta – Universidade Estadual de Londrina; Antonio Donizeti Pires – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Bethania Sampaio Corrêa Mariani – Universidade Federal Fluminense; Cláudio Benito Oliveira Ferraz – Universidade Estadual Paulista; Dermeval da Hora Oliveira – Universidade Federal da Paraíba; Dilma de Andrade de Paula – Universidade Federal de Uberlândia; Joana Maria Pedro – Universidade Federal de Santa Catarina; Mara Lúcia Falconi da Hora Bernardelli – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; Márcia Yuari Mizusaki – Universidade Federal de Santa Catarina; Maria Ceres Pereira – Universidade Federal da Grande Dourados; Maria Clara Tomaz Machado – Universidade Federal de Uberlândia; Maria Clementina Pereira Cunha – Universidade Estadual de Campinas; Maria José Martinelli Calixto – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; Maria do Rosário de Fátima Valencise Grogolin – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; Nancy Alessio Magalhães – Universidade de Brasília; Pablo Alejandro Pozzi – Universidad de Buenos Aires; Piular Dominguez Prats – Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Sara Makowski – Universidade Autônoma Metropolitana, México; Solange Fiúza Cardozo Yokozawa – Universidade Federal de Goiás, Stefan Rinke – Universidade Livre de Berlim; Valéria Marcos – Universidade de São Paulo; Vilma Leni Nista – Piccolo – Universidade São Judas Tadeu; Zeina Rebouças Corrêa Thomé – Universidade Federal da Amazônia.

Pareceristas deste número: Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE); Carlos de Almeida Prado Bacellar (USP); Danilo Ferreira da Fonseca (UNICENTRO); Rafael Cardoso de Mello (CBM); Carla Cristina Nacke Conradi (UNIOESTE); Clarice Braatz Neukirchen (UNIOESTE); Diogo da Silva Roiz (UEMS); Josué Barreto da S. Junior (UFCG); Jainara Oliveira (UFSC); Lelio Luiz de Oliveira (FEA-USP); Rosane Garcia (UFAC); Tarcísio Botelho (UFMG); Celso Leopoldo Pagnan (UNOPAR) Sérgio Nunes de Jesus (IFRO); Carlos Alexandre Barros Trubiliano (UNIR); Antônio Marcos Myskiw (UFFS); Francisco Ferreira Junior (UNIOESTE); Jonas Wilson Pegoraro (UEPG); Paula Roberta Chagas (UEG).

Espaço Plural

Publicação do CEPEDAL

Ano XVII, n. 35, 2º Semestre 2016, ISSN 1981-478X

**A revista Espaço Plural integra o Projeto Saber; podendo
ser acessada pela URL: www.unioeste.br/saber**

Imagem da Capa: Jan Matejko - Portret czworga dzieci artysty, 1879, óleo sobre tela.

Ficha catalográfica: Márcia Elisa Sbaraine Leitzke CRB-9ª/539

Diagramação: Luis Henrique Carminati

Revista indexada em: Latindex – GeoDados – Doaj – Hapi – Clase – Ebsco

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação –na-Publicação

(Biblioteca da UNIOESTE – Campus Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Espaço Plural/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná / Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná. – ano 1. n.1. (1999).

Marechal Cândido Rondon: Edunioeste, 1999-
Semestral

ISSN 1518-4196

ISSN eletrônico 1981-478 X

A partir do v.5, 10, 2003 disponível no Portal da Informação da Unioeste

em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural>

Periódico indexado no Qualis

1. Ciências humanas – Periódicos. 2. Linguística – Periódicos. 3. Letras –
Periódicos. 4. Artes – Periódicos. I Universidade Estadual do Oeste do
Paraná. II Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação da América
Latina. III Título

CDD- 20.ed. 001.05

81-116-7

CIP-NBR12899

A revista Espaço Plural é um periódico científico-cultural publicado pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná - CEPEDAL, órgão de apoio do Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, *Campus* de Marechal Cândido Rondon e publica materiais inéditos nas Áreas de Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes.

Todos os textos são de inteira responsabilidade de seus autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre seu conteúdo à revista.

Endereço para correspondência/permuta:
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE
Campus de Marechal Cândido Rondon
Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná - CEPEDAL
Rua Pernambuco, 1777 - Caixa Postal 91
CEP 85960-000 - Marechal Cândido Rondon - PR
Fone (45) 3284-7869 - E-mail: espacoplural@yahoo.com.br

Sumário

Editorial	07
-----------------	----

Apresentação.....	08
-------------------	----

Carlos de Almeida Prado Bacellar, Milton Stanczyk Filho

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Os aldeamentos indígenas em São Paulo e o casamento: análise de dados reprodutivos (1732-1830)	10
--	----

Márcio Marchioro

A Coroa, as senhoras e os irmãos: a viuvez feminina na colônia (Rio Janeiro, c. 1763- c. 1808)	35
--	----

Cristiane Fernandes Lopes Veiga

De marchante a capitão-mor: Antônio Gomes de Oliveira e seus familiares no Palácio dos Governadores (Goiás, 1740-1800)	63
--	----

Maria Lemke

Entre pai e filho: análise das riquezas em duas gerações de uma família da elite agrária do município de Varginha (MG) no início do século XX	82
---	----

Natânia Silva Ferreira

Um passaporte para a vida celestial e terrena: nascimentos, batismos e relações sociais entre os luteranos de Imbituva-PR (1943-1959)	114
---	-----

Janaina Cristiane da Silva Helfenstein

ARTIGOS:

Conflitos, ilicitudes e disputas de poder na alfândega do rio de janeiro no período filipino (1580-1640)	148
--	-----

Helena Trindade de Sá, Maria Isabel de Siqueira

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil	167
--	-----

Arestides Pereira da Silva Júnior, Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira, Dayane Cristina de Souza, Fábila Freire da Silva, Francisco de Assis Manoel, Bruna Solera, Douglas Yuji Takeda Violin

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006	187
---	-----

Jessica Odila Lourenço de Souza, Paulo Henrique de Oliveira

Relações entre teoria linguística e ensino de línguas	212
---	-----

Gilberto Alves Araujo

Editorial

Nesta edição da Revista Espaço Plural, apresentamos a publicação do número 34, referente ao segundo semestre do ano de 2016.

Neste número contamos com o Dossiê “História da Família: o estado da questão”, composto por cinco artigos que, a partir de diferentes temas e abordagens, analisam a família como objeto de estudo histórico e historiográfico. A organização ficou a cargo do Prof. D/o. Milton Stanczyk Filho (História/UNIOESTE) e do Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar (História/USP).

Além dos textos que compõem o Dossiê, esta edição conta com a publicação de quatro artigos recebidos via demanda contínua. Agradecemos a colaboração dos autores e autoras que contribuíram com seus artigos, aos membros do Conselho Editorial da Revista, aos estagiários, professores, servidores técnico-administrativos e bolsistas que compõe a equipe de trabalhadores do CEPEDAL, aos pareceristas ad hoc e ao Campus da UNIOESTE Marechal Cândido Rondon.

Excelente leitura!

Comissão Editorial

DOSSIÊ – HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Carlos de Almeida Prado Bacellar¹

Milton Stanczyk Filho²

As pesquisas que tomam a família como objeto de estudo têm se multiplicado nas últimas décadas entre especialistas de diferentes áreas, tanto no Brasil como no exterior. Segundo Ricardo Cicerchia e Francisco Chacón Jiménez, é um dos campos mais audazes da história social. Frisam seu caráter desafiador ao tratar de "un conocimiento construido en base a polémicas, desacuerdos y desmitificaciones"³, uma vez que a família (enquanto sujeito histórico), é uma das organizações fundamentais na concepção, montagem e interpretação de relações sociais. Suas múltiplas e provocadoras abordagens revelam, de um lado, a diversidade de formas familiares e, de outro, suas inter-relações junto às dinâmicas sociais, econômicas, jurídicas, políticas, populacionais. Por este prisma, torna-se evidente que "la familia es una organización social que contiene intrínsecamente cambio y tradición, novedad y hábito, estrategia y norma"⁴, o que, para fins investigativos, lhe confere um caráter interdisciplinar.

No Brasil, entre os historiadores, os trabalhos produzidos nas décadas de 1980 e 1990, principalmente a partir dos diálogos com a demografia histórica, ensejaram um novo olhar e serviram de impulso inicial à questão da família. Ao se somar aos aspectos demográficos aos diálogos com as ciências sociais, novas demandas foram acrescidas tendo em vista a multiplicidade de situações que envolviam o ambiente familiar, fosse ele de âmbito público ou privado. Neste ínterim, a contribuição teórica metodológica da micro-história e a redução da

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

² Professor Assistente do curso de licenciatura em História da Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus Marechal Cândido Rondon. Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

³ CICERCHIA, Ricardo; JIMÉNEZ, Francisco Chacón. Estudio introductorio. Fundamentos, dinámicas y performance. Pasado, presente y destinos del campo de los estudios de las formas familiares. In: CICERCHIA, Ricardo; JIMÉNEZ, Francisco Chacón. (Coord.). *Pensando la Sociedad, Conociendo las Familias: Estudios de Familia en Pasado y el Presente* (REFMUR). Universidad de Murcia : Servicio de Publicaciones , 2012. Pg. 11

⁴ *Id.* Pg.13

escala de observação foi fundamental para fazer sobressair o comportamento social dos atores históricos. Em tais condutas, observadas sobretudo a partir das chamadas sociedades de antigo regime, foi possível verificar que as discussões das estratégias familiares e suas redes (sociais, econômicas, políticas e de parentesco) apontavam para práticas individuais e familiares em que suas ações, manipulações e escolhas divergiam num universo, em tese, normativo e ordenado, apresentando as brechas e contradições daquele mesmo espaço. Deste modo permitiu-se revelar organizações que extrapolavam os modelos impostos (jurídicos, eclesiásticos), revelando formas e composições alternativas de famílias, de distintas famílias. No caso do espaço ibero-americano, coadunado às multiplicidades étnicas, à escravidão, aos fluxos migratórios, à mobilidade interna, reforçam a complexidade daquela sociedade.

Este dossiê, em sua chave de leitura, agrega diferentes perspectivas familiares, seja do passado ou presente, contribuindo para um possível itinerário científico de seus estudos. Cada qual com suas problemáticas, objetivos e métodos analíticos próprios, permitem que tal arcabouço acabe por manter um constante debate acerca da família, evidenciando uma miríade de novas concepções das próprias formas familiares e suas práticas na construção de dinâmicas sociais.

Boa leitura!

OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS EM SÃO PAULO E O CASAMENTO: ANÁLISE DE DADOS REPRODUTIVOS (1732-1830)

Márcio Marchioro¹

Resumo: O presente artigo procura analisar os dados referentes às aldeias missionárias paulistas no século XVIII e início do XIX a respeito do casamento. O objetivo principal é tecer algumas hipóteses por meio dos dados referentes à: a) diferença entre a idade do marido e da mulher; b) da idade ao casar; c) idade em que a mulher tem o primeiro filhos. Para isso, confrontamos listas nominativas e registro de casamentos.

Palavras-chave: indígenas, São Paulo, casamento

INDIAN VILLAGES IN SÃO PAULO AND MARRIAGE: ANALYSIS OF REPRODUCTIVE INDICES (1732-1830)

Abstract: The article analyzes the data referring to the missionary villages of São Paulo in the eighteenth and early nineteenth centuries regarding marriage. The main objective is to weave some hypotheses through the data referring to: a) difference between the age of the husband and the woman; b) age at marriage; c) the age at which the woman has the first child. For this, we confront nominative lists and registration of marriages.

Keywords: indians; São Paulo; marriage

Introdução

Neste artigo, que faz parte do desenvolvimento inicial de uma pesquisa de mestrado, procuraremos analisar dados referentes aos casamentos dos índios nas aldeias missionárias paulistas durante os anos de 1732 até 1830. As aldeias a serem analisadas são aquelas para as quais há documentação disponível publicadas em uma série de listas nominativas. São elas: Itaquaquecetuba, Embu, Itapequerica, Barueri, Peruíbe, Escada e Pinheiros. Procuramos dividir nosso trabalho em três seções, conforme a problemática

¹ Graduado e Mestrando em História pela Universidade Federal do Paraná.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

estabelecida nas fontes que aqui utilizamos: listas nominativas e registros de casamentos.²

A primeira problemática a ser destrinchada se refere à questão da diferença de idade entre o marido e a mulher que será analisada na primeira seção deste artigo. Nossos objetivos são buscar na análise das fontes algumas similaridades entre as aldeias e também distinções. Observaremos que há uma tendência de os casamentos entre mulheres e homens alarguem a diferença de idade conforme o avanço da idade do homem, sobretudo, homens acima de 60 anos estão casados com mulheres de cerca de 20 anos mais jovem que eles em várias aldeias. Isso nos mostra possibilidade de recasamentos, tendo em vista uma reabertura do “mercado matrimonial”, ocasionada, provavelmente, pela maior mortandade de homens.

No segundo subitem deste trabalho, versaremos sobre a idade ao casar na aldeia de Itapecerica. Por meio do confronto das listas nominativas e dos registros de casamentos, conseguimos localizar 23 casos. Nestes casos, conseguimos traçar a trajetória do casal e, com isso, nos possibilitou calcular a idade tanto em que o homem e a mulher casavam e fazer as devidas ponderações médias. A partir disso, conseguimos identificar tendências que homens casavam geralmente entre os 18 e os 25 anos enquanto as mulheres até os 21 anos de idade. Dado que reafirmará hipóteses relacionadas à manutenção de uma diferença significativa entre a idade do homem da mulher ao longo da vida preservada em casamentos de homens com mais de 60 anos de idade, por exemplo, em que esta diferença aumenta. Outro dado importante que esta seção nos mostrará é que o casamento vinha normalmente seguido de filhos quase que imediatamente.

² Fontes utilizadas: ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 5, 1945. _____. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 7, 1947. _____. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP). São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 8, 1948. LIVRO DE CASAMENTOS DA PARÓQUIA DE ITAPECERICA (1732-1830). São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de nº 49.

Por fim, na última seção analisaremos a idade em que a mulher tem seu primeiro filho para tentar dar conta da hipótese de que o casamento vinha seguido de filhos. Mesmo tendo em vista que muitas mulheres perdiam seus primeiros filhos e não havia o registro, nesta seção, procuraremos por meio das listas nominativas localizar as mães com menos de 30 anos de idade e calcular a idade em que tinha o primeiro filho. Os dados são importantes para analisar taxas de fertilidade quem podem ser discutidas na comparação entre as aldeias paulistas.

1. As aldeias paulistas: um breve panorama histórico

Como podemos identificar na tabela abaixo uma predominância na administração religiosa das aldeias dos padres jesuítas até a extensão do Diretório para todo território luso na América. Além disso, os capuchinhos também aparecem como uma ordem bastante significativa no que diz respeito ao comando espiritual das aldeias. Passamos agora a fazer um panorama mais específico das principais das aldeias paulistas aqui tratadas.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Tabela com dados referentes à fundação e a administração religiosa das aldeias paulistas				
Aldeia	Fundação	Ordem inicial	Ordem posterior	Ano da mudança
Barueri	princípios do XVII	variado - Padroado Real	Carmelitas	1698
Carapicuíba	quinhentista	Jesuíta	Jesuíta	
Embu	princípios do XVII	Jesuíta	Jesuíta	
Escada	princípios do XVII	variado - Padroado Real	Capuchos	1735
Guarulhos	década 1590	variado - Padroado Real		
Itapecerica	1700	Jesuíta	Jesuíta	
Itaquaquecetuba	1624	Jesuíta	Jesuíta	
Peruíbe	quinhentista	variado - Padroado Real	Capuchos	1692
Pinheiros	quinhentista	variado - Padroado Real	Benedictinos	1698
Queluz	1790			
São José	s/informação	Jesuíta	Jesuíta	
São Miguel	quinhentista	variado - Padroado Real	Capuchos	1698

Fontes: MONTEIRO, John Manuel. 1995. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras. PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995. Obs.: Após o Diretório da década de 1750, as aldeias ficaram a cargo, em sua maioria, de padres regulares não vinculados a nenhuma ordem religiosa.

A aldeia quinhentista denominada Uraraí comandada pelo índio Piquerobi que seria irmão do lendário Tibiriça deu origem a São Miguel.³ A aldeia de São Miguel foi fundada por volta de 1580 graças a uma doação de terras – em torno de 1100 km² – as quais não correspondiam em valores aproximados o que se tinha para ocupações pré-colombianas, ou seja, os aldeamentos reduziam bastante os espaços de convivência indígena, alterando padrões culturais.⁴ Na aldeia de São Miguel, ainda no século XVII, os colonos tentavam impedir os índios de utilizar as terras. Além de enviarem animais para comer as sementes e as plantações dos índios, alguns colonos avançavam nas terras indígenas para fazerem suas roças.⁵ O aldeamento de Pinheiros, atualmente um bairro importante da capital paulista, assim como o aldeamento de São Miguel, também foi fundado na década de 1580 por meio da doação de terras feita pelo capitão-mor de São Vicente. A extensão territorial doada

³ MONTEIRO, John. *Negros da Terra*. São Paulo: Cia das Letras, 1994, p. 22.

⁴ Ibid., p. 44-5.

⁵ Ibid., p. 203.

alterava sobremaneira os regimes culturais indígenas, pois demonstrava-se um espaço bem mais reduzido dos que eram ocupados no sertão.⁶

A aldeia de Carapicuíba, por sua vez, foi fundada por meio de um desmembramento da aldeia de Barueri. O Colégio jesuíta de São Paulo recebeu terras na região de doação de Fernão Dias e Catarina Camargo onde existiam seiscentos escravos Guarani trazidos do Brasil meridional.⁷ Barueri teria sido fundada em 1609 para dar abrigo aos índios vindos de uma expedição comandada por Afonso Gago em direção ao Sertão dos Patos. Trouxeram cerca de 1.500 índios de origem Guarani que, além de iniciarem a aldeia de Barueri, os demais foram repartidos para outras aldeias da região.⁸

Barueri foi alvo de vários conflitos ao longo do século XVII. Em 1612, os colonos queriam expulsar os jesuítas da localidade, pois reclamavam muito que os padres não forneciam os índios que os colonos demandavam para trabalho livre. Por volta de 1632 a revolta dos colonos tomou grandes proporções e liderados pelo sertanista Antônio Raposo Tavares houve realmente a retirada a força dos jesuítas da aldeia. Muitos atribuem esse conflito inicial com os jesuítas que se estabeleciam na capitania com a posterior invasão das missões no Guairá.⁹

O conflito em Barueri tinha muito a ver com a questão do monopólio das terras da região que os jesuítas controlavam. Barueri ficava perto de bairros paulistanos de Cotia, Quitaúna e Carapicuíba, numa zona onde se predominavam o plantio do trigo. Além disso, Barueri também fica próximo a vila de Santana de Parnaíba. Ao controlarem boa parte da mão de obra disponível na região, cerca de mil e quinhentos índios, os padres arranjaram muitos conflitos. Para pior a situação o Colégio dos jesuítas recebe na região duas doações de terras importantes de família paulistanas, ambas como muitos

⁶ Ibid., p. 44-5.

⁷ Ibid., p. 143.

⁸ Ibid., p. 117.

⁹ Ibid., p. 142.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

escravos da etnia Guarulho e Guarani. Essas terras vão se tornar posteriormente os aldeamentos de Embu e Carapicuíba.¹⁰

O conflito judicial em Barueri ocorreu principalmente por a aldeia ter se originado na década de 1600 de uma doação feita por Francisco de Souza. Quanto este morreu, seus herdeiros quiseram questionar a posse dos jesuítas da localidade em ações que correram na justiça da Câmara de São Paulo. Todos queriam as terras da região: a Câmara, os jesuítas e os herdeiros. Os moradores questionavam a presença dos padres na localidade, pois segundo constava Francisco de Souza havia deixado explicitamente que quem detinha a jurisdição da localidade seria a Câmara. Após a expulsão dos jesuítas a força pela população, a Câmara tomou para si o controle do aldeamento e forma criados as chamadas “aldeias reais” que fazia com que variados padres de diversas origens – alguns de ordens outros regulares – tomassem conta da aldeia.¹¹

Com a fundação das vilas de Mogi das Cruzes e Santana do Parnaíba, no início do século XVII, deu-se também a fundação da aldeia Nossa Senhora de Escada. Sua fundação é objeto de discussão e existem duas versões. A primeira conta que o próprio capitão-mor da vila de Mogi teria instituído a aldeia. A segunda versão conta que os próprios índios da circunvizinhança fundaram a aldeia.

A aldeia de Embu também surgiu de um de um desmembramento da aldeia de Barueri em terras doadas anteriormente pela família paulistana de Afonso Sardinha que faziam parte da fazenda Nossa Senhora da Graça e era composta por vários escravos sobretudo da etnia Guarulho, mas também de outros povos indígenas.

A fundação do aldeamento de Itapecerica no entorno da cidade de São Paulo gera uma série de discordâncias. Durante os 70 anos iniciais de administração dos jesuítas foram produzidos poucos documentos sobre a

¹⁰ Ibid., p. 143.

¹¹ Ibid., p. 144.

aldeia missionária. Sua data de fundação mais provável é 1689.¹² O aldeamento sempre manteve um vínculo forte com a aldeia de Carapicuíba e a de Embu.¹³ Não só Itapecerica, mas também a aldeia missionária de São José teriam sido formadas com índios de Carapicuíba. O aldeamento de Carapicuíba tinha atingido seu limite máximo de expansão e já não havia mais lugar para todas as famílias que ali residiam. Assim alguns índios foram transmigrados para novo terreno e, por isso, há uma manutenção de um vínculo histórico e de aliança com a aldeia de Carapicuíba.¹⁴

Nos primeiros 50 anos do século XVIII a aldeia tinha uma administração jesuítica que era muitas vezes compartilhada com a aldeia de Embu. O padre Belchior Pontes – talvez o mais conhecido dos jesuítas que administraram Itapecerica –, teria relatado que uma semana ele passava na aldeia de Embu e na outra em Itapecerica, além de atender também os colonos localizados no entorno dos aldeamentos.¹⁵ Em alguns momentos específicos, no entanto, Itapecerica esteve sobre administração jesuítica autônoma.

Como Itapecerica era um desmembramento da aldeia de Carapicuíba é muito provável que a formação étnica do aldeamento seja a mesma. No princípio as etnias fundadoras de Carapicuíba seriam os Guaianá (Kaingang) e os Goaramim.¹⁶ Uma das principais funções de Itapecerica seria de abastecimento do Colégio Jesuítico de São Paulo e de realizar expedições sertão adentro em busca de novos índios. Foi assim que além dos Guaianá muitos índios Guarani foram incorporados ao aldeamento em princípios do século XVIII.¹⁷

Durante a administração dos jesuítas que durou até fins da década de 1750, os índios eram considerados quase escravos, pois eram açoitados quando desobedeciam aos padres e só podiam sair do aldeamento com

¹²CORRÊA, Dora Shellard. *O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999, p. 38.

¹³Ibid., p. 39.

¹⁴Ibid., p. 42.

¹⁵Ibid., p. 46.

¹⁶Ibid., p. 48.

¹⁷Ibid., p. 51-2.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

autorização de trabalho, ou seja, não tinham nenhuma liberdade.¹⁸ Por outro lado, os jesuítas estimulavam muito que índios das aldeias dirigidas pela Câmara de São Paulo adentrassem Itapecerica, Embu e Carapicuíba e, além disso, incentivavam que índios administrados fugissem para as aldeias.¹⁹

A partir de 1759 os jesuítas são obrigados a deixarem os territórios portugueses e, com isso, a administração das aldeias passa a ser executada por um diretor civil nomeado, na maioria das vezes, sem qualquer influência dos índios.²⁰ As aldeias passam a ser vistas como um lugar de mão-de-obra disponível para os colonos e muito índios são tirados delas. Muitos colonos tentam casar os índios com escravas no objetivo de mantê-los presos ao trabalho. As reclamações de esvaziamento das aldeias começam a ser constante. Muito índios são retirados de Itapecerica para servir fazendeiros da região de Itu e Sorocaba.²¹ Itapecerica passou a ser uma aldeia de predomínio feminino como era típico das aldeias administradas pelo governo português.

Com a aplicação do Diretório estendido para todo o Brasil, a tão propalada liberdade dos índios nunca veio, pois em Itapecerica há relatos de que os aldeados continuavam a sofrer castigos físicos principalmente quando se ausentavam sem autorização.²² O Diretório é revogado em 1798 e os índios passaram a ser reconhecidos como súditos com plenas capacidades da Coroa portuguesa. No entanto, isso só causou mais dispersão e com o fim do cargo de diretor das aldeias os índios foram abandonados e ficaram por conta própria, sem intermediação nenhuma.²³ Em 1802, Itapecerica e Embu se ligam novamente a Carapicuíba em um projeto de tornar as aldeias freguesias na tentativa de mestiçar os índios com os colonos.²⁴ Durante três décadas a documentação é bem esparsa, mas sabe-se que muito índios ali

¹⁸ Ibid., p. 56. Ver também: PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 115-32.

¹⁹ Ibid., p. 57.

²⁰ Ibid., p. 59.

²¹ Ibid., p. 60.

²² Ibid., p. 71.

²³ Ibid., p. 74.

²⁴ Ibid., p. 75.

permaneceram. Em 1828, Itapecerica começa a ser habitada por alemães o que é bem perceptível na documentação paroquial previamente analisada por nós.²⁵

Quanto a fundação do aldeamento de Guarulhos, Petrone considera a data de 1580 a mais provável.²⁶ No entanto, sua inauguração oficial só ocorre em 1595, sendo que só a partir do século XVII que começam a aparecer documentações mais consideráveis sobre a localidade. No aldeamento de Guarulhos houve uma revolta indígena de pequenas proporções. Como já diz o próprio nome da aldeia, ali moravam muito índios da etnia Guarulho que atacaram e mataram João Sutil de Oliveira e sua mulher Maria Ribeiro. Segundo consta, os dois haviam se apropriado de terras dos índios e conduzido vários índios a sua fazenda. Muitos desses índios tinham vindo recentemente do sertão, sobretudo aqueles que participaram mais diretamente da revolta em Guarulhos.

Já em relação à Pinheiros temos poucas referências sobre sua fundação, mas sabemos que também ocorre no século XVI, por meio de um desmembramento da aldeia de Guarulhos. Somente em 1698 foi passada para a administração dos padres beneditinos.²⁷ Provavelmente Pinheiros abrigou em seu interior índios Guarulho, também chamados de Marueri.²⁸

A aldeia de N. S. da Ajuda de Itaquaquecetuba, teria se formado a partir da fundação de uma capela, na década de 1620, por um padre secular que administrava índios. Posteriormente, os jesuítas passam a administrá-la.²⁹

²⁵ MARCHIORO, Márcio. Casamentos indígenas: estratégias matrimoniais na aldeia de Itapecerica (século XVIII e início do século XIX). In: *XV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA*, Curitiba. Anais eletrônicos do XV Encontro Regional de História, Curitiba, 2016. Disponível em <[http://www.encontro2016.pr.uanh.org/resources/anais/45/1468842411_ARQUIVO_CasamentosindigenasestrategiasmatrimoniaisnaaldeiadeItapecerica\(seculoXVIIIeiniciodoseculoXIX\).pdf](http://www.encontro2016.pr.uanh.org/resources/anais/45/1468842411_ARQUIVO_CasamentosindigenasestrategiasmatrimoniaisnaaldeiadeItapecerica(seculoXVIIIeiniciodoseculoXIX).pdf)> acessado em: 24/11/2016.

²⁶ PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995, p. 119.

²⁷ SERAFIM LEITE, S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, VI, p. 231.

²⁸ *Ibid.*, p. 231-2.

²⁹ *Ibid.*, p. 362-363.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Quanto a fundação da aldeia de Peruíbe, que remete aos princípios do século XVII, a situação é ainda mais confusa. Segundo Serafim Leite, é provável que ela se formou a partir da junção de uma pequena aldeia em Itanhaém e a duas aldeias pequenas ligadas ao núcleo da vila de Santos (1619). Peruíbe, portanto, passaria a ser a única aldeia localizada no litoral paulistas.³⁰

Feito esse panorama inicial e breve das principais aldeias paulistas que serão analisadas neste artigo, passamos a tratar da problematização de dados sobre o casamento nessas aldeias. Damos aqui um enfoque principal a aldeia de Itapecerica por se tratar nosso principal objetivo no trabalho que estamos desenvolvendo em nossa dissertação.

2. Diferença entre a idade do marido e da mulher

Os aldeados homens eram, normalmente, mais recrutados para trabalhos fora dos aldeamentos.³¹ As mulheres, com isso, ficavam mais fixas ao aldeamento, pois a tarefa exigida dos aldeados homens normalmente era penosa. Os homens participavam da conquista do sertão. Investigar a diferença de idade entre marido e mulher é chave para visualizar como era afetado pelas condições geográficas e sociais da aldeia o sistema de casamento. A particularidade de cada fronteira onde está estabelecido o aldeamento, nesse sentido, determina em grande medida como se estabelecem os casamentos. Cabe ponderar, no entanto, neste artigo ficaremos ainda em hipóteses iniciais sobre os dados sem o necessário confronto com dados a respeito da trajetória de cada aldeamento. Para isso, teremos em vista que a estrutura social do aldeamento varia conforme suas demandas externas e internas, sobretudo o recrutamento de homens para trabalhar sertão adentro.

Para essa finalidade analisaremos dados referentes à questão da diferença de idade entre o marido e a mulher, utilizamos as listas nominativas

³⁰ Ibid., p. 362-363.

³¹ MARCHIORO, Marcio. O banquete da onça mansa: fluxos internos e externos da população indígena aldeada (São Paulo, 1798-1803). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, número 3, Florianópolis. Anais Eletrônicos do III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2007, s/n.

publicadas pelo *Boletim do Arquivo do Estado de São Paulo* que percorrem os anos 1798 até 1803. Para determinar a faixa etária a qual classificariamos determinado casal, consideramos as idades dos homens. O método de utilizar a média nos pareceu mais adequado, no entanto, temos em vista que média congrega uma série de diversidades, principalmente quando ela é mais elevada. Porém, achamos que o método é válido para identificar padrões entre os aldeamentos, assim como variações entre eles. Através desse método a tabela 1 abaixo foi construída congregando os seguintes dados: a média de diferença de idades e o número de casos.

Antes de partirmos para análise da tabela, vale a pena fazer algumas ressalvas. Temos em vista que, no passado, as idades arroladas em listas nominativas eram calculadas em geral mantendo algum desvio facilmente percebido nas nossas próprias listas.³² As idades que terminam em 5 (5, 15, 25, 35...) e as que terminam em 0 (10, 20, 30...) estão diferentemente representadas em relação às outras. Ambas são bem mais numerosas, por isso podemos supor que devem ter ocorrido arredondamentos das idades nas listas nominativas.

Tabela 1: Diferença média entre as idades dos cônjuges de acordo com as idades dos maridos e com o sexo do cônjuge mais velho (1798-1803)				
Itaquaquecetuba (1798)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
20 a 29 anos	5,83	9	6	1
30 a 39 anos	8		4	
40 a 49 anos	10,22	4	9	1
50 a 59 anos	13	8	5	1
60 anos ou +	24,16	23	6	1
Peruíbe (1802)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
20 a 29 anos	3,16		6	0

³² SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984, p. 186.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

30 a 39 anos	8,16		6	0
40 a 49 anos	6	1	3	1
50 a 59 anos			0	0
60 anos ou +		1	0	1
Embu (1802)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
> 20 anos	2	2	2	1
20 a 29 anos	3,42	1,66	7	3
30 a 39 anos	3,71	3,5	7	2
40 a 49 anos	12,33	4	9	1
50 a 59 anos	9,6		5	0
60 anos ou +	20,33		9	0
Escada (1802)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
> 20 anos		18	0	1
20 a 29 anos	2,83		6	0
30 a 39 anos	5,4	2,33	5	3
40 a 49 anos	13,75	14,5	4	2
50 a 59 anos	6		1	0
60 anos ou +	25,5		2	0
Pinheiros (1802)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
20 a 29 anos		2	0	1
30 a 39 anos	4	11	1	1
40 a 49 anos			0	0
50 a 59 anos	15		4	0
60 anos ou +	6		1	0
Barueri (1803)				
Faixas etárias dos homens	Diferença média/ Homens mais velhos	Diferença média/ Mulheres mais velhas	Nº de casos homens	Nº de casos mulheres
20 a 29 anos	3,37	4,75	8	4
30 a 39 anos	6,64	6,6	14	5
40 a 49 anos	7,7	1,66	10	3
50 a 59 anos	12,42		7	0
60 anos ou +	25,33	7	9	2
Itapecerica (1802)				
20 a 29 anos	2,7	8,3	10	4
30 a 39 anos		8		1
40 a 49 anos	6,6	4	9	1
50 a 59 anos	5,7		3	0
60 anos ou +	22,8		10	0

Fonte: Do autor. Grifo nosso.

Tendo em vista a tabela 1 acima, o que primeiro aos nossos olhos deve ser analisado é, certamente, os dados referentes aos homens com mais de 60 anos nas aldeias de Itaquaquecetuba, Embu, Escada Itapecerica e Barueri. Todas as respectivas aldeias apresentam uma média de mais de 20 anos de diferença entre homem e mulher na casa dos 60 anos, considerando-se a faixa etária dos homens, como já enfatizamos. O número de casos só não é expressivo em uma das cinco aldeias: Escada que tem apenas dois casos que perfazem uma média de 25,5 anos de diferença do homem para a mulher. Por meio desses casos, podemos identificar uma série de fenômenos. São possibilidades de recasamento, provavelmente, aberta para homens que tem mais idade. O fato de estarmos estudando uma sociedade na qual os homens partiam para trabalhos árduos sertão adentro, faz com que o número de mulheres mais jovens disponíveis para recasamento de viúvos seja grande.

O número de viúvas mulheres é sempre muito mais alto em todas as aldeias que o número de homens viúvos.³³ Se olharmos com mais detalhe as listas nominativas, realizadas entre 1798 e 1803, podemos acompanhar que Itapecerica e Barueri têm número de viúvos homens significativo em relação à população geral: mais ou menos um quarto do total de viúvos; somados homens e mulheres. E é justamente nessas aldeias que encontramos uma diferença entre mulher mais velha e homens mais novos quando o homem está na casa dos 20 anos de idade até os 29 anos. Sobretudo Barueri, podemos identificar a existência de casamentos de homens com mulheres em média de 4 anos ou 6 anos aproximadamente de diferença. É algo muito curioso que pode indicar preferência das mulheres em procurarem homens mais velhos. Isso indica também dificuldades dos homens jovem de casar em arranjar um casamento, ou seja, os homens tendiam a casar já na maturidade. Essa tendência vai aparecer mais nítida ao leitor na seção seguinte a essa, o subitem

³³ O número de viúvas mais alto deve-se a uma série de fatores dentre eles a diferença de idade dos nubentes – normalmente homens mais velhos –, o fato de os homens terem mais participação em trabalhos insalubres sertão adentro e pode colaborar para isso o fato de serem os homens quem participam ativamente das guerras coloniais, tanto entre os índios como no caso dos colonos.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

nº. 2, justamente sobre idade ao casar. Por enquanto fica essa hipótese: mulheres tendem a preferir casamentos com homens mais velhos, talvez recorrendo aos solteiros mais novos, caso não houvesse parceiros mais velhos a contento.

Entretanto, vale ressaltar que existem diversidades nesse quesito. Não são apenas casos que variam do padrão que estabelecemos aqui: Pinheiros, Peruíbe e Escada. Existem também médias que variam bastante de um aldeamento para o outro. A mais constante parece ser aquela apresentada anteriormente relativa aos homens na casa dos 60 anos nas quatro citadas (Barueri, Itapecerica, Itaquaquecetuba e Embu). Vemos, por exemplo, que há uma variação grande ao comparar Itaquaquecetuba com Embu na faixa etária dos homens casados com mulheres mais novas de 20 anos aos 29 anos e na casa dos 30 anos aos 39 anos. Itaquaquecetuba possui médias mais robustas que Embu na casa dos 5 anos de diferença e dos 8 anos de diferença respectivamente. Embu, por sua vez, tem homens casados com mulheres mais velhas menores de 20 anos de idade e possui média de 3 anos de diferença nas casas supracitadas. Além disso, Itaquaquecetuba e Embu variam na diferença de idade na casa dos 60 anos ou mais por cinco pontos praticamente (média de 24,16 anos e 21,33 respectivamente).

Ao voltar nossa análise, novamente, para Barueri e Itapecerica, vemos também alguns fatos relevantes a serem considerados. Itapecerica não possui homens casados na casa dos 30 anos aos 39 anos e tem uma média pouco superior a 2 anos na geração anterior (dos 20 anos aos 29 anos). As duas possuem 4 casos de mulheres mais velhas que os homens, considerando os homens na casa dos 20 anos de idade. No entanto, a média varia muito de uma para outra: Barueri, como se vê na tabela de nº. 1 acima, com média de 4,7 anos de diferença, enquanto Itapecerica perfaz uma média de 8,3 anos de diferença. Mais uma vez, esses dados mostram algo parecido, acontecendo nas duas aldeias, mas em diferentes proporções. No início do século XIX, Barueri era a maior aldeia paulista em população, tendo como referência os dados das listas nominativas publicadas, e estava em pleno funcionamento reprodutivo

com um número grande de crianças. Já Itapecerica, mostrava alguns sinais de decadência com número maior de viúvas e com menos crianças. Tudo isso corrobora para nossa tese de existir nas duas aldeias um interesse nítido das mulheres em casar com homens mais velhos, porém em Barueri, esse interesse diminui dada a menor mortandade de homens, possivelmente, em sua maioria, no sertão.

Por fim, dedicamos aqui algumas linhas para falar de variações, ou seja, as aldeias de Pinheiros, Escada e Peruíbe. Nem tudo é explicável pela demografia, mas cabe lembrar que ambas são as menos povoadas das sete que, aqui, analisamos nas respectivas datas das listas, como vemos na seção nº. 6 na tabela nº. 11. Em Peruíbe, temos casos expressivos somente na casa dos 20 anos de idade até os 29 anos e dos 30 anos aos 39 anos. São doze casos divididos igualmente, como notamos na tabela. A média da primeira geração considerada na tabela de Peruíbe, levando em conta os homens mais velhos que as mulheres, perfaz cerca de 3 anos de diferença, enquanto a segunda geração chega aos 8 anos de diferença. Escada é um caso à parte, pois apresenta dados parecidos com as demais aldeias, porém, na casa dos 60 anos ou mais apresenta somente dois casos o que não nos permite concluir com a precisão, que concluímos a respeito das demais aldeias, excetuando-se Peruíbe e Pinheiros.

Algumas lacunas ficam ainda mesmo com a investigação da diferença de idade entre o homem e a mulher na hora do casamento. Surge a necessidade de se investigar mais a fundo, por exemplo, a questão da idade em que a maioria dos indivíduos casava. Esses dados reforçarão ou não nossa tese inicial de que mulheres nos aldeamentos paulistas preferiam casar com homens mais velhos, só recorrendo aos mais novos, comumente, quando não encontravam parceiro nas faixas etárias mais adultas. Para isso, infelizmente, só teremos os dados de Itapecerica, como explicamos no próximo subitem.

3. Idade ao casar em Itapecerica

Aqui nos atemos especificamente sobre Itapecerica, pois para encontrar a idade em que homem e mulher se casavam, foi necessária uma busca tanto nas listas nominativas referentes à aldeia como nos registros de casamento encontrados na Cúria Metropolitana de São Paulo que perfazem quase um século (1732-1830). Ao analisar tais dados, procedemos da seguinte maneira: selecionamos a idade da mulher e do homem no ano da feitura da lista e diminuímos, em alguns poucos casos somamos, pela diferença encontrada entre o ano da feitura da lista e do casamento. Dessa forma, chegamos à idade estimada do casamento, é claro que há uma diferença de meses. Infelizmente, encontramos apenas 23 casais os quais se repetiam nas listas nominativas e nos casamentos. É um universo pequeno, mas que não pode ser simplesmente desprezado.

Ao considerar apenas os indivíduos não declarados como viúvos é possível ver, a partir dos dados da tabela de nº. 2 abaixo, essa permanência entre as gerações da diferença etária entre homens e mulheres ao casar, como vimos na seção nº. 1 deste artigo sobre a diferença de idade entre homem e mulher casados. São aproximadamente 5 anos de diferença em média, precisamente 4,62 anos. Essa diferença é um pouco menor que a de Sorocaba que ficava em torno de 5,3 anos.³⁴ Usamos, aqui, o caso particular de Itapecerica para podermos identificar que homens casavam, geralmente, entre os 18 e os 25 anos enquanto as mulheres, tendencialmente, até os 21 anos de idade. Não sabemos se é possível generalizar esses dados. Mas o que foi escrito na seção nº. 1 deste artigo, já nos dá algumas pistas.

Existem, além disso, casamentos com meninas antes de completarem 14 anos de idade. São quatro casos, que corresponde a 17% do total. Isso parece dar mais ênfase a nossa hipótese de que havia sim um padrão de casamento determinado entre mulher mais nova e homem alguns anos mais velhos,

³⁴BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)*. Tese (Doutorado - História). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, 1994, p. 103. Bacellar traz também dados relativos a elite paulista que fica em torno de 8,2 anos de diferença e das sociedades mineiras que variam muito de 3,3 anos até 10,4 anos de diferença.

conforme enfatizamos na seção sobre diferença de idade entre marido e mulher. Com o passar dos anos, como a mortandade de homens é maior e/ou quem entra no aldeamento são mulheres viúvas “apresadas” no sertão, há possibilidade de homens da casa dos 50 anos e 60 anos acima, pleitearem casamentos com mulheres 20 anos, às vezes 30 anos mais novas que eles, como transparece na seção anterior.

Ao consideramos a média de idade ao casar, tanto de homens com das mulheres, vemos índices bem interessantes. A média de Itapecerica era de 22,2 para homens e 17,5 para as mulheres. Quanto ao casamento das mulheres é o índice mais baixo que encontramos na comparação estabelecida por Bacellar, entre diversas localidades como Sorocaba, Oeste Paulista, Ubatuba, Vale do Paraíba, São Paulo, Curitiba, Paraná, Lapa e vilas mineiras.³⁵ É um índice bem dispar, quando vemos a média mínima que é na Lapa de 18,9 e a máxima 20,8. Ou seja, vemos que em Itapecerica, as mulheres casavam bem cedo, fato que também era uma verdade para os homens do aldeamento. Maria Luiza Marcílio explica esse movimento acontece pelo fato da ampla disponibilidade de terras. Casar mais cedo implica quase que necessariamente ter um local para que os nubentes possam co-residir sem depender do sogro ou do pai.³⁶ Parece que essa era a situação de Itapecerica, apesar do grande número de mortandade de homens e, conseqüentemente, o grande número de mulheres viúvas. Por hora, a tabela abaixo nos traz novos dados nesse sentido.

³⁵ Ibid., p. 100.

³⁶ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p. 150.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Tabela 2: Idade do homem e da mulher ao casar calculada a partir do confronto listas nominativas e registros de casamentos em Itapecerica³⁷				
Faixa etária	Homem/nº de casos	Homem/(%) do total de casos	Mulheres/nº de casos	Mulheres/(%) do total de casos
- 14 anos	0		4	17%
14 a 17 anos	3	13	7	31%
18 a 21 anos	9	40	7	30%
22 a 25 anos	8	35	3	13%
26 a 29 anos	1	4	2	9%
30 a 39 anos	1	4	0	
40 a 49 anos	1	4	0	
Total	23	100	23	100
Médias: <i>Homens 22,20 e Mulheres 17,58</i>				

Fonte: Do autor.

Se em outros termos, Itapecerica se aproxima muito de Sorocaba, na média de idade de casamento dos homens, a aldeia se aproxima muito de Ubatuba que tem o menor índice. Ubatuba do século XVIII e XIX perfaz uma média masculina de 21,6 de idade. A capitania de São Paulovistade um modo geral, no período de 1765-1836, perfaz uma média masculina de idade ao casar de 30,7. A média de Itapecerica que fica na casa dos 22,2, o que pode indicar que haveria espaço disponível no território da aldeia para que os novos nubentes se estabelecessem se atentamos para a sugestão de Marcílio.³⁸

Outro indício que veremos mais à frente, que colabora para essa tese, é a da idade em que as mulheres tinham o primeiro filho. Arrolada na seção respectiva, vemos que em Itapecerica mais de 50% das mulheres tinha filhos entre os 14 e os 17 anos e 33% dos 18 aos 21 anos. Tal dado mostra que o casamento vinha seguido de um filho. É preciso investigar com mais cuidado a documentação em forma de petições e queixas, porém, pode-se pressupor que Itapecerica era uma das aldeias paulista que vivia em condições mais tranquilas em relação à terra do que exemplos como Pinheiros e Peruíbe, a serem analisados posteriormente.

Interligados, os dois primeiros subitens artigo, desse modo, servem para nos apontar alguns elementos a serem investigados mais a fundo. O

³⁷ Vale lembrar que temos 24 casos e 14 deles os casamentos se deram de 1790 até a feitura da lista (1802). Os demais casos estão distribuídos da seguinte maneira: 2 casos na década de 1760, 4 na década de 1770 e também 4 casos na década de 1780.

³⁸ MARCÍLIO, Op. cit., p. 150.

primeiro está relacionado à preferência de casamento em idade mais tenras principalmente entre as mulheres, mas os homens também, quando comparados com a sociedade colonial circundante, casavam cedo. Itapecerica, analisada aqui, mais detalhadamente neste subitem de nº. 2, se revela uma aldeia onde os homens têm a chance de casarem cedo e, além disso, quando sobrevivem ao “moedor de carnes” do sertão, podem, ainda, pleitear casamentos com mulher bem mais jovens disponíveis graças a grande mortalidade de homens. As mulheres têm uma tendência de ficarem viúvas mais cedo e cuidarem de suas proles sozinhas em Itapecerica.

Outra questão a ser investigada, sobretudo em Barueri e Itapecerica, é uma ligação direta da disponibilidade de terras nos aldeamentos com a configuração populacional apresentada. Itapecerica apresenta sim certa decadência se compararmos com Barueri. A primeira é uma aldeia dominada por viúvas e com número de crianças escassas, enquanto Barueri apresenta amplo número de crianças e uma porcentagem de viúvas um pouco abaixo da apresentada por Itapecerica. Entretanto, na questão das terras parece que Barueri havia uma falta enquanto em Itapecerica não deveria haver muitos problemas em relação a isso, pois uma porcentagem grande das famílias optava pela agricultura.

Nesse sentido, vemos que a disponibilidade de terras não determina a estrutura social da aldeia, muito pelo contrário. O que se vê aqui é uma especificidade das demandas sociais dos índios aldeados. Barueri é uma aldeia onde a demanda feita pelo sertão de índios não interfere tanto na dinâmica da aldeia como acontece em Itapecerica. Em Barueri as crianças pequenas são em grande número, enquanto em Itapecerica, já há uma população mais jovem e adulta. Em Itapecerica, além disso, há uma preferência predominante pela agricultura, enquanto em Barueri há uma diversificação entre os que vivem de fiar, da agricultura e dos jornais. No entanto, nossas conclusões ainda são parciais e precisam ser investigadas mais a fundo, em documentação de

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

natureza diferenciada com as demandas da justiça da capitania relacionadas às aldeias.

Além da preciosidade que é a sua documentação sobre casamento, a aldeia de Itapecerica se mostra uma das principais aldeias paulista, revelando muito sobre uma possibilidade de estrutura social muito particular. Assim, em seguida, iremos direcionar nossa análise ainda em cima da questão do casamento e de como ele representava na sociedade aldeada a construção imediata de uma família. É isso que sugere nosso subitem n°. 3 sobre a idade em que a mulher tinha seu primeiro filho.

4. Idade em que a mulher tem o primeiro filho

Até agora, duas hipóteses surgem como chave na interpretação dos dados referentes ao casamento em Itapecerica, os quais consistem em o mote principal deste nosso artigo. Primeiramente, levantamos a hipótese, embasada pela documentação das listas nominativas fim do século XVIII e início do século XIX, a preferência das mulheres em casar com homens mais velhos. Por segundo, estabelecemos que apesar da existência de um número grande de viúvas em Itapecerica, a aldeia ainda tinha fronteira de expansão, ou seja, de que novos casais encontrariam espaço para se estabelecerem. Com isso, queremos dizer que Itapecerica possuía lugares onde casais novos poderiam produzir seu sustento – através de roçado e caça –, e espaço para construção do seu domicílio.

Em meio a esse panorama, surgem os dados relativos à idade em que as mulheres tinham seu primeiro filho. Para obter esses dados, seguimos a metodologia a seguir. Ao levar em conta as mães com 30 anos ou menos, tentamos minimizar a hipótese de não podermos localizar o primeiro filho, pois, tendo ele idade apta para casar, o que acontecia em torno dos 15 anos, pode ser que o possível primeiro filho não esteja no domicílio. Com isso, nossa conjectura fica mais precisa. Para obter a idade na qual a mãe teve seu provável primeiro filho – abaixo explicamos essa questão do “provável” –,

diminuímos nas listas nominativas a idade das mães com menos de 30 anos pela idade do filho mais velho encontrado no domicílio. Um cálculo bem simples que nos dá respostas importantes.

Porém, deve-se levar em conta outra questão importante. O número de crianças que não sobrevivem aos primeiros anos da infância é muito grande. Alguns dados parcos são trazidos para nós pela bibliografia. Os dados que temos são referentes apenas à Ubatuba, uma população na qual a mortandade era alta por motivos de doenças, fato que também deveria ocorrer entre os aldeados. Por isso, acho que cabe usar a localidade como uma espécie de parâmetro, para nos indicar possíveis comportamentos de mortandade. Ao calcular tal dado, Maria Luíza Marcílio diz ser praticamente impossível ter ideia da mortandade de crianças entre os 0 e 4 anos de idade, pois muitos óbitos nem eram registrados pelo fato de ser uma localidade basicamente rural e a paróquia ficar longe. Deve-se ter em conta, que muitas mães perdiam seus primeiros filhos. Já os rebentos entre os 5 anos e 9 anos de idade cerca de 41% não conseguiam atingir os 10 anos de idade.³⁹

Tabela 3: Idade calculada da mulher quando tem o primeiro filho/Número de casos conforme faixa etária acompanhado de porcentagem calculada a partir do total de casos da aldeia (1798-1803)⁴⁰										
Aldeia	Menos de 14 anos	(%)	14 aos 17 anos	(%)	18 aos 21 anos	(%)	22 aos 25 anos	(%)	Total de casos	(%) total
Itaquaquecetuba	2	33,3	1	16,6	2	33,3	1	16,6	6	100
Peruíbe	0	--	1	16,6	2	33,3	3	50	6	100
Embu	3	20	4	26,6	6	40	2	13,3	15	100
Escada	0	--	8	53,3	6	40	1	6,6	15	100
Pinheiros	0	--	0	--	0	--	1	100	1	100
Itapecerica	0	--	8	53,3	5	33,3	2	13,3	15	100
Barueri	1	5,5	9	50	6	33,3	2	13,3	18	100
Total	6	7,8	31	40,7	27	35,5	12	15,7	76	100

Fonte: Do autor. Grifo nosso.

³⁹ MARCÍLIO, Op. cit., p. 177-8.

⁴⁰ Utilizamos aqui as mães com 30 anos ou menos, pois o risco do primeiro filho ter saído do fogo em motivo de dispersão ou casamento é mais difícil, mas não descartável.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Se formos analisar a tabela de Itapecerica em destaque – encontrada na seção sobre idade ao casar – como padrão na questão da idade de casamento nos aldeamentos em geral, vemos aqui, na tabela de nº. 3 acima, novos indícios que nos trazem muitas informações importantes. Mesmo pensando o contrário, ou seja, que a tabela de Itapecerica representa apenas os dados da aldeia que as outras variam, também há fatos importantes a serem registrados aqui a partir da tabela. Como já dissemos, é provável que o casamento tenha um vínculo direto com ter filhos. Ou seja, casamento é necessariamente vinculado ao formar uma família.

As mulheres tinham os filhos, tendencialmente, entre os 14 anos e os 21 anos de idade. Estes dados batem bastante com os dados referentes à idade de casamento calculada para Itapecerica na tabela de nº. 2 no subitem nº. 2 deste artigo sobre idade ao casar acima. Assim que constituíam meios para o sustento como roças ou outras atividades o novo casal, sempre em domicílio separado dos pais, iniciava nova vida, tendo em vista, o nascimento de filhos. Isso não parecia causar grandes desequilíbrios. É incrível com os dados das três seções até aqui discutidas batem nesse sentido. Certamente, Itapecerica é um lugar onde há espaço para roças. Isso tende a mostrar a própria vocação da aldeia que obviamente só poderia ser sustentada se houvesse uma ampla frente de expansão de terras no território considerado da aldeia.

Consideramos óbvia, em acréscimo a isso, também a existência de um ciclo de vida mais ou menos padrão entre os índios aldeados que estudamos. Deveria haver certa pressão social para que o casamento se desse em tal idade e que ter filhos fosse consequência direta, e quase imediata, do casamento. São inúmeras as referências etnológicas, por exemplo, que falam do casamento cedo entre as mulheres e o pesar que é para os homens adultos ser solteiro. Além disso, a participação dos padres na intenção de regular os casamentos para que não haja incesto, poligamia e/ou concubinato também deve ser considerada.

As aldeias de Pinheiros e Peruíbe se apresentam aqui, mais uma vez, como variações perante as outras. Pinheiros, como se pode observar na tabela

de nº. 3 acima, possui apenas um caso de mãe antes dos trinta anos, sendo ela pertencente à casa dos 22 anos aos 25 anos e idade, conforme metodologia adotada e já explicada. Já Peruíbe, a título de curiosidade, tem uma situação um pouco mais distinta são 6 casos e 5 deles estão nas casas dos 18 anos até os 25 anos de idade, são 2 casos entre os 18 anos e os 21 anos e 3 casos entre os 22 anos e os 25 anos de idade.

Agora, analisando as outras cinco aldeias, vê-se, primeiramente, que Itaquaquecetuba possui dados que não permitem avançar nas conclusões. São apenas seis casos, sendo que dois deles antes dos 14 anos de idade. Dessa forma, não é possível tecer comentários conclusivos sobre Itaquaquecetuba. Fato que é curioso, se pensarmos que Itaquaquecetuba possui dados ricos no quesito já aqui analisado da diferença de idade entre nubentes, isto é, sobre casais em seus respectivos fogos, será que nesta aldeia as mães tinham filhos mais tarde ou há alguma particularidade outra? Fica difícil responder essa pergunta sem investigar a fundo a idade em que as mulheres e os homens casavam, já que esses dados só foram computados aqui para Itapecerica na seção de nº. 2 deste artigo.

No total, ao consideramos a idade do primeiro filho, vemos que se concentram nas duas casas que antes já referenciamos: a dos 14 anos aos 17 anos de idade e a dos 18 anos até os 21 anos de idade. As aldeias de Escada, Itapecerica e Barueri têm porcentagem de mais de 50% dos casos localizados na casa dos 18 anos até os 21 anos de idade. Ou seja, a tendência mais comum nessas três localidades é que mulheres tenham seu primeiro filho aos 14 anos até os 17 anos. As médias se mantêm altas na casa dos 18 anos aos 21 anos também; em torno de 30% dos casos de mães com filhos. A única variação é Embu que possui três mulheres que tiveram filhos com menos de 14 anos, perfazendo um total de 20% dos casos. Mesmo assim, Embu é a única aldeia onde a maioria dos casos fica na casa dos 18 anos aos 21 anos girando em torno de 40% dos casos.

Tabela 4: Média de idade da mulher quando tem o primeiro filho	
Aldeia	Média
Itaquaquecetuba	16,5
Peruíbe	20,6
Barueri	18,4
Embu	17,3
Escada	17,6
Itapecerica	17,6
Pinheiros	23

Fonte: Do autor. Grifo nosso.

Outro dado que nos ajuda a analisar melhor a questão de quando as mulheres têm o seu primeiro filho é a média de idade. Tendo em vista que para chegamos na idade em que tinha o primeiro filho, diminuimos nas listas nominativas a idade da mãe menos a idade do filho mais velho, a disparidade nas casas dos meses sempre estão presentes obviamente. Continuamos a encontrar aqui médias muito baixas agora em todas as aldeias, excetuando-se Peruíbe e Pinheiros. Nesse sentido, vemos uma situação em que o que parece valer para Itapecerica, ou seja, médias baixas de idade de casamento e idade em que tem o primeiro filho parece ser um quadro generalizado para as demais quatro aldeias: Itaquaquecetuba, Escada, Embu e Barueri.

Considerações finais

Mais uma vez, os dados relativos à idade em que as mulheres tinham o primeiro filho nos ajudam a entender como o momento do casamento era encarado pelos aldeados, nas aldeias em que analisamos. Sabemos que os domicílios são prioritariamente de casais com filhos ou se agregam mais indivíduos com avós, tios, primos, irmãos, dentre outros. Isso vai nos permitir ver melhor as solidariedades internas nas aldeias, tendo em vista, essa descoberta principal nossa até agora: casais procuram sair dos domicílios dos pais se estabelecendo separadamente logo após o casamento. São os dados referentes à idade em que as mulheres têm o primeiro filho, que colaboram para afirmar essa tese na maioria dos casos apresentados. A análise dos domicílios, nesse sentido, surge como um elemento a mais para destrinchar as

concepções de casamento entre os índios e as mudanças na estrutura social causadas por elas.

Interligados, os dois primeiros subitens artigo, desse modo, servem para nos apontar alguns elementos a serem investigados mais a fundo. O primeiro está relacionado à preferência de casamento em idade mais tenras, principalmente, entre as mulheres, mas os homens também, quando comparados com a sociedade colonial circundante, casavam cedo. Itapecerica, analisada, aqui, mais detalhadamente neste subitem de nº. 2, revela-se uma aldeia onde os homens têm a chance de casarem cedo e, além disso, quando sobrevivem ao “moedor de carnes” do sertão, podem, ainda, pleitear casamentos com mulher bem mais jovens disponíveis graças a grande mortalidade de homens. As mulheres têm uma tendência de ficarem viúvas mais cedo e cuidarem de suas proles sozinhas em Itapecerica.

Recebido em: 10/04/2017

Aprovado em: 06/08/2017

A COROA, AS SENHORAS E OS IRMÃOS: A VIUEZ FEMININA NA COLÔNIA (RIO JANEIRO, C. 1763- C. 1808)¹

Cristiane Fernandes Lopes Veiga²

Resumo: Este artigo pretende analisar os mecanismos utilizados pelas viúvas para garantir sua sobrevivência na ausência do esposo. O local e período estudados se restringem à sociedade fluminense após a transferência do vice-reinado para cidade do Rio de Janeiro até a chegada da família real. Dessa forma, observaremos como, durante a colônia, a monarquia e as instituições assistenciais, tais como irmandades e confrarias, serviram aos interesses e às necessidades das viúvas. Havia a preocupação da monarquia portuguesa em proteger a viúva e os herdeiros contra tropeços na administração das legítimas, bem como contra más intenções de indivíduos interessados em dissipar o patrimônio dos casais desfeitos. Foi nesse contexto que as irmandades e confrarias atuaram. Elas auxiliaram a coroa, algumas vezes indiretamente, outras diretamente como foi o caso da Santa Casa de Misericórdia, na proteção das viúvas em risco de decadência moral e econômica.

Palavras-chave: viúvas; capitania do Rio de Janeiro; Brasil colônia.

THE CROWN, THE LADIES MASTERS AND THE BROTHERS: WIDOWHOOD IN THE COLONY (RIO DE JANEIRO, C. 1763 – C. 1808)

Abstract: The main objective of this paper is to analyze the strategies used by widows to overcome their everyday life without their spouse. The place and period approached are limited by two dates: the vice-royalty transfer from Salvador to Rio de Janeiro and the coming of the royal family to Brazil. Based on our sources we will try to understand how during the colonial period the Portuguese crown and the institutions of care, such as the brotherhoods, added widows. The monarchy legislation tried to protect widows and their children against any damage to their heritage. The brotherhoods worked along with the Portuguese crown to help those people in danger of misery. The Santa Casa de Misericórdia was one of those institutions that represented the efforts to protect widows at risk of moral and economic decay.

Keywords: widows, captaincy of Rio de Janeiro, colonial Brazil.

¹ Esta pesquisa conta com o apoio financeiro do CNPq.

² Mestre e Doutoranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo.

Introdução

A pesquisa sobre a História da Família no Brasil, bem como em outros países, tem avançado de forma constante nos últimos anos.³ Os historiadores têm sido capazes de identificar a fluidez das organizações familiares e as peculiaridades regionais têm ajudado os estudiosos a entender os diversos arranjos que a unidade familiar composta por pai/marido, mãe/esposa e filhos assumiram em diversas épocas.⁴ Entretanto, permanece pouco estudado o momento em que esses arranjos foram interrompidos pela morte de um dos cônjuges e as consequências deste evento.⁵ Este artigo pretende iniciar um debate acerca da viuvez feminina no período colonial, sobretudo entre os anos de 1763 e 1808 na capitania do Rio de Janeiro. A principal fonte consultada para este trabalho foram os requerimentos endereçados ao Conselho Ultramarino por viúvas ou que envolviam viúvas e a legislação metropolitana referente a este grupo. Nossa hipótese propõe que as mulheres viúvas durante o período colonial, desempenharam funções importantes na sociedade da época, bem como eram figuras atuantes nas suas famílias.

O cotidiano da colônia reservava desafios constantes àqueles que se dispunham a desbravá-la e viver nela. Apesar da distância do reino, os habitantes do Império ultramarino português contavam com a possibilidade de recorrer à coroa sempre que precisavam de auxílio ou se sentiam lesados pelos representantes do poder metropolitano. Esse é o caso de muitas viúvas

³Para uma revisão historiográfica sobre a História da Família ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As Mulheres, o Poder e a Família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989, pp. 7-14; sobre o Brasil colonial consultar SILVA, Maria Beatriz Nizza. *História da família no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴ Os principais estudos que contribuíram para uma revisão crítica da História da Família utilizaram métodos de outras disciplinas, sobretudo da demografia, para produzir novas reflexões a respeito da composição do domicílio. Entre estes estudos podemos citar HENRY, Louis. *Études démographiques: XVI^e-XX^e siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1956; LASLETT, Peter (ed.). *Household and Family in Past Time*. London: Cambridge University Press, 1972; para o Brasil ver MARCÍLIO, Maria Luiza. *Caçara: Terra e População*. São Paulo: Edusp, 2006.

⁵ Ida Blom em um artigo fez uma revisão bibliográfica a respeito das pesquisas que vinham sendo produzidas referentes à viuvez até 1991. BLOM, Ida. *The History of Widowhood: a bibliographic overview*. **Journal of Family History**, v. 16, n. 2, 1991, pp. 191-210. Ver também AUBRY, Yves. *Pour une étude du veuvage féminin à l'époque moderne*. **Histoire, économie et société**, vol. 8, n. 8-2, 1989, pp. 223-236.

que recorreram ao Conselho Ultramarino durante o século XVIII até o início do seguinte. Vários requerimentos feitos ao órgão responsável pelos assuntos de ultramar demonstram a intensa participação das viúvas nos assuntos tratados pelos desembargadores.

As demandas endereçadas ao Conselho iam desde solicitações de provisão de tutela de mães que haviam ficado viúvas até pedidos para a intervenção do monarca em algum litígio envolvendo heranças. Havia aquelas que pediam tenças a seu favor, ou que solicitavam a nomeação de pessoas para ocuparem os ofícios de seus maridos que ficaram vagos por morte destes últimos até que o filho tivesse idade para ocupar o ofício. Outras informavam como estavam administrando contratos reais que foram arrematados por seus falecidos maridos, ou mesmo pediam para receber os emolumentos que couberam aos maridos em vida.

Estes pedidos refletem não apenas o conhecimento de que o recurso às instâncias superiores da metrópole estavam acessíveis à população - geralmente aquela que de alguma forma já participava da administração do Império - mas, também, como os súditos interpretavam a figura do monarca enquanto protetor e mediador no Antigo Regime.⁶ Em Portugal, o despotismo esclarecido, cuja figura mais eminente é o Marquês de Pombal, buscou concentrar na figura do rei alguns atributos significativos da monarquia ilustrada, sobretudo os de proteção e regulação da justiça. Contudo, é importante destacar aqui dois aspectos da monarquia portuguesa no Antigo Regime. Por um lado, a participação da coroa como instrumento regulador das demandas coloniais é anterior à chegada ao poder do Marquês de Pombal. Por outro, a administração do período josefino procurou interferir mais diretamente na regulação das heranças e na proteção à viúva com a promulgação de uma série de leis e alvarás.

⁶ Sobre a figura divina do rei e sua construção através do tempo ver BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; ver também para a formação do Estado absolutista moderno ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Porto: Afrontamento, 1984.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Sebastião José de Carvalho, como Secretário de Negócios do Reino, incentivou a promulgação de uma série de medidas legislativas visando ajustar o regime sucessório ao momento por que passava o Império português.⁷ As Leis Novíssimas atendiam às demandas da política regalista do novo ministro ao regular as sucessões e limitar disposições testamentárias e doações. Nesse contexto surgiram leis e alvarás que visavam “proteger” o patrimônio das viúvas e dos herdeiros não apenas de maridos interessados em dissipar a herança paterna mas também de insucessos financeiros ou abusos no momento do luto.

A novas leis ampliavam, mas, muitas vezes, restringiam as disposições das Ordenações Filipinas que incidiam sobre viúvas fidalgas e plebeias. Com a morte do rei e a coroação de D. Maria I, pretendeu-se de início interromper a ruptura proposta pelo ministro de D. José, revogando várias leis e alvarás. Entretanto, no final do século XVIII, foi vitoriosa a visão “modernizante” de correntes ligadas às ideias pombalinas, prevalecendo a necessidade de se regular o direito sucessório nos moldes propostos pelo Marquês de Pombal.

A benemérita sombra de Vossa Majestade

Por todo o período estudado, mães viúvas requisitavam provisão para serem tutoras de seus filhos menores. Porém, elas deveriam, além de justificar suas demandas com documentos comprobatórios de sua capacidade para reger as legítimas dos herdeiros, permanecer viúvas até que seus filhos se emancipassem ou tomassem estado.

Catarina Rosa, viúva de Manoel dos Reis Lisboa, pediu ao rei a tutela de seu filho João em 1769. Ela apresentou uma justificação em que as três testemunhas arroladas confirmavam sua capacidade para a tarefa, bem como a existência de muitos bens envolvidos na demanda. A primeira testemunha trazida pela justificante foi Manoel dos Santos Souza de 45 anos “pouco mais ou

⁷ Sobre o governo pombalino ver MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

menos”, morador na Rua do Rosário, proprietário de um armazém de molhados e negócios:

disse que conhece a esta há muitos anos e sabe pelo ver é moradora nesta cidade (...) de seu Matrimônio lhe ficou um filho chamado João que a Justificante tem em seu poder lhe dá boa educação tratando-o com todo amor e caridade sendo certo que a mesma suplicante Caterina [sic] é de bom procedimento e se conserva no estado de viúva com boa capacidade para bem se reger e governar os bens que pertencerem ao dito seu filho (...).⁸

Outra testemunha, João de Medeiros Gomes, mestre tanoeiro, morador na Rua do Rosário, com 56 anos “pouco mais ou menos”, acrescenta uma informação importante em seu depoimento. Ele diz que:

(...) conhece a esta desde menina, (...) de seu matrimônio tiveram um filho chamado João o qual tem a mesma justificante em seu poder e lhe dá boa Educação, tratando com amor e caridade e tem a mesma justificante boa capacidade e Juízo para bem se governar e reger os bens da herança do dito seu filho ainda que muitos sejam [pois] a mesma justificante sempre aumentou o seu casal e se trata com modéstia e bom procedimento no estado de Viúva (...).⁹

Domingos Correa Peixoto, morador na rua do Rocio, com seu negócio, de 40 anos “pouco mais ou menos”, confirma as informações anteriores e acrescenta que sabia pelo ver que a justificante se casou em face da Igreja e seria capaz de educar o menor e administrar seus bens por mais que sejam tem a mesma justificante boa capacidade e Juízo de sorte que sempre aumentou o seu casal e não é capaz de o dissipar.¹⁰

Os depoimentos explicitam as condições para que o pedido de tutela fosse aceito. A primeira delas diz respeito à necessidade de se ter tido as bênçãos da Igreja para a validação do casamento. Em segundo lugar, a mãe deveria provar, por meio de testemunhas que seria capaz de administrar os bens dos herdeiros, sem perda para as legítimas, se possível aumentá-la, e

⁸ Requerimento, AHU-RJ, 10 julho de 1769, cx. 88, doc. 7715.

⁹ Idem, grifo nosso.

¹⁰ Idem.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

educar nos bons costumes os filhos. Por último, a mãe deveria permanecer viúva e ter bom comportamento. A soma destas condições garantiria sucesso com o requerimento. Contudo, é importante notar que as testemunhas arroladas são conhecidas da justificante e, provavelmente, foram escolhidas de tal forma que confirmassem as alegações da suplicante. Por outro lado, o juramento aos Santos Evangelhos a que todas eram submetidas visava evitar fraudes, sugerindo às testemunhas que se mentissem estariam cometendo grave falta.

Muitas viúvas se envolviam em disputas e recorriam ao auxílio do monarca ou de seus representantes para que estes intervissem a seu favor. Foi o que fez D. Maria Teresa de Jesus Gouveia, viúva do tenente general Martim Correia de Sá.¹¹ Em uma carta ao secretário de estado de Marinha e Ultramar, Francisco Xavier Mendonça Furtado, ela pedia que ele a ajudasse a resolver um litígio entre suas filhas e a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Por ela, a suplicante explica que a querela dizia respeito ao total da herança das herdeiras e havia quinze anos que se esperava por uma solução. Não sabemos como terminou a demanda, mas a viúva finaliza a carta se colocando em posição submissa à autoridade a qual ela endereçava o requerimento, ou seja, como “fiel veneradora e menor criada” do secretario de estado.

Em 1765, D. Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho,¹² outra representante da elite senhorial do Rio de Janeiro,¹³ pedia autorização ao rei para citar o Conselho de Mariana a pagar uma dívida com a herança do

¹¹ Carta, Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro (AHU-RJ), 10 de junho de 1764, cx. 71, doc. 6548.

¹² D. Helena de Andrade de Souto Maior Coutinho era filha do Capitão-mor Clemente Pereira de Azeredo Coutinho casado com D. Helena de Andrade Souto Maior, irmã de Carlos de Azeredo Coutinho. Pai e irmão falecidos em 1739 no engenho Itaúna. RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (sécs. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, pp. 146-7.

¹³ Fragoso define como sendo uma família senhorial aquela em que o marido descendia de um antepassado que teve um engenho nos primeiros anos da conquista, ou que a mulher tenha tido em sua família algum proprietário de engenho. FRAGOSO, João. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*. *Topoi*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 46, dez. 2000.

falecido marido, capitão-mor do Rio de Janeiro Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria:

Diz D. Helena de Andrade de Souto Maior, viúva do Capitão mor do Rio de Janeiro Manoel Pereira Ramos de Lemos de Faria da cidade do Rio de Janeiro, e por falecimento dele possuidora e cabeça do seu casal que para satisfazer as obrigações que pelas referidas circunstâncias lhe assistirem, lhe é necessário fazer citar o Conselho da Cidade de Mariana, para responder a um Libelo em que pretende demandá-lo, por oito ou nove mil cruzados ou o que for na verdade de que lhe é devedor ao seu casal, procedidos das casas em que se acha estabelecido; e porque não pode fazê-lo sem a Licença de Vossa Majestade.¹⁴

Alguns dias mais tarde, D. Helena fez novo requerimento pedindo que fosse dada provisão para que ela procedesse à medição, demarcação e tombamento de terras que possuía seu casal na capitania do Rio de Janeiro, nas freguesias de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu -que não haviam sido demarcadas judicialmente -, e de São Gonçalo -que se perderam durante a invasão francesa, mas pertenceram à sua família desde sempre. Ela começa dizendo que morava em sua casa de Marapicu, recôncavo do Rio de Janeiro e que

(...) entre os bens que a suplicante possui, e administra, como possuidora e cabeça do dito seu marido, possui também e administra os Engenhos de Marapicu e Cabuçu com os currais e fazendas anexas dos pantanais do Guandu sitos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu termo da mesma cidade os quais Engenhos estão fundados em uma sesmaria de duas léguas de terra em quadra (...).¹⁵

Os requerimentos de D. Helena são representativos para identificarmos como as viúvas - neste caso específico, o de uma representante da elite colonial – faziam uso de direitos que lhes eram reconhecidos pelas autoridades

¹⁴ Requerimento, AHU-RJ, 18 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6681.

¹⁵ A sesmaria da freguesia de Marapicu tinha seus limites dados pela Fazenda de Santa Cruz, a serra de Gericinó e do Tinguá e a fazenda da Pedra dos religiosos carmelitas.¹⁵ Em São Gonçalo, a fazenda Itaúna tinha 750 braças de testada por meia légua de sertão. Nela havia um porto de mar com navegação pelo Rio Itaúna e lá nasceu e foi batizada a suplicante. Os desembargadores concordaram em permitir que fosse aceito o pedido da requerente. Requerimento, AHU-RJ, 24 de janeiro de 1765, cx. 73, doc. 6685.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

metropolitanas e não recebavam em fazê-los cumprir sempre que era necessário. Poderia ser através de procuradores, advogados ou solicitadores, mas certamente estas mulheres sabiam que poderiam ser atendidas, e não perderiam tempo nem dinheiro com tais demandas.

Nos casos em que a falta de patrimônio poderia levá-las a dificuldades, as viúvas não hesitaram em recorrer ao arbítrio real a seu favor. Em 1785, Quitéria Flora de Jesus pedia que a rainha lhe concedesse a mercê de receber os rendimentos do ofício de escrivão da ouvidoria do cível da Relação do Rio de Janeiro que foi colocado em arrematação pela Real Junta.¹⁶ Com medo da negativa, a viúva pede para receber pelo menos a terça parte dos rendimentos “enquanto esta viva for, cuja mercê própria de tão Augusta Soberana tem já sido concedida a outras viúvas”. Ela começa apelando para a bondade da rainha e se colocando sob sua proteção:

Com humildade profunda procura os pés do Real Trono de Vossa Majestade D. Quitéria Flora de Jesus [ilegível] a uma extrema necessidade, e refúgio na Régia e incomparável clemência com que Vossa Majestade piedosamente protege, e favorece aos seus fiéis vassalos, fazendo-se mais que todos a suplicante é digna do amparo se tão Augusta e Beneficente Soberana. Foi senhora casada a Suplicante legitimamente com Antônio Machado Freire, Escrivão proprietário do ofício da ouvidoria Geral do Cível da Relação da Cidade do Rio de Janeiro (...). O marido da suplicante organizou e tirou do próprio bolso recursos para dar cabo ao processo do Colégio dos Jesuítas e perdeu parte de seus rendimentos quando o Marquês de Lavradio distribuiu o trabalho do falecido entre outros três tabeliães da cidade. Assim a suplicante argumenta que ele perdeu muito dinheiro e se endividou. (...) poucos dias depois de ser restituído o ofício de que era proprietário o marido da Suplicante faleceu aquele em 28 do mês de setembro de 1779, ficando seu casal tão endividado, pobre, e consternado pelos credores que a suplicante oprimida na sua viuvez com duas Irmãs donzelas, sua Mãe e mais família desamparadas de todo socorro só lhe fica o regresso (sic) de implorar a Vossa Majestade o seu pronto remédio, que com ânimo Real, cheio de incomparável piedade como dote, e atributo principal do ser Real, não consente sair a Suplicante dos Pés de Vossa Majestade da mesma sorte desamparada sem aquele socorro, que humildemente procura a Suplicante para o

¹⁶Sobre a propriedade de ofício em Portugal e seu provimento ver HESPANHA, António Manuel. *História das Instituições: Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, pp. 385-398.

alívio das suas penalidades, e pobreza, mais por Grandeza, e Beneficência de Vossa Majestade que em prêmio dos serviços do marido da suplicante.¹⁷

O parecer do Conselho sobre o requerimento confirma que o benefício a que a suplicante reclamava já era uma prática conhecida, pois os desembargadores relatam que a “*Mesma Senhora [rainha]tem algumas vezes concedido*”¹⁸. Encontramos relatos como este desde os primeiros anos do reinado de D. José.¹⁹ Algumas características intrínsecas que os ofícios ocupados por funcionários reais tinham em todo o Império luso permitiam que as viúvas fizessem estes requerimentos ao monarca. O caráter de propriedade dos ofícios, concedidos como mercê pela coroa, permitiam que fossem transmitidos por herança, e desta forma, habilitava estas mulheres a apelarem para a coroa em busca de auxílio. Nos casos de mães viúvas, havia a possibilidade de se alugar o ofício que pertenceu ao marido até que o filho menor tivesse idade para ocupá-lo. Foi o que algumas fizeram como tutoras de seus filhos menores. Teodora Francisca Evangelista foi uma delas:

Diz Teodora Francisca Evangelista viúva de Francisco Lopes Carneiro como tutora que mostra ser de seu filho menor Joaquim Lopes Carneiro, moradora na cidade do Rio de Janeiro que V.^aMagd.^e houve por bem fazer-lhe mercê pelo Alvará junto, de lhe conceder faculdade para nomear serventuário no ofício de Escrivão da descarga da Alfândega da mesma cidade durante a menoridade do dito seu filho; cuja graça tem tido efeito até o presente; e porque ele se acha com a idade de 13 anos; como consta da certidão inclusa; é preciso a ela suplicante recolher-se desta corte com o sobredito seu filho para o aplicar-se as artes e ciências, e deixando serventuário no mencionado ofício certamente, o não há de desfrutar, na sua ausência, com aquela fidelidade, com que o desfrutara, tendo a faculdade para o arrendar a pessoa que tenha a mesma aptidão que devia ter o serventuário.²⁰

¹⁷ Requerimento, AHU-RJ, 8 de janeiro de 1785, cx. 125, doc. 10010.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Requerimento, AHU-RJ, 17 março 1753, cx. 45, doc. 4645.

²⁰ Requerimento, AHU-RJ, 6 de julho de 1767, cx. 81, doc. 7260.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Nestes requerimentos citados acima, alguns pontos merecem destaque para entendermos o papel da mulher viúva na sociedade e economia do Antigo Regime.²¹ Enquanto casada, o marido cabeça de casal ficava responsável pela segurança material e física de todos os membros da família, a lei portuguesa amparava este arranjo familiar e determinava a maneira como ele deveria ser.²² Algumas características presentes aqui perpassam por todo o período estudado.

A primeira delas diz respeito ao fato de que a morte do marido colocava a esposa na posição de cabeça de casal, papel antes ocupado pelo homem. De ser incapaz para tomar decisões ou se responsabilizar por seus atos, a viúva assume funções que em solteira ou quando casada lhe eram vetadas.²³ Sua condição de viúva a alçava à cabeça de casal, responsável pela manutenção e funcionamento da casa, de si e da prole. A viúva passava de *feme covert* a *feme sole*,²⁴ situação que legalmente a igualava às mulheres solteiras e liberava-as da tutela da figura masculina. Desta forma, ela se tornava competente para impetrar ação nos tribunais, comprar e vender propriedades e até mesmo se casar novamente com quem ela desejasse. Entretanto, esta mesma lei impunha limites a esta liberdade e protegia as viúvas de possíveis tropeços.

As Ordenações do Reino, Leis e Alvarás refletem a necessidade de se regular o que vinha acontecendo na sociedade e dispor sobre questões relativas à herança, à tutela dos órfãos e à proteção da viúva. Pelas Ordenações

²¹ Sobre a participação da mulher na economia da metrópole ver FONSECA, Teresa. A mulher na economia do Antigo Regime: Évora, 1750 – 1820. *Faces de Eva: Estudos sobre a mulher*. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, nº 5, pp. 95-116, 2001.

²² Não podemos nos esquecer que na sociedade colonial os concubinatos, famílias chefiadas por mulheres sós com filhos e outros arranjos familiares eram comuns. A legislação serve como ponto de partida para uma análise dialética, uma vez que muitos dos casais presentes nos inventários se formaram com base neste padrão regido pela legislação em vigor, mas conviviam com organizações familiares complexas e diversas. Para uma discussão a respeito dos padrões familiares no Brasil ver SAMARA, op. cit. e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

²³ A possibilidade da mulher fazer uso da Lei de Velleano é um exemplo claro dessa incapacidade judicial inerente à sua condição. Ver *Ordenações Filipinas*. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, Livro 4, Título 61, p. 858.

²⁴ Ariela Dubler ressalta a diferença de status entre a mulher casada (*femecovert*) e a mulher solteira ou viúva (*feme sole*) em um artigo que trata de leis americanas do passado. DUBLER, Ariela R. *In the Shadow of Marriage: Single Women and the Legal Construction of the Family and the State*. **The Yale Law Journal**, Yale, Vol. 112, pp. 1641-1715, 2003.

se pautava a ordem social, a economia, os dispositivos da vida privada, definia-se o que deveria ser considerado crime e as formas de puni-los. Por elas e pelo conjunto de leis e alvarás promulgados ao longo do período colonial regulavam-se as disposições testamentárias (Ordenações, Livro 4, Título 80), os dotes e legítimas (Alvará de 17 de agosto de 1761, Alvará de 4 de fevereiro de 1765), a partilha entre os herdeiros (Ordenações, Livro 4, Título 96) , a comunhão de bens e o modo como homem e mulher eram meeiros nos bens casal (Ordenações, Livro 4, Título 46), a instituição de tutores e curadores para o órfãos (Ordenações, Livro 4, Título 102), o luto das viúvas (Lei de 17 de agosto de 1761, Pragmática de 1749) e os seus recasamentos (Alvará de 23 de novembro de 1770). Apoiadas por essa legislação, as viúvas frequentemente se dirigiram ao aparelho burocrático disponível no Antigo Regime português para socorrê-las.

Em segundo lugar, o andamento das demandas demonstra que essas mulheres, apesar da constante insistência em se tentar mantê-las enquanto figuras de segundo plano, aparecem constantemente como protagonistas, cientes de seus direitos e possibilidades de ação. Os recursos levados até o Conselho Ultramarino são exemplos de atuação e de conhecimento dos mecanismos que lhes seriam úteis para atingir os resultados almejados.

Por fim, estas mulheres em geral se mostraram bem informadas com relação ao patrimônio do casal. Se não o conheciam durante a vigência do matrimônio, ao menos com a morte do marido, foram obrigadas a sê-lo, pois enquanto viúvas e inventariantes deveriam conduzir o inventário como meeiras – nos casos de casamento por carta de a metade. Durante a condução do inventário elas eram as responsáveis por organizar e manter os bens existentes para serem divididos entre os herdeiros. Portanto, não eram poucas as suas responsabilidades e, desta forma, elas agiam em defesa de seus direitos e deveres.

Cumprindo seus deveres, Josefa Caetana de Souza Barreto pedia que lhe fosse fornecida a certidão do ajuste de contas de seu sogro, Francisco Luiz

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Saião, contratador da dízima do Rio de Janeiro entre os anos de 1729 e 1731, para que assim desse prosseguimento à partilha da herança de seu falecido marido, João Luis de Sousa Saião.²⁵ Caetana Alberta, viúva do capitão José Vieira Souto,²⁶ também procurava acertar suas contas com a fazenda real e credores em 1765. A diferença estava no fato de que, como tutora dos filhos e testamenteira do falecido, ela não havia conseguido cumprir no prazo o que estava estipulado no testamento do esposo para dar partilha e pagar credores. Caetana Alberta, provavelmente bem assessorada por especialistas, pedia mais cinco anos para acertar as contas da testamentária de seu marido:

Diz Caetana Alberta viúva que ficou do Capitão José Vieira Souto, moradora na cidade do Rio de Janeiro que de seu legítimo matrimônio lhe ficaram três filhos todos menores de quem a Suplicante é Tutora e testamenteira do defunto seu marido, o qual deixou em seu testamento que a Suplicante não fosse obrigada a dar contas da dita testamentária se não passado cinco anos por reconhecer o mesmo trabalho que era preciso para se ajustar as contas do negócio são da sua casa que foi de muito grande cabedal com com(sic) [cor]respondências para todas as partes donde costumam negociar os bons negociantes portugueses; e como as ditas contas se não puderam ajustar e calcular dentro dos ditos cinco anos para se saber o quanto fica líquido pertencente a mesma casa, e deste se tirar a parte do Testador para se dar o cumprimento às suas disposições (...).²⁷

Não são raras as vezes que os maridos no momento de escrever o testamento procuraram salvaguardar meios para que as suas esposas pudessem manter-se e aos filhos quando eles não estivessem mais ao seu lado. Foi o que vimos com o exemplo de Caetana Alberta quando o marido estipula em testamento os cinco anos para o acerto de contas e é o que observamos no requerimento do capitão Jorge de Azevedo e Souza, em 1796, morador na Vila de Angra dos Reis. Assim ele explica sua demanda:

²⁵ Requerimento, AHU-RJ, 8 janeiro 1776, cx. 98, doc. 8498.

²⁶ José Vieira Souto faleceu em 1761, deixando três filhos entre eles Lourenço José Vieira Souto, que mais tarde seria nomeado juiz de fora do Rio de Janeiro. Foi arrematador do contrato da pesca de baleias e possuía negócios em diversas partes do Império. MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a Serviço do Rei: a administração da justiça e os ouvidores gerais na comarca do Rio de Janeiro (1710-1790)*. Niterói, 2013. Tese (Doutorado em História Social) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 210.

²⁷ Requerimento, AHU-RJ, 16 de novembro de 1765, cx. 76, doc. 6919.

Diz o Capitão Jorge de Azevedo e Sousa, morador na Vila de Angra dos Reis da Ilha Grande em o Brasil, que ele se acha legitimamente casado com D. Josefa Maria de Souza, a quem o Suplicante tem nomeado em testamento solene Tutora de seus filhos ainda menores, havidos do mesmo matrimônio, assim por ser a dita sua mulher muito hábil, diligente, e cuidadosa dos interesses do seu casal e capaz de bem reger, e governar a pessoa dos mesmos menores; como por que consistindo os seus bens em uma fábrica de açúcar, que, sem grande prejuízo, ou ruína total, não pode ser dividida, ao mesmo passo que pelos seus rendimentos anuais se poderá facilmente preencher a legítima de cada um dos menores, ficando ainda subsistindo a fábrica para a segunda partilha do cônjuge supervivente (sic). E porque no Juízo de Orfãos se não atende ordinariamente as sobreditas razões, e em dano dos mesmos órfãos são destroçadas as casas; requer o suplicante a V. Mag. se digne mandar-lhe passar Provisão para que em confirmação da nomeação testamentária que o Suplicante tem feito seja a dita sua mulher confirmada na posse dos bens dos Órfãos sem obrigação de dar fiança por estar abonada com a mesma fazenda contanto que assine termo de a não vender, e isto enquanto se conservar no estado de viúva.²⁸

Com o objetivo de manter o engenho de açúcar indiviso, assegurando-se que essa seria a única maneira de se garantir o patrimônio familiar, bem como o bem-estar dos filhos, o testamenteiro pedia à rainha que confirmasse sua última vontade de que o engenho ficasse em poder da esposa, que saberia como administrá-lo. Em seu pedido o requerente justifica sua intenção dizendo que a esposa era muito capaz de cuidar do que ele pretendia deixar para ela, pois era “*muito hábil, diligente, e cuidadosa dos interesses do seu casal*”. Portanto, provavelmente a esposa conhecia já o funcionamento da fábrica, caso contrário ela teria bastante dificuldade para administrá-la e aos filhos.

Um último elemento deve ser ressaltado aqui. Na petição acima, o requerente faz uma ressalva quanto à esposa: ela quando viúva não poderia casar novamente, isto invalidaria o que o capitão José de Azevedo e Sousa

²⁸ Requerimento, AHU-RJ, 16 de dezembro de 1796, cx. 160, doc. 12016.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

havia disposto nas verbas do testamento. O segundo casamento transformava em cabeça de casal o segundo marido da viúva, portanto, qualquer bem que lhe pertencesse passaria para as mãos dele, prejudicando a descendência do primeiro casamento e, em casos extremos, a perda por má administração do novo esposo.

Contrair segundo matrimônio, significava para a mulher retornar à condição de tutelado de um homem. De acordo com as leis do reino, a mulher que se casasse novamente perdia sua autonomia jurídica para o segundo marido, passando, este a administrar seus bens. Portanto, a mulher viúva que herdasse bens do primeiro marido, era aliada da posse dos bens se fosse menor de 50 anos e ambos se tornavam meeiros no patrimônio que traziam para o consórcio.

Com relação aos filhos do primeiro matrimônio, entretanto, ficava resguardada a sua segurança material através das obrigações da inventariante dispostas no código filipino. Com a imposição da lei em se fazer inventário logo após a morte do marido²⁹ e a necessidade de uma pessoa responsável pela tutelados filhos menores se tentava garantir aos herdeiros que a sua legítima paterna estivesse segura. Nos casos em que a mãe fosse tutora dos filhos, com o novo matrimônio, seria indicado um novo tutor.³⁰ O não cumprimento das disposições da lei ocasionava em muitos casos o sequestro dos bens que estivessem nas mãos da mãe viúva.

Foi o que aconteceu em 1772 com o tutor Nicolau da Costa Guimarães. Ele pedia ao rei, D. José, uma porcentagem de pelo menos 5% de tudo o que ele cobrasse das dívidas e bens administrados da herança que estavam sob sua responsabilidade e foram sequestrados à viúva:

Diz Nicolau da Costa Guimarães homem de negócio da Praça do Rio de Janeiro, que falecendo nela Manoel da Costa e Freitas, passou a segundas núpcias a viúva dele fazendo-lhe por este motivo sequestro nos bens em conformidade da nova Lei de 9 de setembro de 1769 pelo Juízo dos Órfãos, e na mesa que

²⁹ No Livro 1, Título 88, parágrafos 4 e 8 estabelecia-se o prazo para abertura do inventário de 30 dias após a morte do cônjuge o qual devia se encerrar dentro de 60 dias. *Ordenações*, op. cit., Livro 1, Título 88, pp. 201-210.

³⁰ *Ordenações*, op. cit., Livro 4, Título 102, § 3, p. 998.

naquela Relação onde se despacham os negócios, pertencentes ao Desembargo do Paço, foi ao suplicante nomeado administrador dos referidos bens porém não se lhe assinou salário que por todos os direitos lhe é devido, e porque aos tutores se dá vintenas do que cobram dos bens do pupilo aos testamentários, a dos bens das testamentárias (...).³¹

Também em 1772, o tutor e herdeiros de Manoel da Costa pediam ao rei D. José que se fizesse o sequestro dos bens que ficaram com a viúva, Quitéria Maria de Jesus, depois que esta havia se casado novamente. Eles reclamavam a terça que ficara em posse da viúva por acórdão da Relação do Rio de Janeiro,³² e deveria ser restituída aos filhos por morte desta, estava sendo dilapidada por ela e pelo segundo marido, e, assim, prejudicava-se a legítima dos herdeiros do primeiro matrimônio.

Dizem João de Crasto Viana e Felipe da Costa Freitas e mais irmãos deste todos do Rio de Janeiro e os referidos suplicantes Netos do próprio seu Avô e Tutor, Sogro, e filhos que ficaram de Manoel da Costa Freitas do mesmo Rio, que falecendo este a viúva sua mulher Quitéria Maria de Jesus Filha e mãe dos suplicantes se deixou aliciar por força[?] dos cobiçosos afagos de [capitão] Dionizo de Souza Araújo, homem pobríssimo que pouco tempo passado depois do óbito do próprio seu marido com ele passou a segundas núpcias rompendo pelo escândalo que com o dito procedimento causava do que resultou em observância da lei de V[ossa] Ma[jestade] na Partilha que se fez dos bens do casal do primeiro seu marido adjudicar-se logo a seus filhos a legítima Materna e a viúva unicamente a Terça de seus bens para a desfrutar a cujo capital foi determinado por Acórdão do Tribunal da Relação respectiva que a suplicada prestasse fiança idônea para evitar o consumo do mesmo capital que por sua morte devia ficar salvo em benefício dos filhos do primeiro matrimônio (...).³³

³¹ Requerimento, AHU-RJ, 11 de maio de 1772, cx 94, doc. 8147.

³² Em 12 de outubro de 1771 a Relação do Rio de Janeiro determinou que fosse dada fiança idônea no termo de três dias por parte da viúva e do seu segundo marido do que lhes competiu o uso fruto da Terça como forma de garantir os alimentos, caso contrário seria feito o sequestro destes bens. Idem.

³³ Requerimento, AHU-RJ, 30 outubro de 1772, cx. 95, doc. 8193.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

A viúva e seu marido fizeram apenas uma caução juratória.³⁴ Os suplicantes, no entanto, alegavam que a caução juratória só foi aceita porque o Ministro da Relação que cuidava do caso era padrinho do segundo matrimônio da suplicada. Segundo os autores do requerimento, o patrimônio vinha sendo dissipado pelos suplicados. Eles informavam que o valor da terça superava os 20 mil cruzados, dos quais, 3 mil cruzados estavam dispostos em bens de raiz e o restante em dinheiro e escravos – capital de fácil dilapidação. Para os suplicantes, havia a necessidade de que os bens da terça fossem sequestrados até que a fiança idônea fosse feita. Por outro lado, os suplicados justificavam o seu procedimento por não ter sido possível encontrar quem quisesse ser seus fiadores

Através dos documentos anteriores podemos destacar alguns elementos que determinavam o papel da viúva no período. O primeiro deles diz respeito às consequências que um segundo matrimônio poderia ter, tanto para a mulher quanto para os filhos, com relação à manutenção do patrimônio herdado. Em segundo lugar, o comportamento que era considerado adequado para a viúva depois da morte do marido. Ela deveria cumprir algumas normas que lhes garantiriam uma conduta adequada à sua nova condição, entre elas, guardar o luto. De acordo com o que podemos depreender do relato acima, é muito provável que a viúva não tenha aguardado o período de luto que ela deveria esperar para contrair novo matrimônio, pois “pouco tempo passado do óbito” passou a segundas núpcias. Outra característica que se atribui muito frequentemente às mulheres era a sua incapacidade de resistir aos “afagos” e carinhos daqueles que lhes queriam seduzir e conquistá-las em busca de alguma vantagem – fosse fortuna ou apenas sua virtude.

Mais adiante observaremos como a legislação tentou proteger viúvas e filhos das “fraquezas” inerentes às mulheres só do período em questão. O principal objetivo era evitar a dilapidação do patrimônio por má administração

³⁴ A caução juratória era apenas um juramento feito no qual uma das partes se prontificava a cuidar dos bens com zelo, enquanto a fiança idônea garantia, pela presença de um fiador, que se houvesse algum dano ao espólio, os herdeiros seriam reembolsados. Para maiores informações ver SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 16^a. ed., Rio de Janeiro: Editora Forense, 1999, p. 161.

ou interesses escusos de pessoas externas à família. Vejamos, por hora, o que restava àquelas viúvas que tinham alguns ou nenhum bem e precisavam da ajuda de instituições estabelecidas durante o Antigo Regime para lhes garantir amparo na falta de seus maridos, ou ainda àquelas que preferiam abrigar-se em um convento ou recolhimento em busca de proteção.

Proteção e caridade

Desde a última década do século XVII as autoridades tentavam minimizar os rigores da condição de viúva na cidade do Rio de Janeiro. Em 1693, a vereança da cidade se preocupava em prover algum sustento às viúvas pobres e miseráveis. O governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, preocupado com o número de crianças órfãs na cidade, pedia que a propina³⁵ que estava sendo arrecada com uma obra pia fosse destinada para a criação e o sustento dessas crianças. Entretanto, os membros do concelho da Câmara alegavam que a renda já vinha sendo empregada na alimentação de “viúvas pobres e miseráveis e muitas outras pessoas desamparadas.”³⁶

Além da ajuda governamental, haviavárias instituições às quais as viúvas podiam recorrer para serem amparadas na falta de seus maridos: sociedades de classe, irmandades religiosas, conventos e recolhimentos. Estas instituições, apoiadas por seus estatutos e regulamentos, procuravam ajudar as viúvas de seus membros sempre que fossenecessário.

³⁵ Antonio de Moraes e Silva define propina como “Presente, ou dom em dinheiro, pano ou peça que se dá a alguns oficiais, ministros, lentes por assistência ou trabalho (...).” SILVA, Antonio de Moraes e Silva. *Diccionario da lingua portuguesa*, vol. 2. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 515.

³⁶ Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a carta do governador do Rio de Janeiro, Antônio Pais de Sande, acerca das crianças expostas propondo aplicar a propina das obras pias para a criação e sustento dessas crianças pela Casa da Misericórdia ou pela Câmara desta cidade. AHU-RJ, 26 setembro de 1693, cx. 6, doc. 566.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

A Mesa do Bem Comum do Comércio procurava assegurar aos seus membros e familiares apoio em momentos delicados de suas vidas.³⁷ A confraria, idealizada pelos homens de negócio do Rio de Janeiro que comerciavam “de mar em fora”,³⁸ foi criada com o intuito de “se conferir e procurar o que fosse útil ao mesmo comércio, pelo muito que se acha deteriorado na dita Praça”.³⁹ A Mesa era dedicada ao Divino Espírito Santo e os trabalhos da irmandade teriam lugar na Igreja do Bom Jesus do Calvário até que fosse construída uma igreja para suas reuniões.

Em seu compromisso ficou estabelecido que os rendimentos obtidos com o que fosse arrecadado pelas taxas cobradas sobre os produtos da alfândega seriam divididos em quatro partes: 1. para o ornato da Igreja e culto divino que fosse construir para os trabalhos da irmandade; 2. missas pelas almas dos irmãos que concorreram para o aumento do seu rendimento; 3. ajudar-se-ia os homens de negócio que fossem irmãos e que estivessem reduzidos à miséria, bem como “suas mulheres sendo viúvas, e que a Mesa atenda para a regularidade às obrigações de casa de cada um”; 4. a última parte ficava reservada para fornecer dotes de 400\$000 para as filhas de homens de negócio sem recursos que foram irmãos.⁴⁰

As irmandades geralmente procuravam auxiliar seus irmãos nos momentos derradeiros da vida. No que tange às mulheres dos irmãos mortos, enquanto fossem viúvas, e não ingressassem em um novo matrimônio com um homem que não fosse membro da associação, permaneciam desfrutando do seu auxílio. A irmandade de Nossa Senhora da Conceição da Praia da Bahia,

³⁷ Compromisso da Mesa do Bem Comum do Comércio da Praça do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1753. AHU-RJ, 20 de maio de 1755, cx. 79, doc. 18331 (anexo ao documento número 18.327).

³⁸ A Mesa do Bem Comum não aceitava, entretanto, entre seus membros homens de negócio que administrassem contratos da coroa, “por ter feito ver a experiência, que estes só andam cuidando no melhor meio para os seus interesses sem atenderem ao bem comum”. Idem, capítulo 8.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem, capítulo 40.

por exemplo, permitia que as viúvas dos irmãos fossem enterradas com os ritos funerários comuns à mesma.⁴¹

Assim também ocorria com os membros da irmandade das Santas Casas de Misericórdia por todo o Império luso.⁴² As diversas Misericórdias, nas mais diferentes localidades por onde se estendia o domínio português, tomavam como base o compromisso da Santa Casa de Lisboa, no qual estava estabelecido que se estendia às viúvas e seus filhos os privilégios dos funerais dos irmãos, desde que as viúvas não se casassem novamente. Entretanto, no caso de um novo matrimônio com um membro da irmandade, ela teria o direito assegurado.⁴³

Além do amparo aos irmãos em tempos de dificuldades econômicas ou nos momentos derradeiros do confrade, a Santa Casa cumpria uma função importante nos domínios lusos: a assistência aos pobres e necessitados. Nessas categorias se incluíam: presos, mulheres e crianças órfãs. Apesar de terem desaparecido dos textos seguintes, no compromisso de 1516 da Misericórdia de Lisboa, as obras às quais deveriam se dedicar os irmãos se dividiam em dois grupos, as obras espirituais e corporais. Cada uma delas se subdividia em sete itens. Nas obras espirituais cabia ensinar os simples; dar bom conselho a quem o pede; castigar com caridade os que erram; consolar os tristes desconsolados; perdoar a quem nos errou; sofrer as injúrias com paciência e rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Entre as obras corporais os irmãos deveriam remir os cativos e visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres e enterrar os mortos.⁴⁴

⁴¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Fidalgos and Philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia da Bahia*. Berkeley: University of California Press, 1968, p. 204.

⁴² Sobre a presença das Santas Casas nos domínios portugueses consultar SÁ, Isabela dos Guimarães. *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português (1500-1800)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997

⁴³ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 205; SÁ, op. cit., p. 95.

⁴⁴ SÁ, op. cit., p. 105.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

A assistência às viúvas, bem como os órfãos e miseráveis, enquadrava-se em várias das obras da Misericórdia, sobretudo as corporais. Destinavam-se a estes grupos da sociedade a maioria das esmoladas administradas pela confraria. Na Misericórdia da Ribeira Grande (Açores), por exemplo, grande parte das esmoladas cabia a domicílios chefiados por mulheres com ausência de homens ou com membros masculinos inválidos. Porém, era preciso que a mulher tivesse comportamento adequado, ou seja, vivesse “recolhida de portas adentro”.⁴⁵

A ação da Misericórdia de Goa destinava-se, sobretudo, ao socorro de “órfãos e viúvas, filhas e mulheres de fidalgos e cavaleiros que morreram ao serviço de Sua Alteza”.⁴⁶ A confraria atuava em duas frentes: ajudando as viúvas de portugueses e mulheres que podiam ser enquadradas na categoria de “pobres envergonhados”,⁴⁷ assim como na administração de recolhimentos na cidade. No que diz respeito à ajuda dada através de esmoladas, observa-se que havia uma hierarquia a ser obedecida para a sua concessão. As indianas viúvas de portugueses eram separadas pelos funcionários do vice-rei no momento de se entregar as esmoladas recebiam quantias superiores às entregues aos outros pobres. Mulheres que chegavam encobertas por seus palanquins deveriam fazer um pedido por escrito. Por último, todas as outras mulheres eram atendidas.

Para as portuguesas que desejassem se proteger em Goa, havia dois recolhimentos e um convento femininos sob a tutela da Misericórdia: Nossa Senhora da Serra, Santa Maria Madalena e o convento de Santa Mônica.⁴⁸ Estas instituições procuravam acolheras mulheres que estivessem sujeitas a algum

⁴⁵ SÁ, op. cit., pp. 133 e 137.

⁴⁶ Apud SÁ, op. cit., p. 176.

⁴⁷ SÁ, op. cit., p. 156. Pobres envergonhados eram indivíduos que haviam descido na escala social. Idem, p. 26.

⁴⁸ Estas instituições foram fundadas entre os anos de 1598 e 1610. Para maiores informações ver COATES, Thimoty J. *Exiles andorphansforcedandstate-sponsoredcolonizers in thePortuguese Empire, 1550-1720*. Minnesota, 1993, Ph.DThesis,Universityof Minnesota; OLIVEIRA, Rozely Menezes Vagas.O convento de Santa Mônica e a educação feminina na Goa dos seiscentos.In: XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400550484_ARQUIVO_Apresentacao-ANPUH2014.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2017.

perigo ou significassem uma ameaça ao andamento da boa ordem nos domínios lusos. O recolhimento de Santa Maria Madalena, por sua invocação, pretendia recolher aquelas mulheres de vida duvidosa. Já o recolhimento da Serra aceitava a entrada de donzelas do reino, órfãs, viúvas e mulheres abandonadas cuja honra não havia sido maculada. O convento das mônicas se destinava ao acolhimento das viúvas e donzelas ricas.

Em 1727, foi fundado em Macau um orfanato administrado pela Misericórdia. Além das órfãs eram aceitas viúvas como pensionistas. Devido a dificuldades financeiras, a confraria foi obrigada a encerrar suas atividades.⁴⁹ Na Bahia, os mordomos das visitadas da Santa Casa costumavam prover com esmolas, roupas e remédios viúvas e seus dependentes em dificuldades.⁵⁰ O Recolhimento do Santo Nome de Jesus também atuou na salvaguarda das mulheres baianas da colônia, sobretudo aquelas que podiam pagar suas despesas. Declarado aberto em 1716, o Recolhimento tinha como principal objetivo abrigar jovens da classe média baiana em idade de casar que estivessem em perigo e fossem órfãs de pai ou de mãe. Além de abrigo e educação, elas recebiam um dote que as habilitava para o casamento. Entretanto, sob a insistência do rei, logo foram aceitos dois outros grupos de mulheres como porcionistas: mulheres viúvas e solteiras, bem como esposas de homens ausentes a serviço ou negócios.⁵¹

Na América lusa outras instituições procuravam proteger as mulheres viúvas. Conventos e recolhimentos foram fundados em vários locais com o objetivo de salvaguardar as mulheres em conflito com seus maridos, mulheres viúvas e educandas na colônia. Na prática cotidiana, não havia diferença clara entre os objetivos e finalidades destas instituições.⁵² O Recolhimento para Órfãs

⁴⁹ RUSSELL-WOOD, op. cit., p. 34.

⁵⁰ Idem, p. 322.

⁵¹ Ibidem, p. 328.

⁵² De acordo com Leila Algranti, [u]tilizava-se, portanto, o termo recolhimento para identificar todas as instituições femininas de reclusão que não tivessem sido fundadas com o apoio do papa, mas erguidas com fins devocionistas, caritativos ou devocionais. Mais do que isso, a análise dos estatutos dos conventos e recolhimentos estudados revela que, com exceção do aspecto legal e

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

da Santa Casa de Misericórdia, fundado no Rio de Janeiro em 1739, permitia que além das quinze órfãs fossem “admitidas no recolhimento outras pessoas, como viúvas, mulheres casadas que estão sem a companhia de seus maridos, e moças donzelas, as quais entrarão com o título de porcionistas”.⁵³ A admissão destas mulheres no recolhimento ficava condicionada ao pagamento de 50\$000 em dinheiro de contado em duas parcelas: uma antes da entrada e outra seis meses depois.⁵⁴ Na freguesia de Roça Grande, distrito de Sabará, as irmãs do beato Félix da Costa, se reuniram, sem votos conventuais, em busca de uma vida dedicada a Deus. No Recolhimento das Macaúbas, desde de sua fundação em 1716, acolheu-se esposas em litígio com os maridos e viúvas, apesar de ter tido como principal objetivo abrigar moças para serem educadas.⁵⁵

Mas se recolher em instituição feminina não era tão simples na colônia. Em 1771, D. Antônia Viana de Castro, moradora no Rio de Janeiro e viúva do desembargador dos agravos da Relação do Rio de Janeiro, Matias Pinheiro da Silveira Botelho,⁵⁶ pedia ao rei D. José que fosse provida de uma permissão para dispor como quisesse de seus bens para se recolher em um convento na mesma cidade.

Diz D. Antônia Viana de Castro Viúva que ficou do Desembargador Matias Pinheiro da Silva e moradora na cidade do Rio de Janeiro, que em razão da suplicante não ter filhos nem descendentes alguns legítimos e achar-se já muito avançada em anos deseja recolher-se a um dos Conventos de Religiosas daquela cidade, onde com maior sossego, e quietação possa reclusa passar o resto da sua vida, e como os bens todos que possui não são hereditários que de seus pais ou parentes lhe ficarem mas sim adquiridos por sua indústria, e negociações e deles antes de recolher-se ao dito Convento intenta dispor livremente em benefício de algumas pessoas a quem vive

dos votos solenes, não havia diferenças entre eles. ALGRANTI, Leila M. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia*. 2ª ed., Rio de Janeiro: José Olímpio, 1999, p. 78.

⁵³ Das mulheres que podem ser admitidas no recolhimento. Estatuto primeiro. In: ALGRANTI, Leila M. *Estatutos do Recolhimento das Órfãs da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*. Cadernos Pagu(8/9), 1997, p. 384.

⁵⁴ ALGRANTI, *Estatutos* ..., op. cit., p. 395.

⁵⁵ ALGRANTI, *Honradas e Devotas*..., pp. 23-24.

⁵⁶ O desembargador Matias Pinheiro da Silveira Botelho serviu como ouvidor-geral do Piauí, Juiz de Fora, provedor da Fazenda Real e dos Defuntos. Requerimento, AHU-RJ, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5962.

obrigada, como também em algumas obras pias que sejam do agrado de Deus (...).⁵⁷

O casamento de D. Antonia e o desembargador Matiasse realizaraem 1755, segundo nos relata João Fragoso,⁵⁸ mas ambos já haviam se casado anteriormente, ela com Paulo Pinto de Faria⁵⁹ e ele com D. Madalena Luiza Barreiros de Aguiar Coutinho.⁶⁰ O desembargador tivera dois filhos que, ao tempo de seu falecimento, eram menores e moravam em Portugal. Segundo nos informam os próprios filhos, em 1756, Matias Pinheiro da Silveira Botelho já havia falecido e D. Antonia iniciara o processo para partilha dos bens sem que o inventário da primeira mulher do desembargador tivesse sido concluído em Portugal.⁶¹

No Brasil, o casal de D. Antonia e do desembargador Matias não tinha filhos, os herdeiros eram os sobrinhos. Em 1778, o capitão José da Costa Barros pedia que fossem confirmadas as doações feitas a ele e a D. Ana Joaquina do Amaral, sua mulher, afilhada e sobrinha da doadora. Os bens incluíam uma chácara no Valongo com seus pertences, casas de aluguel, móveis, uma fazenda em Magé e mais vinte escravos. A doação havia sido feita antes do casamento do capitão José da Costa Barros com D. Ana Joaquina para servir como dote do sobrinho.⁶² Não sabemos se D. Antônia conseguiu permissão para dispor de seus bens como ela pretendia em 1771 para entrar para no convento, pois em 1778, Manoel de Lima Rodrigues, homem que vivia de sua fazenda,

⁵⁷ Requerimento, AHU-RJ, 29 de maio de 1771, cx. 92, doc. 8051.

⁵⁸ FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 58, dez. 2002.

⁵⁹ Paulo Pinto de Faria era descendente dos Amaral Jordão, importante família de homens de negócio do Rio de Janeiro, homem nobre da governança da cidade e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Ver SAMPAIO, Antonio Carlos J. de. *A família Almeida Jordão na formação da comunidade mercantil carioca (c.1690- c.1750)*. Disponível em: <http://raceadmv3.nuca.ie.ufrj.br/buscarace/docs/acjsampaio2.pdf>. Acesso em: 28 de janeiro de 2017; Requerimento, AHU-RJ, 7 de janeiro de 1754, cx. 47, doc. 4744.

⁶⁰ AHU-RJ, 26 de junho de 1761, cx. 62, doc. 5962.

⁶¹ Requerimento, AHU-RJ, 14 de junho de 1756, cx. 50, doc. 5051.

⁶² Requerimento, AHU-RJ, 12 de maio de 1778, cx. 106, doc. 8929. Para uma discussão sobre a prática do dote ver NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

uma das testemunhas arroladas na justificação do sobrinho para confirmar as doações anteriores, dizia ser morador na casa da viúva doadora.

O requerimento de D. Antônia é bastante significativo e nos permite esclarecer uma série de circunstâncias às quais estavam sujeitas as mulheres viúvas no Antigo Regime. A primeira delas diz respeito ao desamparo a que estas mulheres estavam sujeitas na ausência de filhos. Já no início de sua petição, D. Antônia destaca o fato de que ela não teve descendentes, o que para ela, assim como para muitas outras viúvas, significaria a ausência de auxílio de um membro da família em sua velhice. Mesmo seus sobrinhos, a quem ela devotava grande afeição, não seriam capazes de suprir essa falta. Em segundo lugar, ela ressalta que, diante dessa constatação, seria mais adequado se retirar para um convento onde teria proteção de uma instituição e abrigo – opção escolhida por algumas viúvas. Por último, D. Antônia destaca que os bens que queria dispor foram fruto de sua “indústria”, ou seja, foram adquiridos com seu esforço e “negociações”, e não herdados de seus pais ou parentes. Pela legislação do período, ela poderia deixá-los para quem mais lhe agradasse, fossem pessoas ou instituições de caridade. Neste ponto devemos nos ater um pouco mais, pois cabe aqui destacarmos alguns aspectos da legislação que regulava heranças e bens no período jozefino.

A legislação pombalina

Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, chegou ao cargo de secretário de estado em um momento de crise em Portugal. Cinco anos depois de ter assumido o cargo de principal ministro de D. José, Lisboa foi devastada por um terremoto. Ao mesmo tempo, as remessas de ouro do Brasil começavam a escassear e a constante ameaça espanhola nos domínios de ultramar exigiam recursos cada vez maiores para operações militares no sentido manter o território português na América.

Uma série de medidas foram tomadas durante o governo pombalino para fortalecer a monarquia. As investidas do ministro de D. José

direcionavam-se para conseguir controlar a aristocracia, subordinar as ordens religiosas e aumentar a arrecadação da fazenda.⁶³ A legislação testamentária e diversas outras leis do mesmo período procuravam limitar e controlar as heranças, cujo principal intuito era colocar à disposição dos indivíduos bens que estavam condenados à imobilidade ou a “virar fumaça”.⁶⁴ Assim, as leis novíssimas, baseados no racionalismo ilustrado, visavam pôr em movimento a economia do período.⁶⁵

Alguns fatos merecem ser destacados aqui tendo por base o requerimento de D. Antônia Viana de Castro. O primeiro deles é a sua preocupação em se retirar para um convento. A opção peloclaustro visaria não apenas a garantia deabrigo físico dos perigos em uma sociedade com poucos recursos de segurança, como dissemos anteriormente, mas também o amparo contraoutros abusos que pudessem ocorrer contra a ela. Em 1761, D. José publicou um alvará proibindo que as viúvas fossem fechadas por suas famílias em suas casas. Por ele, o rei vetavaa prática do isolamento e reclusão das viúvaspor um ano depois da morte do marido:

(...) proíbo que as Viúvas da publicação deste dia em diante, sejam encerradas em câmaras escuras, e privadas do uso decente dos seus leitos, ou reclusas ainda em todas as casas suas respectivas habitações por tanto tempo como até agora se tem praticado. Ordenando que logo no mesmo dia do falecimento de seus Maridos, se retirem para qualquer outra casa da Corte, ou do Campo, tendo para isso comodidade. E que no caso de não a terem, e de ficarem por isso na mesma

⁶³ Entre essas medidas podemos citar a criação de companhias comerciais que tinham o monopólio sobre as atividades mercantis (Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba); a expulsão dos jesuítas das possessões portuguesas; a instalação do Colégio dos Nobres; a reforma da Universidade de Coimbra e a instituição das aulas régias. Ver ALDEN, Dauril. *Late Colonial Brazil*. In: BETHELL, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 2, 1984, pp. 600-660; FALCON, Francisco J. C. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982; MAXWELL, op. cit.

⁶⁴ Ao analisar as estratégias de reprodução da nobreza da terra no Rio de Janeiro do Antigo Regime, João Fragoso aponta como o patrimônio deste grupo era consumido em capelas com missas pelas almas do defunto e de sua família. FRAGOSO, João. E as plantations viraram fumaça: nobreza principal da terra, Antigo Regime e escravidão mercantil. *História*, São Paulo, v. 34, n.2, pp. 58-107, jul./dez. 2015.

⁶⁵ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Racionalismo Ilustrado e Prática Jurídica Colonial - o Direito das sucessões no Brasil (1750-1808). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 401, p. 1607, out./dez. 1998.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

casa de sua residência, se não possam nela fechar as janelas, nem estender-se a nojo a mais de oito dias; nem encerro (sic) em casa a mais de um mês; nem se possam servir de luzes, e camas aos cantos das casas, ou no chão (...).⁶⁶

Do mesmo modo, quando D. Antônia diz em sua petição que “os bens todos que possui não são hereditários que de seus pais ou parentes lhe ficarem mas sim adquiridos por sua indústria”, ela se refere especificamente a duas leis coevasao requerimento, uma em 1766 e outra em 1769. A lei de 25 de julho de 1766, que regulava os testamentos e últimas vontades, se colocava claramente a favor do direito natural, pelo qual a herança deveria ser transmitida em linha direta de sucessão, contrariando a liberdade de testar do testador a favor de quem lhe conviesse.⁶⁷ Ficava claro o conflito entre duas orientações jurídicas: uma baseada no Direito Romano que permitia ao testador dispor de seus bens como lhe conviesse; e outra que se desenvolvia na Europa do período, pela qual se privilegiava a transferência do patrimônio via parentesco.

A lei de 1766 se mostrou de difícil execução e sujeita a diferentes interpretações, obrigando o rei, três anos depois, a sancionar uma nova norma em 9 de setembro,⁶⁸ pela qual, a coroa permitia que a terça fosse disposta de acordo com a vontade do testador, porém “na parte que é admissível”, ou seja, os bens adquiridos durante o matrimônio. Os bens não transmissíveis, aqueles que eram herdados dos pais, deveriam permanecer como patrimônio da família.⁶⁹ Esta lei também proibia que religiosos e religiosas pudessem herdar, pois eram considerados como se mortos fossem. Deixava-se claro também que, nos casos de segundo e terceiro casamento da mulher viúva, esta perderia a posse da legítima dos filhos do primeiro casamento, sendo indicado um administrador para os bens, porém ficaria com a terça para alimentos.

⁶⁶ Alvará de 17 de agosto de 1761. Providencia sobre os abusos de disposições nos casamentos de pessoas de primeira Grandeza, e luto das viúvas. Aditamentos ao Livro 4. In: *Ordenações*, op. cit., p. 1033.

⁶⁷ Lei de 25 de junho de 1766. Aditamentos ao Livro 4. In: *Ordenações*, op. cit., p. 1054.

⁶⁸ Lei de 9 de setembro de 1769. Aditamentos ao Livro 4. In: *Ordenações*, op. cit., p. 1057.

⁶⁹ Para uma análise das leis de 1766 e 1769 ver WEHLING, op. cit.

A chegada ao poder de D. Maria, trazendo consigo o que se convencionou chamar “a Viradeira”, levou à suspensão de alguns parágrafos da legislação de 1769, até que se promulgasse um novo código, o qual, entretanto, não sobreveio. Pelo decreto de 17 de julho de 1778, ficavam suspensos parágrafos 1 ao 9, que dispunham, entre outros assuntos, sobre a terça e a instituição de marido e mulher como parentes; bem como os parágrafos 18, 19 e 21 pelos quais se regulavam as capelas, e o parágrafo 29, que retirava da administração das mulheres viúvas as legítimas paternas.

Tanto as leis novíssimas quanto alguns títulos das Ordenações Filipinas, objetivavam salvaguardar a herança dos filhos e a segurança da viúva contra eventuais danos que os reduzissem à penúria. Nostítulos 102 e 107 do livro 4, e 16 do livro 5, as Ordenações - assim como parágrafo 29 da lei de 1769 - protegiam as viúvas que não fossem capazes de cuidar de seu patrimônio ou viessem a ser enganadas por sedutores interessados em seu patrimônio.⁷⁰ O Código Filipino, no livro 4 título 102, parágrafo 3, se preocupava, sobretudo, com o dano à legítima dos filhos, enquanto a lei de 1769 com o perigo da sedução. Já o Título 107, procurava garantir a herança dos filhos, controlando as viúvas que

desbaratam o que tem, e ficam pobres e necessitadas, e querendo outrossim prover como seus sucessores não fiquem danificados; mandamos que se for provado, que elas maliciosamente ou sem razão desbaratam, ou alheiam seus bens, as Justiças dos lugares, onde os bens estiverem, os tomem todos, e os entreguem a quem deles tenha carrego, até verem nosso mandado, e a elas façam dar mantimento (...).⁷¹

⁷⁰Ordenações, op. cit., Livro 4, Títulos 102 e 107; Livro 5, Título 16, op. cit., p. 1165.

⁷¹Ordenações, Livro 4, Título 107, op. cit., p. 1016.

Considerações finais

Para algumas mulheres a viuvez era apenas a continuação de uma condição anterior, na qual marido e esposa contribuíam para a manutenção do casal; para outras era o desconhecido. As viúvas que tinham algum recurso, podiam escolher entre ir para um convento ou um recolhimento, o que era uma garantia de assistência. Algumas, davam prosseguimento à vida que tinham antes da morte do esposo. Muitas, entretanto, experimentariam um período de carências durante a viuvez, só remediado pelo socorro das irmandades.

Através da documentação podemos observar a preocupação das autoridades em regular e assegurar que a família no período colonial, no nosso caso, a família reorganizada após a morte do marido e pai, tivesse amparo e auxílio. Mas, principalmente, é possível notar que as mulheres viúvas assumem um papel importante na sociedade e economia coloniais após o fim da vida em comum. Elas tomaram para si responsabilidades inerentes aos homens, passaram a tutorar os filhos e não hesitaram em requerer direitos perante as autoridades metropolitanas.

É importante ressaltar que, nesse momento, a coroa reconhece a sua posição mediadora e protetiva que se direciona a um grupo que vive à beira do abismo: o falecimento do esposo era o momento da cobrança de dívidas do casal, da partilha entre os herdeiros, de uma fase em que a mulher deixava de estar sob a guarda do homem para se tornar competente perante seus atos – comprar, vender, negociar. A família, então, sofria um re-arranjo: a mulher se tornava chefe de domicílio e a seu cargo estava a manutenção do domicílio. Iniciava-se uma nova etapa na vida da mulher, livre da autoridade masculina, mas subordinada ao que a sociedade e a economia colonial colocavam a seu dispor.

Recebido em: 12/05/2017
Aprovado em: 09/09/2017

DE MARCHANTE A CAPITÃO-MOR: ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA E SEUS FAMILIARES NO PALÁCIO DOS GOVERNADORES (GOIÁS, 1740-1800)

Maria Lemke¹

Resumo: Goiás entrou para os anais da história a partir da descoberta do ouro, nos idos de 1722. Por muito tempo a historiografia ressaltou a exclusividade aurífera, bem como a suposta inexistência de famílias nas regiões de mineração. O objetivo deste texto é, a partir do cruzamento documental e da cronologia, analisar como a família foi uma das estratégias utilizadas por Antônio Gomes de Oliveira para o estabelecimento de relações de poder e de mobilidade social.

Palavras-chave: Família; Relações de Poder; Mobilidade Social; Goiás; Brasil Colonial.

FROM BUTCHER TO MASTER CAPTAIN: ANTÔNIO GOMES DE OLIVEIRA AND HIS FAMILY IN THE PALACE OF GOVERNORS (GOIÁS, 1740-1800)

Abstract: Goiás entered the annals of history from the Discovery of gold in 1722. For a long time the historiography stressed the exclusive gold, as well as the alleged absence of households in mining regions. The objective of this text is, with cross documentary and cronology, to analyze how the Family was strategy used by Antônio Gomes de Oliveira to the establishment of power relations and social mobility.

Keywords: Family; Power Relations; Social Mobility; Goiás; Colonial Brazil.

Goiás entrou para os anais da história graças ao ouro encontrado nos primeiros anos da década de 1720. Paralelamente, a criação de gado – e a comercialização de seus derivados – tinha alguma relevância no cotidiano local, embora sem a relevância econômica que o ouro, atividade que parece não ter sido empreendida por todos. Nesse contexto, por volta de 1740, quando a mineração em Vila Boa estava no auge, chegava às minas de Goiás, o português, natural de Santa Cruz de Juvim, Antônio Gomes de Oliveira. Era

¹Professora Adjunta da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, Campus de Jataí. Membro do Grupo de Pesquisa (CNPq) “Famílias, fortunas e mestiçagens na América portuguesa - séculos XVIII-XIX”. Contato: marialemke@gmail.com

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

marchante o que, no Vocabulário Português e Latino, significava “mercador de gado para o açougue”.² Segundo a documentação compulsada, Gomes tinha fazendas de criar gado vacum, açougue, curtume e vendia solas. Pode-se dizer, portanto, com o perdão do anacronismo, que o dito português dominava uma certa produtiva.

De sua trajetória, há mais lacunas que informações. Até o presente não encontrei seu testamento, tampouco existem livros de registro de batismo e casamento de “brancos e livres” relativos ao século XVIII à antiga capital de Goiás, que possam indicar melhor sua fortuna e projeção política. Alguns aspectos relativos à documentação encontrada em Goiás merecem ser mencionados. Inventários e testamentos relativos à Vila Boa, datados do século XVIII e primeira metade do XIX, são poucos: estamos longe de ter séries documentais. O problema não se circunscreve àquelas espécies e tipologias. Com a documentação eclesiástica não é diferente. De 1725 até 1764, não há livros de registros de batismos, casamentos ou óbitos, quer de livres, escravos ou libertos;³ os registros de batismos de escravos datam de 1764 em diante com lacunas significativas; já os batismos, casamentos e óbitos de “brancos e livres” datam do início do século XIX. Não obstante, é possível problematizar a presença de famílias, as redes de compadrio e amizades que se estendiam até para o plano político.

Aliás, sobre famílias, boa parte dos estudos tangenciou família e estrutura agrária. Heliane Nunes, lançou as bases para compreendê-la sob o prisma das “mentalidades”, tendo como fonte os relatos de Pohle Saint-Hilaire, traçou modelos familiares a partir da economia: a mineração e a agropecuária que, segundo a autora, corresponderiam modelos familiares distintos. Vejamos. No

² BLUTEAU, Pe. D. Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra, *Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712*. (Ed. fac-simile, CD-ROM, Rio de Janeiro, UERJ, s/d).

³ A constatação do desaparecimento dos primeiros assentos de batismos, casamentos e óbitos (de escravos e de “brancos”) não é recente. Foi relatada há quase cem anos. Em 1923 Joaquim Siqueira lamentava n’ “O Democrata” a falta daquela documentação. Para ele, tornava-se impossível descrever a genealogia dos “ilustres descobridores de Goiás”. Uma hipótese levantada por Siqueira é de que os livros da paróquia de Sant’Anna estivessem sob os escombros da matriz. SIQUEIRA, Joaquim B. de. Origem e descendência de Bartolomeu Bueno da Silva. *Democrata*, n. 315, de 20/6/1923. Agradeço a Antônio César Caldas Pinheiro ter cedido o documento.

período de 1722 a 1850 vigeriam as relações familiares instáveis, consensuais, “apoiadas no compromisso informal entre as partes”.

Num ensaio sobre a família goiana, Nunes atenta que as fontes sobre o tema ainda não foram “analisadas em sua totalidade” e, focando no século XIX, a partir dos relatos dos viajantes, tenta traçar uma cronologia que demarca uma diferença nos modelos familiares que, para ela, estavam relacionados às transformações nas atividades econômicas.

Primeira fase (1722-1850) – predomínio das relações familiares instáveis, de tipo consensual, apoiadas no compromisso informal entre as partes.

Segunda fase (1850-1900) – predomínio de relações familiares estáveis com características próximas às da família patriarcal.⁴

Este texto parte para direção inversa. Demonstrarei que, desde os tempos iniciais de ocupação lusa havia famílias aqui e, principalmente, que não prescindiam de relações políticas. Embora a união sacramentada tenha sido o ideal preconizado pela Igreja, o concubinato nem de longe pode ser tomado como sinônimo de desregramento moral ou ausência de laços afetivos, ou ser confundido com “prostituição ou promiscuidade”.⁵

Família no período colonial influenciava na classificação social. Era um agregado que ia muito além dos laços de consanguinidade. Naquela sociedade, marcada pelo status e pela deferência, o casamento legitimado era estratégia de fortalecimento de alianças e status, mas também de “segurança”, manutenção dos bens.⁶

Os anos iniciais de colonização teriam como características a criação de arraiais, o extremo controle fiscal e a violência. O concubinato decorreria do predomínio de homens solteiros a se deslocarem continuamente em busca de novos descobertos. Somar-se-ia a isto o alto preço do casamento e a distância

⁴ NUNES, Heliane P. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: *Goiás: identidade, paisagem, tradição*. Goiânia: UCG, 2001, p. 61.

⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: INL-MEC, 1980, p.65.

⁶ FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento*. Fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

do litoral. À essa estrutura acrescentou: “a mobilidade contínua de aventureiros à procura do ouro e o *reduzido número de mulheres brancas, o que certamente impediu a construção de laços familiares mais estáveis.*”⁷

É importante salientar que a família poderia ser constituída tanto via casamento quanto por concubinato não reconhecida pelos viajantes como possível relação duradoura, posto que fruto de uma escolha, como sugere Silvia Brügger.⁸ Embora o concubinato tenha sido uma prática comum, ao contrário do que propôs Nunes – e outros autores – o casamento legítimo era importante para garantir que os bens permanecessem na família.⁹ Além disso, casar-se indicava *status*. E era prática desde os anos iniciais de ocupação lusa. Nesse sentido, vale lembrar a máxima de Freyre:

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado, nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desdobra o solo, instala fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política [...].¹⁰

Na composição da mobilidade casar-se fazia parte. Silvia Brügger atentou que as regiões de mineração não estavam nem isentas de famílias, tampouco da vida política, ou dos jogos de interesses. Dito de outra forma, as relações sociais tinham como referencial “os laços familiares, consanguíneos ou não.”¹¹ Disso resulta, por sua vez, que a mobilidade social estava vinculada ao pertencimento a uma família.

A historiografia tem dado várias e consistentes amostras de mobilidade social. Sobre isso, deve-se ter em conta que nas sociedades arcaicas – ou pré-

⁷NUNES, Eliane P. História da família no Brasil e em Goiás: tendências e debates. In: CHAUL, Nasr F; RIBEIRO, Paulo R. (Orgs.). *Goiás: identidade, paisagem, tradição*. Goiânia: UCG, 2001, p.61-63.

⁸BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei– séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007

⁹FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento...*, p.155

¹⁰FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20 ed. Rio de Janeiro: José Olympio: INL-MEC, 1980, p.18-19.

¹¹BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei– séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

capitalistas – e escravistas a mobilidade era geracional,¹² o que implica observá-la sob um ponto de vista familiar.¹³ Aliás, Silvia Brügger atentou que as regiões de mineração não estavam nem isentas de famílias, tampouco da vida política, dos jogos de interesses. Dito de outra forma, as relações sociais tinham como referencial “os laços familiares, consanguíneos ou não”.¹⁴

Tendo em consideração que mobilidade social não se circunscrevia a enriquecimento, que uma teia de amigos e compadrios era tão importante para dar prestígio quanto uma quantidade significativa de escravos, o objetivo deste texto demonstrar como as relações familiares, sobretudo casamentos, foram uma estratégia de mobilidade social empregada por Antônio Gomes de Oliveira, marchante português, para tornar-se capitão-mor. Essa vinculação entre relações familiares e a política em Goiás colonial emerge no cruzamento de diferentes tipologias documentais, com o recurso da cronologia.

Ao que parece, Antônio Gomes não se envolveu na atividade de mineração. Na Notícia Geral da Capitania de Goiás – documento redigido durante o governo de Luis da Cunha Menezes, em 1783 –, seu nome é o primeiro na relação dos que possuem “Engenhocas de Fazer Farinha”.¹⁵ Outra documentação indica que era dono de “cinco ou seis fazendas de criar na região detrás da Serra Dourada”,¹⁶ apontando para a existência da pecuária desde os anos iniciais de ocupação lusa em Goiás.

Esse primeiro ponto da trajetória de Antônio Gomes ajuda a desmistificar o surgimento tardio da pecuária nos arraiais do sul de Goiás. Antônio Gomes e suas fazendas de criar demonstram que o surgimento da

¹² GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (PortoFeliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008; LEMKE, Maria. Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás. c. 1770 – c. 1847. Tese (doutorado em História). Goiânia: UFG, 2012.

¹³ Cf. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁴ BRÜGGER, Silvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁵ BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, Ed. da UFG; Brasília: Solo Editores, 1996, Tomo 1, p. 106.

¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Coleção dos Manuscritos Avulsos da Capitania de Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx 29, D. 1884.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

pecuária ocorreu nos primeiros anos de ocupação lusa em Vila Boa e foi responsável por várias disputas. Segundo a historiografia, a “transformação do mineiro em criador e lavrador” seria fruto da contingência: “não havendo mais ouro para comprar tudo o que necessita o mineiro, este se viu obrigado, quando não abandonava a capitania, a dedicar-se a uma atividade que até então era considerada desprezível – a agropecuária.”¹⁷

Teixeira Neto é ainda mais enfático na interpretação acerca do surgimento da pecuária. Para ele, uma das consequências do esgotamento aurífero foi o esvaziamento demográfico da capitania. Porém, os que ficaram entenderam “a verdadeira vocação [sic] social e econômica dos goianos e de seu imenso território não era cavoucar a terra à procura do ouro incerto, mas nela plantar e criar para produzir alimentos, nem que fosse para a subsistência das pessoas.”¹⁸ A abordagem do autor não apenas sugere que fora da economia de mercado não há salvação, mas confere um destino manifesto ao falar de uma “vocação social e econômica” para Goiás. Impossível não lembrar de Caio Prado Júnior, e sua classificação da agricultura de subsistência “como medíocre e mesquinha”, posto que não voltada ao mercado externo.¹⁹

Roseli Tristão atrasa em quase cem anos o surgimento da pecuária. Para a autora, a pecuária “desenvolveu-se” somente a partir do século XIX, tanto na região norte quanto no sul, e “exercida subsidiariamente da *necessidade de submeter o gentio* e da exigência de pouso ao longo das estradas para Minas Gerais e Bahia.”²⁰

Envolvido na mineração ou não, os negócios de Gomes deram certo. Prosperou. Em 1749, comprou de Luis Ribeiro de Faria uma “casa de telhas” na Rua Direita, por 350 oitavas de ouro.²¹ Tanto no início da ocupação lusa quanto

¹⁷ FUNES, Eurípedes. Goiás 1800-1850, p. 34. SALLES, Gilka de V. F. De. Economia e escravidão em Goiás. p. 63-69.

¹⁸ TEIXEIRA NETO, Antônio. Pequena história da agricultura goiana. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. n. 20, Goiânia: Asa, 2009, p. 19. Grifo meu.

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. Agricultura de subsistência. In: PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. Colônia: 17 Ed. São Paulo: Brasiliense, p. 159-161.

²⁰ TRISTÃO, Roseli M. Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1998, p. 110.

²¹ A escritura de compra da “casa de telhas” é o documento mais antigo mencionando Gomes. Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás: Livro Z-2, f. 206 v-207v. Outra referência data

no início do século XIX, as casas seriam construídas sob o signo da precariedade, “toscas e baixas”, maioria de pau a pique.²² Talvez por isso, as “casas de telha” eram um referencial na paisagem e na documentação, sugerindo tratar-se de morada distinta. A Rua Direita era a tradicional rua do comércio. Lá Antônio Gomes tinha vizinhos bastante heterogêneos. Na condição e na qualidade. De um lado estava o “doutor” José Pinto Ferreira, na outra banda, morava a preta forra Roza Martins.²³ Fosse qual fosse a morada dos vizinhos, a casa de telhas não foi o único bem citado. Constam ainda: um curral de taipa com cancelas; uma balança de pesar carne com “pesos de athe uma arroba” e uma balança de pesar ouro,²⁴ instrumentos típicos de um açougue que, segundo Pinheiro, era anexo à casa de telhas.²⁵

A escritura de compra da “casa de telhas na Rua do Comércio” é o documento mais antigo que encontrei mencionando Antônio Gomes. Outra referência data de 1766 quando requer, ao rei D. José, licença para reaver 46 cabeças de gado vendidas a João Carvalho da Rocha, falecido antes de pagar a dívida. Com a intervenção real, pretendia reaver o gado ou receber a dívida.²⁶ Nas regiões de mineração o gado e a agricultura foram atividades proibidas

de 1766. Trata-se de petição, ao rei D. José, para reaver 46 cabeças de gado vendidas a João Carvalho da Rocha, falecido antes de pagar a dívida. Com a intervenção real, pretendia reaver o gado ou receber a dívida. Arquivo Histórico Ultramarino. Coleção dos Manuscritos Avulsos da Capitania de Goiás. AHU_ACL_CU_008, Cx. 22, D. 1336. (Doravante AHU).

²² TRISTÃO, Roseli M. Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 1998, p.90. Essa observação veio de Pohl, segundo o qual o casario da vila era “insignificante”, maioria construída de madeira e barro. POHL, Johann E. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976, p. 140.

²³ A documentação sugere que isso não foi nada excepcional em Vila Boa, assim como não o foi em outras capitanias/províncias. Libertos e livres não viviam, tampouco moravam isolados, e corroborando a historiografia que há muito demonstrou a insustentabilidade de vieses dicotômicos e/ou antagônicos A historiografia tem dados vários exemplos de como os libertos, sobretudo as libertas, alcançavam prestígio econômico. Entre outros, PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia*. Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. FARIA, Sheila de C. Mulheres Forras: riqueza e estigma social. In: *Tempo*. RJ, n. 9, p. 82-83, 2000; FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas*, Damas Mercadoras: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850). Niterói, Tese (Concurso para Professor Titular em História do Brasil), UFF, 2004.

²⁴ Cartório do Primeiro Ofício da Cidade de Goiás (CPOCG), Livro Z-2, p. 206v-207v.

²⁵ PINHEIRO, Antônio C.C. Um capitão-mor e dois cirurgiões-mor em Vila Boa de Goiás. Digitado. 2002.

²⁶ AHU_ACL_CU_008, Cx. 22, D. 1336.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

pela Coroa. Assim, “Havia a sociedade silenciosa dos criadores de gado, dos boiadeiros e dos negociantes dos couros e das carnes salgadas.”²⁷ Quiçá isso explique a pouca existência de documentos alusivos a Antônio Gomes. Por outro lado, se a pecuária e a agricultura eram proibidas, os interditos não foram completamente respeitados haja vista ter sido uma atividade que despertou, por mais de uma vez, rusgas por privilégios em torno do comércio de couro e solas. E numa dessas demandas, Gomes foi citado.

Das raras vezes que o nome de Antônio Gomes de Oliveira emerge na documentação, foi referenciado por terceiros. A dar crédito às palavras de Antônio de Souza Telles e Menezes, a prosperidade de Gomes foi alvo de inveja. Telles não escondia sua admiração, e descrevia, com certo exagero, as “virtudes” do marchante. Era dez de agosto de 1777 quando Telles levou ao conhecimento régio o contrato feito pela Junta da Fazenda Real em favor de Joaquim Pereira Gaia Peçanha.²⁸ A este foi concedida exclusividade no fabrico e comércio de sola no distrito de Vila Boa pelo prazo de seis anos, embora no contrato, anexo à denúncia, o tempo previsto era de um decênio. O contrato previa que durante esse tempo ninguém, além de Peçanha, poderia estabelecer curtume, vender ou comerciar qualquer quantidade de couros e seus produtos.

Numa das argumentações Telles destacou que o privilégio levaria muitos negociantes e criadores de gado a burlarem o fisco, pois uma pesada multa estava prevista aos infratores. Cinquenta oitavas de ouro seriam destinadas a obras públicas e outras cinquenta, a Peçanha. Segundo Telles, muitas pessoas viviam de curtir couros na Vila e o preço nunca fora maior do que uma oitava e $\frac{1}{4}$. Quando de pouca qualidade, o couro chegava a ser comercializado até a uma oitava de ouro.

²⁷ SILVA, Maria A. D. da. *Terra “sem lei, nem rei”*. Goiás (1822-1850). Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: UFG, 2000, p. 29.

²⁸ Lembremos que Telles e Menezes e Peçanha escreveram a Portugal em 1785 pedindo que a Coroa despachasse um alvará proibindo que capitães mulatos pudessem compor a Junta Administrativa. Disso se depreende que a teia de amizades entre os homens bons se tornava mais forte ou frágil de acordo com interesses individuais.

Telles previa que o preço dos gêneros teria uma alta significativa e lesaria a Antônio Gomes de Oliveira, um dos mais antigos curtidores de couro do distrito. Um homem “perseguido e injustiçado” pela Junta. Por ser rico, afirmava Telles, Gomes era alvo de muita inveja e, como legítimo bacharel, defende o marchante enfaticamente:

Porquanto este homem é o Vassalo mais bem stabelecido, e interessante q’ V. Mag.^{de} tem nesta Comarca que com pouca diferença há de ter pago a RealFazenda mais de cem mil cruzados de direitos de entrada dos *Gados de sinco ou seis fazendas suas de criar*, e de inumeráveis compras, *não tendo contra si mais delito do que ser rico e utilizar e guardar o que he seu*, que por não perder, e para melhor aproveitar os couros crus dos gados que por seus cayxeiros e escravos manda retalhar, nos seus cortes, entrou a mandar curtillospellos seus próprios escravos e a vender a solla por preço commum, sem vexame algum do publico²⁹

A Junta da Real Fazenda justificou ao Conselho Ultramarino a concessão alegando que Gomes “oprimia os povos com seu monopólio e preços exorbitantes”. Por seu turno, o Conselho concluiu que a prerrogativa dada a Peçanha prejudicava os demais curtidores. Dessa forma, concedeu o direito de abrir a loja, mas sem exclusividade. Em relação à Junta, ao Conselho pareceu “que tinha cometido o rigoroso atentado de arrogar a si a autoridade de estancar um gênero tao commum ao uso e utilidade dos povos”. Foi recomendado aos seus representantes que se ativessem “apenas às faculdades que lhes são concedidas”.³⁰

Ora, se as Câmaras funcionavam como lugar privilegiado de controle e intervenção na “economia local” – impondo restrições sobre produtos ou impostos – na Capitania do Rio de Janeiro,³¹ o que se poderia esperar dos ditos “homens bons” numa vila distante mais de mil quilômetros do litoral?

²⁹ AHU_ACL_CU_008, cx 29, doc. 1884; 10/08/1777. Grifo meu.

³⁰ AHU_ACL_CU_008, cx 30, D. 1931; 09/07/1778.

³¹ FRAGOSO, João L. Um mercado dominado por “bandos”: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra no Rio de Janeiro seiscentista. In: FRAGOSO, João; SILVA, Francisco C. T. da; MATTOS, Hebe M (Orgs.). *Escritos sobre história e educação* – homenagem a Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001, pp. 247-288.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Devido às “impropriedades” no contrato ficamos sabendo um pouco mais de Antônio Gomes, pelo menos acerca de suas terras na região “detrás da Serra Dourada” que, segundo Telles, eram “cinco ou seis fazendas de criar”. É interessante destacar que em nenhuma parte da documentação que o incrimina de monopólio, Antônio Gomes se defende. Telles e Menezes fez bem essa parte.

Pois bem, ainda no concernente às lacunas acerca de Gomes, não poderei afirmar se ele se casou com Gertrudes Vaz de Almeida, natural de Sorocaba, em Goiás ou em São Paulo. Certo é que com ela teve cinco filhas. Após a morte de Gertrudes, em 1775, solicitou permissão para poder levar as quatro ainda donzelas para algum dos conventos da “América ou nos das Ilhas ou em algum deste Reyno.”³² Essas quatro filhas eram: Anna Maria, Francisca, Felisberta e Antonia. Essas filhas eram: Anna Maria, Francisca, Felisberta e Antonia. Maria da Conceição já era casada com o cirurgião Lourenço Antônio da Neiva.

Apesar de Antônio Gomes ter tido somente filhas, isso não era motivo de infortúnio. Ao contrário. Elas foram importantes para estabelecer e consolidar redes de influência no âmbito político; afinal, todas *foram casadas* com portugueses de alguma projeção. Aliás, essa teia de amizades tecida via casamento das filhas foi primordial para que esse marchante alcançasse o cobiçado posto de capitão-mor.

Francisca foi casada com Antônio Botelho da Cunha e, em 1786, já era falecida; com sua morte, os filhos passaram à tutelado pai. Outra filha, Antônia Gomes, também faleceu antes de 1786. Após a morte desta, a filha do casal foi tutelada pelo pai, o alferes José Ribeiro Costa. Vale destacar que a dita patente foi passada pelas mãos do governador Luis da Cunha Menezes, quase no final do mandato, em 24 de dezembro de 1782. Quase vinte anos depois, em 17 de dezembro de 1800, no primeiro ano do governo de D. João Manoel de Menezes, Costa recebeu a patente de capitão efetivo de uma das Companhias das Ordenanças de Vila Boa. De Francisca e Antônia, e seus respectivos

³²AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1800.

maridos, obtive essas informações.³³ As outras três filhas de Antônio Gomes se casaram com homens de maior projeção, pelo menos aparecem com mais frequência na documentação.

Felisberta Joaquina Gomes de Oliveira casou-se com José Pinto da Fonseca, natural da freguesia de Carvalhais. Fonseca assentou praça como Soldado Dragão em Goiás no ano de 1772, aos 24 anos de idade.³⁴ No ano seguinte, foi elevado ao cargo de alferes.³⁵ Ainda naquele ano, entre agosto e novembro, entregou à Casa de Fundição “oito arrobas, dezasete marcos, seis onças, tres oitavas e cincoenta e dous grãos de ouro”. Dessa quantia pertenceu ao quinto “hua arroba quarenta e hum marcos, sete onças, cinco oitavas e trinta e nove grãos e hum quinto de ouro [...]”. Por essa substancial contribuição recebeu o Hábito de Cristo em 1774, conforme pleiteara no ano anterior.³⁶

O Hábito de Cristo, o pagamento do quinto e o posto de alferes contribuíram para que Fonseca entrasse no palácio. Com seu trabalho, granjeou a confiança dos principais da capitania. Em 1775, o governador José de Almeida Vasconcelos de Soveral e Carvalho, o Barão de Mossâmedes, ao narrar à Coroa a descoberta de uma “nação de índios menos hostis”, referendou a importância de Fonseca naquela “obra de pacificação”. O dito governador o indicou para continuar a aproximação com os Carajá, Javaé e Xacriabá, justificando que “aquelas nações inteiramente se entregavam à conducta do alferes.”³⁷ A carta de agradecimento por este “benemérito serviço”, foi escrita por Pombal, promovendo-o ao posto de capitão das ordenanças. Além disso, Pombal o encarregou no “cuidado e conservação dos novos vassallos e da aquisição de outros”, permitindo o emprego de recursos

³³ PINHEIRO, Antônio C. C. Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mor em Vila Boa de Goiás. (digitado).

³⁴ PINHEIRO, Antônio C. C. Um capitão-mor marchante..., p. 11.

³⁵ AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1725.

³⁶ AHU_ACL_CU_008, Cx. 27, D. 1782.

³⁷ AHU_ACL_CU_008, Cx. 28, D. 1824.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

da Real Fazenda, desde que, com “moderação e economia”.³⁸Tamanha era a confiança que, poucos anos depois, seria indicado ao posto de ajudante de ordens.³⁹

A ascensão de Fonseca, iniciada no governo do Barão de Mossâmedes, manteve-se no de Luis da Cunha Menezes. Ainda no primeiro ano, dentre os vários assuntos narrados ao reino, o *fanfarrão Minésio*, defendeu-o da acusação de ter galgado no governo anterior por apadrinhamento, elogiando sua conduta e elevando-o a ajudante de ordens.⁴⁰Já no governo de Tristão, Fonseca obtém licença para retornar ao reino para tratar das pendências relativas ao patrimônio dos finados pais.⁴¹ Desde então, seu nome desaparece na documentação.

Fonseca passou incólume por três governos. Caso raro naquela época. Mas não foi o único. José da Silva Maldonado de Eça assemelha-se à Fonseca. Eça foi casado com Anna Maria Gomes de Oliveira. Também ficou viúvo entre 1785 e 1786.⁴²Ambos viviam no palácio. Eça, até 1780, era cadete, mas Luis da Cunha Menezes, promoveu-o a capitão ressaltando-lhe as “qualidades pessoais”. Paratanto, o dito governador reformou o capitão da Companhia dos Dragões, promovendo-o a tenente-coronel.⁴³Torna-se evidente que, para garantir a governabilidade, uma das políticas dos capitães-generais era o emprego de medidas que pudessem atender a mais de um interesse...

Em 1783, quando Luis da Cunha passou ao governo da Capitania de Minas Gerais, Eça pleiteou confirmação no posto de alferes da Companhia dos Pedestres. No ano seguinte, na governança de Tristão da Cunha (irmão de Luis da Cunha), recebeu a patente de ajudante de ordens, confirmada pela rainha em 1785.⁴⁴Esse cargo, pouco antes fora exercido por seu concunhado Fonseca. Após a morte de sua mulher, Ana Maria, Eça retorna a Portugal. Naquele ano

³⁸ AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1862; e D. 1863;

³⁹ AHU_ACL_CU_008, Cx. 29, D. 1900.

⁴⁰ AHU_ACL_CU_008, Cx. 30, D. 1954.

⁴¹ AHU_ACL_CU_008, Cx. 38, D. 2354.

⁴² PINHEIRO, Antônio C. C. Um capitão-mor marchante e dois cirurgiões-mor em Vila Boa de Goiás. (digitado), p. 10

⁴³ AHU_ACL_CU_008, Cx. 32, D. 1992.

⁴⁴ AHU_ACL_CU_008, Cx. 36, D. 2180.

de 1787, Eça voltava ao reino para cuidar dos “graves prejuízos em seus negócios patrimoniais” no Alentejo. Na ocasião, levava consigo uma carta de Tristão da Cunha ao secretário da marinha e ultramar, Martinho de Melo e Castro. Tristão solicitava proteção ao “amigo” Maldonado de Eça. Com isso, os dois filhos do casal passam à tutela de Lourenço Antônio da Neiva, cirurgião-mor, casado com Maria da Conceição Gomes de Oliveira, provavelmente a filha mais velha de nosso marchante.

Mas era ainda 1783 – portanto antes de Eça e Fonseca voltarem ao reino – quando o posto de capitão-mor entrou em vacância e é um dos pontos chave para compreender que a trajetória de nobilitação desse marchante se deu pelas vias familiares. Na ocasião, a Câmara deveria indicar três candidatos entre os “sujeitos de melhor Nobreza, Christandade, Zelo do Real serviço, e utilidade publica”. A Câmara recomendou nesta ordem: Francisco Pereira Marinho, capitão dos auxiliares e juiz ordinário; Antônio de Souza Telles e Menezes, capitão da Companhia da Nobreza de Vila Boa, professo na Ordem de Cristo e bacharel formado em Coimbra. Em terceiro lugar, Antônio Gomes de Oliveira, homem “dos mais ricos da comarca”, que havia servido de juiz e vereador.⁴⁵

Segundo denúncia do bacharel Antônio de Souza Telles e Menezes, na ordem de nomeação da câmara, o nome de Antônio Gomes figurou em último lugar. Porém, num “claro suborno e infração às Leys”, o governador Tristão da Cunha teria mandado passar carta patente ao marchante. Telles afirmou que a nomeação de um “carniceiro” como capitão-mor decorreu da influência que José da Silva Maldonado de Eça⁴⁶ e José Pinto da Fonseca – casados respectivamente com Ana Maria e Felisberta Joaquina – genros de Gomes, teriam sobre Tristão nos cargos de secretário e ajudante de ordens. Telles escreveu em 22 de setembro de 1783. Na primeira página de sua

⁴⁵ AHU_ACL_CU_008, cx 34, D. 2124.

⁴⁶ Graças à denúncia de Telles e Menezes, ficamos sabendo que Maldonado de Eça chegou a Goiás na condição de “criado” do governador Luís da Cunha Menezes que teria sido responsável por casar o dito seu criado Maldonado com “moça de família rica e o fez alferes de pedestres donde é desnecessário”. AHU, ACL, CU, 008, cx 34, d. 2124.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

correspondência, na qual denunciava a “falcatrua” de Tristão, à margem esquerda, datado de 27 de março de 1784, há um despacho do Conselho Ultramarino suspendendo aquela patente. De toda forma, somente em 26 de julho de 1786 Tristão passou carta patente de capitão-mor a Telles e Menezes,⁴⁷ mesmo ano da morte do marchante.

Segundo Telles, Antônio Gomes alcançou o cargo de capitão-mor por meio do “claro suborno e infração às Leys” de Tristão da Cunha Menezes. Com efeito, a Telles restou denunciar a dona Maria I os “constrangimentos” que os camaristas sofreram para votara indicação do dito governador. Telles argumentava que o defeito mecânico de seu adversário inabilitava-o à honraria. Logoele, por ser bacharel, estavamais bem credenciado. Se antes desse episódio Telles exaltava a riqueza de Antônio Gomes, elogiando-o como um dos “melhores vassalos del rey”, passa a desqualificá-lo por sua atividade de marchante “obrigado a dar carne ao povo, [...] tão incompatível como injurioso a hum posto de tanta honra e autoridade[...] no cazo presente em que a riqueza que se lhe declara he mais oposta ao espírito da Ley[...]”⁴⁸ Considerando que estamos diante de uma sociedade com traços de Antigo Regime, torna-se claro que, para Telles, um letrado valia mais que um “açougueiro” naquele mundo cheio de hierarquias.

Voltemos à denúncia. Telles não deixou passar em branco o fato de os dois genros de Antônio Gomes ocuparem cargos no palácio: um era secretário particular de Tristão, e o outro, ajudante de ordens. Conforme demonstrei, Fonseca passou incólume por três governadores: o do Barão de Mossâmedes, Luis da Cunha e Tristão da Cunha Menezes. Na longa explanação de como as coisas ocorriam em Goiás, afirmava que Luis da Cunha Menezes casara Eça com “moça de família rica” e tornando-o “alferes de pedestres donde é desnecessário”. A moça ricaera a filha de Antônio Gomes de Oliveira. Telles afirmava que a nomeação de um “carniceiro” como capitão-mor foi fruto da influência que o secretário e o ajudante de ordens tinham sobre Tristão.

⁴⁷ AHU, ACL, CU, 008, cx 36, d. 2234.

⁴⁸ AHU_ACL_CU_008, cx 34, doc. 2124; 22/09/1783.

Ademais, Antônio Gomes era privilegiado, “com graves prejuízos à Câmara em fazer açougues poucos à custa de sortes violentas e constrangidas de cem por cento”.⁴⁹

A ser dar crédito a Telles, os privilégios dos aparentados de Antônio Gomes não eram poucos: saía dos cofres reais o pagamento do soldo de soldado dragão a um filho de Eça que “ainda anda na escola e cobra soldo [...] com tão pouca necessidade que seu pai possuirá de trinta a quarenta mil cruzados”⁵⁰A denúncia, porém, não estava completa. Faltou Telles (a)notar que Lourenço Antônio da Neiva, outro genro do marchante, era camarista à época e, provavelmente, estava em consonância com o projeto.

Entre as tantas lacunas existentes, não poderei afirmar se algum dos governadores chegou a apadrinhar alguma das filhas de Antônio Gomes, pois os registros de batismos de “brancos” da antiga capital de Goiás parecem estar definitivamente perdidos. De toda forma, arrisco um palpite de que algum dos governadores chegou a “compadre” do marchante, haja vista que nas Minas Gerais, Luis da Cunha Menezes apadrinhou 23 crianças nos menos de cinco anos de sua governança na capitania vizinha.⁵¹

Quanto a Antônio de Souza Telles e Menezes, ao final do governo de D. João Manoel, em 1803, foi preso por envolvimento nas “desordens políticas” da época. Teve os bens sequestrados e foi sentenciado por crime de Lesa Majestade. Sua vida foi encerra na cadeia da Vila em 1804, onde morre em circunstâncias não esclarecidas.

Conforme mencionei, Maldonado e Fonseca voltaram ao reino por volta de 1786-87, ano em que suas mulheres faleceram. Caberia a Lourenço Antônio da Neiva, cirurgião-mor, casado com dona Maria da Conceição de Oliveira, administrar os bens daquela “casa”. A licença para issofoi passada por Tristão

⁴⁹ BERTRAN, Paulo. *Notícia geral ...* p. 47. Tomo 2

⁵⁰ BERTRAN, Paulo. *Notícia geral da Capitania de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, Editora da UFG; Brasília: Solo Editores, 1996, p. 37, Tomo I.

⁵¹ VENÂNCIO, Renato P; SOUSA, Maria J. F. de; PEREIRA, Maria T. G. O Compadre Governador: redes de compadrio em Vila Rica de fins do século XVIII. *Rev. Bras. Hist.* 2006, vol.26, n.52, pp. 273-294.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

da Cunha Menezes. A Lourenço foram entregues “sítio e roça, e outros mais bens que foram do falecido seu sogro, [...] para inteiro complemento do seu dote”. Aliás, não foram poucos os dotes: a começar pelas fazendas detrás da Serra Dourada.⁵²

Como se pode perceber, os “aparentados” de Antônio Gomes viviam próximos aos governadores, sobretudo do clã dos Cunha Menezes. Torna-se claro, portanto, que casar as filhas foi uma estratégia eficaz para criar seu lugar privilegiado na sociedade. Na qualidade de capitão-mor dificilmente passaria por importunações e denúncias como aquelas feitas pela Junta da Real Fazenda acerca de monopólios e abusos de preço de derivados da pecuária.

Destaco que após a morte de Antônio Gomes seus aparentados permaneceram próximos ao palácio e com prestígio, tendo facilidades e privilégios. Lourenço Antônio da Neiva além senhor de terras, sítios, escravos e chácaras, era cirurgião-mor do quartel da Vila, com patente reconhecida desde a época de Dona Maria I.

Com ele os bens do falecido sogro aumentaram substancialmente, sobretudo as terras “por detrás da Serra Dourada”. Em 1786, quatro filhas do cirurgião-mor Neiva pleitearam sesmarias de terras na região “detrás da Serra Dourada”, nas proximidades das terras do avô. Gostaria de destacar que essas terras ficavam a caminho dos chamados “rios proibidos”, Claro e Pilões, diamantíferos, franqueados apenas no início do século XIX. Tão grande era a quantidade de terras que essa região ficou conhecida, antes do final do Setecentos, como “Campanha do Neiva”.⁵³

Por outro lado, a riqueza, naqueles tempos, não era suficiente. Era o ideal da sociedade demonstrar *status*. Participar das instâncias do poder era a forma privilegiada – desculpem a redundância – de garantir mercês e deferências. Casar as filhas com homens do palácio garantiria a Antônio Gomes de Oliveira, o que ele não tinha: nobreza. Nas palavras de pesquisadores, *status*. Na linguagem da época, *qualidade*. Veja-se, por

⁵²AHU_ACL_CU_008, Cx. 37, D. 2284.

⁵³PINHEIRO, Antônio C. C. *Os tempos míticos das cidades goianas*. Mitos de origem e invenção das tradições. Goiânia: Ed. da UGC, 2010

exemplo, Lourenço Antônio da Neiva: não podia ser classificado como nobre. Ao menos é isso o que aponta o Vocabulário de Bluteau segundo o qual o cirurgião fazia parte do “estado do meio”. Ou seja, estava “entre os nobres e os mechanicos [...] como são os Pintores, Cirurgioens & Boticários [...]”. À “classe do meio” convinha andar a cavalo e portar-se bem, pois somente a arte da cirurgia não bastava para enobrecê-los.⁵⁴

Não bastou a Antônio Gomes de Oliveira ser um dos primeiros a se fixar em Goiás. Como indiquei, ele já estava aqui desde a década de 1730. Telles e Menezes chegaria mais de trinta anos depois, mas arrogou uma suposta nobreza pautada na atividade que exercia. É bom lembrar que Telles, em suas correspondências nunca negou a mercancia, pleiteou o Hábito de Cristo argumentando que era negociante do litoral e trouxe avultados negócios para essas minas. Portanto, a nobreza de Goiás não se pautava na antiguidade, mas em outros critérios que – embora não saiba dizer exatamente quais são – não deixavam de ser excludentes e reiterar a necessidade contínua de alianças políticas.

Na América portuguesa, os ideais de nobreza eram plásticos. Antônio Gomes, malgrado mecânico, assumiu cargos na *República*, como o de juiz e vereador. Não creio que Telles o tivesse denunciado à Coroa se aquela honraria não estivesse nos seus planos. Convém lembrar os elogios destinados ao mais “rico vassalo do rei” que, por seu trabalho e fortuna, era alvo de inveja e mancomunicações da Junta da Real Fazenda.

As estratégias de nobilitação dessa família não se encerram nos trâmites políticos. Além do casamento das filhas e a assunção de cargos importantes como juiz, (provavelmente vereador) e capitão-mor, Antônio Gomes se destacou com a aquisição de terras, posteriormente aumentadas por Lourenço Antônio da Neiva que, inclusive, investiu em imóveis urbanos. João Fragoço verificou que os negociantes do Rio de Janeiro colonial, uma vez donos de alguma fortuna, amiúde abandonavam a mercancia – forma privilegiada de

⁵⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Portuguez e Latino... Verbete: estado do meio

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

acúmulo de riqueza – e voltavam suas atividades para a terra. Era o “arcaísmo como projeto”.⁵⁵ Acrescente-se ainda as contingências da vida como os constantes ataques indígenas que, por mais de uma vez atacaram suas fazendas. Ter à disposição uma tropa para defender roças e engenho às custas dos cofres d'elrey contava e muito.

Ostatus com o qual se revestiam os aparentados de Antônio Gomes de Oliveira deixou não apenas o bacharel Telles e Menezes indignado. A proximidade dessa família com os governadores e o uso de cargos de destaque como garantia de criação e manutenção de privilégios deixou a muitos descontentes. Saliento, casar suas filhas com homens cujo posto variava de alferes, ajudante de ordens, secretário particular, capitão de ordenanças do clã dos Cunha Menezes incomodou muito.

Além do bacharel Telles e Menezes, outro insatisfeito com as mostras de insubordinação foi o vigário João Antunes de Noronha. E um dos momentos em que a família de Antônio Gomes de Oliveira fez valer seu status foi durante um batismo na matriz. Lourenço Antônio da Neiva, genro de Antônio Gomes, mandou batizar uma escravinha, por nome Efigênia, filha legítima de um preto mina e uma preta Angola, em julho de 1783. Uma das queixas do dito vigário Noronha é que o padrinho da pequena Efigênia era:

[...] hum menino, que ainda não tinha três anos completos, já com praça de cadete, filho legítimo do Alferes de Pedestres Jozé da Silva Maldonado, que eu por não disgostrar a seu pai, e aos circunstantes, não reprovei, mas porque estou certo, não contrahir parentesco, por defeito de idade, em que se não dá aquelle assentimento, que requer a Igreja para o fim deste ministério, o declaro aqui para que conste. O Vigário João Antunes de Noronha⁵⁶

Destaco a data: 1783. Ano no qual ocorreu a desavença acerca da eleição ao posto de capitão-mor. Lourenço Antônio da Neiva e José da Silva Maldonado de Eça eram concunhados, tinham cargos de relevo junto ao governo

⁵⁵ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Introdução. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1840. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 15-22.

⁵⁶ AGDG: Batismos de Goiás [Escravos], 1764-1787, f. 286.

(Maldonado era ajudante de ordens, e Lourenço era cirurgião-mor e vereador na ocasião). Aquele ano de 1783 foi um dos momentos mais marcantes na vida daquela família. Torna-se mais patente a importância das redes familiares no interior do palácio. No âmbito político, tinha início a governança de Tristão da Cunha Menezes, coincidentemente, o posto de capitão-mor entrou em vacância.

Não bastou a Antônio Gomes de Oliveira ser um dos primeiros a se fixar em Goiás. Como indiquei, ele já estava aqui desde a década de 1730. Telles e Menezes chegaria mais de trinta anos depois, mas arrogou uma suposta nobreza pautada no tipo de atividade que exercia. É bom lembrar que Telles, em suas correspondências nunca negou a mercancia, pleiteou o Hábito de Cristo argumentando que era negociante do litoral e trouxe avultados negócios para essas minas. Portanto, a nobreza de Goiás não se pautava na antiguidade, mas em outros critérios que – embora não saiba dizer exatamente quais são – não deixavam de ser excludentes e reiterar a necessidade contínua de alianças políticas. Para isso, as redes familiares, estabelecidas por casamentos ou compadrios, foram fundamentais e fundamental para que o marchante Antônio Gomes de Oliveira chegasse ao cobiçado posto de capitão-mor na antiga Vila Boa de Goiás.

Recebido em: 16/05/2017

Aprovado em: 15/09/2017

ENTRE PAI E FILHO: ANÁLISE DAS RIQUEZAS EM DUAS GERAÇÕES DE UMA FAMÍLIA DA ELITE AGRÁRIA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA (MG) NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Natânia Silva Ferreira¹

Resumo: Varginha emancipou-se da municipalidade de Três Pontas no ano de 1882. O novo município do Sul mineiro foi formado pela cidade de Varginha e pelos distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira. Sendo assim, o objetivo deste artigo é o de analisar a composição das riquezas de duas gerações de uma das famílias da elite agrária varginhense, bem como suas opções de investimentos. As gerações são a de um pai e um filho, ambos do distrito de Carmo da Cachoeira. O pai (Gabriel dos Reis Silva) faleceu em 1907 e, o filho (coronel Antônio Justiniano dos Reis), ao final do ano de 1918. As principais fontes utilizadas para cumprimento de tal objetivo foram inventários *post-mortem*. Foi possível notar que os investimentos de pai e filho foram parecidos na maioria das categorias de bens presentes nos inventários.

Palavras-Chave: Varginha-MG; Século XX; Elite agrária; Família dos Reis; Composição de riqueza.

BETWEEN FATHER AND SON: ANALYSIS OF THE RICHES IN TWO GENERATIONS OF A FAMILY OF THE ELITE AGRARIAN OF THE MUNICIPALITY OF VARGINHA (MG) AT THE BEGINNING OF THE 20th CENTURY

Abstract: Varginha was emancipated from the municipality of Três Pontas in the year 1882. The new municipality of southern Minas Gerais was formed by the city of Varginha and by the districts of Pontal and Carmo da Cachoeira. Thus, the purpose of this paper is to analyze the composition of the wealth of two generations of one of Varginha agrarian elite families, as well as their investment options. The generations are the of an father and a son, both from the district of Carmo da Cachoeira. The father (Gabriel dos Reis Silva) died in 1907, and the son (Antonio Justiniano dos Reis), at the end of the year 1918. The main sources used to fulfill this objective were *postmortem* inventories. It was possible to notice that the investments of father and son were similar in the majority of the categories of goods present in the inventories.

Keywords: Varginha-MG; 20th century; Agrarian elite; Family of Reis; Wealth composition.

¹ Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Introdução

Varginha foi emancipada do município de Três Pontas ao final do século XIX, no ano de 1882, em outubro daquele ano. Dois meses depois, no dia 17 de dezembro de 1882, teve início a primeira reunião da Câmara Municipal varginhense, como pode ser conferido abaixo por meio de parte da ata daquela reunião²:

Aos dezecete dias do mez de dezembro de mil oitocentos e oitenta e dois, reunido no Paço da Camara Municipal desta Villa, a hora que pelo Senhor Presidente da municipallidade da cidade de Três Pontas Azarias Ferreira de Mesquita foi marcada para a instalação e posse desta Villa os Senhores Vereadores José Maximiano Baptista, Domingos Teixeira de Carvalho, João Alves de Govêa, Franscisco de Paula e Silva, Matheus Tavares da Silva e Joaquim Antonio da Silva foi pelo dito Presidente deferido juramento na forma da Lei, aos Vereadores acima referidos, e tendo sido feita a leitura do aucto da instalação e posse desta Villa (...)³.

Na época do final do século XIX e do início do século XX⁴ – que compreende o ano de emancipação de Varginha – o Brasil como um todo passava por um processo de transformações urbanas, que também ocorreu no município, embora de forma particular⁵.

² Por meio do projeto “Raízes históricas, culturais e materiais de nosso povo – a história de Minas Gerais e a história de Varginha”, os professores do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Thiago Fontelas Rosado Gambi e Daniel do Val Cosentino – com apoio de Cláudio Henrique Martins, ex-diretor do Museu Municipal de Varginha – realizaram a digitalização das Atas da Câmara Municipal do período de 1882 até 1940. As atas referentes a esse período encontram-se no Museu Municipal da cidade. Neste texto, para as atas da Câmara, abreviação utilizada será ACMV (Ata da Câmara Municipal de Varginha).

³ ACMV, 1882, fl. 01.

⁴ Os termos “transição do século XIX para o século XX” ou “passagem do século XIX para o século XX” empregados neste artigo são referentes aos anos de 1880 a 1920. Este trabalho é parte de um grupo de pesquisas sobre a formação de cidades do Sul de Minas Gerais na transição para o novecentos. No grupo – que teve início no campus de Varginha da Universidade Federal de Alfenas no ano de 2011 – há pesquisadores que desenvolveram estudos sobre diferentes cidades do Sul de Minas Gerais, como Alfenas, Pouso Alegre e Lavras, dentre outras.

⁵ Sobre as transformações urbanas às quais o Brasil passou na transição para o século XX, cf.: SAES, Alexandre Macchione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na Formação do Capitalismo Brasileiro (1898 – 1927)*. Campinas, 2008. Tese (Doutorado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, especialmente o capítulo 5.

A partir de 1882, o município – constituído pela cidade de Varginha e os distritos de Pontal e Carmo da Cachoeira – passou a contar com uma Câmara de vereadores, formada por pessoas que apresentavam três particularidades: os grupos de vereadores da Câmara Municipal, em todos os anos em que eram renovados (por meio das eleições internas de vereadores) estavam conduzindo o processo de formação e urbanização da localidade; dentro daqueles grupos condutores, existia uma minoria com riquezas muito altas, em comparação à maioria da população local; as pessoas que mais posses detinham investiam suas riquezas, especialmente, no campo. Assim, a formação do município foi marcada pela presença de uma elite agrária.

O conceito de grupo condutor aqui empregado é o que foi desenvolvido por Raymundo Faoro, de um grupo condutor que está à frente do processo de desenvolvimento de uma localidade. Ao tratar do processo de modernização ao qual as sociedades passam, escreveu Faoro que “a modernização, pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um *grupo condutor*, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes”⁶. Os grupos de vereadores da Câmara Municipal varginhense estavam conduzindo o município em seu processo de formação, por meio da criação de projetos e leis voltados para a urbanização local.

O conceito de minoria aqui utilizado é o mesmo da ótica de Celso Furtado. Ao tratar de modernização nos países subdesenvolvidos, o autor escreveu sobre modernização de padrões de consumo: uma minoria – por possuir rendas (e/ou riquezas) significativamente maiores que as da grande maioria da população – tem condições de absorver padrões de consumo diferenciados, de famílias de rendas (e/ou riquezas) médias e altas dos países centrais. Essa minoria também está à frente do processo de formação das sociedades⁷. A minoria populacional de Varginha era aquela que possuía

⁶ FAORO, Raymundo. A Questão Nacional: A Modernização. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 6, n. 14, pp. 7-22, jan. /abr. 1992, p. 08, grifos nossos.

⁷ FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

riqueza bastante superior à da maioria da população e, dessa forma, podia diversificar seu patrimônio.

Os conceitos de grupo condutor e minoria aqui empregados, portanto, possuem estreita ligação: os vereadores que atuavam na Câmara Municipal e conduziam a formação e urbanização do município, ao mesmo tempo, formavam (embora não todos) a minoria populacional que possuía riquezas altas.

Considerando a elite varginhenseda transição do século XIX para o século XX, o objetivo deste texto é o de analisar a constituição das riquezas de duas gerações (de pai e filho) de uma das famílias que a compunham, bem como suas opções de investimentos. As principais fontes utilizadas para cumprimento de tal objetivo foram inventários *post-mortem* de pai e filho⁸. O pai em questão é Gabriel dos Reis Silva e, o filho, o coronel Antônio Justiniano dos Reis. O pai faleceu em 1907 e, o filho, ao final do ano de 1918. A família dos Reis era de um dos distritos pertencentes à Varginha, o de Carmo da Cachoeira, que foi emancipado em 1938; Antônio Justiniano dos Reis era a pessoa mais rica do distrito, considerando o valor de sua riqueza. Por meio dos inventários *post-mortem* de pai e filho, foi feita uma análise das riquezas de ambos, com comparações sobre o investimento de cada uma das personagens nas diferentes categorias de bens presentes nos inventários.

Para o cumprimento do objetivo exposto acima, este artigo conta com cinco seções, além desta introdução. Na seção dois foi feita descrição sobre a formação do município de Varginha entre o fim do século XIX e início do século XX; a terceira seção abordou determinados estudos de famílias por meio de inventários *post-mortem*, ou seja, foi destacada a importância destas fontes para os estudos de famílias ao longo do tempo, especialmente nos séculos XIX e XX; na seção quatro o foco foi na explicação do critério de definição de elite agrária utilizado neste texto; o principal objetivo da seção cinco foi a análise das riquezas das personagens principais deste trabalho, pai e filho, Gabriel

⁸ Os inventários *post-mortem* do município varginhense da transição para o século XX estão presentes no Arquivo do Judiciário da Comarca de Varginha (AJCV).

dos Reis Silva e o coronel Antônio Justiniano dos Reis; a seção seis, por fim, traz as considerações finais.

Constituição e emancipação do município de Varginha: entre o final do século XIX e o início do século XX

Em meio às transformações sociais e urbanas às quais o Brasil passou na transição para o século XX, o Sul de Minas Gerais recebeu influências da cafeicultura, especialmente, depois da primeira década do novecentos.

O Sul de Minas Gerais tornou-se uma divisão administrativa da província em 1789, com a paróquia de Campanha da Princesa⁹. Localizado primeiramente na Comarca do Rio das Mortes, o município de Campanha se tornou a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833, tendo suas fronteiras delimitadas ao norte pelo Rio Grande e ao sul e sudeste pela serra da Mantiqueira¹⁰.

Entre o final do século XIX e o início do XX, novos municípios foram se formando:

(...) juntamente à ampliação da população (...) era nítido o crescimento do número de cidades. Alfenas, Boa Esperança, Três Corações e Varginha, por exemplo, faziam parte de uma primeira fase de emancipação de municípios, entre as décadas de 1860 e 1880, como resultado da introdução do café na região¹¹.

⁹ Antes disso, ainda na economia do ouro, o Sul de Minas apresentava importância como rota de comércio e produtor de gêneros de abastecimento para outras regiões, como a corte: “a cidade do Rio representava o principal mercado de consumo do país (...). O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas”. FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963, pp. 114-115.

¹⁰ A Comarca do Rio das Mortes havia sido emancipada da área mineradora central, com a fundação de sua sede em São João D’El Rey no ano de 1713.

¹¹ SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. Sul de Minas em Transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato (Orgs.). *Sul de Minas em Transição – A formação do Capitalismo na passagem para o século 20*. São Paulo: Edusc, 2012. P. 13- 36, (p. 31).

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

O mapa abaixo mostra a localização atual de Varginha e do Sul de Minas Gerais no Estado; ainda, os Estados que se situam próximos da região sul-mineira:

Mapa 1. A localização de Varginha no Sul de Minas Gerais e a localização da região sul-mineira no Estado



Disponível em: http://www.gslogistica.com.br/?page_id=16. Acesso em 12/01/2017
No quadro em destaque, onde se lê MS, leia-se GO.

A formação da Câmara Municipal de Varginha ocorreu ao final do ano de 1882, porém, claramente, num período bem anterior ao do fim do século XIX, as terras que mais tarde abrigariam o município já eram povoadas.

Anos antes de 1806, o casal Francisco Alves da Silva e Tereza Clara Rosa da Silva adquiriu as terras onde mais tarde se localizaria Varginha. O casal vendeu essas terras ao alferes Manoel Francisco de Oliveira no ano de 1806 e, posteriormente, elas foram doadas à diocese de Campanha¹².

Affonso Ávila afirmou que o povoado surgiu em fins do século XVIII, por volta de 1785, e se encontrava no meio do caminho que ligava a Vila de

¹² SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Editora Sul Mineira, 2003.

Campanha ao Sertão de Três Pontas. A exemplo da tradição observada em grande parte dos povoados mineiros surgidos no século XIX, à área inicial de Varginha compreendia cerca de 48 alqueires, que correspondiam às terras doadas para a diocese de Campanha para a construção da capela de Espírito Santo de Catanduvás¹³.

Entre 1785 e 1820 foram construídas no local cerca de seis casas de telhas. No ano de 1824, o arraial contava com cerca de 1.550 habitantes, distribuídos pelas fazendas já formadas ou ainda em formação¹⁴. Pela Lei nº 471, de 01 de junho de 1850, o antigo curato do Espírito Santo da Varginha transformou-se em freguesia, sendo subordinada ao município de Três Pontas¹⁵.

Com o passar dos anos, o espaço onde se localizaria Varginha somava elementos importantes para sua formação enquanto município e para a evolução de seu processo de urbanização. Mas – e o que parece ser comum na formação inicial da maioria das cidades não planejadas, que crescem naturalmente – apesar de um primitivo processo de urbanização estar em curso, as pessoas se concentraram, sobretudo, no campo, durante muitos anos¹⁶. Se formava, entretanto, uma economia urbana, de forma que o espaço rural não viveria isolado do urbano, e este passava a influenciar o campo. Com esse movimento, a economia de Varginha se fortalecia e o número de

¹³ ÁVILA, Affonso. Varginha: formação e evolução. *Fund. J. P.*, Belo Horizonte, 13 (7/8), pp. 02-18, jul./ago., 1983, p. 02.

¹⁴ Ibidem, p. 08.

¹⁵ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884* – Município do Espírito-Santo da Varginha. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

¹⁶ Foi a partir de 1940 que passou a ocorrer maior concentração de pessoas no espaço urbano de Varginha, duas décadas antes de ter ocorrido no cenário nacional. É importante destacar que o município situa-se no Sudeste do país, próximo de cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, em que a passagem das pessoas do campo para as cidades ocorreu mais cedo que em lugares como o Nordeste do Brasil, por exemplo. Sendo assim, no Sudeste, o peso da população urbana pode ter sido maior que o peso da população rural logo em meados do século XX, tendo esse fato refletido sobre Varginha. No Brasil, de forma geral, houve maior número de pessoas nas áreas urbanas em relação às rurais na década de 1960. (Fonte: IBGE - Censo Demográfico, Minas Gerais, 1940 a 1980).

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

habitantes do município aumentava, como nos mostra a tabela 1 descrita abaixo:

Tabela 1. Número de habitantes do município de Varginha (1890-1920)

ANO	POPULAÇÃO
1890	24.819
1900	29.322
1907	31.417
1908	31.728
1909	32.042
1910	32.359
1911	32.690
1912	20.690 ¹⁷
1913	21.029
1914	21.237
1915	21.447
1916	21.659
1917	21.874
1918	22.080
1919	22.309
1920	22.457

Fonte: LEFORT, 1950, p. 130-131 apud Sales, 2003, p. 58.

Dentre as principais atividades do município entre o final do século XIX e o início do século XX, destacava-se a do café que, segundo o memorialista José Lefort, foi introduzida no município por volta de 1870, certamente para consumo local dos moradores¹⁸. Mas movimentação que a cafeicultura levou para Varginha ocorreu também a uma inovação para a época: a chegada da estrada de ferro. No ano de 1892 foi inaugurada em Varginha a estrada de ferro Muzambinho.

Sales afirmou que, sem dúvida, a passagem da ferrovia por Varginha contribuiu de forma muito relevante para o desenvolvimento comercial não apenas da cidade, mas também da região sul-mineira como um todo. No

¹⁷Até 1911, o município de Varginha era formado pelas populações da cidade e de seus dois distritos. Após aquele ano, Pontal foi emancipada, dando origem à cidade de Eloy Mendes (atual Elói Mendes).

¹⁸ LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 283.

entanto, o autor escreveu que a inovação não foi recebida com o merecido entusiasmo pela imprensa. No dia 30 de maio de 1892, a coluna “Várias Notícias” do Minas Gerais, órgão oficial dos poderes do Estado, mencionou a seguinte frase, de acordo com Sales: “Foi inaugurada a Estação da Varginha, da Companhia Muzambinho”¹⁹.

De certa forma, o café esteve ligado às primeiras atividades econômicas municipais, sobretudo depois do começo do século XX. É possível destacar a relação entre café e comércio porque na cidade de Varginha existiam estabelecimentos destinados à sua comercialização; mas especialmente, uma relação entre café e a ferrovia: em 1913, por exemplo, o município de Varginha exportava uma média anual de 400 mil arrobas de café²⁰; em 1918, a média de exportações de café que passavam pela estação local da Estrada de Ferro Muzambinho chegou a atingir 200 mil sacas, sendo 125 mil dessas sacas produzidas na cidade de Varginha, mas incluída a produção de Carmo da Cachoeira, que ainda não havia se emancipado. As 75 mil sacas restantes eram de municípios vizinhos²¹. Em 1920, Varginha já contava com 113 estabelecimentos de beneficiar café, “tendo eles produzido 23.916 quintais, nos seus 4.394.000 pés de café”²².

A movimentação à qual passava a economia varginhense no início do século XX demandou também as instituições bancárias. Em 1915 foi inaugurada uma agência do Banco Hypotecário e Agrícola do Estado de Minas Geraes e antes disso, em 1912, havia sido inaugurada uma agência do Banco do Brasil. As duas agências “luxuosamente instaladas em prédios próprios”, facilitavam a

¹⁹ SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 180.

²⁰ Questionários sobre as condições da agricultura de 176 municípios no Estado de Minas Geraes, inspecionados de 9 de Abril de 1910 a 30 de Novembro de 1913 – Serviço de inspeção e defesa agrícola de Minas Geraes (Ministério da Agricultura, Industria e Commercio). Rio de Janeiro: Typografia do Serviço de Estatística, 1913, p. 505.

²¹ A emancipação de Carmo da Cachoeira ocorreu em 1938.

²² LEFORT, José do Patrocínio, 1950 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 285.

circulação monetária, gerando lucros para seus usuários²³.Claramente, realizavam apenas operações mais simples, como depósitos.

Tem-se, portanto, um panorama da formação inicial do município, considerando os anos finais do século XIX e os iniciais do século XX.

Contudo, a história de Varginha guardava maiores especificidades, como aquelas que foram possíveis de ser compreendidas por meio do conjunto de inventários *post-mortem* disponíveis para o período de 1882 até 1920. Por meio dos inventários, foi possível constatar a existência de famílias da elite que marcaram a formação municipal.

Antes de chegarmos à seção sobre as especificidades de Varginha por meio desse grupo de fontes, porém, será apresentado sucinto levantamento de estudos de famílias que se embasaram nos inventários *post-mortem* para suas conclusões.

Estudos de famílias: os inventários *post-mortem* como fontes de pesquisa

Os inventários *post-mortem* são documentos que detalham a composição do patrimônio de pessoas específicas (aquelas que possuíam posses e condições de realizar um inventário) depois de seu falecimento, e informam sobre como ocorrerá a divisão da herança entre os herdeiros. Assim, esses documentos mostram a soma da riqueza (ou monte-mor) que uma pessoa possuía até a data de sua morte.

Todavia, é preciso mencionar que tais fontes, apesar importantes para a História, apresentam algumas limitações que devem ser citadas²⁴.

Os inventários retratam o patrimônio de uma pessoa no momento de seu falecimento, mas essa riqueza foi constituída, geralmente, durante a vida do inventariado, e pode ter sido esforço de seu próprio trabalho ou também parte

²³ FONSECA, Sylvestre& LIBERAL, João 1920 apud SALES, José Roberto. *Espírito Santo da Varginha (MG) – 1763-1920*. Varginha: Gráfica Sul-Mineira, 2003, p. 281.

²⁴ Sobre as possibilidades de utilização e limitações dos inventários *post-mortem*, cf.: FURTADO, Júlia Ferreira. Testamentos e Inventários – A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LÚCA, Tania Regina de. (Orgs.). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2015, P. 93-118.

de uma herança que foi recebida de seus ancestrais. Portanto, a riqueza que está presente no inventário foi constituída alguns dez, vinte ou trinta anos antes da morte da personagem: as mobílias de dentro das casas, os animais, os bens imóveis, as dívidas contraídas, são bens adquiridos ao longo do tempo. Todavia não é possível, com esses documentos, reconstituir a trajetória de vida de uma pessoa, pois o monte-mor é uma riqueza do momento em que o inventariado faleceu. Ainda, os inventários são documentos que retratam a estrutura de riqueza de apenas fração de uma sociedade, ou seja, parte das pessoas que possuíam condições para a realização de um inventário de bens.

Segundo Luciana Suarez Lopes, em pesquisa sobre Ribeirão Preto e São Simão (localidades de São Paulo), embasada em inventários de tais localidades:

(...) sua elaboração [a dos inventários] não era obrigatória, sendo estes abertos apenas quando os falecidos deixavam bens suficientes e/ou herdeiros menores. Normalmente, a existência de bens imóveis era suficiente para a abertura dos autos, mas foram encontrados, em algumas localidades do oeste paulista oitocentista, casos em que o patrimônio era formado, por exemplo, por apenas dois cavalos ou por somente bens móveis. Nessas situações, a partilha formal não foi feita, para que as custas judiciais não comprometessem ainda mais a herança dos herdeiros”²⁵.

No caso de estudos sobre riquezas com base nos inventários, pesquisa de Agnaldo Valentin, José Flávio Motta e Iraci del Nero da Costa demonstrou que são necessários alguns cuidados: o primeiro cuidado “diz respeito à distinção entre riqueza bruta e riqueza líquida”; o segundo “decorre da consideração dos valores da riqueza líquida, especificamente quando esta apresenta valores negativos”; finalmente, os autores afirmaram que é preciso que os pesquisadores se esforcem “na busca de um entendimento mais amplo

²⁵LOPES, Luciana Suarez. Relato de pesquisa: a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de dados. *Informações Fipe – Economia & História: relatos de pesquisa*, pp. 53-55, julho/2015, p. 54.

da medida de riqueza obtida com base nos inventários”²⁶. De acordo com os autores:

Um problema a ser enfrentado refere-se à classificação dos itens avaliados segundo os grupos de bens. Nesse campo, o pesquisador geralmente vê-se dividido entre a manutenção da própria categorização proposta no documento original – meritória por reproduzir a percepção coeva do significado destes objetos – e uma ordenação pragmática, que permita, com base na visão do historiador hodierno, o devido destaque de um conjunto de bens considerado pelo aludido historiador fundamental para o processo de acumulação de riqueza. Outro aspecto que merece igual esforço de análise reside no acompanhamento da acumulação de riqueza entre gerações, caso em que as medidas de riqueza bruta a líquida claramente não se aplicam²⁷.

Embora haja limitações, não obstante, “(...) acredita-se que essas particularidades [citadas acima] não diminuem em nada o potencial desses documentos como fontes de dados. O mais importante é reconhecer as limitações da fonte e trabalhar de forma consciente com as informações”²⁸.

Inventários têm sido utilizados por serem fontes de pesquisas sobre estrutura de riqueza; informam dados sobre o endividamento de uma sociedade, por meio de informações extraídas das dívidas; servem para o entendimento da composição de famílias; e, possuem informações importantes para estudiosos da escravidão²⁹. Sobre estudos de famílias, estes documentos

²⁶ VALENTIM, Agnaldo; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. Distribuição e concentração da riqueza com base em inventários *post mortem* na presença de casos de riqueza líquida negativa. *História (São Paulo)*, v.32, n.2, pp.139-162, jul./dez., 2013, p. 157.

²⁷ Ibidem, pp. 157-158.

²⁸ LOPES, Luciana Suarez. Relato de pesquisa: a utilização dos inventários *post-mortem* como fonte de dados. *Informações Fipe-Economia & História: relatos de pesquisa*, pp. 53-55, julho/2015, p. 54.

²⁹ Dentre os inúmeros trabalhos que partem de inventários, cf.: MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza* – São Paulo, 1845-1895. São Paulo: Hucitec, 1985; VIEIRA, Eduardo José. *Produção, comércio e acumulação de riqueza em um município escravista mineiro: Lavras/MG (1870-1888)*. São Paulo, 2015. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; FERREIRA, Natânia Silva. *Elite Agrária e processo de Urbanização: o município de Varginha-MG (1882-1920)*. São Paulo, 2017. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

foram utilizados por diversos pesquisadores da História Social e da História Econômica.

José Flávio Motta, ao trabalhar com famílias escravas de um plantel de cativos de Apiaí (interior de São Paulo), sobretudo do primeiro quartel dos oitocentos, utilizou, dentre outras fontes, inventários *post-mortem* para auxiliar na compreensão da relevância, duração e estabilidade das relações de famílias dos escravos do plantel em questão³⁰.

Cláudia Eliane Marques Martinez fez um estudo para o Vale de Paraopeba (Minas Gerais) mostrando a mudança na diversificação da riqueza contida nos inventários *post-mortem* nos períodos pré e pós abolição da escravidão: o patrimônio das famílias estudadas passou por alterações significativas do período pré (1850-1888) para o pós (1888-1914) abolição³¹. O não investimento na categoria de escravos implicava numa reorganização da riqueza aplicada nas demais categorias.

Gláucia Giovana Lixinski Külzer desenvolveu o trabalho de analisar um grupo da elite regional do município de Santa Maria da Boca do Monte (Rio Grande do Sul) entre os anos de 1858 e 1889. Sendo sua principal fonte de pesquisa os inventários *post-mortem*, a autora investigou trajetórias de uma das famílias do município averiguado, a fim de compreender “a mobilidade espacial como estratégia familiar, a formação do patrimônio, o processo de acumulação de capital, o acesso a propriedade da terra em um momento de expansão da fronteira agrária e a transmissão do patrimônio”³².

³⁰ MOTTA, José Flávio. Demografia histórica, família escrava e historiografia: relações familiares em um plantel de escravos de Apiaí (SP). In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA / 5ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. São Paulo, SP. (cdrom). ABPHE – FEA/USP, 2001.

³¹ MARTINEZ, Cláudia Eliane P. Marques. Família, Riqueza e Organização da Estrutura Doméstica: Vale do Paraopeba/MG, 1850 a 1914. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais do evento. Caxambu, MG: ABEP, 20-24 de setembro de 2004.

³² KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. São Leopoldo, 2009. Dissertação (Mestrado em História, área de concentração Estudos Históricos Latino-Americanos) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio Sinos, p. 20.

Paulo Roberto de Oliveira, ao estudar o comércio que se estabeleceu entre Goiás e São Paulo no período da Primeira República, utilizou, dentre outras fontes, de inventários *post-mortem*. Nas palavras do autor: “As relações familiares de Rosa Maria auxiliam no entendimento de seu papel em meio a este circuito de comércio (...). O fornecimento de crédito apareceu com destaque no processo de inventário de seus bens”³³.

As descrições citadas acima englobam quatro casos sobre o interior do Brasil, em contextos históricos diferentes: o primeiro refere-se a um período que envolve parte da escravidão; o segundo estudo contempla os períodos pré e pós abolição; o terceiro caso diz respeito a segunda metade do século XIX; finalmente, o quarto caso contempla a Primeira República.

Os exemplos sobre estudos de famílias com base em inventários descritos acima, portanto, englobaram realidades específicas do interior do Brasil. Todavia, é preciso ressaltar que os estudos sobre famílias que se embasaram em inventários *post-mortem* como principais fontes de pesquisa se voltaram, principalmente, para as relações de famílias escravas³⁴.

No caso deste artigo, o objetivo é o de compreender a composição das riquezas de pai e filho – membros da família dos Reis do município de Varginha, no início do século XX – assim como suas opções de investimentos. Por meio de inventários *post-mortem* de ambos, foram feitas comparações sobre a diversificação das riquezas de cada uma das personagens nas diferentes categorias de bens presentes nos inventários.

Foram divididos os grupos de bens presentes nos inventários *post-mortem* de Varginha nas seguintes categorias: móveis; imóveis rurais; imóveis

³³ OLIVEIRA, Paulo Roberto de. *Um caminho voltado para dentro: o circuito goiano e o comércio entre Goiás e São Paulo na Primeira República*. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 205.

³⁴ Como exemplos, podem ser citados: TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, 1850-1888*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; CUNHA, Máisa Faleiros da. Fontes Documentais para o estudo da População e da Família Escrava: Franca-SP, século XIX. *MEDIAÇÕES*, Londrina, v. 18, n. 1, pp. 206-225, jan./jun. 2013.

urbanos; culturas e mantimentos; animais; escravos; dinheiro; dívidas ativas; e dívidas passivas.

Com base numa amostra de 275 inventários para o município entre os anos de 1882 e 1920, foi elaborada uma definição de elite considerando também os conceitos de grupo condutor de Faoro e de minoria de Celso Furtado; foram levados em conta estudos já realizados; e também ponderadas as especificidades do município de Varginha na transição do século XIX para o século XX.

Elite Agrária: a definição da expressão

Elite, no caso deste artigo, primeiramente, é o grupo condutor a que se referiu Faoro. O grupo político que conduz uma sociedade em seu processo de formação, também beneficiando-se. Depois, elite também é a minoria de Celso Furtado, a minoria populacional que, na transição do século XIX para o século XX, poderia diversificar sua riqueza, dado seu alto valor.

Assim, considerando as especificidades de Varginha, a elite possuía três características básicas: a elite conduzia o município em seu processo de urbanização; a elite tinha condições de diversificar sua riqueza, já que era alta em comparação com a maioria da população do município; por fim, a elite, ainda que diversificasse seu patrimônio, aplicava a maior parte nos imóveis rurais, portanto, a elite era agrária.

Na História Econômica são conhecidos alguns critérios para definição de elite. Para o caso de trabalhos sul-mineiros do período da escravidão, um dos critérios utilizados costuma ser o de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade, que trabalharam com a primeira metade do século XIX. Embora Renato Leite Marcondes tenha analisado a gestação da cafeicultura no Vale do Paraíba e Marcos Ferreira de Andrade tenha se concentrado no Sul de Minas

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Gerais, os dois autores definiram elite escravista como os senhores que possuíam 20 ou mais cativos em suas propriedades³⁵.

Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho, ao tratarem do fim da escravidão em Campanha e Pouso Alegre, definiram elite por critério exclusivamente econômico-financeiro: somaram todo o patrimônio dos inventários que possuíam e dividiram o valor total encontrado em três partes; a elite foi constituída pelos inventariados que, dadas as maiores fortunas e tendo suas riquezas somadas entre si, o valor da soma correspondia à terça parte do total. Os autores não utilizaram o critério definido por Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade porque trataram de uma época em que os escravos estavam perdendo valor monetário, já que aproximava-se o fim da escravidão³⁶.

Com critério diferente para definição de elite, Piketty escreveu que:

Na realidade, toda representação da desigualdade fundamentada num pequeno número de categorias está fadada a ser esquemática e imprecisa, já que a realidade social subjacente é sempre de uma distribuição contínua. Em todos os níveis de renda e de riqueza, há sempre um número de pessoas de carne e osso, cujas características e importância numérica variam de forma lenta e progressiva em função da estrutura da distribuição em uma dada sociedade. Não há rupturas descontínuas entre as diferentes classes sociais, entre o mundo do “povo” e o das “elites”³⁷.

Por isso, o autor trabalhou com conceitos estatísticos de décimos (os 10% mais ricos, os 40% do meio, os 50% da base). Organizando a sociedade em faixas, seria possível fazer comparações no tempo e no espaço sem deixar

³⁵ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Editora Stiliano, 1988, pp. 89-91; ANDRADE, Marcos Ferreira de. Elite escravista no sul de Minas Gerais: opções de investimento e composição da riqueza – século XIX. In: XIV SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. Diamantina. Anais do evento. Cedeplar, 2010, p. 58.

³⁶ SAES, Alexandre Macchione; AVELINO FILHO, Antoniel. Escravidão e trajetórias das elites locais: Campanha e Pouso Alegre no ocaso da escravidão. *Cultura Histórica & Patrimônio*, vol. 1, n. 1, p. 65-90, 2012, p. 84, nota de rodapé número 29.

³⁷ PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca Ltda, 2013, p. 323.

de lado as complexidades específicas dos povos e, principalmente, o caráter contínuo da desigualdade social³⁸.

No caso de Varginha, a definição de elite de Renato Leite Marcondes e Marcos Ferreira de Andrade não auxiliaria no entendimento da elite porque o município emancipou-se na década final da escravidão e eram poucos os inventários que possuíam a categoria de escravos.

O critério de definição de Alexandre Macchione Saes e Antoniel Avelino Filho, de somar toda a riqueza e selecionar, dentro dessa riqueza, os documentos que, somados, representavam um terço do total das fortunas, não serviria para o caso varginhense porque, ao somar o valor de todas as riquezas dos inventários para Varginha, a terça parte representaria um valor que englobaria poucos documentos, menos do que o conjunto de inventários que compõem a elite agrária varginhense.

No caso do critério utilizado por Piketty, é preciso que compreendamos a imprecisão que pode marcar as análises sobre determinada elite quando trabalha-se com uma porcentagem pequena de pessoas dentro do total. Entretanto, o objetivo nesta seção é o de entender a composição da riqueza de uma minoria que diferenciava-se da maioria, e não faria sentido desenvolver um estudo baseado em faixas de riqueza, para entendimento dos 40% do meio ou dos 50% da base da população, como fez o autor.

Para o entendimento do que vem a ser elite numa sociedade, é preciso também levar em conta os dados e informações próprios daquela sociedade. Dentro da amostra total de inventários varginhenses, foram encontrados patrimônios que foram desde 4,34 libras³⁹ (aproximadamente 65

³⁸ Idem.

³⁹ A amostra de inventários varginhenses é composta por 275 documentos que vão de 1882 até 1920 e as riquezas que possuíam os inventariados eram bastante variadas. Dessa forma, para definir elite, seria preciso comparar os valores das riquezas desses documentos no tempo, sendo necessária a utilização de algum método para retirar a inflação dos valores. No período de 1882 até 1920, acontecimentos políticos e econômicos marcaram a economia brasileira, dentre outros, a política dos governadores e o encilhamento. Este último gerou distorções para o sistema financeiro nacional e o Brasil viveu uma época de surto inflacionário. Assim, utilizou-

mil réis), caso de uma falecida do ano de 1911, Marianna Marphisa de Jesus, até o valor do monte-mor do barão de Lavras, falecido em 1899 cuja riqueza foi de 41.569,25 libras⁴⁰ (cerca de 444 contos de réis).

Dada a disparidade das riquezas, os valores do monte-mor de todos os inventariados foram organizados num gráfico de dispersão. Por meio do gráfico é possível entender que havia grande concentração de riqueza em Varginha. Abaixo de 5.000 libras esterlinas (aproximadamente 50 contos de réis) se concentrava a grande maioria dos documentos, separada de alguns inventários dispersos pelo gráfico.

Por meio do gráfico, definiu-se elite como os inventariados cujos valores de patrimônio encontravam-se dispersos, separados da massa da população.

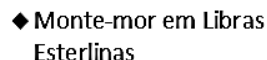
É possível pensar, pela observação do gráfico, em três divisões da população: primeiro, nota-se a elite dispersa; segundo, parte da população com patrimônio inferior a 5.000 libras (cerca de 50 contos de réis); e, por último, parte da população que não realizava inventários de bens.

se como método para deflacionar os valores das riquezas do conjunto de inventários a transformação dos réis em libras esterlinas. Apesar dos acontecimentos políticos e econômicos aos quais o Brasil passou na época, a libra foi a moeda que melhor cobriu o período de análise sem sofrer grandes alterações de valor. Esse método já foi utilizado por muitos autores. Dentre outros, cf.: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial*. Rio de Janeiro, 1790-1888. Rio de Janeiro, 1990. Tese (Doutorado em História) – ICHF/Universidade Federal Fluminense.

⁴⁰ Sobre a questão de valores nos inventários *post-mortem*, cf.: COSTA, Fernando Alves da. E quanto valia, afinal? O problema dos preços nos inventários *post-mortem* do século XIX. *História, Revista on line do Arquivo Histórico do Estado de São Paulo*. n.60, ano 9, dez. 2013.

Natânia Silva Ferreira

(em libras esterlinas) entre 1882 e 1920



Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* presentes no AJCV.

personagens, descritas na tabela abaixo:

Tabela 2. Lista dos inventariados da elite agrária do município de Varginha (com monte-mor em ordem decrescente de valor, em libras esterlinas)⁴¹

INVENTARIADO (A)	Ano do processo	Monte-mor em contos de réis	Taxa de câmbio do ano	Monte-mor em libras
barão de Lavras	1889	377:240\$925	9075	41.569,25
Matheus Tavares da Silva	1905	444:273\$764	15314	29.010,95
Joana Maria de Jesus	1883	310:480\$640	11136	27.880,80
Joaquim Octaviano Mendes	1918	327:192\$600	18656	17.538,20
Antônio Justiniano dos Reis	1919	320:938\$666	18562	17.290,10
Gabriel dos Reis Silva	1907	244:888\$370	15889	15.412,45
Francisca de Oliveira	1892	243:607\$533	20040	12.156,06
Gabriel José Junqueira	1883	130:727\$999	11136	11.739,22
barão de Varginha	1895	238:190\$481	24272	9.813,38
Estevam Ribeiro de	1899	262:073\$380	32573	8.045,72
Silvestre Francisco de	1915	97:801\$042	19340	5.056,93
TOTAL				190.456,13

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes no AJCV.

O valor em porcentagem da soma das riquezas da elite correspondeu a 55,70% da amostra, ou seja, apenas 11 inventariados concentravam mais de metade da riqueza total da amostra. Considerando o número de documentos, dentro do total de 275, a elite equivale a 4,00% do total.

Abaixo foi feita resumida descrição das personagens que compunham a elite agrária do município de Varginha na passagem para o século XX, considerando as riquezas em ordem decrescente⁴².

⁴¹ Dividindo o monte-mor em contos de réis pela taxa de câmbio anual, o valor encontrado é o correspondente em libras esterlinas. Vale ressaltar que a soma total foi realizada apenas em libras, já que esta moeda apresentava menores alterações que os réis ao longo do tempo.

⁴² Sobre detalhes da localização dos processos de inventários da elite agrária do município de Varginha (processos dispostos de acordo com a ordem decrescente do monte-mor em libras esterlinas):

barão de Lavras, 1889, AJCV, cx. 509, doc. n° 02.

Matheus Tavares da Silva, 1905, AJCV, cx. 598, doc. n° 23.

Joana Maria de Jesus, 1883, AJCV, informações não identificadas.

Joaquim Octaviano Mendes, 1918, AJCV, cx. 581, doc. n° 23.

Antônio Justiniano dos Reis, 1919, AJCV, cx. 517, doc. n° 69.

Gabriel dos Reis Silva, 1907, AJCV, cx. 509, doc. n° 11.

Francisca de Oliveira, 1892, AJCV, cx. 472, doc. n° 12.

Gabriel José Junqueira, 1883, AJCV, cx. 508, doc. n° 03.

barão de Varginha, 1895, AJCV, cx. 509, doc. n° 05.

Estevam Ribeiro de Resende, 1899, AJCV, cx. 295, doc. n° 07.

O processo do inventário de barão de Lavras (João Alves de Gouvêa) data de julho de 1889. O dono do maior monte-mor em libras esterlinas de nosso período de análise – e que fez parte do primeiro grupo de condutores do processo de formação do município de Varginha – quando faleceu, deixou sua esposa e requerente, a baronesa de Lavras, e quatro filhos.

Em 02 de dezembro de 1905 faleceu o major Matheus Tavares da Silva. O processo de inventário teve início no dia 26 do mesmo mês. Dos dois casais de filhos do major, um havia falecido; Marianna Leopoldina de Oliveira, esposa do major, também havia falecido e, sendo assim, a herança foi dividida entre o casal de filhos vivos e os netos por parte do casal de filhos falecidos. O requerente foi o genro de Matheus Tavares da Silva, esposo de sua filha mais velha.

Em outubro do ano de 1883 teve início o processo de inventário de Joana Maria de Jesus, cujo inventariante, João Gonsaga Branquinho, foi descrito no *Almanach Sul-Mineiro* para 1884 como empreendedor de obras para infraestrutura de Varginha⁴³. Dentre os filhos de Joana Maria de Jesus estava Marianna Clara de Gouvêa (baronesa de Lavras), que foi inventariante do marido, João Alves de Gouvêa (barão de Lavras) em 1889.

Joaquim Octaviano Mendes faleceu em Eloy Mendes no dia 10 de outubro de 1918, tendo se iniciado seu processo de inventário em 09 de novembro do mesmo ano. O tenente coronel deixou como herdeiros a esposa e inventariante, Helena Mendes, e dois filhos do extinto casal, meninos de 12 e 14 anos de idade.

Além da primeira relação familiar notada em nossa elite – a do barão de Lavras com Joana Maria de Jesus, porque o barão foi genro de Joana Maria de Jesus – outra relação familiar foi constatada: Antônio Justiniano dos Reis, coronel de Carmo da Cachoeira, faleceu em dezembro de 1918 e no fim de

Silvestre Francisco de Oliveira, 1915, AJCV, cx. 295, doc. n° 3.630.

⁴³ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1884*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1884, p. 182.

janeiro de 1919 seu processo de inventário foi iniciado. Como herdeiros foram deixados sua viúva e inventariante, Idalina Elisa da Costa Reis e mais 12 filhos, com idades entre 15 e 35 anos. O coronel Antônio Justiniano dos Reis foi filho de outro membro da elite, o senhor Gabriel dos Reis Silva.

O processo de inventário de Gabriel dos Reis Silva teve início no ano de 1907. Ele deixou como herdeiros a esposa, Eliza Idalina dos Reis e mais três filhos, além de seis netos, filhos do finado filho de Gabriel dos Reis Silva. Seu inventariante foi o filho mais velho, Antônio Justiniano dos Reis que, na época, estava com 60 anos de idade.

Das demais personagens da elite, tem-se Francisca de Oliveira, cujo processo de inventário data de 04 de outubro de 1892. O requerente e seu esposo, Joaquim Antonio da Silva, foi vereador da Câmara Municipal de Varginha desde o final de 1882 até o ano de 1887, tendo feito parte do primeiro grupo condutor do processo de formação de Varginha. Como herdeiros, além do inventariante, foram deixados dois filhos.

O processo de inventário de Gabriel José Junqueira teve início em 02 de março de 1883. Como herdeiros foram deixados a esposa, Cláudia Bernardina Andrade, 13 filhos e os netos, filhos do finado filho de Gabriel José Junqueira.

Também fazia parte da elite o barão de Varginha, com inventário datado de 22 de junho de 1895. No processo de inventário do barão não foram identificados filhos, sendo herdeira apenas a viúva, baronesa de Varginha.

Em 26 de janeiro de 1889 faleceu Estavam Ribeiro de Resende, tendo se iniciado seu processo de inventário no dia 22 de abril do mesmo ano. A requerente dos bens foi sua esposa, Marianna dos Reis Resende. Como herdeiros foram deixados mais 10 filhos.

Finalmente, o último membro da elite agrária foi Silvestre Francisco de Oliveira. O processo de inventário teve início em 15 de janeiro de 1915, tendo sido inventariante Silvério Francisco de Oliveira, filho do inventariado. Além, foram deixados mais três herdeiros (uma filha e dois netos).

Vale frisar que das personagens da elite agrária, Matheus Tavares da Silva e João Alves de Gouvêa estiveram na Câmara de vereadores logo nos

anos iniciais de nascimento do município; Joaquim Antonio da Silva (o inventariante de Francisca de Oliveira) também participou do grupo de vereadores no início de formação do município. João Gonsaga Branquinho (requerente de Joana Maria de Jesus) auxiliou a cidade de Varginha em suas primeiras obras de infraestrutura. Tem-se, portanto, pessoas de altas posses que conduziram o município em seu processo inicial de formação e urbanização.

Destaca-se ainda, por meio da tabela descrita abaixo, a característica agrária da elite, que investia a maior parte da riqueza nos bens imóveis rurais:

Tabela 3. Investimentos nas categorias de bens presentes nos inventários *post-mortem* da elite agrária do município de Varginha (1882-1920)

CATEGORIA	% DO I
Bens Móveis	2,30%
Imóveis Rurais	48,42%
Imóveis Urbanos	4,42%
Culturas e	9,33%
Animais	4,72%
Escravos ⁴⁴	2,28%
Dinheiro	4,81%
Dívidas Ativas	23,72%
Monte-mor	100,00%
Dívidas Passivas	3,27%
Monte-partível	96,73%

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* da elite agrária, presentes noAJCV.

I = investimento

⁴⁴Do período de 1880 a 1887 foi possível identificar a categoria de escravos dentre os inventários. Dos inventariados que possuíam tal categoria, o valor da riqueza aplicada nos escravos era menor apenas que o investimento nos bens imóveis rurais, devido, inclusive, o preço destes últimos. Vale mencionar a grande importância da categoria de escravos para a formação do patrimônio dos moradores que possuíam a categoria, ainda que o município tenha se emancipado na década final da escravidão. Para mais detalhes, cf. FERREIRA, Natânia Silva. “Estrutura de Riqueza em Varginha, Minas Gerais (1880-1888) – A importância dos escravos para a composição do Patrimônio”. In: *XXVIII Simpósio Nacional de História. Anais do evento*. Florianópolis: Anpuh, 2015.

As três características da elite podem ser novamente acentuadas: a elite esteve presente no processo de formação do município, estando, principalmente, na Câmara de vereadores, pensando nos projetos e leis referentes ao crescimento e urbanização de Varginha; a elite era formada por um grupo de pessoas que possuía altas riquezas, em comparação com a maioria da população; e, a elite era agrária, pois investia a maior parte de sua riqueza nos imóveis rurais.

Dentro da elite agrária do município de Varginha, a seção abaixo abordará a análise da composição das riquezas e opções de investimentos de dois membros da família dos Reis, pai e filho, falecidos, respectivamente, em 1907 e 1918.

Entre pai e filho: a riqueza em duas gerações da família dos Reis

O distrito de Carmo de Cachoeira emancipou-se de Varginha no ano de 1938. Antes de possuir autonomia municipal, estava condicionado à municipalidade responsável, ou seja, a de Varginha, como pode ser visto por meio de uma passagem da ata da reunião da Câmara de vereadores de 23 de dezembro de 1913, em que:

Pelo vereador senhor Capitão Rebello da Cunha foi apresentado um projecto de lei que autoriza o Senhor Agente Executivo a despende pela verba do districto do Carmo da Cachoeira a quantia de 2:000\$000 [dois contos de réis] para auxilio da abertura de um caminho de utilidade pública (...) ⁴⁵.

O que demandava Carmo da Cachoeira precisava passar pelas reuniões de vereadores em Varginha. Em 13 de setembro de 1915, por exemplo, “(...) foi apresentado um projecto que autorisa o Presidente da Câmara despende até a quantia de 700\$000 setecentos mil reis para melhoramentos da agua potavel do Carmo da Cachoeira (...)” ⁴⁶.

⁴⁵ ACMV, 1913, fl. 65.

⁴⁶ ACMV, 1915, p. 10.

Os inventários de moradores do distrito pertenciam à Comarca de Varginha, bem como os imóveis do distrito eram registrados no cartório existente na cidade de Varginha.

Dentro da elite agrária do município, Gabriel dos Reis Silva e coronel Antônio Justiniano dos Reis eram os únicos membros de Carmo da Cachoeira; do distrito de Pontal, a personagem da elite agrária era Joaquim Octaviano Mendes.

O coronel Antônio Justiniano dos Reis vinha de uma família de grandes investimentos em imóveis rurais, como pode ser visto na tabela abaixo, que mostra a riqueza de pai e filho:

Tabela 4. Comparação dos investimentos de Gabriel dos Reis Silvae Antônio Justiniano dos Reis

Categoria	Gabriel dos Reis Silva	Antônio Justiniano dos Reis
Bens Móveis	0,37%	0,09%
Imóveis Rurais	44,85%	70,43%
Imóveis Urbanos	1,23%	1,25%
Culturas e	2,61%	3,99%
Animais	8,92%	3,60%
Dinheiro	4,79%	0,00%
Dívidas Ativas	37,23%	20,65%
Monte-mor	100,00%	100,00%
Dívidas Passivas	2,41%	0,00%
Monte-partível	97,59%	100,00%

Fonte: Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva, presentes no AJCV.

Pode-se notar que os investimentos de pai e filho eram bastante parecidos: nos móveis, o investimento de ambos não chegava a meio por cento da riqueza total; o maior investimento dos dois inventariados estava na categoria de bens imóveis rurais; o investimento nos imóveis urbanos era praticamente idêntico nos dois processos; em culturas e mantimentos, investia-

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

se menos de quatro por cento nos dois casos; as dívidas ativas representavam o segundo maior investimento dos dois inventariados.

Em relação à composição das riquezas, serão analisados por último os bens imóveis rurais, por serem os que apresentaram maiores investimentos.

Na categoria de bens móveis do processo de inventário de Gabriel dos Reis Silva foram descritos utensílios de casa, tais como mesas, cadeiras, armários, um relógio de parede e quatro carros, dentre outros. No caso do coronel Antônio Justiniano dos Reis foram descritos apenas dois carros de bois, no valor total de trezentos mil réis⁴⁷.

A tabela abaixo mostra a quantidade de animais presentes em cada documento:

⁴⁷ Foi utilizada a libra esterlina para a definição dos documentos que comporiam a elite agrária devido a menor variação que esta moeda apresentava em relação aos réis, já que foi necessária comparação de valores ao longo do tempo. Nesta seção, em que as análises feitas envolvem duas das personagens da elite, os componentes das riquezas de ambos podem ser descritos em réis porquetem-se a noção do total do monte-mor de cada um dos inventariados, bem como as porcentagens dos patrimônios dos dois.

Tabela 5. Número de animais presentes nos processos de inventários de Gabriel dos Reis Silva e Antônio Justiniano dos Reis

ESPÉCIES	Quantidades	
	PAI	FILHO
Porcos	28	0
Éguas com cria	7	0
Éguas	1	0
Bezerros	0	56
Garrotes	0	50
Novilhas e vacas	0	24
Novilhos	174	0
Bois de carro	61	24
Vacas com cria	32	0
Vacas	87	22
Vacas de corte	5	0
Cavalos	9	7
Burros	11	2
Touro	17	1
Bois	1	1
Besta	3	1
TOTAL	436	188

Elaboração própria a partir dos Inventários *post-mortem* de Antônio Justiniano dos Reis e Gabriel dos Reis Silva, presentes no AJCV.

Os animais representavam pouco do monte-mor do filho, Antônio Justiniano dos Reis, e um pouco mais do monte-mor do pai, Gabriel dos Reis Silva, como nos mostrou a tabela 4. Fazia parte do espólio de bens de Gabriel dos Reis Silva mais da metade dos animais que possuía o filho. É possível inferir que a maioria dos animais, embora não todos, servissem para comercialização e exportação.

Em relação às criações de animais no Sul de Minas Gerais, Veiga escreveu em seu Almanach para 1874 sobre gado vacum, lanígero e suíno. A respeito do gado vacum, Veiga alegou que constituía-se num importante ramo de exportação no Sul de Minas. “Sua criação é próspera em todos os municípios, e particularmente nos de Alfenas, Passos, S. Sebastião do Paraíso, Caldas, Tres Pontas e Dôres da Boa Esperança”. Segundo Veiga, a exportação

anual do gado sul-mineiro que seguia para o Rio de Janeiro e São Paulo era de 4.000:000\$000, equivalendo a 70 mil cabeças⁴⁸.

Sobre gado lanífero, escreveu Veiga que “existe em todos os municípios do sul e orça por 10,000 o numero de cabeças annualmente exportadas”. Sobre suínos, Veiga também afirmou que eram criados em todos os municípios do Sul mineiro, sendo sua exportação não inferior a 30 mil cabeças, na importância de 1.000:000\$000⁴⁹.

No início do século XX, época de falecimento de nossas personagens, a dinâmica socioeconômica do Sul de Minas era um pouco diferente, com a emancipação e desenvolvimento de novos municípios. Assim, dos animais existentes nos documentos da elite agrária e das personagens de destaque, acredita-se que determinada parte servia para comercialização local e exportação.

Dentro da categoria de imóveis urbanos de Gabriel dos Reis Silva, foi contabilizada apenas uma casa no Largo da Matriz, com todos os móveis e quintal, no valor de três contos de réis. No caso do filho, Antônio Justiniano dos Reis, foi contabilizada também apenas uma casa, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, no valor de quatro contos de réis.

Na categoria dinheiro, o inventário de Gabriel dos Reis Silva apresentava uma porcentagem pequena que, em réis, equivalia a pouco mais de onze contos. Já no processo do coronel Antônio Justiniano dos Reis não havia a categoria.

Segundo Luciana Suarez Lopes, a categoria de dinheiro referia-se ao arrolamento de algum bem do espólio para manutenção da família do falecido enquanto o processo de inventário estava acontecendo; ou dizia respeito a

⁴⁸ VEIGA, Bernardo Saturnino da. *Almanach Sul-Mineiro para 1874*. Campanha: Typographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874, pp. 31-32.

⁴⁹ Ibidem, p. 32.

bens que, por serem perecíveis, poderiam deteriorar-se, caso os envolvidos esperassem a conclusão do inventário para vendê-los⁵⁰.

No caso da categoria de dívidas, as ativas de Gabriel dos Reis Silva equivaliam a 69 apólices da dívida pública, que totalizaram cerca de 72% do total do investimento na categoria. Seu filho possuía apenas apólices da dívida pública nas dívidas ativas (sem os juros, cada apólice valia um conto de réis).

Antônio Justiniano dos Reis não possuía dívidas passivas e, no caso de seu pai, o documento não mostrava identificação, apenas o total, que equivalia a cerca de 2,40% do monte-mor.

Os imóveis rurais representavam 45,85% do monte-mor do pai e, juntamente com as culturas e mantimentos, chegavam a cerca de 47,50% do total do patrimônio. No caso do filho, os imóveis rurais representavam 70,43% do monte-mor e, juntamente com as culturas e mantimentos, chegavam a aproximadamente 75,50%.

Dentre os imóveis de Gabriel dos Reis Silva estavam 9 casas e um terreno. A de maior preço, situada em Carmo da Cachoeira, valia 1:300\$000. Havia outra casa com valor parecido, de 1:250\$000, situada em Três Corações, município vizinho de Varginha. As demais casas possuíam preços iguais ou inferiores a 300\$000.

No caso das casas no espaço rural do filho foram identificadas quatro, sendo uma delas no valor de 10:000\$000, situada no distrito de Carmo da Cachoeira, com quintal, benfeitorias, paiol e monjolo. As demais casas valiam bem menos: uma contabilizada em 200\$000, outra no valor de 230\$000 e mais uma avaliada em 400\$000.

A maior parte dos imóveis rurais estava nas extensões de terras, localizadas nas regiões de Carmo da Cachoeira, Varginha e Três Pontas. Em alqueires, as terras do coronel correspondiam a uma extensão de 1.369,50

⁵⁰LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião: A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, p. 64.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

alqueires, sendo 37 deles com café, a única cultura identificada no inventário. As terras de Gabriel dos Reis Silva somavam 1.295,50 alqueires, sendo apenas 14 deles com café. A grande maioria dos alqueires de terras eram de pastos, matos e terras virgens.

Entretanto, o café estava presente em outras formas no inventário do pai: Gabriel dos Reis Silva possuía 650 arrobas de café, 42 sacas de café em coco, mais 600 arrobas de café. Além disso, a personagem possuía mais 27 carros de milho como mantimento.

As duas gerações da família dos Reis aqui analisadas possuíam uma característica primordial dos coronéis, nos moldes do que escreveu Victor Nunes Leal. A grande parte da riqueza dos coronéis estava nas extensões de terras virgens. “Essa ascendência resulta muito naturalmente de sua qualidade de proprietário rural”⁵¹.

Nas demais fontes primárias desta pesquisa (atas da Câmara Municipal de Varginha, Almanach Sul-Mineiro e livros de memorialistas) não foram encontradas informações a respeito da atuação política de Antônio Justiniano dos Reis ou de seu pai em Varginha ou no distrito de Carmo da Cachoeira, mas de acordo com os valores de suas riquezas e com a titulação política de coronel, de Antônio Justiniano dos Reis, acredita-se que tanto ele como seu pai e demais familiares foram importantes para o crescimento do distrito.

⁵¹ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto* – o município e o regime representativo no Brasil. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 46.

Considerações Finais

O município de Varginha emancipou-se do vizinho, Três Pontas, no fim do século XIX, no ano de 1882. A partir daquele ano, Varginha contaria com uma Câmara Municipal de vereadores e dois distritos, Pontal e Carmo da Cachoeira. A cada ano do período de 1882 a 1920, eram eleitos internamente, pelos próprios vereadores, quais seriam os vereadores que estariam à frente das demandas municipais.

Dentro da população do município, pode-se pensar em três divisões, considerando a amostra de 275 inventários: abaixo da amostra, existiam muitas famílias que não possuíam condições de realizar inventários de bens de seus entes falecidos; depois, foi possível contabilizar um número de famílias que possuía condições de realizar inventários de bens de seus membros; por fim, dentro da amostra de 275 documentos, havia poucas famílias com patrimônio bastante superior àquele das demais personagens da amostra: uma pequena parte dos inventariados (correspondentes a 11 processos) concentrava mais da metade da riqueza total da amostra (55,70%).

O que mais marcava a amostra de inventários, bem como a elite de Varginha, era sua característica de agrária, comum em localidades em formação, investir dinheiro, primeiramente, nos imóveis rurais, na terra.

Considerando a elite agrária do município, foi possível identificar duas relações familiares: a do barão de Lavras com Joana Maria de Jesus, porque o barão foi genro de Joana Maria de Jesus, e a de Gabriel dos Reis Silva com o coronel Antônio Justiniano dos Reis, pai e filho.

Foi possível notar que pai e filho alocavam riqueza em praticamente todas as categorias de bens dos inventários (Antônio Justiniano dos Reis não possuía investimento na categoria de dinheiro e não possuía dívidas passivas). Os investimentos de pai e filho eram parecidos na maioria das categorias: a de móveis era a que contava com os menores investimentos; na categoria de imóveis urbanos investiam-se porcentagens inferiores a 1,30%; em culturas e

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

mantimentos pai e filho investiam menos de 4,00% da riqueza; as dívidas ativas eram o segundo maior valor dentro do monte-mor dos dois; em primeiro lugar nos investimentos de pai e filho, estava a categoria de imóveis rurais.

Neste texto foram evidenciadas três peculiaridades da elite varginhense: a elite era o grupo condutor do município; a elite era uma minoria populacional de elevada riqueza; a elite investia sua riqueza, sobretudo, no campo. Das três características da elite varginhense, Gabriel dos Reis Silva e o coronel Antônio Justiniano dos Reis, pai e filho, possuíam duas que puderam ser conferidas por meio de fontes: os dois possuíam riquezas elevadas e a maioria de suas riquezas eram alocadas nos bens imóveis rurais.

O que foi deixado de herança para Antônio Justiniano dos Reis correspondeu a 1.926,55 libras (aproximadamente 25 contos de réis). Quando faleceu, em 1918, o monte mor de Antônio Justiniano dos Reis era de 17.290,10 libras esterlinas (cerca de 321 contos de réis). Quando o pai faleceu, em 1907, o filho já estava com 60 anos de idade e isto significa que grande parte de sua riqueza já havia sido construída.

Apesar de limitações que podem envolver os inventários *post-mortem* aos olhos dos pesquisadores atuais, é preciso enfatizar que são fontes que auxiliam no entendimento de diversas questões dos campos da História Social e da História Econômica: no caso deste artigo, serviram para a compreensão de análises sobre a composição de riquezas e opções de investimentos numa família da elite agrária do município de Varginha, pai e filho na família dos Reis, falecidos no início do século XX.

Recebido em: 22/03/2017
Aprovado em: 10/08/2017

UM PASSAPORTE PARA A VIDA CELESTIAL E TERRENA: NASCIMENTOS, BATISMOS E RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE OS LUTERANOS DE IMBITUVA-PR (1943-1959)

Janaina Cristiane da Silva Helfenstein¹

Resumo: O batismo é o primeiro rito de passagem da vida de um indivíduo. Do ponto de vista religioso, ele é o fundamento de toda a vida cristã de uma pessoa, pois é o sacramento que permite a entrada dela no reino de Deus. Dessa maneira, o ato de batizar um filho diz muito sobre a forma como a família entende sua religião e se comporta no interior de sua comunidade. Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo analisar os nascimentos e batismos oriundos da coorte de casais constituída pelos 223 casamentos realizados entre os anos de 1943 a 1959 em uma comunidade de descendentes teutos pertencentes à Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva, localizada no interior do Paraná. Pretende-se, portanto, à luz de métodos extraídos da Demografia História, analisar os dados contidos nos Registros Paroquiais da dita Comunidade e compreender o fenômeno social e cultural da reprodução de um grupo étnico-religioso, considerando que a célula fundamental deste constituir-se-ia na família conjugal.

Palavras-chave: Demografia Histórica, Batismos, Luteranos, Registros Paroquiais, História da Família.

A PASSPORT FOR HEAVENLY AND EARTHLY LIFE: BIRTHS, BAPTISMS AND SOCIAL RELATIONS BETWEEN THE LUTHERAN PEOPLE OF IMBITUVA-PR (1943-1959)

Abstract: Baptism is the first rite of passage in an individual's life. From the religious point of view, it is the foundation of a person's entire Christian life, for it is the sacrament that allows it to enter into the kingdom of God. In this way, the act of baptizing a child speaks volumes about how the family understands their religion and behaves within their community. The purpose of this article is to analyze the births and baptisms of the cohort of married couples constituted by the 223 marriages carried out between 1943 and 1959 in a community of Teutonic descendants belonging to the Lutheran Evangelical Community of Imbituva, located in the interior of the Paraná. It is intended, therefore, in the light of methods extracted from the History Demography, to analyze the data contained in the Parish Records of said Community and to understand the social and cultural phenomenon of the reproduction of an ethnic-religious group, considering that the fundamental cell of this would be constituted in the conjugal family.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Doutoranda em História pela Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca (SP).

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Keywords: History Demography, Batism, Lutheran people; parochial records; Family History.

O Batismo² pode ser considerado como o primeiro rito de passagem da vida – e do ponto de vista religioso, é o fundamento de toda a vida cristã – de um indivíduo. Este sacramento abre as portas para a entrada da criança na vida religiosa, expurgando o Pecado Original³ herdado por todos os homens a partir de Adão e Eva e assim, oferece a graça de Deus, opera a fé e o transforma em filho de Deus, em novo membro do corpo da Igreja de Jesus Cristo. O Batismo é o meio da graça pelo qual os homens deixam de ser impuros e, “por ordem de Cristo [...] entram em comunhão com o Pai, o Filho e o Espírito Santo.”⁴ Além da função espiritual de purificá-la do pecado⁵ o Batismo tem o objetivo de apresentar esse novo membro à comunidade secular e também ao reino de Deus e iniciá-la na fé cristã.

Dessa maneira, o presente artigo tratará da análise dos nascimentos e batismos oriundos dos ciclos matrimoniais estabelecidos na Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição localizada na cidade de Imbituva no interior do Estado do Paraná, no período compreendido pela coorte de casais constituída pelos 223 casamentos realizados na referida comunidade entre os

² “[...] O batismo reproduzia e consumava simbolicamente o processo do nascimento. Nele, o nascimento enquanto fato da natureza, era sobreposto por outro da cultura. Sem que se renascesse em espírito, não era possível ingressar no reino dos céus, tampouco ser acolhido no mundo terreno. Para a crença do catolicismo, portanto, aqueles que ainda não receberam o sacramento, gozavam de uma existência profana. Apenas através deste ritual que se fazia a passagem de um mundo ao outro.” NACIF, P. C. M. (2013), **Padrinhos, afilhados e compadres**: apontamentos sobre o parentesco espiritual contraído pelo ritual católico do batismo no âmbito do Antigo Regime. Anais do XXVII Encontro Nacional de História – ANPUH. Natal, p. 4.

³ “[...] depois da queda de Adão todos os homens, propagados segundo a natureza nascem com pecado, isto é, sem temor de Deus, sem confiança em Deus, e com concupiscência, e que essa enfermidade ou vício original verdadeiramente é pecado, que condena e traz morte eterna ainda agora aos que não renascem pelo Batismo e pelo Espírito Santo.” **Confissão de Augsburgo**, Art, II, **CONFISSÃO DE AUGSBURGO**. (1993), Edição Comemorativa 1530-2005. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia, p. 6.

⁴ KOEHLER, E. W. A. (2002), **Sumário da Doutrina Cristã**. Porto Alegre: Concórdia, p.152.

⁵ “As crianças – depois da queda do homem em pecado – nascem pecadoras. Elas necessitam, portanto, do renascimento: ‘O que é nascido da carne é carne’ (Jo. 3.6). Carne significa [...] a natureza corrompida e pecaminosa do homem pecador, aquela natureza com a qual ele já nasce.” ROTTMANN, J. H. (2011), **Batismo de crianças**. 3ed. Porto Alegre: Concórdia, p.12.

anos de 1943 a 1959⁶. A partir da documentação disponível, foi possível reconstituir, mais especificamente, localizar os nascimentos oriundos de 171 famílias dos 223 matrimônios realizados na comunidade luterana o que representou 567 nascimentos e, por conseguinte batismos.⁷

As questões concernentes aos nascimentos e batismos no interior da comunidade nos permitirão adentrar na intimidade desses casais e compreender outros aspectos referentes à religião, cultura e bens simbólicos desse grupo. Acreditamos que apresentar dados referentes à sazonalidade das concepções e batismos realizados na comunidade pode ser considerado como um fator importante para se compreender seus costumes e crenças, bem como refletir suas tradições e mentalidades religiosas. Primeiramente, será necessário, no entanto, apresentar brevemente a comunidade em questão, e em seguida iremos discutir de que forma o sacramento do batismo é compreendido pelas religiões católica e luterana e o que este sacramento representa na vida do cristão luterano.

Vamos apresentar também as características demográficas desses nascimentos e batismos, tais como idades das crianças ao serem levadas à pia batismal, sazonalidade dos batismos, idade da mãe ao dar à luz ao primeiro filho. Em seguida, passaremos à análise das relações de compadrio estabelecidas no interior da comunidade a partir do batismo. Ao contrário da Igreja Católica, na Igreja Luterana o compadrio não estabelece uma relação de parentesco espiritual, todavia, a figura do padrinho não deixa de ser importante no ato batismal. Podemos considerar que as relações sociais estabelecidas no interior da comunidade serão fundamentais para compreender os espaços de sociabilidade do grupo, bem como quais os critérios para escolha desses padrinhos.

⁶ Neste artigo apresentamos uma parte dos resultados que contemplam a dissertação de mestrado em História defendida na Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Dr. Sergio Odilon Nadalin.

⁷ É importante ressaltar que a amostra analisada, não contempla todos os batismos registrados na comunidade, apenas os que estão relacionados à coorte de casais mencionada.

A Comunidade de Luteranos de Imbituva

O município de Imbituva⁸ está localizado na região Sudeste do Estado do Paraná, tendo como limites os municípios de Irati e Prudentópolis por exemplo. No final do século XIX e, sobretudo até os anos quarenta do século XX, as principais atividades econômicas do município eram a extração de madeira e a produção de erva mate. “Imbituva não era só um centro produtor de erva-mate, mas também região de passagem entre as zonas produtoras e os centros consumidores”.⁹

Possuía muitas empresas voltadas a extração de madeira, uma cooperativa de produtores de erva-mate, bem como uma frota com mais de 800 carroções que possibilitavam o escoamento da produção. A década de 1920 foi o período de maior desenvolvimento da cidade, com a criação de inúmeros empreendimentos como fábricas de telhas, de farinha e de carroças, curtumes, selarias, sapatarias, marcenarias, farmácias, oficinas mecânicas e hotéis – além das várias casas de comércio. Havia, portanto, uma grande concentração populacional na zona urbana da cidade, uma vez que as pequenas propriedades, que se localizavam na área rural do município, dedicavam-se exclusivamente à produção para subsistência.

E, assim como outros territórios paranaenses, esta localidade recebeu, durante várias décadas do século XIX, imigrantes oriundos de distintos países e regiões do continente europeu. Diferentes pesquisadores — em sua maioria diletantes — que se dedicaram ao estudo do processo de povoamento do Estado do Paraná afirmam que essa região foi marcada pelo estabelecimento, a partir do ano de 1876, de colônias de imigrantes alemães originários da região do rio Volga, território da atual Rússia. Luiz Fernando Saffraider¹⁰ destaca que o

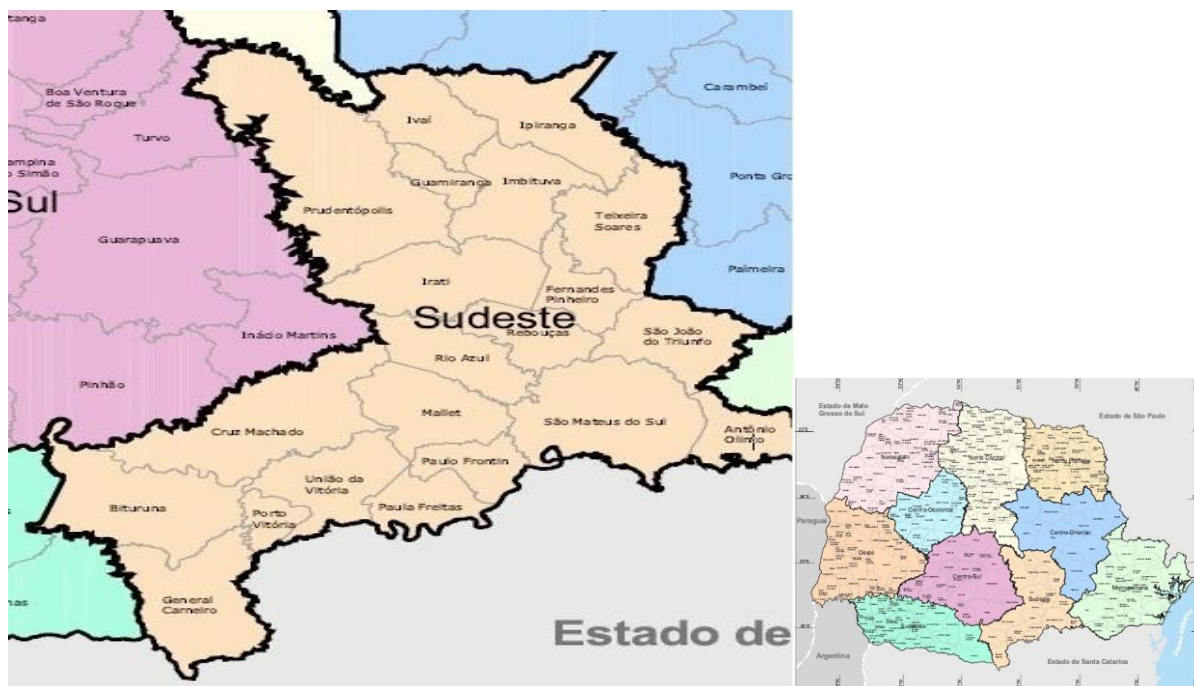
⁸ “A freguesia foi criada em 1876, com sede no lugar denominado Campo do Cupim. Em 1881, foi elevada à categoria de vila, com denominação de Santo Antônio do Imbituva no Município de Ponta Grossa.” Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 01/03/2013.

⁹ MATOS, Edemê de. **Imbituva**: uma viagem de retorno à terra natal. Curitiba: s/ editora, 2013, p. 160.

¹⁰ SAFFRAIDER, L. F. (2010), **A saga dos alemães do Volga**. Curitiba, Juruá.

Um passaporte para a vida celestial e terrena: nascimentos, batismos e relações sociais entre os luteranos de Imbituva-PR (1943-1959)
| Janaina Cristiane da Silva Helfenstein

maior contingente desses imigrantes foi alocado em três grandes colônias situadas nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira e Lapa. Localizado na região da cidade de Ponta Grossa, o município de Imbituva também recebeu um significativo contingente de russos-alemães vindos da região mencionada.¹¹



Mapa da Região Sudeste do Paraná. Fonte:
<http://radionajua.com.br/media/noticias/rodrigo03/14447152220.98618700.jpg>

De acordo com Fugmann e Stadler¹², a comunidade evangélica da cidade de Imbituva foi formada no ano de 1886, a partir da união de famílias imigrantes que professavam as religiões luterana e presbiteriana, para a construção de um cemitério protestante na cidade. Anos mais tarde, mais precisamente em 1892, algumas dessas primeiras famílias juntaram-se e fundaram a Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição de Imbituva, que atualmente é considerada como uma das mais antigas comunidades pertencentes à Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB).

¹¹ FUGMANN, W. (2010), **Os alemães no Paraná**: livro do centenário. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 54.

¹² FUGMANN, W. op. Cit. e STADLER, C. B. (2003), **Imbituva uma cidade dos Campos Gerais**. Imbituva.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

No princípio, a comunidade de Imbituva era atendida por pastores alemães filiados a Associação Evangélica de Comunidades de Santa Catarina e Paraná, que em conjunto com outros três Sínodos — Sínodo Rio-Grandense (1886), Sínodo Evangélico-Luterano de Santa Catarina, Paraná e outros Estados do Brasil (1905) e Sínodo das Comunidades Evangélicas do Brasil Central (1912) — formaram, no ano de 1962, o Sínodo Evangélico Luterano Unido, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)¹³. No entanto, devido às imposições ocasionadas pela deflagração da Segunda Guerra Mundial e às então novas políticas do Estado Novo de Getúlio Vargas, filiou-se a outra vertente do luteranismo, no ano de 1943¹⁴, o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil, atual IELB. Este último, criado a partir de uma opção missionária do luteranismo desenvolvida nos Estados Unidos da América, a *Deutsche Evangelische Luterische Synode von Missouri, Ohio und anderen Staaten* que, a partir de 1947, passou a denominar-se *The Lutheran Church-Missouri Synod* (Igreja Evangélica Luterana – Sínodo de Missouri)¹⁵

Cleusi Bobato Stadler, uma pesquisadora da cidade de Imbituva, relata em seu livro que narra memórias do município, como se deu esse momento delicado na comunidade luterana:

Por causa da Guerra, os alemães passaram a ser perseguidos e os papéis da paróquia foram quase todos extraviados. A língua russo-alemã foi proibida na época, a Igreja fechada e o pastor Adolph Bachimont, desde 1938 em Imbituva, teve que deixar a Comunidade. [...] Quase todos os documentos da Igreja sumiram.¹⁶

Stadler aponta ainda que a solução encontrada pela comunidade, após perder seu pastor, foi a filiação ao Sínodo Evangélico Brasileiro, pois este

¹³ BAADE, J. H. (2007) **Da guerra à união**: uma abordagem histórica da caminhada da Associação Evangélica de Comunidades e do Sínodo Evangélico-Luterano até sua fusão e formação do Sínodo Evangélico Luterano Unido. Dissertação (Mestrado em Teologia). EST, São Leopoldo.

¹⁴ Conforme ata n. 07 da Assembleia Extraordinária realizada no dia 18 de junho de 1943. Livro Ata n.01 da Comunidade Evangélica Luterana Ressurreição de Imbituva.

¹⁵ STEYER, W.O. (1999), **Os imigrantes alemães no Rio Grande do Sul e o Luteranismo**: a fundação da Igreja Evangélica Luterana do Brasil e o confronto com o Sínodo Rio-Grandense 1900-1904. Porto Alegre: Singularart, p.19.

¹⁶ STADLER, C. B. (2003), **Imbituva uma cidade dos Campos Gerais**. Imbituva, p.93.

“tinha seminário próprio e pastores nascidos e formados no Brasil” (p. 92). Todavia, esses novos pastores, bem como todos os outros que vieram posteriormente, eram de origem germânica¹⁷, ou seja, podemos inferir que não houve uma mudança muito significativa, do ponto de vista étnico, na comunidade, uma vez que os novos pastores tinham, em tese, a mesma origem dos membros. Dessa forma, para nós, a história da comunidade de Imbituva se inicia no ano de 1943, quando os registros dos eventos realizados na igreja, tais como batismos e casamentos, voltam a ser realizados, com a nova filiação de Sínodo.

O Sacramento do Batismo para católicos e luteranos

Entre as igrejas cristãs podemos encontrar algumas diferenças no entendimento e até mesmo na forma como o batismo é administrado, contudo, entre as duas maiores religiões cristãs, a Católica e a Luterana, podemos dizer que há um consenso em relação à maioria dos elementos que envolvem este Sacramento, sobretudo, pelo fato da segunda igreja ter sido criada a partir, e com dogmas muito próximos da primeira. Assim, podemos afirmar que existe um entendimento muito próximo dos elementos que envolvem esse sacramento, no entanto, no que diz respeito especificamente ao pecado original, podemos destacar, que entre os luteranos há uma diferença primordial no entendimento da absolvição desse pecado recebida pela criança no ato do batismo.

“O catolicismo limita a eficácia salvadora do Batismo, ensinando que ele só perdoa o pecado original e os pecados cometidos antes do Batismo”.¹⁸ Nesse ponto podemos ver então uma clara divergência nos posicionamentos

¹⁷Esta afirmação foi feita em decorrência da análise dos sobrenomes dos pastores que trabalharam na comunidade após a mudança de Sínodo. René Gertz em artigo de 2001 afirma, por exemplo, que na ausência de dados estatísticos para aferir a origem étnica das comunidades luteranas, recorrer aos sobrenomes dos pastores é uma forma “segura” de afirmar a composição étnica das comunidades.

¹⁸ KOEHLER, E. Op. Cit. p.154.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

das duas doutrinas religiosas. O luteranismo prega que ao ser batizada a criança não só é absolvida do pecado original, como também recebe a fé em Jesus Cristo, além de receber da mesma forma através da graça de Deus a salvação eterna¹⁹. A Igreja Católica por outro lado, acredita que somente o pecado original é expurgado no ato do batismo e que a salvação da alma está condicionada à administração dos outros sacramentos, de uma vida santificada e da realização de boas obras.

Os cânones a respeito do Sacramento do Batismo estabelecidos pela Igreja Católica a partir do Concílio de Trento apresentavam um caráter geral em toda a Europa católica. Uma das principais determinações seguidas à risca era a administração do Batismo ao recém-nascido o mais rápido possível.

[...] batizar o recém-nascido o mais cedo possível constitui, aos olhos da Igreja, o primeiro dever dos pais em relação aos filhos. [...] Durante muito tempo as autoridades eclesiásticas aceitaram períodos muito longos entre o nascimento e a administração do batismo. No final da Idade Média começam a preocupar-se com o destino de tantas crianças falecidas sem batismo, numa época em que uma em cada quatro morre antes de completar 1 ano, impondo aos pais o batismo dos filhos num curto espaço de tempo após o nascimento.²⁰

Como podemos ver neste excerto, o batismo deveria ser realizado o mais rápido possível uma vez que as taxas de mortalidade eram muito altas²¹, sobretudo, nas regiões rurais, e o medo que a criança morresse sem receber o sacramento de purificação do Batismo e não poder ascender ao Paraíso era generalizado. De acordo com a doutrina católica, por não receber o batismo, a criança não seria cristã, portanto, seu corpo deveria ser enterrado fora do solo consagrado do cemitério, e a sua alma seria condenada a permanecer no

¹⁹ A Igreja Luterana baseia sua doutrina do sacramento do batismo a partir do seguinte trecho bíblico contido no evangelho de Marcos: “Quem crer e for batizado será salvo.” Mc 16:16.

²⁰ LEBRUN, F. (1998), O sacerdote, o príncipe e a família. In: BURGUIÈRE, André (et al). **História da Família**. O choque das modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, p.88.

²¹ “[...] a criança deve ser levada logo à pia batismal, para assegurar sua saúde e sobrevida à primeira e mais difícil fase de sobrevivência” MARCÍLIO, M. L. (1986), **Caiçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL. p. 202.

Limbo pela eternidade. “O batismo tornou-se o indispensável passaporte para o Além.”²²

Assim sendo, de acordo com a doutrina católica, a criança deveria receber o batismo o quanto antes, “[...] no próprio dia do nascimento ou no dia seguinte, muito raramente dois dias depois”.²³ Até o final do século XIX havia uma determinação que a administração do sacramento do batismo deveria ser realizada tão logo a criança nascesse. Segundo as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*:

Como seja muito perigoso dilatar o Baptismo das crianças, com o qual paixão do estado de culpa ao da graça, e morrendo sem elle perdem a salvação, mandamos, conformando-nos com o costume universal do nosso Reino, que sejam baptizadas até os oitos dias depois de nascidas; e que seu pai, ou mãe, ou quem délias tiver cuidado as fação baptizar nas pias baptismas das Parochias, d'onde forem freguezes.²⁴

Entre os protestantes, mais propriamente dito, entre os luteranos podemos destacar que não havia essa determinação de que o batismo fosse administrado imediatamente após o nascimento do bebê. Sugeria-se que as crianças nascidas durante a semana, fossem batizadas em conjunto no domingo seguinte durante a celebração do culto, antes da realização do sermão.²⁵

A partir dessa breve explanação acerca do Sacramento do Batismo para as igrejas Católica e Luterana, podemos verificar que suas doutrinas aproximam-se em vários aspectos, e, no que diz respeito à forma e aos elementos que devem estar presentes no ato batismal, ambas as igrejas cristãs estão de comum acordo. Além disso, podemos mencionar também que estas igrejas reconhecem o batismo uma da outra como corretos. Ou seja, se uma criança for batizada, por exemplo, na Igreja Católica o batismo é válido na Igreja Luterana e vice e versa. “O Batismo realizado numa igreja que batiza de

²² LEBRUN, F. Op. Cit. p. 88.

²³ LEBRUN, F. Op. Cit. p. 89.

²⁴ VIDE, S. M. (2007), **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, p. 14.

²⁵ LEBRUN, F. (s/d), **A vida conjugal no Antigo Regime**. Lisboa, Edições Rolim, p.115.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

acordo com a Ordem de Cristo, no nome do Deus Triúno, deve ser considerado válido. Assim, o Batismo católico é válido quanto a sua essência.”²⁶ Da mesma forma a Igreja Católica reconhece que “diversas Igrejas batizam, sem dúvida, validamente; por esta razão, um cristão batizado numa delas não pode ser normalmente rebatizado, nem sequer sob condição”²⁷ e nesse caso menciona as igrejas de matriz luterana.

Poucas são as diferenças encontradas nas doutrinas dessas duas igrejas com relação ao ato batismal em si. Basicamente, podemos verificar uma discrepância no entendimento que ambas fazem do tipo de perdão ao pecado original que é concedido à criança ao receber este sacramento. Contudo, no que diz respeito à importância religiosa e também social, podemos considerar que as duas igrejas partilham dos mesmos conceitos.

Apresentar ainda que brevemente as aproximações e distanciamentos dessas duas doutrinas cristãs a respeito do Sacramento do Batismo se faz necessário para que possamos identificar a importância desse ato na vida de um cristão e de que maneira a administração deste primeiro rito de passagem pode evidenciar características culturais de um grupo específico.

Na pia batismal: As características dos nascimentos e dos batismos entre os luteranos de Imbituva

Antes de falar dos dados referentes aos Batismos que serão analisados nesse artigo, é necessário fazer uma breve explanação a respeito de onde esses dados foram extraídos. Como mencionado de maneira breve nas páginas anteriores desse artigo, durante o Governo Vargas a Comunidade Luterana de Imbituva foi fechada e teve suas atividades suspensas durante quase dois anos. Por razões desconhecidas, toda a documentação paroquial da igreja anterior à década de 1940 foi perdida.

²⁶ KOEHLER, E. Op. Cit. p.155.

²⁷ Conforme: <http://www.veritatis.com.br/direito-canonico/dir-sacramental/1147-instrucoes-do-codigo-canonico-sobre-o-batismo>.

Ao se filiar ao Sínodo Evangélico Brasileiro, atual Igreja Evangélica Luterana do Brasil em 1943, a Comunidade passa novamente a registrar suas atividades, e entre os anos de 1943 a 1959 foram registrados 223 matrimônios na Igreja Luterana. Esses matrimônios constituem uma coorte de casais, sendo que dessa coorte, foi possível localizar 567 crianças nascidas entre os anos de 1943 a 1964, que são frutos dessas relações.²⁸ Dessa maneira, os dados aqui apresentados correspondem apenas a esse universo, assim, não foram contemplados na pesquisa todos os registros de Batismos do período.

É importante mencionar a forma como essa fonte se apresenta. Os registros de batismos possuem o formato de tabela ou formulário em que constam o nome da criança, data e lugar de nascimento e batismo, nome dos pais e testemunhas.

Em relação aos dados extraídos da documentação da comunidade luterana de Imbituva, primeiramente, vamos analisar a distribuição sazonal das concepções, dos nascimentos e dos batismos. Para que possamos compreender melhor o movimento sazonal desses eventos, foi elaborado um gráfico de escala aritmética, onde o eixo X representa uma média de 100 ocorrências no mês, assim, os números absolutos extraídos dos registros são transformados em relativos a 1200. Dessa maneira, é necessário dividir o número de batismos mensais pelo número de dias que há em cada mês (trinta ou trinta e um dias, conforme o mês correspondente). Com relação ao mês de fevereiro, como o ano bissexto só acontece a cada quatro anos, o divisor é 28,24 como poderemos ver na tabela²⁹ abaixo preenchida com os dados obtidos nos registros da comunidade luterana:

²⁸ Foi possível identificar os nascimentos dos filhos de 171 casais pertencentes à coorte delimitada para a pesquisa.

²⁹ Modelo extraído de FLEURY, M.; HENRY, L. (1965), **Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancién** [1ª.ed]. Paris: INED, p. 104.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

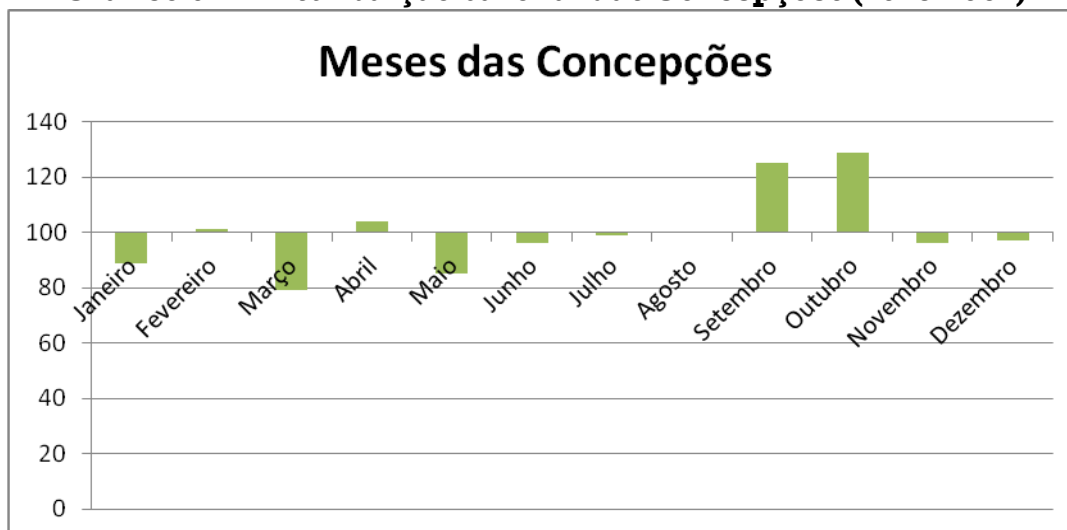
Tabela 01 – Distribuição Mensal das Concepções e Nascimentos (1943-1964)

Meses de nascimento e concepções correspondentes													
Nascimento	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Concepções	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	
Nº ABSOLUTOS	50	37	46	46	48	58	62	46	45	43	47	38	567
DIVISOR	31	28,24	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Nº POR DIA	1,61	1,31	1,48	1,53	1,54	1,93	2	1,48	1,5	1,38	1,56	1,22	18,54
Nº PROPORCIONAIS	104	85	96	99	100	125	129	96	97	89	101	79	1200

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Faz-se necessário enfatizar que não foi possível efetuar uma divisão dos nascimentos em dois ou mais períodos, pois poderíamos correr o risco de pulverizar demasiadamente os dados, e a possibilidade de aleatoriedade das informações seria muito provável, distorcendo ou até mesmo inviabilizando a análise. Os números organizados no quadro deram origem ao gráfico a seguir. A partir dele, é mais fácil verificar a distribuição anual dos nascimentos oriundos das uniões matrimoniais, ou coorte de casais delimitadas para esta pesquisa. É necessário frisar, como já mencionado, que os nascimentos foram organizados em uma média de 100 ocorrências, dessa maneira, quanto mais acima desse número maior a concentração e conseqüentemente, quanto mais abaixo de 100, menor a concentração no mês correspondente. Vejamos então de maneira se distribuíram mensalmente as concepções dos 567 bebês luteranos nascidos entre os anos de 1943 a 1964:

Gráfico 01 – Distribuição Sazonal das Concepções (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

É possível verificar através do gráfico que houve uma maior concentração das concepções nos meses de setembro e outubro, determinando assim, um acúmulo dos nascimentos entre os meses de junho e julho. A partir desses dados é possível lançar algumas perguntas a respeito do comportamento desses casais luteranos. Se houve uma retração das concepções nos meses de janeiro, março e maio, é possível constatar que os casais tinham menos relações sexuais nesse período. Quais seriam essas razões? Para o mês de março é possível lançar a hipótese de que houvesse uma diminuição em respeito ao período da quaresma. Entre os luteranos não há a tradição de “guardar” a quaresma, contudo, a cultura local determinou que os casamentos não fossem realizados nesse período. Por se tratar especificamente de um período de penitência, é possível que os casais – por conta desse contato cultural – não fizessem sexo como forma de penitência ou respeito.

Quanto aos outros dois meses mencionados, não foi possível verificar as razões para essa provável diminuição das atividades sexuais dos casais, todavia, é uma questão interessante a ser pensada, já que por exemplo, o mês

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

de maio foi um dos meses de maior concentração de matrimônios, o que pode ser explicado em função do calendário agrícola, uma vez que este mês representava um período de recesso entre a colheita e o período de preparação da terra, bem como, mais recentemente, este mês passou a ser conhecido como mês das noivas. Os meses em que houve mais concepções foram setembro e outubro, que também coincidiu com as maiores concentrações de casamentos. É possível asseverar que como se trabalhava muitos nos meses anteriores, sobretudo, em agosto, após o término do beneficiamento da erva-mate, haveria então mais tempo para os casais permanecerem juntos. Quanto aos demais meses do ano, podemos verificar que há uma distribuição praticamente homogênea durante todo o ano dos nascimentos na comunidade luterana. Mesmo em se tratando dos meses em que houve menos ocorrências, estas estiveram sempre muito próximas de 100 em todos os períodos.

Como sabemos a fonte paroquial não foi ou é produzida com os fins que nós historiadores damos a ela, ela tem a função primordial de registrar os eventos ocorridos na comunidade. Porém, sabemos que ao nos debruçarmos nesse tipo de documentação, a fonte pode nos ajudar a responder outros tipos de questões. Dessa maneira, os registros nos permitem também adentrar na interior das casas dos membros da comunidade e conhecê-los mais a fundo.³⁰

Tendo em vista o fato de estarmos adentrando na intimidade desses casais e estarmos analisando os meses de maior concentração dos nascimentos, podemos apresentar logo em seguida também um gráfico com os intervalos existentes entre o casamento e o nascimento do primeiro filho desses jovens casais. A partir desses elementos poderemos verificar, por exemplo, aspectos referentes à fecundidade das mulheres, se os noivos já praticavam relações sexuais antes do casamento, e levando em consideração o

³⁰ De acordo com Stephen Gudemann e Stuart Schwartz “Os registros da Igreja não são documentos apenas religiosos, mas sociais; a informação registrada fala da persona social total do indivíduo.” GUDEMANN, S. y SCHWARTZ, S. (1988), Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia do século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão & invenção da liberdade**. São Paulo: Brasiliense, p. 39.

intervalo existente entre o casamento e o nascimento do primeiro filho – quanto maior for esse período – podemos conjecturar que o uso de métodos contraceptivos estava sendo realizado.

Dessa forma, no gráfico a seguir consta o intervalo entre a realização do casamento e o nascimento do primeiro filho do universo de 171 casais em que foi possível encontrar o registro batismal e realizar o cruzamento de dados com os registros matrimoniais.

Para uma melhor visualização e compreensão dos dados, os nascimentos estão separados em antes do casamento (A) e depois do casamento (D). Foi feita uma demarcação no gráfico para diferenciar os nascimentos ocorridos antes da realização do matrimônio, os filhos concebidos antes do matrimônio, mas que nasceram após a realização do mesmo, e os filhos nascidos após o casamento, como podemos ver a seguir. Mais uma vez não foi possível dividir esses dados em dois ou mais períodos, tendo em vista que estes já se encontram muito pulverizados.

Gráfico 02 – Intervalo entre Casamento e o nascimento do primeiro filho (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos verificar no gráfico há uma forte predominância dos nascimentos ocorridos após a realização do casamento. Para estabelecermos

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

um marco divisório entre filhos nascidos antes (A) e depois (D) do casamento utilizamos um intervalo protogenésico igual ou superior a oito meses,³¹ pois assim abarcamos a possibilidade de nascimentos prematuros. Dessa maneira, podemos afirmar que os nascimentos cujos intervalos se deram num intervalo inferior a oito meses correspondem aos filhos concebidos antes da realização do matrimônio³², ou seja, a noiva casou-se grávida.

Sabemos que no passado, uma das principais funções do casamento era a de conter as pulsões sexuais, ou seja, legitimar o ato sexual e então sacramentá-lo, “destinava-se como remédio contra o pecado, para evitar a fornicação.”³³ Dessa maneira, esperava-se que os jovens se mantivessem castos até o momento de realizarem a oficialização de seu casamento. É evidente que esta prática não era seguida por todos os casais, podemos mencionar que na Europa Ocidental – em especial no território da atual Alemanha –, em algumas localidades rurais eram realizados certos tipos de jogos eróticos, cuja função era a de regular as relações sexuais entre os solteiros da aldeia antes da realização do casamento.

As sociedades camponesas sabiam controlar também as relações entre rapazes e moças, sob o manto de instituições costumeiras, e que variavam bastante, segundo as regiões consideradas. Algumas instituições, generalizadas por Shorter como “cortes noturnas” tinham designações locais. [...] Além dos termos regionais, existe ainda os substantivos *Probenacht* (noite de prova), *Kommnacht* (noite da vinda), *Kiltgang* (visita noturna a uma moça), *Gasselgang*, relacionados a costumes que regulavam as visitas realizadas pelos varões aos quartos de dormir das moças da aldeia.³⁴

³¹ NADALIN, S. O. (2007), João, Hans, Johann, Johannes: dialética dos nomes de batismo numa comunidade imigrante. In: **Revista de História UNISINOS**, ano 11, n. 1, jan/abril, p.8.

³² De acordo com Sergio Odilon Nadalin “nascimentos ilegítimos e concepções pré-nupciais são dois tipos de dados que tem fornecido, para o passado, os indicadores mais seguros da frequência das relações sexuais fora do casamento.” NADALIN, S. O. (1988), *Sexualidade, Casamento e Reprodução*. In: **Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP)**. São Paulo, v.5, n.2, jul/dez, p.75.

³³ MACFARLANE, A. (1990), **História do Casamento e do Amor**: Inglaterra: 1300-1840. São Paulo: Companhia das Letras, p. 162.

³⁴ NADALIN, S. O. (1988) op. Cit. p. 70.

Nesses casos, era freqüente que essas noites fossem permitidas, sobretudo, após o noivado e a promessa de casamento, e na maioria dos casos além de regular as tensões sexuais tinha também o objetivo de verificar a fertilidade da mulher, uma vez que a função primordial do casamento era a de produzir filhos. Podemos afirmar que essas práticas foram se perdendo no tempo, sobretudo, em função do advento da urbanização e da industrialização, o que permitiu que os jovens saíssem de suas aldeias e paulatinamente fossem modificando seu comportamento.

O ideal de castidade pregado por uma moral religiosa cristã pode ser verificado nas sociedades em que a religião católica era a oficial ou pelo menos majoritária. No Brasil, entre as famílias de elite havia uma grande preocupação relacionada à pureza de suas moças casadoiras, assim, “a valorização dada à virgindade feminina era uma forma das famílias, especialmente as de elite, de zelarem pelo status e posição na sociedade de acordo com os valores morais vigentes, ao mesmo tempo em que exerciam um controle sobre o corpo dessas mulheres.”³⁵

Os discursos moralistas a respeito da preservação da castidade feminina perduram no Brasil até a segunda metade do século XX. Literaturas específicas para mulheres, como revistas, por exemplo, tratavam desse tema e demonstravam quais comportamentos eram esperados das jovens moças. A mulher, portanto,

[...] tinha que ser uma ‘moça de respeito’, o que significava não deixar ‘avançar o sinal’ durante o namoro e o noivado. Se ela cedesse aos apelos e súplicas dos homens, a mulher estaria desqualificada ‘para um compromisso mais sério’, pois quem garantiria a ele que ela não iria dar ‘provas de amor’ a outros, também.³⁶

³⁵ MATOS, P. R. (2013), **A virgindade como “dote natural” da mulher: sexualidade feminina em São Luís na virada do século (1880-1920)**. Anais do III Simpósio de História do Maranhão, p. 2.

³⁶ CUNHA, M. F. (2001), Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido? In: **Revista História, Questões e Debates**, Curitiba, n.34, p. 207.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

A virgindade feminina era tão valorizada, que o defloramento era considerado crime, caso não fosse reparado pelo casamento. No Código Penal de 1940 o defloramento passa a ser denominado crime de sedução pelo artigo 217 e previa pena de reclusão de oito a quinze anos.³⁷

Esse crime era caracterizado, portanto, pelo consentimento do ato sexual pela mulher, a partir de artifícios de sedução, engano ou fraude, utilizados pelos acusados como a promessa de casamento. Muitas dessas jovens que, por terem sido seduzidas ou por terem consentido livremente, após terem sido defloradas e abandonadas por seus companheiros, viam na justiça o último recurso para recuperar a honra perdida.³⁸

A virgindade feminina era um ideal e um tesouro que a moça deveria preservar até o momento de seu casamento, no entanto, sabemos que nem sempre os desejos poderiam ser refreados, e os jovens então cediam às pressões carnavais. Para o universo específico dos luteranos de Imbituva, podemos verificar que 14 moças casaram-se grávidas no período demarcado para a pesquisa, o que representou 8% da amostra total. Foi possível localizar 5 ocorrências na década de 1940³⁹ e as demais todas localizadas na década de 1950.⁴⁰ Podemos perceber que os casamentos foram realizados muito provavelmente, tão logo os casais tenham sido flagrados pela gravidez inesperada,⁴¹ talvez muito provavelmente para tentar “esconder” esse fato da comunidade, ou também para evitar os comentários maldosos a esse respeito. As noivas que se casaram grávidas tinham entre 16 e 22 anos⁴². Mais adiante

³⁷Código Penal promulgado em 07 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

³⁸ MARCH, K. C. (2010), **Entre promessas e reparações: processos crime de defloramento em Guarapuava (1932-1941)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, p. 67.

³⁹ Nos anos de 1944, 1946, 1947 e 1948.

⁴⁰ Nos anos de 1950, 1955, 1958 e 1959.

⁴¹ De acordo com François Lebrun: “Quanto à castidade das moças, a honra feminina por excelência, é certamente objeto de cuidado, mas é sobretudo por causa do risco de gravidez: a desonra reside menos na perda da virgindade, que é fácil de manter em segredo, que na “fatal gordura” que é bem difícil de dissimular.” LEBRUN, F. s/d, op. Cit. p. 91.

⁴² “[...] é representativamente menor a frequência das concepções pré-matrimoniais entre as mulheres que se casaram mais maduras. Como comenta Shorter, ainda hoje, em tempos esclarecidos, os jovens demonstram ingenuidade no domínio das precauções para evitar a gravidez.” NADALIN, S. O. 1988, op. Cit., p. 76.

trataremos especificamente da idade das moças ao darem à luz a seu primeiro filho.

Ainda falando a respeito da realização de relações sexuais pré-nupciais podemos passar à análise dos nascimentos ocorridos antes da oficialização do casamento religioso. De acordo com a documentação, 16 foram os casos em que o nascimento do primeiro filho se deu antes da realização do matrimônio, o que representou 9% do total da amostra. O intervalo existente entre os dois eventos variou entre 2 meses e 5 cinco anos. Para uma melhor compreensão, é necessário explicar que no gráfico estão representados apenas 5 desses casos, tendo em vista, que nos demais, os casais já se encontravam casados no civil no momento do nascimento da criança, dessa forma, prejudicaria a análise manter esses casos na formulação do gráfico.

A maior parte dessas ocorrências foi localizada na década de 1940.⁴³ Apenas um dos batismos ocorreu no período em que a igreja estava sendo investigada pelo governo, mais precisamente no mês de agosto do ano de 1942, no mês seguinte, o pastor da comunidade foi preso pela DOPS e a igreja foi fechada. A oficialização do matrimônio tanto religiosa como civil dos pais dessa criança só foi realizada dois anos e três e meses depois de seu batizado, em 18 de novembro de 1944.

Como já mencionado, desses 16 casos de nascimentos ocorridos antes da realização do casamento, foi possível verificar que em onze ocorrências, os casais já estavam casados no civil inclusive há mais de um ano no mínimo. Para a religião luterana o casamento não é considerado um sacramento, assim sendo, não seria considerado pecado não receber uma benção espiritual. À vista disso, é interessante lançar o seguinte questionamento, qual terá sido a razão para que esses casais tenham então decidido tanto tempo depois – há três casos em que o intervalo foi de quatro e cinco anos – oficializar ou receber uma benção espiritual para suas uniões?

⁴³ Entre os anos de 1940 a 1948.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

Em relação aos demais eventos selecionados na amostra, podemos verificar que a maioria absoluta dos jovens luteranos que se casaram no período delimitado para a pesquisa esperou a realização casamento tanto civil como religioso para gerar o primeiro filho. O que não quer dizer que eles tenham necessariamente refreado suas pulsões sexuais, talvez apenas tenham tido mais sorte e não foram flagrados por uma gravidez inesperada. Sabemos que a pílula anticoncepcional só foi popularizada na década de 1960⁴⁴, mas provavelmente esses jovens estivessem tomando outros tipos de precauções para evitar uma gravidez antes da hora, o que pode ser evidenciado também, sobretudo, pelos intervalos de nascimento acima de um ano após o matrimônio.

Como pudemos observar no gráfico, vários foram os nascimentos ocorridos num intervalo acima de um ano após a realização do casamento. Mais precisamente, 74 foram os casos que se enquadram nessa periodização, o que representa 43% do total de nascimentos. A maior quantidade de ocorrências está localizada no período entre um e dois anos após o matrimônio com um total de 45 ocorrências. Dessa maneira, podemos conjecturar que os casais luteranos estavam sim fazendo uso de algum método contraceptivo que retardou em alguns anos a concepção de seus primeiros filhos. Todavia, devemos enfatizar também que existem outros fatores que incidem sobre os intervalos protogenésicos. Sabemos que a probabilidade de gerar um filho após somente uma relação sexual de um casal jovem e com boa saúde não seria mais do que 2% a 4%. Ou seja, uma concepção pode resultar de várias semanas, ou talvez meses, de relações sexuais sem proteção.⁴⁵

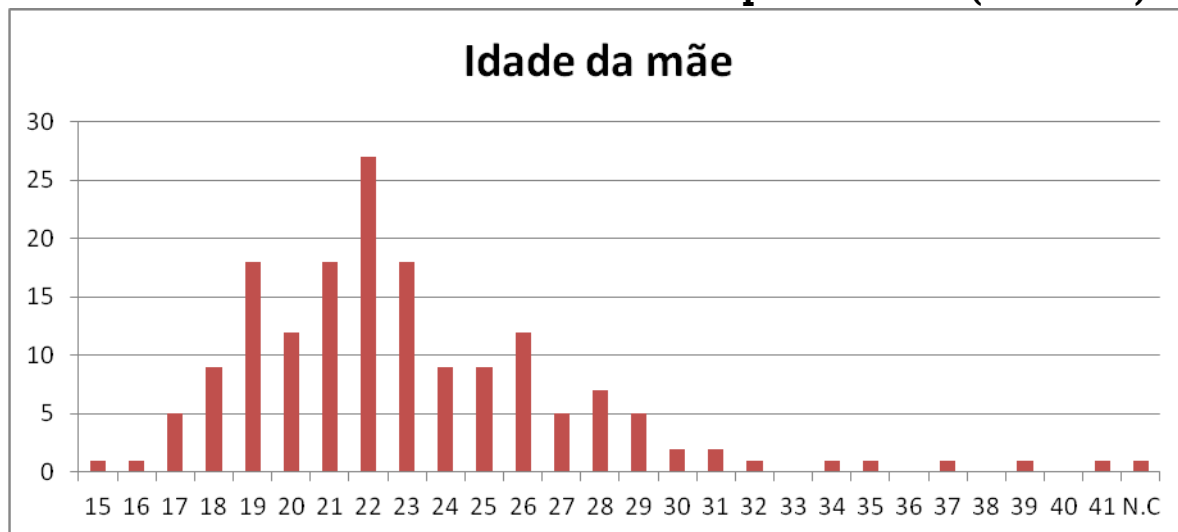
Outro dado interessante retirado da documentação que pode ser analisado é a idade da mãe no momento do nascimento de seu primeiro filho. A

⁴⁴ De acordo com Joana Maria Pedro “[...] no Brasil a pílula anticoncepcional e o DIU foram comercializados sem entraves desde o início da década de 60”, sobretudo, como reflexo de uma política internacional que temia uma superpopulação mundial, voltada também para os países pobres da América Latina. PEDRO, J. M. (2003), A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, n° 45, p. 241, 242.

⁴⁵ STONE, L. (1989), **Família, sexo y matrimonio en Inglaterra**; 1500-1800. México: Fondo de Cultura Económica, p.311.

partir dessa informação é possível a obtenção das taxas de fecundidade das mulheres luteranas no período determinado pela pesquisa. Para a formulação desse gráfico foi realizado mais uma vez um cruzamento de dados entre os registros de casamento e de batismo. Dessa maneira, verificamos a idade da noiva no momento de seu casamento e somamos o período correspondente ao intervalo entre o matrimônio e o nascimento da criança, mesmo nos casos em que o nascimento tenha ocorrido antes da oficialização matrimônio. Os dados correspondentes aos 171 casos encontrados para a coorte delimitada para a pesquisa foram assim apresentados:

Gráfico 03 – Idade da mãe no nascimento do primeiro filho (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Podemos observar neste gráfico que a maior parte das mulheres deu à luz seu primeiro filho com a idade entre 19 e 26 anos, o que vem a representar uma média de idade de 23 anos, um pouco mais alta que a média de idade com que contraíram matrimônio que foi de 22,3 anos. Como vimos no gráfico anterior a respeito do intervalo entre a realização do casamento e o nascimento do primeiro filho, essa média pode ser explicada, uma vez que uma parcela

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

significativa dos nascimentos ocorreu entre nove meses a um ano após a realização do casamento.

Como já mencionado, as moças cujas concepções pré-matrimônias foram flagradas na pesquisa se encontram na faixa etária mais jovem, ou seja, tinham entre 16 e 22 anos. Conforme a idade da mulher vai avançando, aumenta também o intervalo entre o nascimento do primeiro bebê, assim, podemos perceber que as mulheres mais velhas faziam uso regular de métodos de contracepção, ou acabavam naturalmente tendo um pouco mais de dificuldades de engravidar.

Da vida íntima das famílias formadas no período compreendido por esta pesquisa, passamos novamente a análise da vida comunitária desses casais. Para além de uma função apenas religiosa, o batismo possui a função social de apresentação de um novo membro ao seio da comunidade. Dessa forma, verificar o período em que essas crianças foram levadas à pia batismal nos permite analisar qual importância era dada pelos pais a este sacramento.

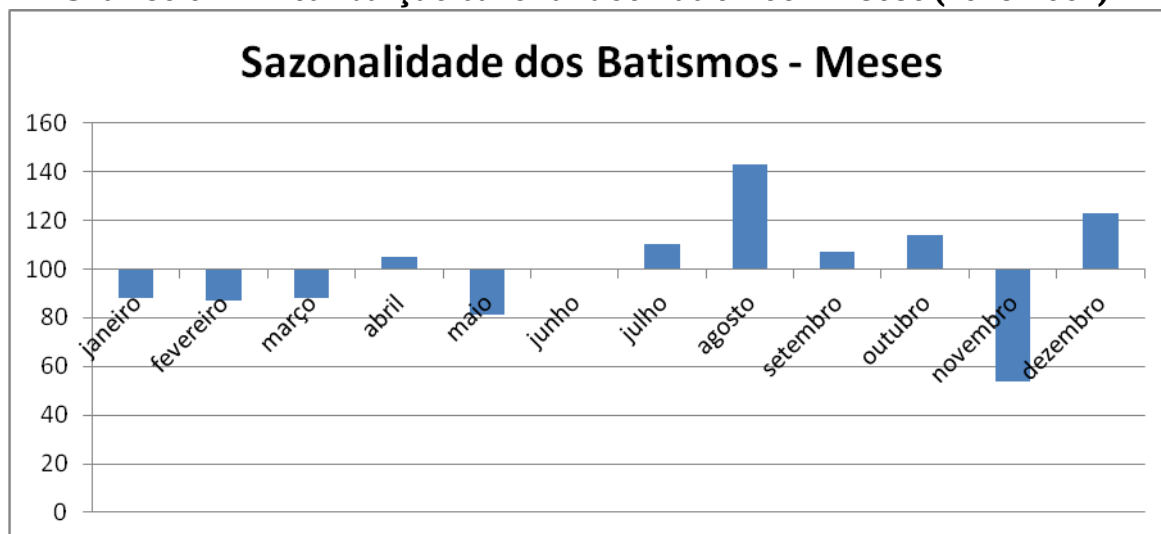
Com relação aos batismos, a organização dos dados extraídos da documentação para a construção da tabela foi a mesma dos nascimentos, ou seja, os resultados sempre serão relativos à 100. Esta primeira tabela demonstra a distribuição mensal dos batismos. Os cálculos, portanto, foram realizados seguindo os mesmos parâmetros utilizados para a distribuição mensal de nascimentos.

Tabela 02 – Distribuição Mensal dos Batismos

Meses de Batismo													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nº ABSOLUTOS	42	38	42	49	39	46	53	69	50	55	25	59	567
DIVISOR	31	28,24	31	30	31	30	31	31	30	31	30	31	
Nº POR DIA	1,35	1,34	1,35	1,63	1,25	1,53	1,70	2,22	1,66	1,77	0,83	1,90	18,53
Nº PROPORCIONAIS	88	87	88	105	81	100	110	143	107	114	54	123	1200

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Gráfico 04 – Distribuição Sazonal dos Batismos - Meses (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Podemos observar que com relação aos batismos também ocorreu uma distribuição mensal homogênea muito próxima a encontrada nos nascimentos. Os meses em que mais ocorreram batismos foram agosto e dezembro. Em compensação novembro apareceu como o mês mais rejeitado para a realização de batizados. Não foi encontrada uma razão específica para a massiva rejeição por esse mês em especial. Como já mencionado, não havia nem para a igreja Católica quanto mais para a igreja Luterana impedimentos sazonais para a realização dos batismos. Inclusive era esperado que a criança fosse levada o quanto antes à pia batismal. Todavia, como veremos adiante – no gráfico a respeito do intervalo entre o nascimento e a realização do batismo –, para o universo dos luteranos de Imbituva essa regra não era seguida à risca. Dessa maneira, mais adiante retomaremos as questões de sazonalidade, pois elas ficarão mais bem explicadas quando apresentadas em conjunto com os intervalos entre nascimentos e batismos.

Além de verificar a distribuição mensal dos batismos também foi possível analisar a escolha dos dias da semana em que o sacramento foi administrado. A análise dos dias da semana foi efetuada da mesma maneira

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

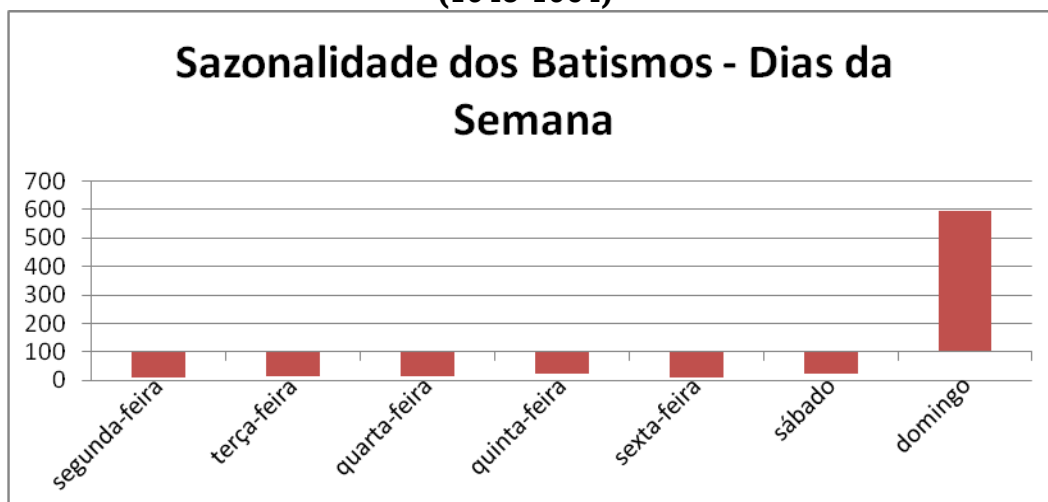
que para os meses. O eixo X representa uma média de 100 ocorrências por dia, todavia, os números absolutos foram transformados em relativos a 700, tendo em vista que cada semana contém sete dias e portanto, não foi necessária a utilização de um divisor para extrair os resultados, como podemos verificar no quadro abaixo:

Tabela 03 – Distribuição Semanal dos Batismos (1943-1964)

Dias da Semana								TOTAL
	DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	
NÚMEROS ABSOLUTOS	484	10	13	11	18	10	21	567
NÚMEROS PROPORCIONAIS	597	12	16	14	22	12	26	700

Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Gráfico 05 – Distribuição Sazonal dos Batismos – Dias da Semana (1943-1964)

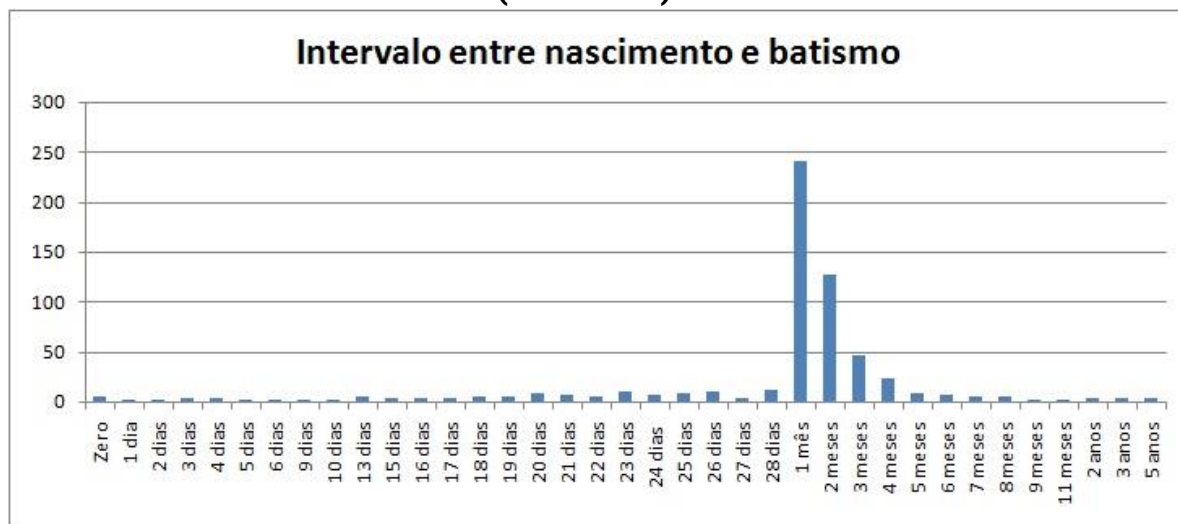


Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos observar no gráfico houve uma predileção absoluta pela realização dos batismos no domingo, isto se explica pelo fato que neste período, na congregação de Imbituva os cultos eram celebrados somente aos domingos, entre os luteranos não há uma celebração separada para o batismo,

ou seja, o sacramento é administrado durante a celebração dominical⁴⁶, logo após o sermão e antes da distribuição da Santa Ceia.

Gráfico 06 – Intervalo entre o nascimento e a realização do Batismo (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Como podemos verificar no gráfico entre os luteranos de Imbituva há uma forte predominância da realização dos batismos após um mês do nascimento. Dos 567 nascimentos localizados para a coorte de casais delimitada para a pesquisa, 240 batizados foram celebrados no período de trinta dias após o nascimento da criança, o que representa 42% do total da amostra. Podemos considerar este gráfico como complementar ao gráfico de sazonalidade dos nascimentos e batismos. Quanto aos batismos, foi possível verificar uma maior concentração no mês de agosto, o que pode ser explicado,

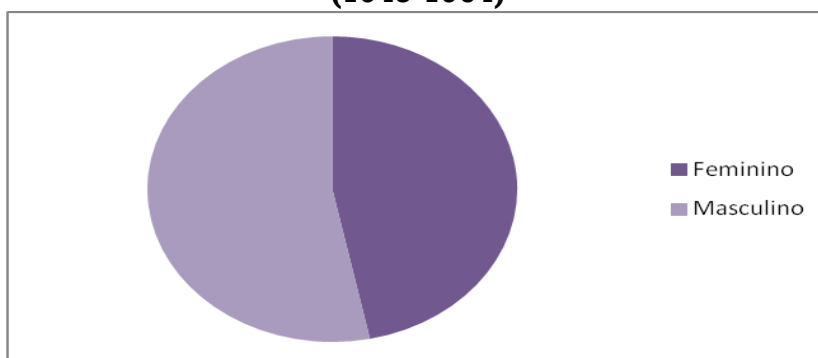
⁴⁶ “Para enfatizar o significado comunitário do sacramento, o Batismo de adultos e de crianças ocorre em cultos públicos e não em privados. Através do Batismo a pessoa batizada é incorporada na comunidade. Há necessidade de padrinhos cristãos no caso do Batismo de infantes. Os padrinhos, bem como os pais e a congregação, confessam publicamente sua fé e prometem oferecer uma instrução cristã apropriada. [...] O ministrante do Batismo geralmente é um ministro ordenado, mas qualquer cristão pode sê-lo”. KILPP, N. (1998), O Batismo e a Ceia do Senhor na tradição Luterana e no diálogo presente. **Revista Estudos Teológicos**, v. 38, n. 1. p. 19.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

portanto, em função do gráfico 04, uma vez que a maioria dos batismos foi realizada num intervalo de trinta dias após o nascimento da criança.

Outro elemento a respeito do perfil dos nascimentos e batismos da comunidade de Imbituva, diz respeito ao sexo das crianças. Para o universo das 567 crianças nascidas na comunidade luterana no período compreendido pela pesquisa, 265 eram do sexo feminino e 302 do sexo masculino, como poderemos verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 07 – Sexo das crianças nascidas na Comunidade Luterana (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Muito além de dados ou elementos relacionados à vida comunitária, foi possível perceber que as fontes paroquiais nos possibilitam outros olhares ao cotidiano do grupo selecionado. A respeito dessa vida comunitária, pudemos verificar qual a importância que os luteranos de Imbituva davam ao sacramento do batismo, uma vez que o intervalo compreendido entre o nascimento da criança e administração do sacramento pode evidenciar a preocupação que os pais tinham com a vida espiritual da criança, além de cumprir com uma convenção social de apresentação do membro da família à comunidade.

Continuando com os aspectos relacionados à vida comunitária das famílias luteranas, passaremos a seguir à análise das relações estabelecidas por essas famílias com os demais membros da comunidade através dos laços

criados entre pais e padrinhos de batismo, ou seja, as relações de compadrio. Mas antes, se faz necessário apresentar, ainda que brevemente, como católicos e luteranos compreendem essa relação.

Assumindo um compromisso para a vida: as relações de compadrio.

Para os cristãos o batismo é o momento mais importante da vida de uma criança, pois este sacramento confere perdão ao pecado original e permite a entrada desse indivíduo no reino de Deus. Além dessa função espiritual, o batismo possui também uma função social, uma vez que este primeiro rito de passagem insere a criança na comunidade a que seus pais pertencem. Os ritos de passagem possuem três estágios: separação, margem e aceitação. No batismo essa primeira fase simboliza o afastamento a criança ao seu estágio anterior, de pecador. Ao receber o sacramento, esta passa ao segundo estágio, ou seja, a margem, ela se encontra às portas de se transformar em nova criatura, a partir disso, passa-se a última etapa a da aceitação, nesse momento a criança já se encontra agregada à comunidade.⁴⁷ Assim, é necessário que esse ato conte com a presença de testemunhas que irão legitimar esse momento.

Muito mais que meras testemunhas do cumprimento da obrigação espiritual, as pessoas escolhidas para participarem desse momento recebem também uma função muito importante na vida dessa criança, a de tutores, ou padrinhos. Para a Igreja Católica o padrinho e a madrinha deveriam testemunhar a validade do sacramento que esta estava recebendo, cuidar e encaminhar a criança em sua vida espiritual e principalmente protegê-la na vida terrena, em especial, na ausência dos pais.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia normatizavam a escolha desses padrinhos e ainda determinavam que [...] no Baptismo não haja

⁴⁷ GENNEP, A. V. (1978), **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Ed. Vozes, p.25.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

mais que um só padrinho e uma madrinha e que não se admitão juntamente dois padrinhos e duas madrinhas; os quaes padrinhos serão nomeados pelo pai ou mai, ou pessoa, a cujo cargo estiver a criança”.⁴⁸

Por se tratar então de um renascimento espiritual, ou seja, morrer para o pecado e renascer para vida cristã, as crianças deveriam então dispor de um novo vínculo filial, ou seja, novos pais espirituais, que seriam os padrinhos. Os padrinhos, portanto, receberão a tutela espiritual dessa criança, sendo responsáveis pela sua apresentação e manutenção na vida espiritual. Dessa maneira, na Igreja Católica cria-se um vínculo a partir do batismo.

O batismo cria, acima de tudo, uma relação espiritual; esta é o vínculo "pensado" que une batizando e padrinhos. O laço expresso significa ou indica esta dimensão invisível. O compadrio é um vínculo não do corpo, ou da carne, ou da vontade humana enquanto expressa na lei civil; ele representa, ao contrário, associação ou solidariedade, através da comunhão de "substância espiritual".⁴⁹

A partir do batismo, o parentesco espiritual é estabelecido de tal forma que a partir de então as pessoas envolvidas nesse ato estavam impedidas diante do direito canônico de contrair matrimônio, por exemplo. Esse parentesco era vitalício⁵⁰ e se dava tanto na relação estabelecida entre padrinho e afilhado, quanto entre os compadres. Dessa maneira, esta relação contraída pelo compadrio era formada por três agentes, a criança, os pais e os padrinhos e por três relações, baseada no laço consanguíneo – parentesco entre pais e filhos –, e espiritual – laço entre padrinho e afilhado e entre pais da criança e os padrinhos.⁵¹

Essas relações criadas dentro da esfera religiosa refletiam muito na vida fora dos portões da igreja. As escolhas dos padrinhos eram sempre pautadas

⁴⁸ VIDE, S. op. Cit. p. 14

⁴⁹ GUDEMANN; SCWARTS, op. Cit, p. 41.

⁵⁰ “o parentesco espiritual, que contrahirão, do qual nasce impedimento, que não só impede, mas dirime o Matrimônio: [...] o qual parentesco conforme a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, se contrahe sómente entre os padrinhos, e o baptizado, e seu pai, e mai; e entre o que baptiza, e o baptizado, e seu pai, e mai.” VIDE, S. op. Cit. p. 26-27.

⁵¹ GUDEMAN, S. (1971), *The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person*. In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland** vol. 0. (1971). 1971. Royal Anthropological Institute of Great Britain.

por alguns interesses. O apadrinhamento conseqüentemente ampliava os laços familiares, reforçava e também criava novas relações de amizade, e no caso específico do Brasil do oitocentos, permitia a criação de laços que ligariam grupos socialmente desiguais, como no caso dos escravos, por exemplo. A partir do compadrio,

Era instaurada uma relação de solidariedade entre o seus participantes, que se expressavam, principalmente, por meio de cooperação econômica e lealdade política. Através dos laços de compadrio operavam “complexos sistemas de troca de bens e serviços, assim como várias formas de relações políticas.”⁵²

Dessa maneira no contexto do Antigo Regime a escolha de um padrinho para o filho assumia uma forma de estratégia de ascensão social, pois numa sociedade em que a desigualdade estava associada a laços de sangue, estar ou se tornar bem relacionado socialmente poderia render bons frutos. E como o laço do compadrio gerava esse parentesco espiritual era fundamental escolher bem os compadres, primeiramente para conseguir algum benefício na comunidade e, sobretudo, para não esgotar as possibilidades de novas alianças futuras. Podemos considerar também que por se tratar de uma relação sacramentada pela igreja, a relação entre os compadres se torna digamos, mais segura, ou seja, sem desconfiâncias.⁵³

Numa sociedade com poucas instituições e onde as possibilidades que estavam abertas a cada um tinham íntima relação à condição de nascimento, estratégia e cálculo social entravam em cena para selecionar quem seria o contraente desse novo vínculo, o qual poderia abrir novas possibilidades, por vezes decisivas, para aquele que o buscou.⁵⁴

⁵² NACIF, P.C.M. op. Cit. p. 7-8.

⁵³ “[...]essa segurança é atingida porque o laço do compadrio, laço da esfera do sagrado, elimina a desconfiância entre as casas: ao menos em tese é seguro permitir que as crianças brinquem na casa de seus padrinhos, assim como, devido ao tabu sexual e marital existente entre compadres, é seguro para um homem deixar sua mulher sozinha com o padrinho de seu filho, já que compadres são uma ordem diferente de pessoas, e são considerados irmãos espirituais, o que transforma qualquer relação marital ou sexual entre eles em incestuosa.” MARQUES, R. S. (2012), **Por cima da carne seca: hierarquia e estratégias sociais no Rio Grande do Sul (1750-1820)**. Dissertação (Mestrado em História) Curitiba, Universidade Federal do Paraná, p. 133

⁵⁴ MARQUES, R.S. op. Cit. p. 11.

Com relação à Igreja Luterana, os padrinhos também são importantes no momento do batismo. Como a criança não tem condições de responder por si mesma, os padrinhos têm a função de responder perante Deus e a comunidade em favor do batizando, negando o pecado e aceitando a Cristo por ele. No entanto, o batismo entre os luteranos não gera parentesco espiritual como na igreja católica. O padrinho tem, portanto, a função de manter o afilhado na fé cristã e auxiliá-lo em sua vida terrena, caso fique sem seus pais. De acordo com a doutrina luterana:

Padrinhos não são testemunhas de uma cerimônia apenas. Muito mais do que isso, são pessoas que testemunharam uma obra divina. E sendo testemunhas disso, tornaram-se também responsáveis pelo cuidado espiritual do afilhado. O que se espera de um padrinho é que ao menos ore pelo seu afilhado. Vindo os pais a faltarem com a educação para uma vida cristã, os padrinhos precisam manifestar-se.⁵⁵

Para os luteranos, mesmo o batismo não estabelecendo uma relação parental, todavia, o padrinho deve ser bem escolhido, aconselha-se que no momento da escolha os pais levem em consideração a integridade da pessoa escolhida, e se essa irá desempenhar bem seu papel após o momento do batismo. A partir disso, a escolha dos padrinhos pode vir a demonstrar quais relações de amizade eram estabelecidas pelas famílias no interior da comunidade. Dessa maneira, pretendemos verificar a partir da análise dos padrinhos arrolados nos registros de batismos quais os critérios para escolha desses padrinhos, como se determinariam as características desse mercado.

Para o universo dos 567 batismos realizados na comunidade luterana e oriundos da coorte de casais delimitada foi possível localizar aproximadamente 2050 pessoas que foram arroladas nos registros como padrinhos de batismo. Preferimos colocar esse valor aproximado tendo em vista que em alguns registros, devido o desgaste das páginas não foi possível verificar com precisão a quantidade, bem como os nomes dos padrinhos

⁵⁵ GASS, E. (2013), Padrinhos de Batismo. In: **Revista Mensageiro Luterano**, ano 96, n. 1181, p. 6-7.

arrolados. Contudo, ainda assim é possível a partir desses dados apresentar o mercado de padrinhos de batismo construído pelos pais das crianças.

Primeiramente, foi possível verificar a presença total de 1096 mulheres e 954 homens mencionados nos registros. Os registros luteranos são uma espécie de formulário, onde constam somente os dados necessários, portanto, não há nenhuma informação adicional a respeito dos padrinhos, apenas seus nomes. Dados como profissão, estado civil, local de habitação infelizmente não são mencionados. Havia, portanto, uma maior predileção pelas mulheres para desempenhar o papel de madrinha.

Diferentemente da igreja católica que determinava uma quantidade exata de padrinhos no momento no batismo, no caso dois, um homem e uma mulher, na igreja luterana não existe uma regra específica que limite a quantidade de pessoas que possam ser convidadas à pia batismal para desempenhar essa função. Todavia, como será possível verificar no gráfico abaixo, havia entre os luteranos de Imbituva uma predileção em chamar para padrinhos dois casais, mais precisamente 57% dos batismos realizados tinham essa quantidade de padrinhos. Foi possível verificar que a maioria dos casais arrolados era devidamente casada, mas encontramos também casais que conjecturamos serem namorados ou noivos, o que demonstra que não havia a obrigação das pessoas serem casadas para poder exercer a função de padrinho. Isso também pode evidenciar que o comprometimento entre um homem e uma mulher poderia ser reconhecido pela comunidade, ao participarem em eventos importantes no âmbito da igreja.

Gráfico 08 – Quantidade de padrinhos arrolados nos registros de batismo (1943-1964)



Fonte: Livros Rol de Membros 1 (1942-1958) e 2 (1959-1964) da Comunidade Evangélica Luterana da Ressurreição.

Outro elemento importante a se destacar em relação aos padrinhos, diz respeito ao parentesco consangüíneo desses indivíduos com a criança a ser batizada. A partir de uma análise dos sobrenomes dos envolvidos, foi possível constatar que na maioria dos casos pelo menos um dos padrinhos era parente de um dos pais da criança, e sempre parente muito próximo, ou seja, tios da criança. Foi bastante comum também, nos casos em que havia dois casais de padrinhos, ser um casal parente do pai e o outro da mãe da criança.

A partir desses dados podemos perceber que as famílias possuíam um círculo de amizade um tanto restrito. Essa mesma característica também foi percebida nos casamentos, cujos laços construídos a partir das relações de apadrinhamento se deram no interior das próprias famílias e provavelmente serviram para estreitar e consolidar relações de parentesco já existentes, ou seja, há uma predileção por parte desse grupo de luteranos de manter um comportamento baseado por aspectos endogâmicos e, por conseguinte, podemos confirmar que os mesmos possuíam uma rede de relações de malha estreita. Dessa forma, a dinâmica familiar não depende apenas do comportamento de seus membros, mas da relação estabelecida por eles com outras pessoas, influenciando diretamente na definição das relações familiares.

As redes de malha estreita estão mais propensas a se desenvolver quando o marido e a esposa, conjuntamente com seus amigos, vizinhos e parentes, cresceram na mesma área local e continuaram a viver lá após o casamento. Muitas pessoas conhecem umas as outras e isto ocorre desde a infância. [...] Enquanto o casal continuar a viver na mesma área, e enquanto seus amigos, vizinhos e parentes também continuarem a viver em locais facilmente acessíveis à família e uns aos outros, haverão de continuar as redes.⁵⁶

Dessa forma, a partir desse excerto podemos verificar que as relações entre os parentes eram muito próximas, e provavelmente acabavam sendo ainda mais estreitadas a partir dos convites para apadrinhamento tanto de casamento, como posteriormente de batismo.

Além disso, podemos destacar que todos os casais arrolados exerciam alguma influência, tanto dentro como fora da comunidade luterana e, sobretudo, eram pessoas de certas posses. Outro fator importante de se destacar é a origem étnica comum a todos eles. A partir de uma análise preliminar do sobrenome desses casais, todos eram de ascendência germânica. O que mais uma vez pode caracterizar a endogamia do grupo, privilegiando assim, pessoas de origem teuto-brasileira. Dessa forma, os dados parecem sugerir que o mercado de padrinhos de batismo era parecido com o das testemunhas de casamento. Alguns desses eleitos desempenharam ambas as funções. E por fim, novamente podemos aferir que esses casais preferidos como padrinhos de casamentos e por conseguinte, de batismos pertenciam à geração dos avós da criança, ou seja, isto demonstra que a escolha poderia se dar muito mais a partir das relações estabelecidas entre as famílias e que a partir do matrimônio e do batismo poderiam ser fortalecidas, do que pelos laços de amizade firmados pelos próprios pais da criança.

Além das questões de cunho comunitário ou público, as fontes nos permitiram, à luz da Demografia Histórica, verificar aspectos relacionados aos

⁵⁶ BOTH, E. (1976), **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 103.

DOSSIÊ HISTÓRIA DA FAMÍLIA: O ESTADO DA QUESTÃO

momentos mais íntimos dos casais recém formados na comunidade. Ao trabalhar com os registros de batismos, foi possível adentrar na intimidade desses casais e deflagrar aspectos relativos à vida sexual desse grupo, por exemplo.

Foi possível constatar também que não é possível categorizar que este grupo se organize somente em função de uma identidade teuto-brasileira, pois os comportamentos das famílias no interior da comunidade se dão muito mais em função de uma identidade baseada na religião luterana, com a existência de alguns aspectos endogâmicos caracterizados pelos locais de moradia, pela escolha de estreitamento de relações com algumas famílias específicas, que apenas em uma origem teuto-brasileira comum.

Sabemos que as questões levantadas aqui e as respostas obtidas a partir da documentação não esgotam as possibilidades de análise a respeito desse grupo de luteranos residentes no interior do Estado do Paraná. Todavia, já foi possível conhecer alguns comportamentos e características dessa comunidade e que podem ser alguns indicadores da identidade do grupo. É necessário que novas pesquisas se debrucem a estudar essas pequenas comunidades cuja documentação na maioria das vezes constituem-se como uma documentação inédita para o trabalho historiográfico como no caso de Imbituva.

Recebido em: 23/03/2017

Aprovado em: 01/08/2017

CONFLITOS, ILICITUDES E DISPUTAS DE PODER NA ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO FILIPINO (1580-1640)

Helena Trindade de Sá¹
Maria Isabel de Siqueira²

Resumo: A proposta deste trabalho é analisar as relações e conflitos entre as diferentes autoridades que circulavam pela Alfândega do Rio de Janeiro durante o período da União Ibérica. Esses conflitos podem ser entendidos como parte integrante das relações entre os diversos agentes que participavam do tenso jogo da exploração colonial e que buscavam, como operadores da colonização angariar poder e riquezas. As desavenças e também as ilicitudes faziam parte da rotina dos personagens que deveriam a princípio zelar pelo bom funcionamento e pela máxima extração de rendimentos para a fazenda Real. Assim, podemos inferir que tais divergências podem ser reveladoras da própria dinâmica do sistema aduaneiro colonial.

Palavras-chave: Alfândega; Rio de Janeiro; Conflitos; União Ibérica

CONFLICTS, UNLAWFULNESS AND DISPUTES OF POWER IN THE CUSTOMS OF RIO DE JANEIRO IN THE FILIPINO PERIOD (1580-1640)

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the relations and conflicts between the different authorities that circulated through the Customhouse of Rio de Janeiro during the period of the Iberian Union. These conflicts can be understood as an integral part of the relations between the various agents who participated in the tense game of colonial exploration and who sought, as colonization operators, to gather power and wealth. The disagreements and also the unlawfulness were part of the routine of the characters who should at first care for the proper functioning and maximum extraction of income for the Royal farm. Thus, we can infer that such divergences may be revealing of the very dynamics of the colonial customs system.

Keywords: Customhouse; Rio de Janeiro; Conflicts; Iberian Union.

¹ Professora da SME/RJ. Doutoranda pelo PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Membro do grupo de pesquisa MANTO – Núcleo de Estudos Coloniais (CNPQ).

² Professora Doutora do PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Chefe do Departamento de História da mesma Universidade. Líder do grupo MANTO - Núcleo de Pesquisa em Estudos Coloniais (CNPq).

1. Introdução

Durante o período da União Ibérica, a Alfândega do Rio de Janeiro foi cenário de vários conflitos envolvendo seus oficiais e representantes de outras esferas da administração. As disputas podem ser entendidas como parte integrante das relações entre os diversos agentes que participavam do tenso jogo da exploração colonial e que buscavam, como operadores da colonização, angariar poder e riquezas. Dessa forma, não apenas as desavenças, como também as ilicitudes envolvendo os personagens que deveriam *a priori* zelar pelo bom funcionamento e pela máxima extração de rendimentos para a fazenda Real, podem ser reveladoras da própria dinâmica do sistema aduaneiro colonial.

Exemplo disso é verificado nos embates entre Rui Vaz Pinto, fidalgo da Casa Real que governou o Rio de Janeiro entre 1617 e 1620, e Diogo Lopes de Bulhão, provedor da Fazenda Real e Juiz da Alfândega da mesma capitania. A relação entre eles foi bastante tensa, marcada por várias acusações evidenciadas nas cartas que Lopes de Bulhão escreveu ao rei D. Filipe III. A principal causa das divergências residia no fato de o governador acreditar que o provedor lhe devia subordinação, tendo que acatar suas ordens, enquanto Lopes de Bulhão se recusava a fazê-lo, à medida que tais ordens eram contrárias ao estabelecido em seu Regimento. A disputa entre as autoridades não pode ser encarada como algo isolado, ao contrário, era comum, já que os limites do poder nem sempre eram evidentes diante da fluida delimitação das escalas hierárquicas e das competências dos diversos cargos e ofícios.

2. A Alfândega do Rio de Janeiro

A Alfândega é uma instituição de arrecadação de direitos de exportação e importação de mercadorias. Tanto em Portugal como em seus domínios coloniais, a aduana também era encarregada da aplicação de medidas de caráter econômico em ações que tinham por objetivo promover a regulação do mercado. Tinha uma estrutura interna própria e hierarquizada e, por ser parte

Conflitos, ilicitudes e disputas de poder na alfândega do rio de janeiro no período filipino (1580-1640)

Helena Trindade de Sá

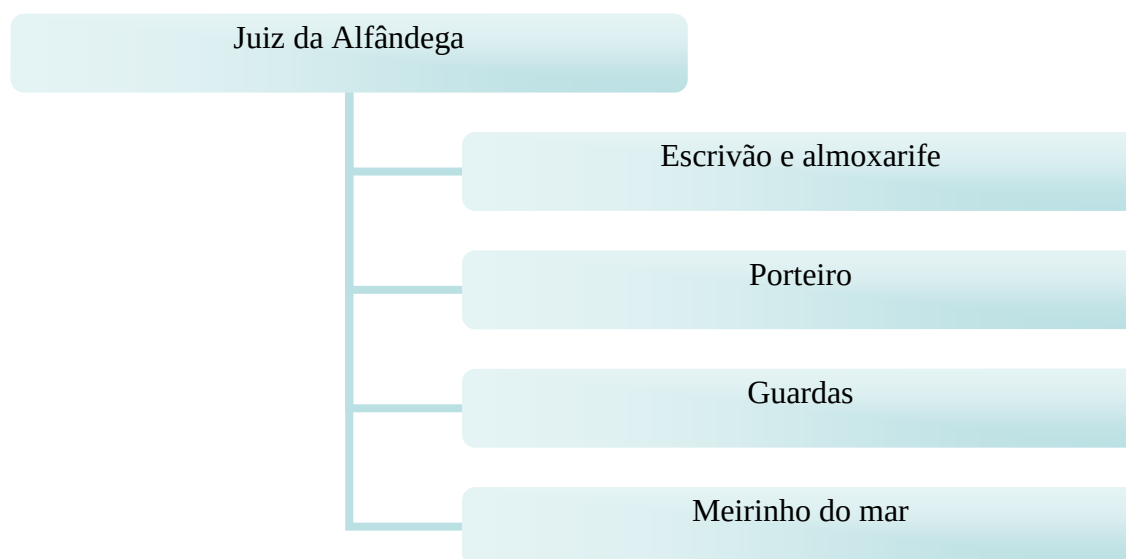
Maria Isabel de Siqueira

da administração colonial, subordinava-se a uma legislação e a um conjunto de práticas que tinham por finalidade não apenas a fiscalização de comércio externo, mas também a execução da política econômica vigente.

No Rio de Janeiro, a Alfândega foi instalada logo após a expulsão dos franceses. Sua primeira localização foi no sopé do Morro do Castelo, na Rua da Misericórdia, e seus primeiros funcionários foram nomeados pelo governador Mém de Sá. No entanto, logo se transformou em um palco de disputa entre os membros da elite local. Os grupos dominantes eram formados pelas famílias que, no início da colonização, em troca de benefícios e na busca por honras e mercês, assumiram a tarefa da ocupação colonial.

A estrutura da Alfândega do Rio de Janeiro no início da colonização era bem mais modesta do que a observada no século XVIII. Contava com o provedor, que era também o juiz da Alfândega, o escrivão e almoxarife, o porteiro, os guardas e o meirinho do mar.

Figura 1. Estrutura da Alfândega do Rio de Janeiro



Fonte: Do autor³

³ Baseado em: AHU, Rio de Janeiro, Cx.2, Doc. 204-206. Informação do Governador Salvador Correa de Sá e Benevides relativa aos rendimentos e despesas da Praça do Rio de Janeiro (1641).

ARTIGOS

Os ofícios da Fazenda Real no Estado do Brasil eram de provimento do Rei, podendo os governadores, em seu nome, o fazer excepcionalmente nos casos de falecimento ou impedimento, até que a nomeação definitiva fosse efetivada. Os oficiais recebiam os cargos distribuídos pelo Rei por três anos em geral e, de alguma maneira, já haviam prestado serviços à Coroa. Membros de famílias proeminentes na capitania, em sua maioria, não podiam ter serviço em ofício mecânico e ainda tinham de ter limpeza de sangue e não ter antepassados mouros ou judeus, embora tivesse havido exceções.

A ocupação do cargo de provedor demandava vínculos com outras autoridades, como o governador, que era o braço da metrópole na colônia, e com os membros da Câmara. Isso favorecia a participação em diversas tramas e em conflitos.

Os cargos da hierarquia inferior da Alfândega, nos séculos XVI e XVII, eram oferecidos aos vassalos como forma de mercê por favores prestados à Coroa. Os oficiais aduaneiros podiam ser serventuários ou proprietários de seus cargos, mas tanto a propriedade do ofício como a serventia eram mercês conferidas pelo rei. Como patrimônio do rei, a concessão desses cargos obedecia a determinados critérios sociais e políticos. Após a nomeação, cabia ao provedor da fazenda Real empossar os oficiais da Alfândega nos cargos. A posse obedecia a um rito em que se fazia um juramento de bem servir ao Rei e às partes perante os Evangelhos.

Pelo Regimento, o provedor era feito juiz da Alfândega com competência para julgar todas as contendas que diziam respeito ao recolhimento do imposto da dízima das mercadorias nos portos e em todas as causas que envolvessem descaminhos, seja por envolvimento da tripulação dos navios, seja por erro dos próprios oficiais aduaneiros.

Da mesma forma, determinavam a justiça sem apelação e nem agravo sobre os feitos e as causas cujo valor fosse inferior a dez mil réis, ou seja, das suas sentenças não caberiam recursos para a instância superior se a causa

Conflitos, ilicitudes e disputas de poder na alfândega do rio de janeiro no período filipino (1580-1640)

Helena Trindade de Sá

Maria Isabel de Siqueira

fosse até o valor estipulado. A figura adiante exemplifica as atribuições do Provedor/Juiz da Alfândega determinadas pelas Ordenações Filipinas.

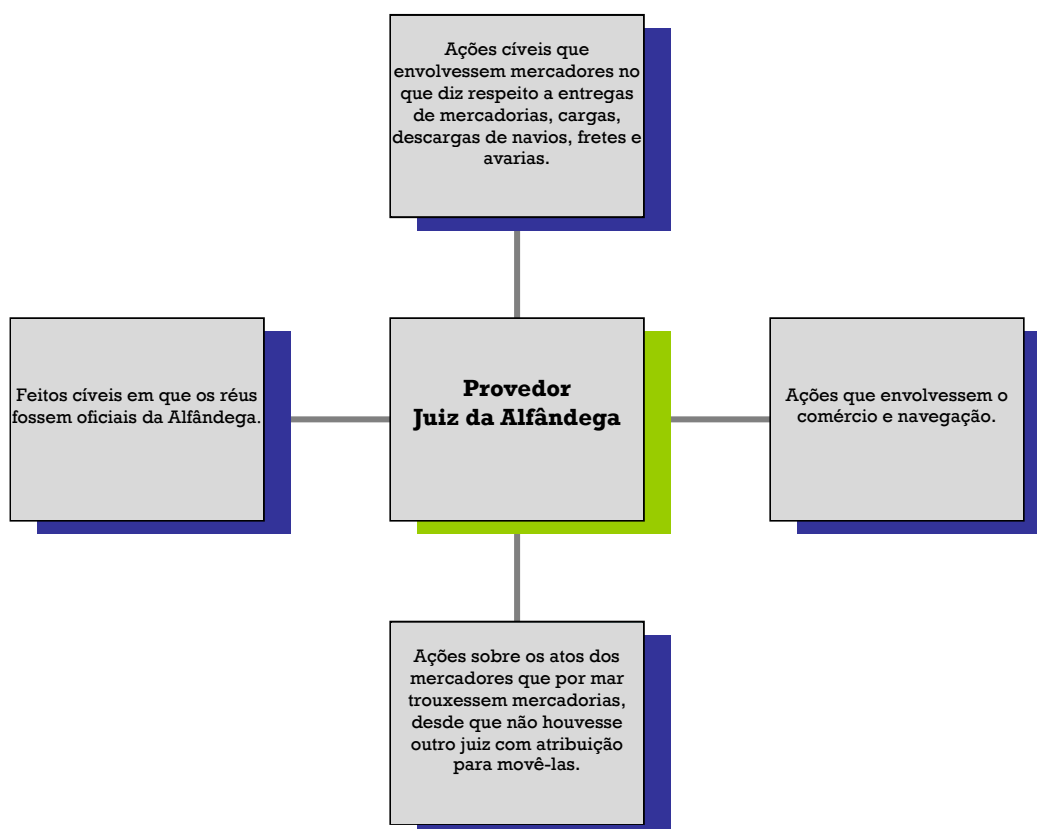


Figura 2. Atribuições do Provedor/Juiz da Alfândega - Ordenações Filipinas

Fonte: Do autor. ⁴

Como pode ser observado, a aduana era regida por normas instituídas pela metrópole, que, em um ambiente colonial, nem sempre eram aplicadas ao “pé da letra”. Não raro tais normas eram flexibilizadas e adaptadas pelos administradores. Assim, confrontos, pelejas, brigas, tudo isso foi visto na Alfândega fluminense seiscentista. A instituição, como escreveu José Eduardo

⁴ Baseada em: Código Philippino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal por Candido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomático, 1870.

ARTIGOS

Godoy, “nunca se limitou a ser uma sonolenta repartição pública, num dos mais distantes extremos do Império português”.⁵

3. Conflitos e ilicitudes

A Alfândega fluminense frequentemente foi palco de conflitos entre autoridades que faziam parte da administração. A ausência de competências e jurisdições bem definidas e delimitadas, associada às leis “profusas e confusas”⁶, fazia com que as diversas instâncias governamentais concorressem entre si e, com isso, permitia que oficiais invadissem a esfera de outros por meio das brechas formadas pela vulnerabilidade do próprio sistema.⁷ Interpretações variadas a respeito do estabelecido na legislação, interferências entre as esferas de poder e disputas entre os diferentes grupos da elite local serviram para muitos inconvenientes e choques no meio das pessoas que detinham o arbítrio sobre as instituições. Dessa forma, podemos constatar que nem sempre os espaços de atuação de uma autoridade foram respeitados, sendo recorrente a intromissão de ocupantes de outros cargos em seus afazeres.

Associado a isso, é importante analisar também o papel desempenhado pelos colonos para satisfazer seus interesses, por vezes, subvertendo a ordem emitida pela metrópole, que definia os limites dos ofícios e estabelecia os espaços de controle. Circunstâncias como a distância entre a colônia e a metrópole, a forma precária de comunicação e o tamanho do território da América lusa⁸ facilitavam e permitiam o surgimento de conflitos institucionais na colônia.

As disputas pelo exercício de certas atribuições, não raro, ocorriam entre ocupantes dos principais cargos do governo da colônia e podem ser

⁵ GODOY, José Eduardo Pimentel de. *Alfândega do Rio de Janeiro*. Brasília, Esaf, 2002, p. 11.

⁶ WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994. p. 303.

⁷ Cf. SIQUEIRA, Maria Isabel; REIS, Thiago de Souza. Conflito de jurisdição na Capitania do Rio de Janeiro no início do século XVII. In: *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, v.4, n.8, dez. 2012, p. 468.

⁸ Cf. RUSSEL WOOD, A. J. R.. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36, 1988.

observadas nas cartas enviadas, em 1619, pelo provedor da Fazenda e juiz da Alfândega Diogo Lopes de Bulhão ao rei D. Filipe III. Lopes de Bulhão foi nomeado como provedor em duas ocasiões, em 1609 e 1619, e também integrou a Câmara como vereador. Em cartas, o provedor queixava-se das intromissões do governador Rui Vaz Pinto em assuntos da competência da Fazenda Real.

Senhor. Além de por outras vias esteja feito e avisado a Vossa Majestade do procedimento de Rui Vaz Pinto Capitão-mor desta cidade, torno agora a fazer dando conta a Vossa Majestade, e é que o dito Capitão-mor se intromete com tanta força na Fazenda de Vossa Majestade e com os oficiais dela que não posso deixar, sem embargo de ter amizade ao Governador-geral deste Estado e ao Provedor-mor da Fazenda de Vossa Majestade, disso fazê-lo em especial a Vossa Majestade. Porque são tantas as intromissões e desordens que o dito Capitão-mor comete no tocante a este particular que se lhe não atalha remédio certo não deixará de dar em uma grande falta que, além de querer com qualquer pequena ocasião gastar o que lhe parece da Fazenda de Vossa Majestade, querendo me obrigar com forças e injustiças.⁹

Ao analisar o trecho da carta, percebemos que o provedor do Rio, mesmo ao reconhecer as escalas hierárquicas na colônia, recorreu ao expediente da comunicação direta com o rei, na busca de uma solução para o problema. Rui Vaz Pinto foi nomeado para Governador da Capitania em 1616¹⁰, e até 1619¹¹ encontrava-se no cargo. No período, esteve envolvido em várias polêmicas com outras autoridades locais. Em carta de 1619, Martim de Sá, superintendente das coisas da guerra na costa sul, queixava-se ao rei D. Filipe

⁹ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 17 - Carta do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Diogo Lopes de Bulhão, ao rei D. Filipe III sobre o procedimento do governador e capitão-mor, Rui Vaz Pinto, a sua intromissão nas matérias da Fazenda, prejudicando a ele e ao exercício do seu cargo, à Fazenda Real, à navegação e às Fortalezas da capitania (1619).

¹⁰ AHU, ACL, CU, C17, Cx.1, D. 3 - Consulta do Conselho da Fazenda ao Rei [D. Filipe II] sobre o requerimento do governador e capitão-mor nomeado para o Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, solicitando adiantamento do ordenado de seu cargo.

¹¹ Cf. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, v. 59, p. 13.

ARTIGOS

III sobre os impedimentos do exercício de seu cargo impostos pelo governador, que considerava de sua alçada deliberar sobre o assunto.

Em minha companhia gente desta cidade coordena o que mais convinha me fui impedido pelo capitão-mor dela Rui Vaz Pinto dizendo que a gente e tudo o mais estava a seu cargo e que assim a ele havia de recorrer a lhe pedir tudo o que me fosse necessário e ele mo havia de ordenar e mandar como capitão e governador que era dela. E que se eu queria exercitar meu cargo fosse fora de seu distrito e desta capitania, no mar e não em terra [...] ¹²

O Governador era considerado um homem de temperamento difícil, com envolvimento em conflitos com os oficiais da Câmara, os quais reputava como “homens levantados e rebeldes contra o serviço Del-Rei”, e ainda com as demais autoridades locais.¹³ Também em 1619, a Câmara fez um relato ao Governador-geral do que considerava “desatinos” do capitão-mor. Por meio de uma provisão, o Governador-geral recomendou então a Vaz Pinto que se “[abstivesse] daqueles puníveis excessos em que incorria”.¹⁴ Inclusive, de acordo com o Regimento dos Provedores de 1548, em caso de divergências de opinião referentes a algum ponto, prevaleceriam a ordem e o mando do Governador-geral.¹⁵ No entanto, as recomendações não surtiram o efeito desejado e o capitão-mor continuou a interferir de modo crescente em assuntos da competência do provedor, contrariando as ordens do Governador-geral, como fica evidenciado na carta de dezembro daquele mesmo ano:

Suposto que tenha escrito a V. Majestade sobre esta matéria são tantas as ocasiões que de novo aqui se sucedem que é a causa de agora o tornar a fazer com novas queixas de capitão-mor desta cidade Rui Vaz Pinto o que posto que do Governador-geral deste estado é de ordinário repreendido das desordens que faz nem por isso deixa de ir com elas avante e cada vez em

¹² AHU, ACL, CU, 017, Cx. 1, D. 15 - Carta do [fidalgo] Martim de Sá ao rei [D. Filipe III] solicitando regimento e ordens sobre o que fazer com os impedimentos impostos pelo governador e capitão-mor, Rui Vaz Pinto, no cumprimento de seu cargo de superintendente das coisas de guerra na costa do sul.

¹³ COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século dezessete*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1965, p. 49.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ SÁ, Helena de Cassia Trindade de. *A Alfândega do Rio de Janeiro: da União Ibérica ao fim da Guerra da Restauração (ca.1580-ca.1668)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. p. 32.

maior crescimento atalhando me e impedindo com patentes e atermos devassador que possa inteiramente corresponder com a obrigação do cargo de Provedor da Fazenda Real de V. Majestade de que me fez mercê encarregar [...].¹⁶

Na mesma carta, o provedor relata a intromissão de Rui Vaz Pinto nas suas atribuições específicas, ao tentar impedir que os mestres de navios vindo do reino despachassem suas mercadorias na Alfândega. De acordo com o Regimento dos Provedores, era da competência de Diogo Lopes de Bulhão exercer o controle sobre as aduanas, fiscalizando toda a movimentação comercial de importação e exportação e, assim, garantindo que os direitos da Coroa não fossem lesados. Vale lembrar que, na América lusa, a competência das autoridades coloniais era definida pelos regimentos, estatutos e demais legislações que estipulavam os limites e as atribuições dos diferentes ofícios.

Essa foi mais uma das contendas entre os oficiais na capitania e teve como estopim a transferência da Alfândega para outra área da cidade. O governador já havia feito notificação ao provedor para que mudasse a Alfândega de lugar, ou seja, da Praia da Piaçava, próximo à descida do Morro do Castelo, para a Praia Dom Manuel, o que não havia sido acatado. Assim, resolveu tentar impedir que os navios fossem à Alfândega até que a mudança fosse efetivada e notificou aos seus mestres que não efetuassem o despacho das fazendas.

[...] vinte e oito do dito mês mando notificar a dois mestres de navios que estavam no porto desta cidade vindos do Reino com fazendas a ela a saber Manoel Pires e Leonardo Vaz com certas penas não trouxessem as fazendas a esta dita alfândega.¹⁷

A ordem contrariava tanto o Regimento como o Foral da Alfândega que estipulavam que todas as naus e os navios que chegassem do Reino e de outras

¹⁶ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 19 - Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Diogo Lopes de Bulhão, ao Rei [D. Filipe III] sobre o mau procedimento do governador e capitão-mor Rui Vaz Pinto, relativo aos assuntos da Fazenda (1619).

¹⁷ *Idem.*

ARTIGOS

partes fossem diretamente para a Alfândega a fim de descarregarem as mercadorias e pagarem a dízima daquelas que haviam de pagar o referido tributo. A legislação ainda previa que os senhores dos navios e o Capitão-mestre que descumprissem a regra perderiam toda a mercadoria, a própria embarcação e ainda seriam degredados para a Ilha de São Tomé por um período de cinco anos.

Nos autos que o provedor mandou fazer, depoimentos dos mestres de navios confirmaram a proibição do governador.

[...] Leonardo Vaz testemunha a que o provedor deu juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão prometeu dizer verdade [...] aos vinte e oito deste presente mês pelo escrivão Antonio Pimenta do Breu lhe foi feita uma notificação da parte do capitão e governador Rui Vaz Pinto que não descarregasse fazenda alguma [na alfândega] por que antes tinha mandado notificar ao provedor Diogo Lopes de Bulhão que mudasse a dita alfândega. [...]

[...] Manuel Pires senhorio da nau Nossa Senhora do Rosário testa a quem for dado juramento dos santos evangelhos em que pôs a mão prometeu dizer a verdade [...] o capitão-mor Rui Vaz Pinto lhe mandou notificar que não tirasse nem desembarcasse quase fazenda alguma sem primeiro haver outra Alfândega. [...]¹⁸

[...] Tem Pantaleão Pinto, estante nesta cidade, mestre da nau nomeada Nossa Senhora da Boa Hora, testemunha a quem o Provedor deu juramento dos Santos Evangelhos em que pôs a mão e prometeu dizer que é verdade que o Capitão-mor Rui Vaz Pinto lhe mandou notificar que não trouxesse fazenda alguma a Alfandega até não estar fechada [...].¹⁹

Nesses depoimentos, os mestres relataram a clara intromissão de uma esfera de governo na outra. Como se vê, o governador não observou os limites de sua atuação, extrapolando a sua área de competência e avançou em direção ao campo de outra autoridade colonial. O descumprimento da ordem de Vaz Pinto criou embaraços para o mestre de umas das embarcações que chegara ao porto do Rio vindo do Reino, como se evidencia no seguinte trecho da carta: “Tendo começado o dito Leonardo Vaz a descarregar e despachar dando lhe

¹⁸ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 19 - Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Diogo Lopes de Bulhão, ao Rei [D. Filipe III] sobre o mau procedimento do governador e capitão-mor, Rui Vaz Pinto, relativo aos assuntos da Fazenda (1619).

¹⁹ Idem.

nisso muita moléstia”. A atitude do governador contrariava as determinações de um dos capítulos do seu próprio regimento, que dizia, segundo Lopes de Bulhão, “que Sua Majestade manda ao dito capitão-mor faça bom tratamento aos mestres de navios que vierem de fora a este porto”.²⁰

O capitão-mor ainda nomeou soldados de sua confiança para entrarem nos navios de forma a evitarem que se dirigissem ao porto da cidade. Contrariou não só o seu regimento, mas também o da própria Alfândega, já que competia aos oficiais aduaneiros fazer o controle das embarcações e dos despachos das fazendas.

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e dezenove anos aos trinta e um dias do mês de agosto desta era na Alfândega dela estando aí o Provedor da Fazenda Diogo Lopes de Bulhão por que foi dito que, o capitão e governador Rui Vaz Pinto contra o seu regimento e o desta Alfândega se intrometa em sua jurisdição e prejudicava e inquietava, nela mandando evitar os navios que neste porto entram pondo neles guardas criados seus sem provimento algum nem juramento e impedindo que o Provedor o não faça dando ocasião a muitos desconcertos e a que os oficiais da Fazenda não possam bem fazer o seu serviço.²¹

A mudança de endereço das Casas da Alfândega para outra parte da cidade não era bem aceita pelos oficiais aduaneiros. Assim, o escrivão e almoxarife Francisco da Costa Barros e o provedor Diogo Lopes de Bulhão julgavam ser a Praia da Piaçava um local adequado para a fixação daquela instituição, não só por ali estar situada a fortaleza de Santiago, mas também por reunir as condições necessárias para o bom despacho e a arrecadação fiscal.

Certifico eu, Francisco da Costa [Barros], Escrivão da Fazenda nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por sua Majestade, que as casas que de presente servem da Alfândega nela são melhores até agora haver em sito fortaleza e em tudo e mais que se requer para o bom despacho e aumento das fazendas que a ela vem e por ser pedida a presente pelo

²⁰ Ibidem.

²¹ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 19 - Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro Diogo Lopes de Bulhão ao Rei [D. Filipe III] sobre o mau procedimento do governador e capitão-mor Rui Vaz Pinto, relativo aos assuntos da Fazenda (1619).

provedor da Fazenda de Sua Majestade Diogo Lopes de Bulhão passar a presente por mim assinada nesta cidade em sendo quatro de dezembro de seiscentos e dezenove anos.²²

Entretanto, para o governador, a mudança de endereço da aduana era necessária frente ao crescimento da vida urbana da cidade e devido ao aumento de embarque e desembarque de mercadorias. Pelo porto fluminense convergia parte do açúcar e da aguardente produzidos no recôncavo da Baía de Guanabara destinada à exportação, além das mercadorias que eram reexportadas para o Rio da Prata e nele desembarcavam as fazendas trazidas pelas naus de diferentes partes.

O fato de dois representantes da administração colonial disputarem o poder de mando sobre a Alfândega fluminense vai ao encontro do ponto de vista de Nuno Gonçalo Monteiro e de Mafalda Soares da Cunha de que “uma das características mais marcantes da administração colonial era a divisão setorial em múltiplas instâncias que frequentemente colidiam entre si”.²³

Um novo conflito entre os agentes da Coroa foi estabelecido quando Rui Vaz Pinto pôs em dúvida o procedimento usado para o despacho de pipas de fazendas oriundas de Angola. O governador desejava que o despacho fosse feito no próprio navio, procedimento rejeitado pelo provedor, o qual alegou seguir o estabelecido no foral, cuja previsão era de que as mercadorias deveriam ser levadas até a aduana. Dessa forma o meirinho do mar Francisco Costa levou as mercadorias até a Alfândega para que perante o provedor e o escrivão e almoxarife fossem despachadas. “Pouco após iniciar os procedimentos para o referido despacho um ‘criado’ do dito Capitão-mor e de sua parte disse ao dito provedor que lhe fizesse mercê de não bulir nas ditas fazenda e de as deixarem estar na forma que estavam”.²⁴ Diogo Lopes de

²² *Idem*

²³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CUNHA, Mafalda Soares da. Governadores e capitães-mores do império Atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. *Optima pars: Elites Ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa, ICS, 2005, s/n.

²⁴ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 19. Carta do Provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro Diogo Lopes de Bulhão ao Rei [D. Filipe III] sobre o mau procedimento do governador e capitão-mor Rui Vaz Pinto, relativo aos assuntos da Fazenda (1619).

Bulhão contestou a ordem e argumentou que não poderia permitir o descumprimento do estabelecido na lei.

Como podemos perceber no trecho acima, o governador chegou a atropelar as funções do provedor, ao tentar impor sua vontade, que se encontrava em desacordo com as normas que regiam as atividades na Alfândega, ou seja, as do Foral da Alfândega de Lisboa e a do Regimento dos Provedores de 1548. Como explica Caio Prado Junior, “devemos abordar a análise da administração colonial com o espírito preparado para toda sorte de incongruências”.²⁵

A intervenção de uma autoridade em área de outro representante era um dos traços da administração colonial,²⁶ que ficou evidenciado na Alfândega fluminense no governo de Rui Vaz Pinto.²⁷ Em um dos episódios, o provedor resolveu designar Antonio Gomes como guarda de uma embarcação proveniente do Rio da Prata e que chegara àquele porto tendo como mestre João Martins Faxello. Antonio Gomes dirigia-se com a autorização por escrito de Lopes de Bulhão para ocupar seu posto na embarcação quando foi impedido pelo Capitão-mor, que tomou dele a referida autorização e ainda ordenou que não fosse até o navio. O governador também pôs nos navios que chegavam ao porto do Rio guardas de sua confiança sem a autorização dos oficiais da Alfândega e da provedoria, o que contrariava a legislação que orientava as aduanas na colônia. Tais documentos eram claros ao estipular que cabia aos oficiais da Alfândega colocar guardas nos navios até que todas as

²⁵ PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 301.

²⁶ Idem, p. 317.

²⁷ O trecho do documento exposto a seguir exemplifica bem essa afirmativa: “Ano do nascimento de nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e dezenove anos aos trinta e um dias do mês de agosto desta era na alfândega dela estando aí o provedor da fazenda Diogo Lopes de Bulhão por que foi dito que o capitão e governador Rui Vaz Pinto contra seu regimento e o desta alfândega se intrometa em sua jurisdição e o prejudicava e inquietava nela mandando evitar os navios que neste porto entram pondo neles guardas criados seus sem provimento algum nem juramento e impedindo que o provedor o não faça dando ocasião a muitos desconcertos [...] (AHU, ACL, RJ, Cx. 1, Doc. 19. Carta do provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro, Diogo Lopes de Bulhão, ao Rei).

ARTIGOS

mercadorias fossem desembarcadas.²⁸ No entanto, os órgãos da Fazenda não estavam subordinados diretamente ao governador²⁹ e, assim, não faziam parte das suas atribuições os assuntos relativos à Alfândega da cidade. O cargo de provedor era obtido através de uma mercê real, estando ligado, dessa forma, ao monarca, devendo obediência ao Rei.³⁰

Não foram poucas as vezes que Rui Vaz Pinto se intrometeu na alçada do Provedor. As reclamações de Lopes de Bulhão foram recorrentes. Na carta que escreveu ao Rei Filipe III em maio de 1619, o provedor já havia se queixado de que o governador “parecia querer gastar o que lhe parecesse da Fazenda Real”, o suspendeu do cargo que recebeu de Sua Majestade e o intimidava constantemente com ameaças de suspensão e expulsão para o Reino.³¹ Nesta mesma carta, Lopes de Bulhão pede auxílio ao Rei alegando que o Governador avexava, molestava e dilatava as viagens dos mestres de navios, não querendo dar-lhes licenças para as fortalezas, o que inibia a movimentação portuária. Assim, segundo ele, “com este procedimento fazem os homens de vir a este porto como dantes faziam”.³²

Em auto que mandou fazer em 4 de setembro de 1619, relatou que Rui Vaz o havia desautorizado, anulando uma dívida por multa que o mestre da embarcação Nossa Senhora do Rosário havia recebido por ter se recusado a fazer um frete solicitado pelo provedor. Em outra controvérsia, o governador chegou até a anunciar a suspensão do provedor de seu cargo até que fosse dada mercê do Rei ou do Governador-geral. Neste episódio, tão logo havia chegado um navio de Buenos Aires comandado por João Martinho Faxelo, seguindo o que constava na legislação, Diogo Lopes de Bulhão designou

²⁸ Regimento de Antonio Cardoso de Barros. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro, IHGB, 1972, s/n..

²⁹ Cf. PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 320.

³⁰ MENEZES, Mozart Vergetti. *Colonialismo em ação: fiscalismo, economia e sociedade na Capitania da Paraíba (1647-1755)*. Tese (doutorado). São Paulo, USP, 2005, p. 44.

³¹ AHU, ACL, CU, 017, Cx. 1, Doc. 17 - Carta do provedor da Fazenda Real ao rei sobre o procedimento do governador e capitão-mor, Rui Vaz Pinto, a sua intromissão em matéria de Fazenda.

³² AHU, ACL, CU, 017, Cx.1, D. 17 - Carta do provedor da Fazenda Real ao rei sobre o procedimento do governador e capitão-mor, Rui Vaz Pinto, a sua intromissão em matéria de Fazenda.

Antonio Gomes para servir de guarda da embarcação. Ao tomar conhecimento do caso, Vaz Pinto chamou o guarda, tomou dele a ordem escrita que portava e o impediu de ir até o navio. Contrariado, ainda mandou que o tabelião Antonio Pimenta e o meirinho do mar Francisco da Costa anunciassem a Lopes de Bulhão sua suspensão do cargo.

Em junho de 1619, o governador escreveu uma carta ao Rei D. Filipe III comunicando os roubos à Fazenda Real. Vaz Pinto dizia que por diversas vezes havia informado a Sua Majestade no Conselho da Fazenda sobre os furtos à Fazenda Real, em especial, “em matéria de pau-brasil e cada vez mais com grande soltura”.³³ Como se pode notar, a colônia era um campo fértil para diversos conflitos e condutas contrárias ao estabelecido pelas normas existentes.

Rui Vaz Pinto deixou o governo da Capitania do Rio de Janeiro em 1620. Logo depois, assumiu o cargo de provedor-mor da Fazenda Real,³⁴ por um período de seis anos.³⁵ Em 1623, requereu ao rei D. Filipe IV a vitaliciedade do seu cargo e usou o argumento de que, como governador da capitania fluminense, tratou com muito cuidado dos negócios da Fazenda Real para que não houvesse descaminhos. Relatou também as ilicitudes que ocorriam na capitania, tais como o embarque de mercadorias, como pau-brasil, tabaco, açúcar, gengibre e outras da terra, que eram levadas para outros reinos e que não pagavam impostos na Alfândega, assim como os escravos levados para o Rio da Prata sem o pagamento dos direitos devidos à Real Fazenda.

Rui Vaz Pinto fidalgo da Casa de Vossa Majestade, capitão-mor e governador [que] foi da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, aonde serviu com satisfação que é notória tratando com

³³ ACU, ACL, CU, 17, Cx.1, D.18 - Carta do governador e capitão-mor do Rio de Janeiro, Rui Vaz Pinto, ao rei [D. Filipe III] sobre os roubos à Fazenda Real.

³⁴ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 54-59 - Requerimento de Rui Vaz Pinto, ex-capitão e governador da cidade do Rio de Janeiro, nomeado provedor-mor do estado do Brasil, no qual pede exercer vitaliciamente este lugar (1623).

³⁵ “Os governadores remeteram a este Conselho uma petição de Rui Vaz Pinto, fidalgo de V. Majestade, para se ver e consultar o que parecer naquelas e que V. Majestade lhe tem feito mercê do cargo de Provedor-mor de sua Fazenda do Estado do Brasil por tempo de seis anos [...]” (AHU, Bahia, Luísa da Fonseca, Caixa 3, Doc. 305).

todo o cuidado que a Real Fazenda não se descaminhasse em muitas coisas e em especial na grande quantidade de escravos que se levam daquele Estado a vender a outro Reino, sem pagarem as águas³⁶ a Real Fazenda que é de cada escravo três mil e seiscentos réis. E no muito pau-brasil que em toda aquela costa da banda do sul carregam e levam o estrangeiro para a banda do norte com inteligências que tem com os vassalos de Vossa Majestade de que são os que lhe vendem e chegam as praias aonde embarcam, e muitos açucares, gengibres e tabaco e outras mercadorias da terra em que interessam muito e forram³⁷ os direitos que houveram de pagar nas Alfândegas de Vossa Majestade e assim por lhe impedir esta comunicação e trato como também ir buscar os inimigos por vezes que estavam a carga e queimar-lhe o dito pau-[brasil] com grande risco para a sua vida gastando neste particular muito de sua fazenda que foi a causa de vir muito pobre.³⁸

O agravamento dos conflitos entre os Países Baixos e a Espanha trouxe repercussões para Portugal, que estava integrado na época à monarquia dos Habsburgo e, por conseguinte, ao comércio no ultramar. A Coroa procurou restringir o comércio com os rebeldes, estabelecendo, para isso, uma série de providências. Associadas a um período de progressivo aumento de intercâmbio comercial e fase ascendente da economia açucareira, começaram a surgir as medidas de restrição ao comércio, que até então gozava de relativa liberdade.³⁹ Para Ricupero, a liberdade de comércio vigente na colônia em quase todo o século XVI havia contribuído para a “penetração de comerciantes estrangeiros nos negócios do açúcar, bem como a participação de

³⁶ Imposto indireto que incidia sobre alguns gêneros. Esse tributo era de um real para cada canadá, arrátel ou outra unidade. Cf. TORGAL, Luis Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*. Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981, v. 1, p. 347.

³⁷ Que não paga os direitos In: BLUTEAU, Rafael. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa, Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 630.

³⁸ AHU, ACL, Rio de Janeiro, Cx. 1, Doc. 54-59. Requerimento de Rui Vaz Pinto, ex-capitão e governador da cidade do Rio de Janeiro, nomeado provedor-mor do estado do Brasil, no qual pede exercer vitaliciamente este lugar (1623).

³⁹ Os cerca de três séculos de colonização na América comportam, como era de se esperar, grande variância no que diz respeito às relações comerciais da metrópole com a colônia. Assim, períodos de relativa liberdade (1530-1571) [...] intercalaram-se com outros em que se tentou estabelecer o exclusivo de fato e restringir a atuação no comércio com o Brasil. Tal foi o caso durante a União Ibérica (1580-1640). VILLELA, André Arruda. “Exclusivo metropolitano, superlucros e acumulação primitiva na Europa pré-industrial”. *Topoi*, v. 12, n.º 23, jul-dez 2011, p. 5.

embarcações estrangeiras no transporte entre o Brasil e a Europa”.⁴⁰ Para garantir que os lucros obtidos com esse comércio não se evadissem para outros reinos, a Coroa portuguesa introduziu normas que tinham como objetivo principal garantir que os lucros com as atividades econômicas desenvolvidas na colônia gerassem ganhos para a metrópole. Preocupado com o fato de que mercadores estrangeiros provocassem danos ao comércio do Reino, em 9 de fevereiro de 1591, D. Filipe II vedou a entrada de qualquer navio ou pessoa estrangeira aos portos de Portugal e seus domínios, sem a licença particular do monarca.⁴¹ Essa medida reforça o indício de proteção ao comércio, bem como da comunidade mercantil que apoiava Filipe II, pois, além de evitar a concorrência com os mercadores estrangeiros, garantia uma maior arrecadação fiscal, uma vez que a cobrança dos direitos alfandegários se fazia nas aduanas da Coroa portuguesa. Em 1605 uma outra ordem proibiu de vez o comércio entre a colônia e outros reinos europeus.

O descaminho e o contrabando poderiam ser considerados práticas que faziam parte da própria ordem social vigente. De acordo com Paulo Cavalcante, representavam a “outra face do lucro do exclusivo metropolitano”.⁴² Além disso, eram reflexo do comportamento típico da época que não distinguia o público do privado. Para Zacarias Moutoukias, as transgressões aos dispositivos podiam ser consideradas como um dos aspectos das práticas econômicas das elites dominantes, que também englobariam os funcionários régios.⁴³

Ao que parece, Rui Vaz Pinto foi um homem interessado nos assuntos da Fazenda Real. Ainda no exercício de Provedor-mor fez petição ao Rei para que

⁴⁰ RICUPERO, Rodrigo. O Brasil e Felipe IV: uma aproximação. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; PERES, José Manuel Santos; SILVA, Kalina Vanderlei. *O Brasil na monarquia hispânica (1580-1668): novas interpretações*. São Paulo: Humanistas, 2014, p. 154.

⁴¹ *Collecção Chronológica de Leis Extravagantes*. Coimbra: Real Imprensa da Universidade, 1819, Tomo I, 1819, p. 36.

⁴² OLIVEIRA JUNIOR, Paulo Cavalcante. *Negócios de trapças: caminhos e descaminhos na América portuguesa (1700-1750)*. São Paulo, Hucitec, 2005. p. 40.

⁴³ MOUTOUKIAS, Zacarias. Burocracia, contrabando y autotransformation de las elites: Buenos Aires em siglo XVII. *Anuario*, IEHS, Tandil, n. 3, 1988, p. 214.

ARTIGOS

lhe concedesse o ofício de Vedor da fazenda daquele Estado.⁴⁴ Sua trajetória na vida pública nos faz perceber que, no contexto colonial, é temerário apontar “vítimas e culpados”.⁴⁵ A dinâmica conflituosa envolvia um jogo de tensão recorrente não só entre as diferentes hierarquias, mas também nas relações horizontais.⁴⁶

Ernest Pijning afirma que “não surpreende que muitos conflitos tenham surgido entre administradores”.⁴⁷ Afinal, as atribuições outorgadas pelo rei a esses oficiais conferiam não apenas o exercício do poder na colônia, mas também o controle sobre a economia e o comércio, tanto o legal quanto o ilegal.

⁴⁴ AHU, Bahia, Luisa da Fonseca, Cx. 3, Doc. 305 - Consulta do Conselho da Fazenda sobre Rui Vaz Pinto, Provedor-mor da Fazenda do Brasil, que pede o título de vedor da Fazenda do mesmo Estado.

⁴⁵ OLIVEIRA JUNIOR, Op.cit., p. 46.

⁴⁶ Segundo Paulo Cavalcante: “Importa dizer que o contexto da exploração submete todos os seus ditames, como aliás dissera Vieira. Não se trata de identificar vítimas e culpados, até porque esses são produzidos nessa totalidade conflituosa e dinâmica, absolutamente invertida para o olhar metropolitano, que, salvo raríssimas exceções, não cuidava sequer de perceber o seu próprio papel nessa aparente inversão. Trata-se de ajustar o foco da lente interpretativa para detectar essas relações singulares, sigilosas e evasivas que a duras penas consegue-se arrancar da correspondência, dos regimentos e de tantos outros documentos [...]”. Idem.

⁴⁷ PIJNING, Ernest. Contrabando, ilegalidades e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII. *Revista Brasileira de História*, v. 21, n. 42, São Paulo, 2001, pp. 397-414.

Considerações finais

A possibilidade de obtenção de lucros pelos vassalos fez da Alfândega fluminense um palco de grandes disputas. Cargos eram cobiçados pelos colonos, que vieram a se transformar na elite colonial. Os ocupantes também se tornavam responsáveis pelo controle do comércio, pela proteção dos interesses da Fazenda Real, pela arrecadação de tributos aduaneiros, pela supervisão dos dízimos e pelo controle do exclusivo comercial.

Diante disso, é compreensível o fato de a Alfândega ter estado no meio de embates com outras instituições. Tais conflitos de atribuições e competências com as outras instâncias da administração da capitania foram bem relatados na documentação do período e demonstram as tensões entre os polos de poder do Rio de Janeiro.

Recebido em: 04/05/2017

Aprovado em: 27/08/2017

DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE AS DISCIPLINAS FORMATIVAS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Arestides Pereira da Silva Júnior¹
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira²
Dayane Cristina de Souza³
Fábia Freire da Silva⁴
Francisco de Assis Manoel⁵
Bruna Solera⁶
Douglas Yuji Takeda Violin⁷

Resumo: O objetivo deste trabalho foi identificar as disciplinas centradas na “docência/formação” dos programas de mestrado e doutorado em Educação Física no Brasil, bem como discutir sobre a sua natureza/características a partir do modelo bidimensional de Joseph Lowman. Trata-se de uma pesquisa do tipo documental exploratória, que analisou dados obtidos no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Ministério da Educação) e da Plataforma Sucupira. A partir da totalidade de programas de pós-graduação em Educação Física (mestrado e doutorado) existentes no Brasil, foram analisadas as ementas das disciplinas existentes. Os resultados demonstraram desequilíbrio na proporção entre a natureza das disciplinas, em que apenas 7,9% das disciplinas ofertadas são direcionadas para o âmbito da docência/formação.

Palavras-chave: Formação de professores; Docência; Técnicas de ensino.

DISCUSSIONS AND REFLECTIONS ON THE TRAINING DISCIPLINES IN THE GRADUATE PROGRAMS IN PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL

Abstract: The objective of this article was to identify the disciplines centered on the "teaching/training" of the master's and doctoral programs in Physical Education in Brazil, as well as discussing its nature/characteristics from the two-

¹ Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Professor efetivo da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE e Coordenador do Curso de Educação Física (Licenciatura), Campus Marechal Cândido Rondon.

² Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado nível C da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Programa de Pós-Graduação Associado UEM/UEL em Educação Física.

³ Mestre e Doutoranda em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá.

⁴ Mestre e Doutoranda em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Motora Adaptada (GEPAMA) da Faculdade de Educação Física - FEF/UNICAMP/SP.

⁵ Mestre e Doutorando em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá. Membro do Grupo de Estudos em Fisiologia do Exercício Aplicada a Humanos (GEFEAH), da Universidade Estadual de Maringá.

⁶ Graduada e Mestranda em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá.

⁷ Graduado em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá.

ARTIGOS

dimensional model of Joseph Lowman. This is an exploratory documentary research, which analyzed data obtained from the *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - Ministério da Educação)* and the *Plataforma Sucupira*. From the total of postgraduate programs in Physical Education (masters and doctorates) existing in Brazil, the menus of the existing disciplines were analyzed. The results showed an imbalance in the proportion between the nature of the subjects, in which only 7.9% of the subjects offered are directed to the scope of teaching/training.

Keywords: Teacher training; Teaching; Teaching techniques.

Introdução

Nos últimos anos, a pós-graduação no Brasil ganhou maior reconhecimento e prestígio com a formação de pesquisadores e a publicação de pesquisas científicas realizadas nos programas de mestrado e doutorado, nas suas diversas áreas do conhecimento⁸⁻⁹. No entanto, Soares e Cunha¹⁰ ressaltam que ainda são escassas as pesquisas que têm como foco a formação do docente universitário em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

De acordo com os apontamentos de Pimenta e Anastasiou¹¹, o que se observa nas aulas dos cursos de pós-graduação é que, embora os professores possuam grande experiência e conhecimento em suas áreas específicas, ainda apresentam dificuldades ou até mesmo desconhecimentos das técnicas de ensino ou dos aspectos ligados ao contexto didático e metodológico do complexo processo que envolve o ensino e a aprendizagem.

Autores como Marcelo Garcia¹², Tardif¹³ e Soares e Cunha³, atribuem esse problema ao contexto institucional e pessoal. No domínio institucional,

⁸ SANTOS, C. M. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & Sociedade*, v. 24, n. 83, p. 627-641, 2003.

⁹ SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p. 535, 2009.

¹⁰ SOARES, S. R.; CUNHA, M. I. Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade. EDUFBA, 2010.

¹¹ PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. Docência no ensino superior: volume I. São Paulo: Cortez, 2002.

¹² MARCELO GARCIA, C. Formação de Professores: para uma mudança educativa. Portugal: Porto, 1999.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

visto como um conjunto de ações sistemáticas de ordem regulamentada, ocorrem falhas de instrução, monitoramento e avaliação no sistema de controle e assessoramento do professorado, bem como a valorização do produto em relação ao processo ensino-aprendizagem. Já no domínio pessoal é necessária disposição interna para o crescimento profissional, com abertura para a auto-avaliação, a reflexão e a transformação.

No contexto da Educação Física (EF), a realidade não é diferente, verifica-se a ampliação da quantidade de cursos de pós-graduação nessa área, sobretudo nas regiões sudeste e sul do país, vinculadas tanto às instituições públicas quanto as privadas. Da mesma forma, constata-se certa indiferença com os aspectos pedagógicos e didáticos de ensino, bem como com a supervalorização das questões relacionadas à pesquisa^{14,15,16,17,18,19,20}.

¹³ TARDIF, M. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. *Revista Brasileira de Educação*. n.13, p. 5-24, 2000.

¹⁴ VEIGA, I. P. A. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. 19. ed. Campinas: Papirus, 2005.

¹⁵ KOKUBUN, E. Pós-Graduação em Educação Física. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*. São Paulo, v.20, p.31-32, 2006.

¹⁶ MOREIRA, E. C.; TOJAL, J. B. A. G. A formação em Programas de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação Física: preparação docente versus preparação para pesquisa. *Movimento*, v. 15, n. 4, p. 127, 2009.

¹⁷ ROSA, S.; LETA, J. Tendências atuais da pesquisa brasileira em Educação Física. Parte 2: a heterogeneidade epistemológica nos programas de pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, v. 25, n. 1, p. 7-18, 2011.

¹⁸ SÁNCHEZ GAMBOA, S. A. Epistemologia da Educação Física: as inter-relações necessárias. 2. ed. rev. e ampl. Maceió: UFAL, 2010.

¹⁹ TANI, G. Leituras em Educação Física: retratos de uma jornada. São Paulo: Phorte, 2011.

²⁰ PIRES, G. L.; POFFO, B. N. A avaliação da pós-graduação em educação física e suas implicações para os periódicos da área: “publicar ou perecer” vale também para os editores. *Revista de Educação Física / IPA*, v. 1, n. 1, p. 3-21, 2017.

ARTIGOS

A supervalorização da pesquisa justifica-se nos apontamentos de Delgado²¹ para o que ele chama de “capitalismo acadêmico”, isto é, o docente convertido em um captador de recursos e em um gestor de projetos. E assim, a formação docente se distancia de uma formação centrada em questões pedagógicas. De acordo com Alcadipani²², nos cursos de pós-graduação, “o produtivismo acadêmico impera. Viramos gestores de projetos, burocratas de *papers*. A formação vem sendo cada vez mais esquecida, o objetivo é produzir, ainda que sem formação ou conteúdo”.

Tal evidência vem sendo cada vez mais visualizada nesse contexto, devido, sobretudo a competitividade acadêmica acirrada e ao sistema de política que impera no Brasil, estabelecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com um padrão ousado, desafiador e baseado num patamar de padrão internacional de qualidade, que, em muitas vezes desconsidera aspectos relativos às regionalidades, peculiaridades, contextos e outros denominadores específicos e particulares, valorizando “a todo o custo” a produtividade científica.

Nessa mesma lógica, Pires e Poffo¹³ criticam esse modelo, na qual a lógica produtivista do conhecimento como mercadoria é supervalorizada como moeda de troca para a melhoria da avaliação dos programas, o que implica em maiores recursos para a concessão de bolsas, auxílios para a participação de eventos, financiamentos, dentre outros benefícios. O problema disso centra-se na tendenciosidade e unilateralidade dos objetivos dos programas que apostam quase todas as suas fichas na busca incessante por pontos oriundos da pesquisa, de forma a deixar no plano secundário as ações de docência.

Considerando a conjectura posta, por vezes, os professores acabam por entrar nesse jogo na “caça” de pontos em busca de melhorar o seu currículo acadêmico, o que possivelmente interfere de forma desfavorável no processo de ensino nas suas aulas.

²¹ DELGADO, J. O. Neoliberalismo y capitalismo académico. Antigua, Guatemala, v. 1, 2007.

²² ALCADIPANI, R. Resistir ao produtivismo: uma ode à perturbação acadêmica. Cadernos EBAPE.BR, v. 9, n. 4, p. 1174-1178, 2011.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

Apesar dos estudos^{7,8,9,10,11,12,13} apontarem essa acentuada valorização relativa às pesquisas na pós-graduação, não foi constatado na literatura investigações sobre a relação entre de análise e identificação das disciplinas centradas na “docência/formação” e as demais disciplinas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em EF no Brasil.

Com base nessa problemática, o objetivo dessa pesquisa foi identificar as disciplinas com foco na “docência/formação”, dos programas de mestrado e doutorado em EF no Brasil, bem como discutir sobre a sua natureza/características, a partir do modelo bidimensional de Joseph Lowman²³.

O modelo bidimensional elaborado e apresentado por Joseph Lowman, no livro “Dominando as técnicas de ensino”, prescreve que a qualidade do ensino em sala de aula é resultante de duas dimensões: o estímulo intelectual do professor para aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem, bem como o estabelecimento e favorecimento de relações interpessoais com os alunos, no objetivo de motivar o interesse pelos conteúdos ministrados e as atividades desenvolvidas na aula. Ressalta-se que os domínios são independentes, mas se o professor obtiver os dois, certamente facilitará o aprendizado dos alunos¹⁶.

Pesquisas^{24,25,26,27} vêm se apropriando do modelo bidimensional de Joseph Lowman como “pano de fundo” para o embasamento e discussão de

²³ LOWMAN, J. Dominando as técnicas de ensino. São Paulo: Atlas, 2004.

²⁴ BATISTA, M. G. S. L.; BEZERRA, F. M.; BATISTA, E. L. Estímulo intelectual e relações interpessoais no processo de ensino-aprendizagem. CONNEXIO, v. 2, n. 1, p. 127-142, 2012.

²⁵ CATAPAN, A.; COLAUTO, R. D.; SILLAS, E. P. Percepção dos discentes sobre os docentes exemplares de contabilidade em IES públicas e privadas. RIC-Revista de Informação Contábil, v. 6, n. 2, p. 63-82, 2012.

²⁶ ESPÍRITO SANTO, E.; LUZ, L. C. S. Didática no ensino superior: perspectivas e desafios. Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, n. 8, 2013.

ARTIGOS

temas ligados ao processo ensino-aprendizagem, em diversas áreas do conhecimento, destacando-o como referencial teórico eficaz.

Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como documental exploratória. Segundo Martins²⁸ a análise documental busca levantar materiais não editados e que são indispensáveis para o entendimento do fenômeno estudado. Nesse sentido, foram analisadas as ementas das disciplinas e os objetivos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF no Brasil.

O levantamento de dados foi feito primeiramente no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior²⁹, no qual foi identificado os cursos de pós-graduação em EF *stricto sensu* (mestrado e doutorado) reconhecidos no Brasil. Em seguida, guiados por este site, iniciaram-se as buscas na Plataforma Sucupira, a qual apresentou os dados quantitativos de programa por área de avaliação, seguido pela área de conhecimento pretendida. Com os nomes dos programas identificados, as buscas passaram a ser realizadas de forma individual, por meio do sistema *online* de cada instituição, a qual permitiu identificar os objetivos e as disciplinas presentes nos programas. A coleta de dados foi realizada entre os meses de fevereiro e março de 2017.

Buscou-se verificar e analisar os objetivos dos programas de pós-graduação, com as informações apresentadas nos sites institucionais.

Para a seleção das disciplinas dos cursos foram utilizadas as grades curriculares e/ou relação de disciplinas de mestrado e doutorado

²⁷ PADILHA, E. S.; BIAVATTI, V. T. Características do professor universitário sob a ótica dos alunos: estudo no Vale do Itajaí-SC. Anais do XIV Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 2014.

²⁸ MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2006.

²⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 2017. Disponível em <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=21>>. Acesso em: 22 fev. de 2017.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

disponibilizadas no site dos cursos, não havendo separação entre esses cursos. A seleção foi feita por dois pesquisadores independentes, por meio de identificação do nome das disciplinas, sendo que em alguns momentos fez-se necessário a leitura da ementa integral para a sua classificação.

Foram incluídas as disciplinas consideradas de Formação, sendo estas relacionadas à: Educação Física Escolar; Metodologia do Ensino Superior; Didática - Processo Ensino-aprendizagem; Métodos e Técnicas de ensino; Estágio de Docência e Formação Profissional. Foram excluídas desta pesquisa disciplinas referentes a cursos de mestrado profissional e disciplinas de cursos afins que não especificamente da EF. Também não foram incluídas disciplinas referentes à tese, dissertação e publicações em geral.

Os dados foram apresentados por meio de estatística descritiva (média e percentual) e a utilização de gráficos para melhor visualização dos resultados.

Resultados

Inicialmente foi encontrado um total de 37 programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF. Após análise, utilizando os critérios de exclusão foram suprimidos dez programas, sendo: dois de cursos em áreas afins não específicos da EF (Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia); quatro cursos de Mestrado Profissional; e quatro por não disponibilizarem as informações no site institucional. Ao final, foram analisados 27 programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF.

A figura 1 apresenta a distribuição da caracterização dos objetivos apresentados nos programas de pós-graduação. Essa observação mostrou que

ARTIGOS

a maioria dos programas analisados apresentam como objetivos principais tanto o fomento da pesquisa quanto a formação profissional.

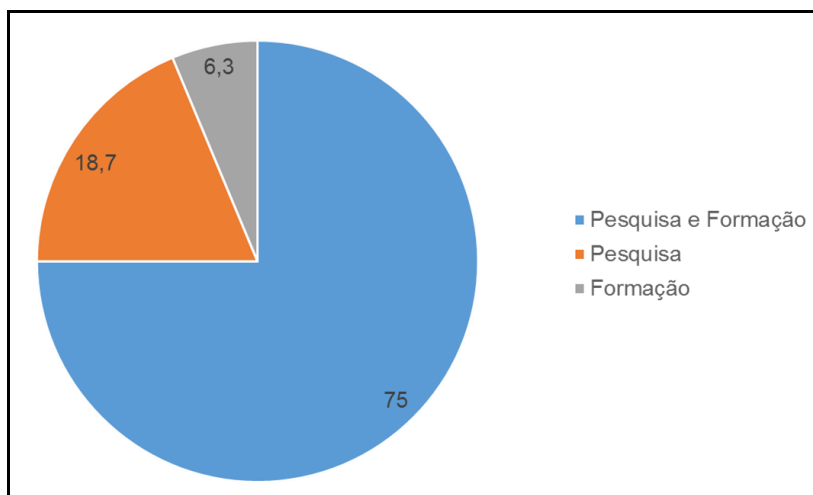


Figura 1. Representação da caracterização dos objetivos dos programas de pós-graduação em EF.

Fonte: os autores.

A média da totalidade de disciplinas ofertadas nos cursos foi de 30.25 ($\pm 12,03$) por programa, entre as obrigatórias e optativas. Dessas disciplinas apenas 2,59 ($\pm 1,62$) correspondiam a disciplinas de formação, sendo uma representatividade de 7,9% do total de disciplinas ofertadas (Figura 2).

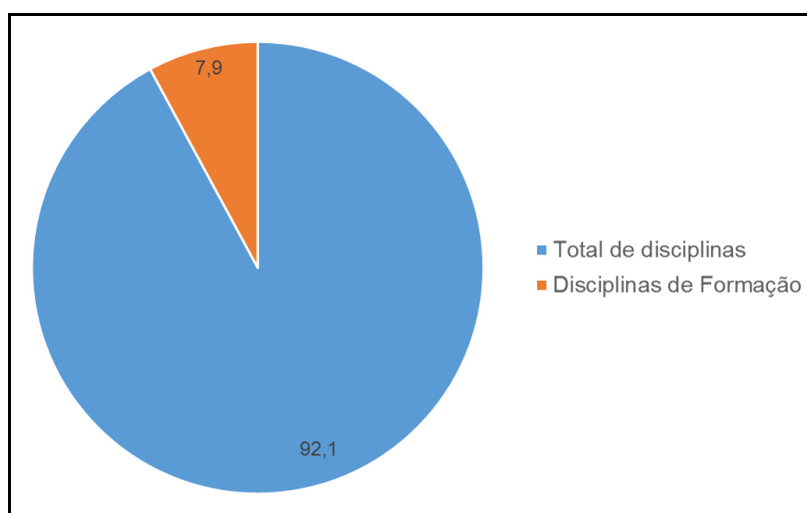


Figura 2. Distribuição das disciplinas nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em EF no Brasil.

Fonte: os autores.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

A análise isolada das instituições demonstra a disparidade entre as disciplinas de característica/natureza formação com as demais disciplinas ofertadas nos programas de pós-graduação no Brasil. Essa situação fica ainda mais preocupante, tendo em vista que boa parte das disciplinas relacionadas à formação é optativa, ou mais grave ainda, em alguns programas as disciplinas com essa característica não existem.

Também foi possível visualizar (Figura 3), de forma específica, por curso de pós-graduação em EF, o panorama da comparação das disciplinas de característica/natureza formativa com as demais disciplinas.

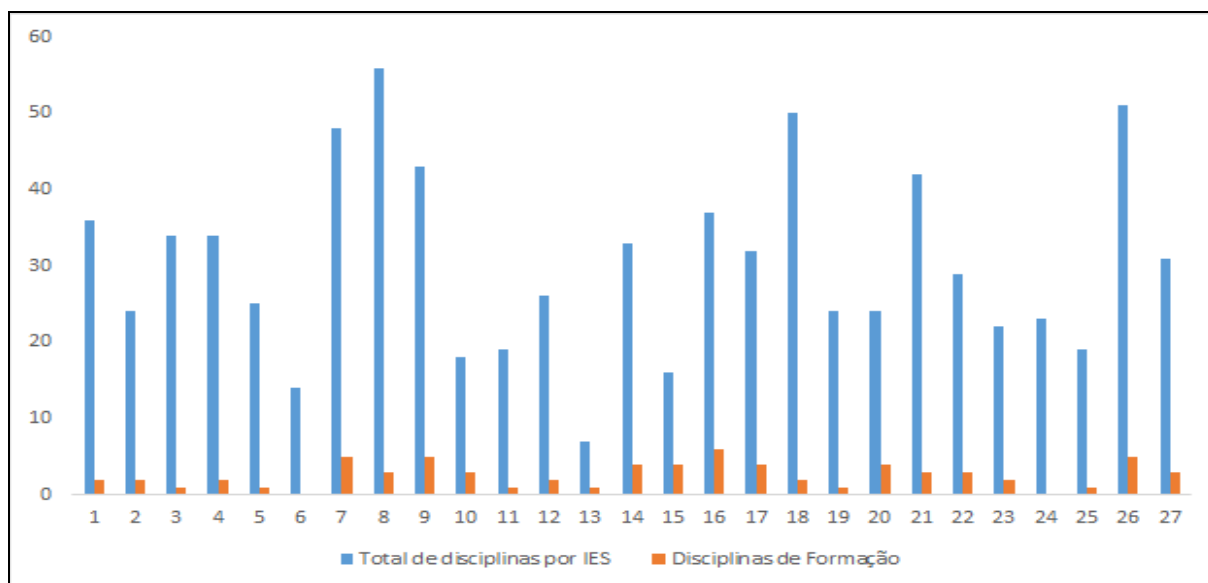


Figura 3. Total de disciplinas ofertadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF no Brasil em comparação as disciplinas de formação.

Fonte: os autores.

Discussão

Desde 1965 quando foi publicado o parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação, conhecido como Parecer Sucupira, que representou a inauguração da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, muitas mudanças têm ocorrido em torno dos programas de pós-graduação, como a instalação e regulamentação de diversos cursos e programas que contribuíssem para a construção de uma cultura acadêmica consolidada. Para, além disso, destaca-se o crescimento das diferentes áreas e de suas linhas de pesquisas com interesses distintos³⁰.

Apesar das diversas áreas e características dos programas e seus cursos, os principais objetivos da pós-graduação *stricto sensu* estão relacionados à formação de professores universitários que tenham a capacidade de realizar três funções primordiais: o ensino (docência), a pesquisa e a administração em diversos setores da instituição. Além disso, o docente universitário realiza outras funções, como a orientação acadêmica de monografias, dissertações e teses, o que torna mais complexo o seu exercício profissional. Sendo assim, a principal função da pós-graduação é a de capacitar recursos humanos qualificados na produção de conhecimentos relevantes e inovadores para o desenvolvimento de determinada área e para a docência no Ensino Superior³¹.

Estreitando o olhar para a pós-graduação nos cursos de EF no Brasil, pode-se também verificar essa notável evolução de ordem, sobretudo quantitativa, pelo aumento considerável na quantidade de programas abertos e ampliados nos últimos anos, mas também qualitativamente, com a utilização de um rigoroso sistema de avaliação dos programas pela Capes, que é o órgão responsável pelo reconhecimento e a avaliação de cursos de pós-graduação

³⁰ RAMALHO, B. L. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil: produção do conhecimento, poderes e práticas. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 31, p. 183-185, 2006.

³¹ ZABALZA, M. A. O ensino universitário: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

stricto-sensu no Brasil. Em sua avaliação estabelece conceitos, que variam de 3 a 7, e se baseiam, principalmente, na produtividade do programa^{13,32}.

Na última década foi possível visualizar um crescimento significativo na quantidade de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em EF no Brasil. A título de conhecimento, para evidenciar tal expansão, em 2006 haviam 24 cursos de mestrado e doutorado reconhecidos pela Capes e em 2017 são 57 cursos que fazem parte de 36 programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF, conforme dados do Ministério da Educação – Capes²².

Nesse sentido, Tani¹² afirma que a pós-graduação, embora tenha os seus problemas, é um dos segmentos mais bem-sucedidos do sistema educacional brasileiro, o que lhe atribui um ascendente *status* e inquestionável produto de relevância social.

Apesar da expansão do número de cursos pós-graduação em EF no Brasil e do seu rigoroso processo avaliativo, percebe-se valorização exacerbada aos domínios da produção científica, na qual, por vezes, a pesquisa se sobrepõe de forma acentuada sobre o ensino, resultando em fragilidade destes programas em relação à capacidade de aproximação do campo de produção científico com o de formação docente para o ensino³³.

Nesse sentido, visualiza-se crescente busca pelo aumento do número de produções científicas no país, o que naturalmente, é uma consequência da

³² QUADROS, H.; AFONSO, M.; RIBEIRO, J. O Cenário da Pós-Graduação em Educação Física: Contextos e possibilidades na região sul do Brasil. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 18, n. 5, p. 576, 2013.

³³ CARLAN, P.; DOMINGUES, S. C.; KUNZ, E. Didática da educação física brasileira: uma compreensão da produção científica. Pensar a Prática, v. 12, n. 3, 2009.

ARTIGOS

expansão quantitativa dos cursos de pós-graduação. Entretanto, Sguissardi³⁴ e Pires e Poffo¹³ apontam que esta forma de organização do meio acadêmico afeta primordialmente os docentes que atuam na pós-graduação *stricto sensu*, que são constantemente cobrados, gerando um caráter produtivista do Ensino Superior.

Luz³⁵ revela que o produtivismo acadêmico pode ser entendido como:

O *quantum* de produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida num espaço de tempo específico, crescente de acordo com a qualificação acadêmica (titulação) do professor/pesquisador. Esse quantum básico é necessário para conservar os pesquisadores na sua posição estatutária em seu campo científico.

Nessa lógica, Pires e Poffo¹³ afirmam que “o produtivismo acadêmico é, por assim dizer, um mal necessário, mesmo que, para o seu alcance, o conhecimento científico precise subjugar-se à lógica da mercadoria, na perspectiva marxiana ou como uma pulsão de morte”.

A ênfase na produtividade acadêmica afeta o desenvolvimento de formação do docente universitário, direcionando-o de forma direta ou indireta para a pesquisa. Tal direcionamento acaba por produzir o efeito preocupante no processo de ensino na pós-graduação, em que os domínios científicos são soberanos, e os de ordem pedagógica ficam em segundo plano, ou até mesmo são desconsiderados³⁶. De acordo com Veiga³⁷ é preciso dominar conhecimentos no âmbito pedagógico e transcender essa visão voltada sobretudo à pesquisa, em muitas vezes, com foco unilateral, tendencioso e interesseiro.

³⁴ SGUISSARDI, V. Pós-graduação em Educação no Brasil - Conformismo, neoprofissionalismo, heteronomia e competitividade. In: MANCEBO, D; SILVA JR, J. dos R; OLIVEIRA, J. F. de. (Org.). Reformas e Políticas: Educação Superior e Pós-Graduação no Brasil. Campinas: Alínea, 2008, p. 137-165.

³⁵ LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

³⁶ MOROSINI, M. C (org); ISAIA, S. M. A; ARIZA, R. P; TOSCANO, J. M; CUNHA, M. I; LEITE, D. FRANCO, M. E. D. P; GRILLO, M. C. Professor do ensino superior: identidade, docência e formação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília, 2000.

³⁷ VEIGA, I. P. A. Docência universitária na educação superior. Docência na Educação Superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

A ideia com esse estudo não é apenas criticar o modelo que se apresenta, ao contrário, é considerar a relevância científica necessária ao contexto da pós-graduação, mas também ampliar e favorecer o processo de formação para o ensino e a aprendizagem, uma vez que a formação inicial, sozinha, não dá conta dessa exigência profissional. Afinal, essa é uma deficiência geral do profissional da área, uma vez que enfrenta dificuldades didático-pedagógicas também na Educação Básica. Para isso, nessa pesquisa optou-se por apresentar possibilidades de aplicação pedagógica a partir do modelo bidimensional de Joseph Lowman como forma de contribuição para a área. Para o autor, este modelo apresenta a qualidade do ensino como resultado da habilidade de criação de um estímulo intelectual e de um relacionamento interpessoal¹⁶.

Na pesquisa de Catapan, Colauto e Silas¹⁸ foi utilizada a proposta de Lowman para a análise, e constataram como atributos mais frequentes a preparação, a clareza e a organização no domínio intelectual e o respeito e interesse no domínio interpessoal.

Batista, Bezerra e Batista¹⁷ em um estudo de revisão sobre a metodologia de ensino de Lowman destacam a importância do docente ensinar seus alunos estimulando-os intelectualmente e possuir postura flexível para facilitar o seu relacionamento com o aluno.

Lowman¹⁶ afirma que, para o ensino, um sólido domínio da matéria é necessário, mas também a dinamicidade, o entusiasmo e a interação entre professor e aluno. Ainda ressalta que é requerido do professor “a competência de se comunicar bem com os estudantes, em grandes ou pequenos grupos, em

ARTIGOS

situações formais ou informais, e relacionar-se com eles como pessoas, de maneira que eles se sintam como positivas e motivadoras”.

Na mesma direção, Lowman¹⁶ enfatiza que os professores são os responsáveis por trabalhar os conteúdos das aulas, estabelecendo conexões de forma que faça sentido para os alunos. Para o autor, a capacidade de estimular emoções fortes entre os estudantes é o que diferencia o professor competente dos professores excelentes. Além disso, ressalta que cabe a esse professor a tarefa de pesquisar e manter-se atualizado frente as novas e dinâmicas demandas do ensino e da pesquisa.

Considerando a relevância e os objetivos propostos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados acadêmicos e doutorados) que se destinam, sobretudo, a formação de professores competentes para atender a demanda da Educação Básica e do Ensino Superior e ao estímulo e desenvolvimento da pesquisa científica³⁸. Constatou-se nos documentos analisados (na teoria) que 75% dos programas enfatizam e valorizam em seus objetivos, tanto a formação docente quanto a produção científica.

No entanto, na análise das disciplinas oferecidas (na prática) nota-se que apenas 7,9% das disciplinas dos cursos de mestrado e doutorado em EF no Brasil apresentam característica/natureza formativa. Além disso, não foi constatada a obrigatoriedade de ter disciplinas formativas ou um percentual mínimo de disciplinas com essa característica nos programas de pós-graduação, ou seja, os programas apresentam autonomia de escolha e seleção das disciplinas que compõem o currículo. Dessa forma, o que se visualizou foi a predominância de disciplinas voltadas a pesquisa e/ou assuntos específicos das áreas de conhecimento, fato que pode estar relacionado à necessidade de produtividade, fazendo com que as disciplinas de cunho pedagógico se apresentem nos currículos em menor proporção.

Nos resultados específicos, também ficou notória, em todos os cursos de pós-graduação em EF, a carência de disciplinas voltadas para a

³⁸ BRASIL. Ministério da Educação. Site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 2017. Disponível em <http://www.capes.gov.br/>. Acesso em: 05 fev. de 2017.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

formação/docência, com proporção discrepante na comparação da natureza das disciplinas, além disso, constatou-se que dois cursos (6 e 24) nem sequer oferecem disciplina de natureza formativa.

Os resultados aqui apresentados vão ao encontro da pesquisa de Sánchez Gamboa¹¹, na qual ressaltou que nos programas de pós-graduação em EF a formação é centralizada em disciplinas direcionadas a pesquisa, como: “Métodos e técnicas de pesquisa”, “Pesquisa educacional” e “Seminários de pesquisa”, indicando ênfase nos elementos técnicos e formais e carência de conteúdos voltados aos fundamentos teóricos, pedagógicos e epistemológicos.

Provável consequência disso é a possibilidade da formação de professores mestres e doutores em EF, que apesar da titulação e dos domínios específicos de sua área de atuação e/ou linha de pesquisa, apresentam carência nos aspectos didáticos, metodológicos e estratégicos do ensino.

Uma possível resposta para isso pode ser encontrada nas reflexões de Tani¹² ao considerar a falta de identidade acadêmica da área e a existência de ampla heterogeneidade na base epistemológica dos programas de pós-graduação em EF, o que certamente implica em incertezas, inseguranças e caminhos inadequados na formação dos professores, profissionais e pesquisadores da área. O autor aponta para a necessidade urgente de um trabalho conjunto no sentido de apresentar uma decisão clara, objetiva e identitária para toda a comunidade científica da área.

Apesar dessa falta de identidade, o fato é de que a busca para o acúmulo do capital científico, sobretudo pelo maior reconhecimento no meio acadêmico científico faz com que os esforços, a dedicação e a ênfase fiquem atrelados à

ARTIGOS

produção de conhecimento, em muitas vezes, a qualquer custo, desrespeitando os princípios éticos que envolvem a pesquisa³⁹.

Considerando tal problemática e os resultados apresentados nessa investigação referente ao baixo percentual de disciplinas formativas nos cursos de pós-graduação, uma das presunções é de que os professores formam a sua identidade docente por meio de suas próprias experiências e vivências, por modelo de professores antigos e, às vezes, por meio de *feedback* dos estudantes³.

No contexto específico da EF, Neto, Benites e Silva⁴⁰ ressaltaram que os professores mais experientes, mesmo quando eficazes, não se organizam de forma consciente, ou seja, as ações pedagógicas não são fundamentadas. Os autores complementam dizendo que outros estudos referentes a essa temática caminham na mesma direção e alertam para a necessidade de programas institucionais de formação continuada dos professores do Ensino Superior, sobretudo nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Ao encontro desta ideia, Tardif⁶ aponta que uma parcela considerável de conhecimentos dos professores sobre o ensino e sobre como ensinar provém de sua própria história de vida e em maior parte, de sua história de vida escolar, utilizando-se do usual método de tentativa e erro. Nessa perspectiva podemos indicar que muitas turmas desses futuros profissionais sofrerão até que o mesmo se qualifique e tenha suporte pedagógico suficiente para o ensino de qualidade, se é que isso irá ocorrer.

Desse modo, torna-se relevante não só a continuidade da formação docente que vem carregada de valores construídos durante sua formação, mas também, a importância de o professor conceber o aluno como ser ativo, que formula ideias, desenvolve conceitos e resolve problemas de vida prática por meio da sua identidade mental, fazendo com que ocorra a construção do seu

³⁹ MARCHLEWSKI, C.; SILVA, P. M.; SORIANO, J. B. A influência do sistema de avaliação Qualis na produção de conhecimento científico: algumas reflexões sobre a Educação Física. Motriz, v. 17, n. 1, p. 104-116, 2011.

⁴⁰ NETO, S. S.; BENITES, L. C.; GOMES DA SILVA, M. F. Da escola de ofício a profissão educação física: a constituição do habitus profissional de professor. Motriz: Revista de Educação Física, p. 1033-1044, 2010.

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

próprio conhecimento e, por consequência, a transformação pedagógica de sua prática. Isto é, deixa de ser uma relação unilateral e favorece a relação professor-aluno com foco no diálogo⁴¹.

Nessa direção, Moreira e Tojal⁹ realizaram uma pesquisa que discutiu a preparação docente e a preparação para a pesquisa em programas de pós-graduação *stricto sensu* em EF, na qual enfatizaram que “não bastam apenas conhecimentos específicos, mas saberes pedagógicos, didáticos, que facilitam ao docente uma adaptação às necessidades pedagógicas de seus alunos, respeito aos limites e tempos de aprendizagem de cada um”.

Tal constatação vai ao encontro da premissa exposta por Lowman¹⁶, ao afirmar que o processo ensino-aprendizagem é favorecido quando há estímulo intelectual e relacionamento interpessoal propício. A criação do estímulo intelectual refere-se a dois componentes, a clareza da apresentação (o que se apresenta) do professor e a questão emocional estimulante (modo como o material é apresentado) para o estudante. Já o relacionamento interpessoal refere-se à consciência do professor com relação à variedade de reações emocionais dos alunos e de sua habilidade em comunicar-se de forma a motivar, proporcionar prazer e aprendizado autônomo aos alunos. Essas dimensões são independentes, o que pode levar ao ensino efetivo em alguns alunos e em determinadas classes, com o domínio de uma delas. No entanto, caso o professor domine as duas,

[...] tem grande probabilidade de ser excepcional em atingir uma variedade de metas para todos os estudantes em qualquer ambiente. Professores capazes de promover cada um desses estados desejados impulsionam o aprendizado de seus

⁴¹ HAYDT, R. C. Curso de didática geral. São Paulo: Ática, 2006.

ARTIGOS

estudantes, aumentando o nível de interesse dos estudantes pela matéria, e o esforço que despenderão para dominá-la¹⁶.

Destaca-se que existe a necessidade do equilíbrio no oferecimento das oportunidades, para que novos docentes de nível superior possam fazer escolhas, tomar decisões e atuar de maneira mais eficaz. O professor deve utilizar diversas opções metodológicas para organizar a comunicação com os alunos e ter a capacidade de interagir com eles no desenvolvimento das atividades acadêmicas a serem desenvolvidas, com isso Lowman¹⁶ sugere os seguintes itens para que ocorra uma aula de qualidade:

1. Ajustar a matéria que você apresenta ao tempo disponível;
2. Buscar formas concisas de apresentar e ilustrar o conteúdo. Expressar os conceitos de forma mais simples possível e definir os termos técnicos que utilizar;
3. Começar cada curso e cada aula despertando o interesse dos alunos;
4. Seguir um esquema preparado, mas incluindo material improvisado ou ilustrações;
5. Quebrar a monotonia das aulas variando seus métodos de apresentação;
6. Usar uma ampla gama de vozes, expressões faciais, gestos e movimentos físicos;
7. Dar, regularmente, oportunidade para que os estudantes possam respirar e questionar;
8. Terminar cada aula com uma conclusão que vincule o que aconteceu no dia com o que será abordado na aula seguinte;
9. Ser guiado por seus estudantes durante a aula. Observar continuamente suas reações, reconhecendo e modificando sua abordagem, quando indicado;
10. Lembrar em seus relacionamentos com os estudantes que todos são pessoas, em primeiro lugar, e estudantes e professor em segundo.

Existem poucos cursos, capacitações, oficinas e disciplinas para professores universitários aperfeiçoarem suas práticas pedagógicas. Lowman¹⁶ salienta que é importante oferecer aos estudantes de pós-graduação uma

Discussões e reflexões sobre as disciplinas formativas nos programas de pós-graduação em educação física no Brasil

Arestides Pereira da Silva Júnior
Amauri Aparecido Bássoli de Oliveira
Dayane Cristina de Souza
Fábia Freire da Silva
Francisco de Assis Manoel
Bruna Solera
Douglas Yuji Takeda Violin

prática que envolve tanto treinamento formal quanto ensino supervisionado, conduzindo mais ao bom ensino do que a prática tradicional de deixar os professores novatos à vontade com os estudantes da graduação.

Lowman¹⁶ sustenta a necessidade dos novos professores observarem e aprenderem a criticar seus próprios desempenhos, para isso podemos citar a gravação de vídeo da aula aplicada, estimulando os professores a melhorar seu desempenho em sala de aula. Atualmente a utilização de celulares, notebooks e outros equipamentos de informática, bem como o uso da *internet* poderão ser utilizados como importantes recursos eficazes na avaliação e no aprimoramento de sua prática pedagógica.

Por fim, reitera-se e acredita-se que o modelo bidimensional proposto por Lowman (estímulo intelectual e relacionamentos interpessoais) poderá ser um referencial adequado e coerente no processo ensino-aprendizagem, de forma a estimular professores e alunos nesse complexo, dinâmico e controverso encadeamento educacional da pós-graduação, sobretudo na EF, uma área em consolidação.

Considerações finais

Com o objetivo de verificar a proporção de disciplinas pedagógicas presentes nas ementas de programas de pós-graduação mestrado e doutorado em EF no Brasil, foi comprovada a supervalorização das disciplinas voltadas a pesquisa e conhecimentos específicos (92,1%) quando comparada com as pedagógicas (7,9%). Fato este, que pode influenciar na prática docente, comprometendo o ensino universitário exemplar.

Observou-se também que apenas o conhecimento e a titulação são insuficientes para o sucesso universitário, frente a isso, para auxiliar a elucidar esta lacuna na formação docente, foi apresentado por meio de Lowman o modelo bidimensional do ensino universitário efetivo, técnicas de ensino práticas que mostram aos professores formas e métodos para alcançar o ensino aprendizagem efetivo.

O modelo bidimensional, proposto por Joseph Lowman, indica que a qualidade do ensino resulta da habilidade do professor em criar tanto um estímulo intelectual quanto de fomentar os relacionamentos interpessoais, aumentando a motivação, o prazer e o aprendizado autônomo.

Assim sugere-se o acréscimo de disciplinas de caráter pedagógico e/ ou obrigatoriedade das mesmas, para auxiliar na formação de novos professores além da adoção de algumas técnicas sugeridas por Lowman para que se tenham aulas de qualidade e um ensino universitário exemplar.

Recebido em: 20/05/2017
Aprovado em: 01/10/2017

OS REGIMES ALIMENTARES MUNDIAIS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA, OS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO DE 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza¹

Paulo Henrique de Oliveira²

Resumo: A abordagem dos regimes alimentares mundiais nos permite perceber como os mesmos interferem na produção agrícola, neste caso, mais especificamente no Brasil. O avanço e/ou retrocesso das culturas agrícolas pode ser percebido em concomitância a emergência e queda dos regimes alimentares, impostos por países industrializados. Desta forma, a produção agrícola acaba por ser controlada pela necessidade das corporações agroalimentares mundiais por matérias primas específicas, por exemplo, o mais recente e sua estreita relação com as commodities agrícolas.

Palavras-Chave: Regimes Alimentares mundiais. Produção Agrícola Brasileira. Censo Agropecuário.

THE WORLD FOOD REGIMES AND THE BRAZILIAN AGRICULTURAL PRODUCTION, THE DATA OF THE AGRICULTURAL CENSUS OF 1920 TO 2006

Abstract: The approach to world food regimes allows us to understand how they interfere in agricultural production, in this case, more specifically in Brazil. The advance and / or regression of agricultural crops can be perceived in concomitance with the emergence and fall of food regimes imposed by industrialized countries. In this way, agricultural production is ultimately controlled by the need of the world agri-food corporations for specific raw materials, for example the most recent and its close relationship with agricultural commodities.

Key Words: World Food Regimes. Brazilian Agricultural Production. Agricultural Census.

¹ Graduada em Agronomia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

² Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Pato Branco.

1. Introdução

As discussões a cerca dos alimentos estão intrínsecas na construção da sociedade em que estamos inseridos, bem como, ditará o destino das futuras. Os processos de construção e consolidação dos sistemas agroalimentares no mundo geraram consequências tanto no que diz respeito à mudança de hábitos alimentares da população, quanto na produção agrícola. A alimentação nos permite ter uma boa visão no que diz respeito à economia e a política mundiais, devido a sua importância para a acumulação do capital, para o sustento e para a comunidade.³

A agricultura foi direcionada à monocultura a partir da Revolução Verde e foi ao encontro com a necessidade da agroindustrialização e exportação de matéria prima, requeridas pelas grandes corporações do setor agroalimentar na era da globalização. Através da introdução de pacotes tecnológicos e introdução de variedades de alto rendimento, a produção agrícola foi modificada, a agricultura de subsistência, as sementes tradicionais e crioulas e a policultura foram drasticamente reprimidas, seja pelo avanço dos grandes latifundiários sob os pequenos e descapitalizados agricultores que não conseguiram acompanhar os avanços da agricultura, seja pelos próprios pequenos agricultores que aderiram à monocultura e aos pacotes tecnológicos.

A produção de soja e o milho ganha destaque na discussão sobre o moderno sistema agroalimentar brasileiro, ambas as commodities são matéria prima para os alimentos processados e/ou compõe a base da alimentação dos animais, principalmente do setor da avicultura industrial, da suinocultura e da pecuária. Desta forma, o mercado dita as regras de produção agrícola e estas duas culturas se estabelecem como o principal destino das áreas de cultivo de lavoura temporária no país, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

³ FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, pp. 01-21, 2000.

A transição agrícola da diversificação para a monocultura acompanhou o processo da construção de um novo sistema agroalimentar, baseado em alimentos processados e padronizados, carnes advindas de sistemas intensivos de produção e redução da diversidade de alimentos à mesa da população brasileira. Os efeitos resultantes dos novos hábitos alimentares dos brasileiros e resultantes da introdução deste novo sistema agroalimentar, são facilmente detectados, por exemplo, no aumento da obesidade e na dieta pobre em nutrientes. O fast-food converte-se rotineiramente nas principais refeições, seja pelo preço acessível ou pelo ritmo acelerado em que a vida moderna nos impõe.

Por conseguinte o presente artigo busca fazer uma revisão da literatura a cerca dos regimes alimentares mundiais e sua influência tanto na produção agrícola mundial como na alimentação, em outro momento procura-se explorar através dos dados das séries históricas do Censo Agropecuário (IBGE), a mudança no cenário agrícola ao longo dos anos em que o mesmo foi realizado (1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006) e relacionar as transformações na produção agrícola de acordo com o regime alimentar implementado em questão.

2. Os regimes alimentares mundiais

Regimes internacionais são analisados e interpretados na literatura por diferentes pontos de vistas e grau de importância, o conceito chave internalizado na presente visão sobre o tema afirma, por conseguinte, que:

Os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores. Como um ponto de partida, os regimes têm sido conceituados como variáveis

ARTIGOS

intervenientes entre os fatores causais básicos, de um lado, e resultados e comportamentos, de outro.⁴

Direcionando esse conceito mais amplo para regimes alimentares, assume-se que regimes alimentares surgiram para explicar o papel estratégico do setor agroalimentar e são estruturas governadas por regras que ditam as relações internacionais de produção e consumo de alimentos, sendo que as transformações referentes ao seu funcionamento são relacionadas com a reprodução de formas de acumulação e por fim, ocorrem em períodos distintos do capitalismo.⁵

Outro aspecto que necessita ser abordado diz respeito a como os regimes internacionais emergem, moldam-se ao passo que modificam a economia e a sociedade e sucumbem. Um regime se modifica internamente quando ocorrem alterações de regras e procedimentos de tomada de decisões; enquanto que a mudança de regime ocorre quando há alteração nas normas e princípios no mesmo; e por fim, o enfraquecimento de um regime diz respeito a dois motivos, o primeiro a uma incoerência entre os componentes e o segundo a uma inconsistência entre o regime e o comportamento correspondente dos membros.⁶

Ao passo que a discussão avança perceberemos como a agricultura e a produção de alimentos se molda ao regime em que está inserido, veremos como a interferência do Estado e das relações internacionais afetam o cotidiano e a qualidade de vida das sociedades, mas também como grandes catástrofes ambientais podem sucumbir um regime e afetar a produção agrícola a um nível de interferência na economia mundial. A produção

⁴ KRASNER, Stephen D. Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International organization*, v. 36, n. 02, p. 185-205, 1982. Tradução de Dalton Guimarães, Feliciano Guimarães e Gustavo Biscaia de Lacerda *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 20, n. 42, pp. 93-110, jun. 2012.

⁵ AGLIETTA, Michel. *A theory of capitalist regulation: The US experience*. Verso, 2000; FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989; FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. *New left review*, n. 197, p. 29, 1993; McMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, pp. 139-169, 2009.

⁶ KRASNER, op. cit.

agroalimentar como foco principal na análise sobre regimes internacionais busca uma percepção histórica entre economia-sociedade-natureza. Vários estudiosos unem esforços na tentativa de interpretar e analisar os processos envolvidos na construção, consolidação e transição dos regimes alimentares mundiais. A discussão proposta a seguir, fundamenta-se na interpretação de alguns autores essenciais na literatura sobre o tema, no que diz respeito ao primeiro, segundo e um possível terceiro regime alimentar mundial.

O primeiro regime alimentar “colono-colonial”⁷ ou “diaspórico-colonial”⁸, abrange o período de 1870 a 1914, o segundo regime “fordista”⁹ ou “mercantil-industrial”¹⁰ compõe o período de 1947 a 1973, e por fim um terceiro regime, que abrangeria o final da década de 1980 até possivelmente o momento da globalização, os analistas do regime alimentar demoraram menos de 40 anos para concordar com o começo de um novo período experimental e contestatório, porém, ainda não existe um consenso se esse período já teria terminado ou se este pode ser problematizado como um novo regime alimentar¹¹. No que se refere à cronologia dos regimes alimentares, a história

⁷ FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. In: Panitch, Leo; Leys, Colin (ed.), *The Socialist Register 2005*. London: Merlin Press, 2004.

⁸ FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

⁹ FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, pp. 01-21, 2000.

¹⁰ FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

¹¹ BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 267-279, 2009; FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005; FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 335-344, 2009; MCMICHAEL, Philip. Global development and the corporate food regime. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 265, 2005; PLOEG, van der J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS. 2008; WILKINSON, John. Network theories and political economy: from attrition to convergence?. *Research in Rural Sociology and Development*, v. 12, p. 11, 2005.

ARTIGOS

sugere uma perspectiva de tempo entre ciclos de 25 a 40 anos até o momento.

12

O primeiro regime alimentar esteve centralizado nas importações de trigo e carne pela Europa, dos estados coloniais, sendo que, estas relações entre a Europa e estados coloniais se diferem da negociação dos monopólios do sistema colonial europeu. Esse regime adquire dois movimentos simultâneos e contraditórios, o primeiro deles seria o culminar do colonialismo, onde, este foi completamente envolvido com as rivalidades nacionais do segundo movimento mais recente para um internacional “Sistema-Estado”, sendo que, contraditoriamente a culminação do princípio colonial foi a primeira expressão dos conflitos do sistema internacional; o segundo movimento seria o crescimento do sistema Estado-nação, onde, o antigo sistema tradicional de trocas entre bens metropolitanos manufaturados e produtos tropicais, deram lugar a um novo comércio de produtos competitivos da agricultura temperada e manufaturados, desta forma, surge uma verdadeira divisão internacional do trabalho onde Estados-nação independentes e ex-colônias replicavam a produção agrícola e industrial europeia com um custo-benefício maior e adequado para suprir a escala crescente das classes trabalhadoras europeias¹³.

O mercado mundial de trigo surgido nas décadas posteriores a 1870, realmente não era meta de ninguém. No entanto, as grandes transferências de trigo tornou possível a realização do que os atores realmente queriam fazer, os capitalistas queriam construir ferrovias, membros da diáspora europeia queriam empurrar para trás as fronteiras contra os povos indígenas e construir Estados para rivalizar (e complementar) com os da Europa, enquanto os pobres e politicamente reprimidos da Europa queriam encontrar uma vida melhor nas colônias europeias.¹⁴

¹² FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 335-344, 2009.

¹³ FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

¹⁴ FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

O núcleo do primeiro regime alimentar foi constituído no capitalismo industrial e é composto pelas importações europeias de trigo e carne dos estados coloniais e as exportações de capitais e trabalho para organizar a produção. A reconstituição da economia mundial para uma economia internacional alterou em forma e conteúdo a divisão colonial do trabalho, antecipando assim o seu declínio. A produção colonial feita por produtores experientes passaram a concorrer com produtos produzidos em grande escala por trabalho assalariado, ocorrendo assim à substituição de produtos locais por produtos exportados de outras regiões. As matérias-primas agora fluem entre as nações, dentro de um mesmo sistema unificado e de um mercado com preço regulamentado, desta forma indústria e agricultura poderiam ter seus produtos reproduzidos nas principais economias nacionais.¹⁵

Nesse período ainda, sob a lógica dos mesmos autores, ocorreram transformações na forma de organização da agricultura e da sua relação com o mercado, o setor agrícola migrou para um setor economicamente capitalista e cada vez mais dependente de insumos químicos externos para produzir, onde antes era regulado pelas entradas cíclicas de nutrientes geradas num sistema de rotação de culturas tradicional. A relação entre a agricultura e o mercado levou ao crescimento industrial e investimentos em transportes com a finalidade de abrir novos territórios. A complementaridade entre os setores comerciais da indústria e da agricultura, originados no comércio internacional e da qual dependem, foram, paradoxalmente internalizados numa organizada economia nacional, a ideia do agroindustrial aparece pela primeira vez no meio do primeiro regime alimentar, com a sua integração internacional sem precedentes de insumos e mercado de alimentos.

O regime alimentar “*diaspórico-colonial*” tem seu fim sob a ótica de dois grandes eventos, a Grande depressão mundial e o evento ambiental “Dust

¹⁵FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

ARTIGOS

Bowl”. O colapso na década de 1930 deste regime ocorreu após duas gerações apenas do surgimento do mercado do trigo¹⁶. Ambos os eventos geraram consequências a nível mundial no período compreendido entre os anos de 1914 e 1947, afetando a organização econômica de muitos países e ditando um período de transição descrito como experimental e caótico¹⁷. Já a partir deste momento podemos perceber quão contraditoriamente grandiosas e frágeis são as relações que tecem os regimes alimentares.

A Grande Depressão, ocorrida na década de 1920 e findada apenas anos depois com o início da Segunda Guerra mundial, foi um dos eventos responsáveis pelo colapso do primeiro regime, foi ampla, profunda e longa, de certa forma o sistema econômico mundial era instável, porém, quando cada país voltou-se para proteger seu interesse privado, o interesse público mundial sucumbiu, juntamente com os interesses privados de todos. Alguns dos fatores econômicos, políticos e sociais que culminaram na Grande Depressão são: (1) o impacto econômico da Grande Guerra; (2) o deslocamento geopolítico econômico causado pela guerra, particularmente no Sul da Europa Central e Oriental; (3) o colapso do padrão-ouro; (4) os desequilíbrios financeiros globais e as reparações de guerra alemãs; (5) o estoque de US no mercado e a queda da bolsa em 1929; (6) falta de uma liderança financeira mundial e a aplicação de políticas econômicas equivocadas. Sendo assim, o impacto dessa crise econômica mundial serviu como critério para analisar as crises econômicas resultantes desde então.¹⁸

O “Dust Bowl”, por sua vez foi um evento corrido na década de 1930, onde numerosas tempestades de areia ocorreram no sul, nas grandes planícies e afetaram quase dois terços dos EUA, partes do México e Canadá, essas tempestades varriam o solo de tal forma que em 1940 muitas áreas planas

¹⁶FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, pp. 227, 2005.

¹⁷FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 335-344, 2009.

¹⁸ALBERS, Thilo; UEBELE, Martin. *The global impact of the great depression*. The London School of Economics and Political Science, London, UK. . p. 218.2015; KINDLEBERGER, Charles Poor. *The world in depression, 1929-1939*. Univ of California Press, 1986; MATZIORINIS, Kenneth. *The Causes of the Great Depression: A Retrospective*. 2007.

chegaram a perder mais de 75% da sua camada superficial, as consequências ambientais e comerciais foram drásticas, as secas particularmente nos anos 1930 e 1936 levaram à quebra de safra generalizada, o valor da terra e a sua produtividade foram reduzidos, ocorreram muitos problemas de saúde relacionados à aspiração de poeira, entre outros. Desta forma, findo esse período e retornando o clima mais úmido e o aumento da cobertura do solo em 1938, ocorreu um movimento de formulação e aplicação de técnicas de conservação de solo, a partir do Serviço de Conservação do Solo (SCS), que influenciaram a agricultura norte-americana a priori e posteriormente a de muitos países.¹⁹

O findar do primeiro regime sob a interferência dos eventos detalhados anteriormente, acabou por deixar uma classe miserável de agricultores, dos quais muitos acabaram por se unir as massas em busca de trabalho; causou uma instabilidade de preços e de disponibilidade de suprimentos para a população e foi responsável por algumas ações como acordos internacionais de importação e exportação de commodities, coordenação do abastecimento de alimentos durante a Segunda Guerra Mundial pelos aliados dos governos e a criação do que veio a ser chamado de “welfare state” (Estado do bem-estar social), que buscava garantir padrões mínimos de saúde, educação, renda, habitação e seguridade social a população.²⁰

Superada a crise e concretizado o fim do primeiro regime, os EUA assumem a frente do segundo e aparece como ligação entre os dois primeiros regimes alimentares, tendo o poder e a riqueza para proteger as suas políticas internas, bem como visão de agir a cerca dos interesses de outros governos. A estratégia dos EUA do pós-guerra foi explicitamente orientada para

¹⁹HORNBECK, Richard. The enduring impact of the American Dust Bowl: Short-and long-run adjustments to environmental catastrophe. *The American Economic Review*, v. 102, n. 4, p. 1477-1507, 2012; SCHUBERT, Siegfried D. et al. On the cause of the 1930s Dust Bowl. *Science*, v. 303, n. 5665, p. 1855-1859, 2004.

²⁰FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989

ARTIGOS

reestabelecer o livre comércio. A agricultura do país norteava os problemas europeus de salário, barateando bens em detrimento da agricultura familiar tradicional no final do século XIX, bem com, antecipou a agricultura industrial do século XX. Na medida em que o poder hegemônico dos EUA aumentava, o capitalismo deste tornou-se modelo para teorias do pós-guerra de desenvolvimento aplicadas ao Terceiro Mundo. Desta forma, os EUA abriram caminho da construção de um novo regime alimentar mercantil.²¹

O segundo regime alimentar é composto por um conjunto de relações mais complexas entre produção e consumo, enraizados numa incomumente forte proteção do Estado e na organização da economia mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Tal como no primeiro regime alimentar, neste ocorreu dois movimentos opostos do sistema estatal e da divisão internacional do trabalho: a) extensão do sistema de Estado para ex-colônias, essa expansão do sistema de Estado originado na divisão entre agricultura e indústria no final do século 19, não aprofundou a especialização colonial, e sim, a integração do segundo regime alimentar procedeu em duas novas frentes, a importação de trigo das antigas colônias de povoamento, especialmente os EUA, em detrimento da produção interna de alimentos e; a diminuição dos mercados para as exportações tropicais (açúcar e óleos vegetais), através da substituição de importações por países capitalistas avançados; b) reestruturação transnacional dos setores agrícolas por capitais agroalimentares, a agricultura se transformou num setor industrial, onde os alimentos são cada vez mais deslocados da produção de bens para uso dos consumidores finais, para produtos fabricados menos duráveis, nas economias avançadas além desta direção ao complexo de alimentos “duráveis”, ganha destaque a produção intensiva de carnes.²²

²¹FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989; FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. In: Panitch, Leo; Leys, Colin (ed.), *The Socialist Register 2005*. London: Merlin Press, 2004.

²²FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

A emergência do segundo regime alimentar, “*fordista*” ou “*mercantil-industrial*”, foi responsável pela transformação dos EUA num exportador dominante; por induzir a dependência por importação do Japão, das colônias e das novas nações do Terceiro Mundo, antes autossuficientes; por transformar a Europa de uma região dominante na importação no primeiro regime alimentar para uma região autossuficiente e eventualmente grande região exportadora neste regime; paradoxalmente por enquadrar a emergência de uma série de gigantes do capital agroalimentar, que eventualmente, tornaram-se poderosos atores, interferindo nos interesses tanto dos agricultores quanto dos Estados nacionais, através da industrialização da agricultura e da elaboração de produtos manufaturados vendidos por grandes redes de varejo.²³

É neste período que o setor agroalimentar passa a ser dominado pelas grandes empresas, são elas que passam a controlar o fornecimento de insumos para a agricultura e pecuária, tecnologia, medicamentos veterinários, entre outros produtos que compõe a cadeia agropecuária. Nesse mesmo momento se enquadra o fornecimento de ingredientes para produtos processados, começando por fornecedores de pequenas lojas especializadas e mercados de agricultores para grandes supermercados. Modificam-se desta forma as relações, os agricultores passam a compor um quadro de compra/venda e custo/benefício.²⁴

Mas como o primeiro regime alimentar, o segundo também chega ao momento de crise, ao passo que tomou a frente da emergência, os EUA também perderam rapidamente a posição de dominante do presente regime alimentar. Ao quebrar as barreiras antes impostas com os países rivais, e

²³ FRIEDMANN, H. Uma Economia Mundial de Alimentos Sustentável. In: BELIK, W.; MALUF, R.S. (Orgs.) *Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização*. Campinas: IE/Unicamp, p. 01-21.2000; FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

²⁴ FRIEDMANN, HARRIET; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia ruralis*, v. 29, n. 2, pp. 93-117, 1989.

ARTIGOS

vender grandes quantidades de produtos agrícolas a União Soviética, causando uma escassez de alimentos generalizada e um aumento nos preços dos mesmos. Todas essas consequências fizeram com que o segundo regime alimentar começasse a enfrentar rachaduras e posterior queda.

O fim deste regime foi em função da manifestação da Crise Alimentar Mundial em 1974, neste momento a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), até então marginal à operação desse regime, passou a se dedicar a problemas com a fome e agricultura camponesa no Terceiro Mundo, neste momento bilhões de pessoas foram colocados em situação de “insegurança alimentar”, justificado pela diminuição de excedentes causada pelos EUA e consequente aumento dos preços mundiais dos grãos. A discussão sobre segurança alimentar e o direito a alimentação começam a aparecer nesse momento. Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, completando um acordo histórico nas relações comerciais a cerca da agricultura e assim o regime mercantil-industrial têm seu fim.²⁵

Finalizado o segundo regime alimentar, a transição entre segundo e um possível terceiro regime se torna imparcial no que diz respeito à opinião dos analistas, tanto no que diz respeito à existência de um terceiro regime, quanto a definição deste pelos autores que acreditam na sua emergência, sendo assim na discussão proposta a seguir busca-se fazer uma revisão sobre algumas das diferentes perspectivas encontradas na literatura a cerca do possível regime alimentar emergente após 1980. Há um consenso na literatura de que existe um esgotamento do modelo de desenvolvimento social, político e econômico do pós-guerra, para tanto faz inferência de que as análises a posteriori devem distinguir ao tentar formular uma nova tendência, que são: (i) a continuação da expansão de tendências associadas ao modelo do pós-guerra; (ii) os elementos chave para a organização futura do mercado e; (iii) as medidas específicas relacionadas ao atual período de turbulência. Sendo que para o autor, no setor

²⁵ FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

agroalimentar essas questões tornam-se cruciais, visto que existe uma confusão na literatura no que diz respeito à segunda e terceira tendências.²⁶

Embora ocorram vários impasses na definição de um terceiro regime alimentar, ao que parece até então é que as discussões tendem a circundar um mesmo destino, a interferência das grandes corporações no setor alimentar e como estas modificaram os hábitos alimentares e a produção agropecuária mundial. As inúmeras tentativas de explicar a transição do segundo para o terceiro regime alimentar e ainda de delinear a forma e conteúdo do mesmo, chegaram num impasse, fazendo uma análise das discussões a cerca do assunto, o autor aponta que qualquer regime emergente exibiria uma tensão entre a expansão e reorganização das cadeias agroalimentares que visam à lucratividade a nível mundial pelas corporações imperiais e o desejo dos povos marginalizados pela soberania alimentar.²⁷

Ainda, para um terceiro regime alimentar ser compreendido, deve-se aprofundar a análise em torno das operações e desenvolvimento do mais amplo sistema capitalista, do qual a alimentação é somente um componente, tal pressuposto baseia-se nas reflexões dos regimes alimentares anteriores²⁸. Um possível terceiro regime alimentar intitulado como regime alimentar “corporativo-ambiental”, consiste em duas maneiras diferenciadas de organizar as cadeias alimentares de abastecimento, correspondendo cada vez mais a classes transnacionais de consumidores ricos e pobres, sendo que ambos são conduzidos por empresas de capitais privados, que muitas vezes vendem mercadorias de qualidade ou baratas para diferentes classes de consumidores.

29

²⁶ WILKINSON, John. Network theories and political economy: from attrition to convergence? *Research in Rural Sociology and Development*, v. 12, p. 11, 2005.

²⁷ BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 267-279, 2009.

²⁸ BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 267-279, 2009.

²⁹ FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. *Research in rural sociology and development*, v. 11, p. 227, 2005.

ARTIGOS

A partir do final de 1960, o controle sobre a criação e gestão das cadeias de abastecimento agroalimentares passou dos fabricantes de comida para os supermercados, desta forma, introduzindo inovações nos sistemas logísticos, bem como, uma nova gama de produtos, baratos, frescos, inovadores, em muitos casos comercializados como “marca própria”, tendo o controle consolidado pelo setor varejista, uma vez que a produção interna destes foi intensificada. Nesse processo, muitos países em desenvolvimento acabaram por ser incorporados nessa cadeia de abastecimento, como fontes de matéria prima para produção de alimentos processados baratos, bem como, de animais, frutas e legumes frescos exigidos pelos consumidores do Norte. Ainda, as instituições financeiras possuem capacidade e instrumentos para reorganizar várias fases da cadeia agroalimentar, de forma a alterar termos e condições em que os atores atuantes nas cadeias de abastecimento podem operar.³⁰

Uma análise um pouco diferenciada sobre esse período é a descrita como “*regime alimentar imperial*”, na análise do autor Império é, acima de tudo, um conjunto complexo, multifacetado em expansão e cada vez mais monopolista de ligações que coloca processos, lugares, pessoas e produtos em contato de uma forma específica. No tocante aos impérios alimentares, o autor afirma que a especificidade histórica destes, reside na combinação contraditória e sistemática de dois princípios ditos por ele como orientadores: o mercado global e o sistema da linha de montagem. Ainda, defende que foi a partir da década de 1990 que começou a ser desenvolvido um novo sistema alimentar, em suma este incorpora a combinação complexa e confusa entre o comércio livre e a regulação, além de não ter um centro político concreto, atuando como um aparelho de domínio e apropriação descentralizado e desterritorializado, controlando a produção, circulação e o consumo de alimentos em escala mundial, sugando paralelamente todas as suas propriedades.

³⁰ BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, p. 267-279, 2009.

As formas de regulação deste regime seriam desintegradas enquanto novas formas de hierarquia são introduzidas, estas buscando se adequar aos interesses convergentes dos grandes grupos do agronegócio e dos aparelhos estatais. Em relação ao “mercado livre” o autor o questiona no que diz respeito à própria liberdade do cidadão, segundo ele estamos perante a um “mercado” que em suma são estruturas coercivas e que permitem apenas rotinas específicas.³¹

Por fim, frente às diversas discussões a cerca do “terceiro regime alimentar”, é possível concluir que o impasse de definições existe, podemos afirmar dessa forma que a complexidade deste regime aparenta ser maior comparado aos demais. Ainda não presenciamos o estabelecimento hegemônico de um novo regime, com regras implícitas impressas na produção e consumo de alimentos e de certa forma as discussões a cerca do assunto são mais proveitosas que as conclusões³². A revisão proposta na discussão sobre regimes alimentares se restringirá aos presentes autores, porém, seria um erro desconsiderar a existência de uma abrangente literatura a cerca do assunto, entretanto não diminui o mérito das contribuições aqui descritas. Sem dúvida os regimes alimentares estão presentes na construção da sociedade moderna e suas peculiaridades os tornam complexos no que diz respeito à construção e consolidação e frágeis frente às crises ambientais e econômicas.

³¹ PLOEG, van der J. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 372.

³² FRIEDMANN, Harriet. Discussion: moving food regimes forward: reflections on symposium essays. *Agriculture and Human Values*, v. 26, n. 4, pp. 335-344, 2009; MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, pp. 139-169, 2009.

3. Alterações nos padrões de produção agrícola pelos dados do Censo Agropecuário (IBGE)

A agricultura é um setor em constante transformação, observando a transição entre os regimes alimentares expostos anteriormente podemos perceber que a produção agrícola vem se modificando com o passar dos tempos, sendo que as commodities agrícolas foram crescentemente inseridas no meio rural em substituição a culturas tradicionais ou como opção para novas áreas. Neste sentido, busca-se fazer uma ligação dessas mudanças de ordem mundial com suas implicações na produção agrícola, bem como na mudança de hábitos alimentares no Brasil.

Tabulando os dados disponibilizados pelo IBGE levantados no Censo Agropecuário realizado nos anos 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006³³, podemos observar algumas mudanças que corroboram com as colocações realizadas até aqui no que diz respeito à transição da produção agrícola brasileira nos anos em questão. Para melhor compreensão, dos dados expostos se torna fundamental de antemão explicar as escolhas realizadas.

Os dados selecionados dizem respeito a todas as culturas levantadas pelo Censo Agropecuário disponíveis na plataforma das séries históricas do IBGE e dizem respeito a seleção “*Produção Vegetal - área colhida (ha)- Dados censitários*”, a escolha é justificada pelo fato de considerar que ocorreu um aumento de produtividade em todas as culturas com o passar dos anos, sendo assim, a escolha pela área colhida apontaria para qual finalidade os agricultores estão destinando suas áreas. A Figura 1³⁴ e 2³⁵ dizem respeito a porcentagem (%) de participação das culturas referente ao total da área composta pela soma das mesmas, para uma tabulação consistente nessa etapa a cultura da laranja foi excluída pois para o levantamento da área colhida dessa cultura foi utilizada uma unidade diferente das demais (mil frutos/ha), o Censo

³³ IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

³⁴ IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

³⁵ IBGE. Censo Agropecuário, 1920, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1996, 2006. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/>> Acesso em: 30 jun. 2016.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

Agropecuário de 1970 em diante foi organizado separadamente pois a partir deste ano a cultura da soja passou a ter dados numéricos incluídos no que diz respeito a área colhida nacionalmente, bem como a agricultura do Brasil se modificou mais intensamente.

A Figura 1 a seguir, ilustra de maneira mais eficiente o panorama geral das culturas levantadas pelo Censo Agropecuário de 1920, 1950 e 1960.

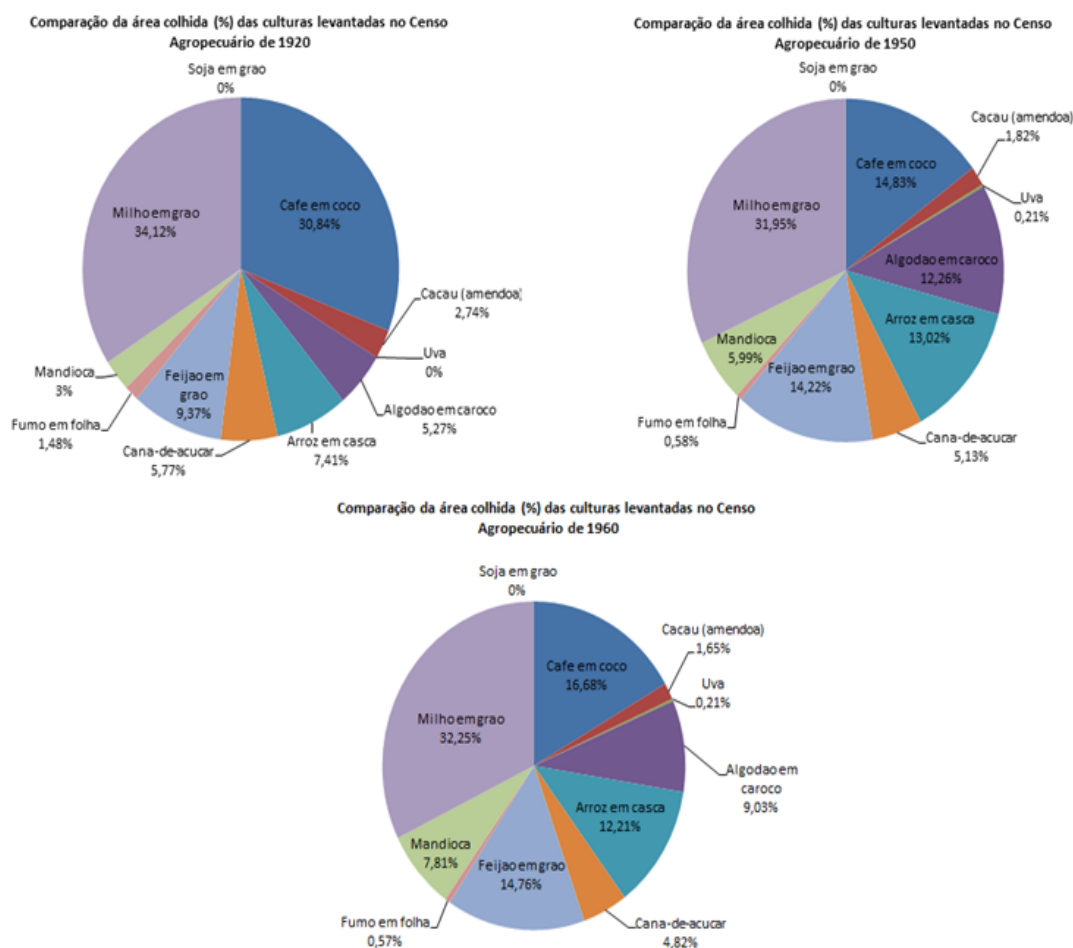


Figura 1. Ilustração gráfica dos dados do Censo Agropecuário sobre a representatividade (%) das culturas em relação a área total colhida (1920, 1950 e 1960). **Fonte:** Autores.

Na Figura 1 acima é possível observar com mais clareza como as culturas se distribuem e se comportam com o passar dos anos e perceber como a

ARTIGOS

produção agrícola se organiza. No ano de 1920 duas culturas (milho e café em caroço) correspondem por mais de 64,96% do total da área colhida levantada, enquanto em 1950 correspondem por pouco menos de 50% e outras culturas como feijão, arroz, algodão em caroço e mandioca começam a compor de maneira mais significativa o quadro geral. Retomando a discussão sobre regimes alimentares, os anos de 1920 e 1950 se enquadram no período turbulento de transição entre o primeiro e o segundo regime, período este que assiste a Grande Depressão mundial, na década de 1920. O Brasil passa por uma transição econômica e social, nesse momento prevalecia o *modelo primário exportador* em direção ao novo padrão de acumulação o do *crescimento para dentro*, fora os períodos de 1921-22 com a crise dos preços do café, 1924 com a revolução e com a industrialização e urbanização desencadeadas a partir da crise de 1929, a década de 20 como um todo apresentou um grande aumento físico e de valor nas exportações, notável expansão da área plantada dos demais produtos além do café, uma propulsão de investimento indústria, entre outros.³⁶

O ano de 1960 se encontra em meados do segundo regime alimentar, nesse momento vemos uma distribuição maior entre as culturas do que as vistas no Censo Agropecuário de 1920, mas é a partir de 1970 que as grandes mudanças são perceptíveis e analisadas a seguir, vários fatores corroboram para as mudanças que ocorreram no setor agrícola do país nesse período como, por exemplo, a Revolução Verde, a interferência de grandes corporações agroalimentares e o mercado internacional. Sendo assim na Tabela 1³⁷, podemos perceber a redução da área colhida de algumas culturas como trigo, arroz e algodão em caroço.

É possível também verificar nitidamente o impacto da produção de soja no Brasil a partir de 1970, onde ocorre um aumento de +615% na área colhida do grão quando comparamos o Censo de 1970 e de 2006, também percebemos outras culturas ligadas diretamente ao setor agroindustrial como a laranja,

³⁶ CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, 2013, s/n..

³⁷ IBGE. *Censo Agropecuário*, op. Cit..

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

Jessica Odila Lourenço de Souza

Paulo Henrique de Oliveira

cana-de-açúcar e o fumo que também apresentando uma variação superior as demais culturas como o feijão, café e uva por exemplo. O segundo regime alimentar tem seu fim em 1973 e a partir dessa época não existe o consenso da presença de um terceiro regime como exposto anteriormente, porem é visível pelos dados apresentados a seguir as transformações no meio rural decorrentes da interferência externa e da modificação no setor alimentar.

Tabela 1. Relação da área (ha) das culturas levantadas pelo Censo Agropecuário 1970, 1975, 1980, 1985, 1996 e 2006 e % de variação destas entre os anos.

OPÇÃO	1970	1975	1980	1985	1996	2006	Variação entre 1970 e 2006 (%)
Café em coco	1635666	2266372	2449225	2636704	1812250	1687854	3,19
Cacau (amêndoa)	419965	457962	474837	691026	679778	515871	22,84
Laranja (mil frutos)	207457	252098	456458	632525	946886	596919	187,73
Uva	60856	52869	46878	12646	21729	63483	4,32
Algodão em caroço	1485280	1014005	1044457	2048772	619627	786973	-47,02
Arroz em casca	4312134	5662875	5712072	5173330	2977019	2409589	-44,12
Cana-de-açúcar	1695258	1860401	2603292	3798117	4216427	5577643	229,01
Feijão em grão	4081950	3895498	4361467	5480286	3225092	4327697	6,02
Fumo em folha	-	259479	265760	276187	304376	567970	118,89
Mandioca	1728670	1307251	1159260	1635594	1233138	2702101	56,31
Milho em grão	10670188	10741210	10338592	12040441	10602850	11724362	9,88
Soja em grão	2185832	5656928	7783706	9434686	9479893	15646990	615,84
Trigo em grão	2057898	2301145	2638320	2518086	893555	1300008	-36,83
Área colhida							
TOTAL p/ano	30541154	35728093	39334324	46378400	37012620	47907460	56,86

A década de 1960 no Brasil assistiu a grandes mudanças estruturais na economia e na agricultura, a baliza inicial espaço-temporal. Essas mudanças estão vinculadas ao final do governo Juscelino Kubitschek, onde a economia liderada pelo setor industrial cresceu em termos relativos e absolutos, ocorrendo assim à expansão dos setores de energia, transportes, indústria de base e também o setor de alimentação³⁸. Na década de 70 o Brasil passou a ser um importante participante no comércio mundial de commodities

³⁸AMORIM, Suely Teresinha Schmidt Passos de. Alimentação infantil e o Marketing da Indústria de Alimentos. Brasil, 1960-1988. *História: questões & debates*, v. 42, n. 1, 2005.

ARTIGOS

do sistema agroalimentar, avançando mesmo sob as condições macroeconômicas e internacionais adversas da década de 80 (crise do segundo regime alimentar)³⁹. Em relação à interferência do Estado na produção agrícola, a presença do agronegócio na pauta de exportações do Brasil juntamente com a necessidade de geração de saldos comerciais positivos, perante as dificuldades decorrentes do endividamento externo e à confiança que as exportações crescentes seriam a mola propulsora do desenvolvimento, explicam o estímulo do governo ao crescimento das atividades ligadas ao setor.⁴⁰

A crescente expansão da cultura da soja percebida a partir do Censo Agropecuário de 1970 é resultado da interferência do Estado, do comércio mundial e de um desenvolvimento de uma economia agroalimentar industrial brasileira, resultado de políticas de Estado guiadas de industrialização via substituição de importações, onde a partir da década de 1960 o Estado brasileiro lançou mão de uma mistura de estratégias na agricultura, como assentamento, crédito e tributação política visando criar um setor intensivo da pecuária baseado na produção nacional de grãos e soja, além da taxa sobre as exportações de produtos não transformados que acabou por incentivar o processamento nacional, tanto por corporações privadas, estatais, nacionais ou transnacionais. A adaptação realizada pelo Brasil com base no modelo norte-americano, mudando o foco da agricultura para a agroindústria e da gestão de excedentes para a exportação comercial, envolveu uma complexa rede internacional e transformações sociais.⁴¹

Na Figura 2, a seguir, é possível observar mais claramente como as culturas agrícolas analisadas compõem a sua trajetória no decorrer dos anos, a cultura da soja, do milho e da cana-de-açúcar ganham papel de destaque e

³⁹Delgado, Nelson Giordano. Considerações acerca da inserção do Brasil no sistema agroalimentar internacional. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n° 3, novembro, p. 148-168. 1997.

⁴⁰SCHLESINGER, Sergio. NORONHA, Silvia. O Brasil está nu!: o avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/biblioteca/o-brasil-esta-nu-o-avanco-da-monocultura-da-soja-o-grao-que-cresceu-demais/> Acesso em: 25 de ago. 2017.

⁴¹FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. *New left review*, n. 197, p. 29, 1993.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza

| Paulo Henrique de Oliveira

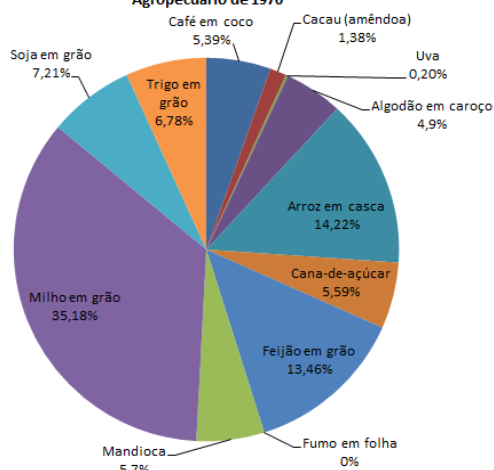
correspondem a maioria da área colhida em comparação com outras culturas do cenário agrícola brasileiro. A partir da metade do século XX, a produção agrícola passa por um processo de concentração e intensificação e a policultura juntamente com o autoconsumo tende a ceder espaço para a monocultura especializada. A monocultura internalizada na agricultura brasileira compõe um cenário acerca de como o alimento no Brasil é incorporado na necessidade do setor agroalimentar industrializado, mas também nos padrões internacionais de dieta, como a dos EUA (*fast-food*).⁴²

⁴² FISCHER, C. A “McDonalldização” dos Costumes. In: FLANDRIN, J. L.; MONTANARI, M. *História da alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 2007, pp. 841-863.

ARTIGOS

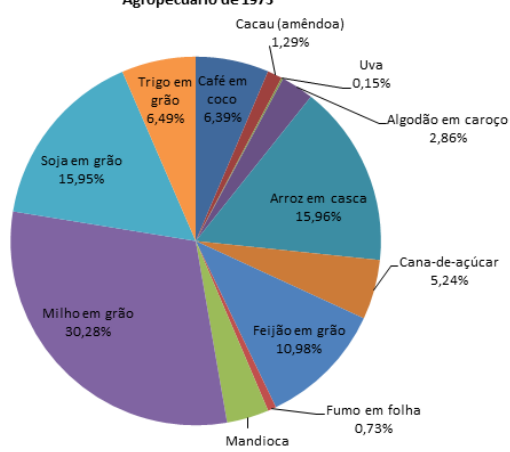
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo

Agropecuário de 1970

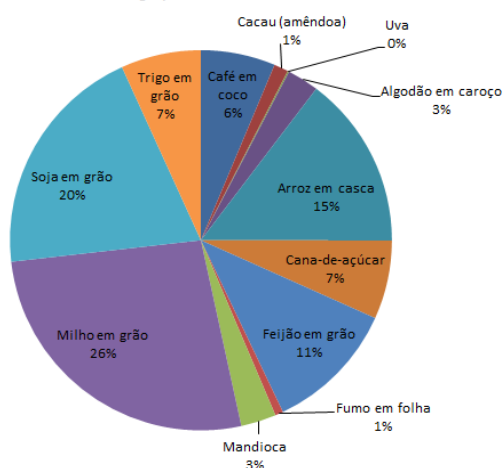


Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo

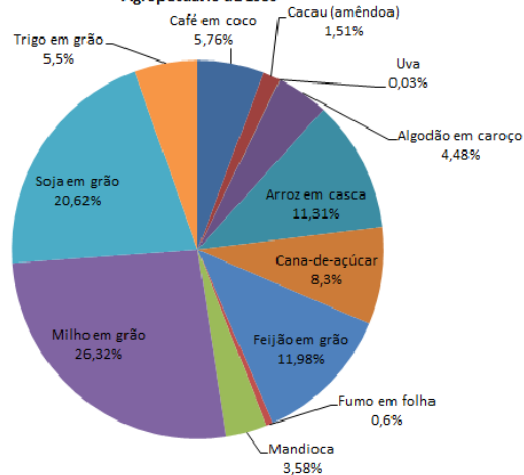
Agropecuário de 1975



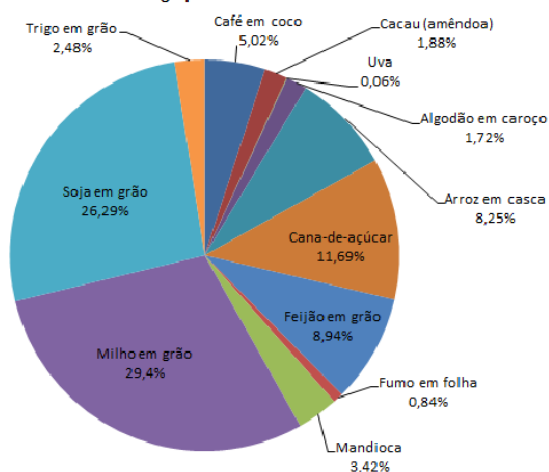
Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo
Agropecuário de 1980



Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo
Agropecuário de 1985



Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo
Agropecuário de 1996



Comparação da área colhida (%) das culturas levantadas no Censo
Agropecuário de 2006

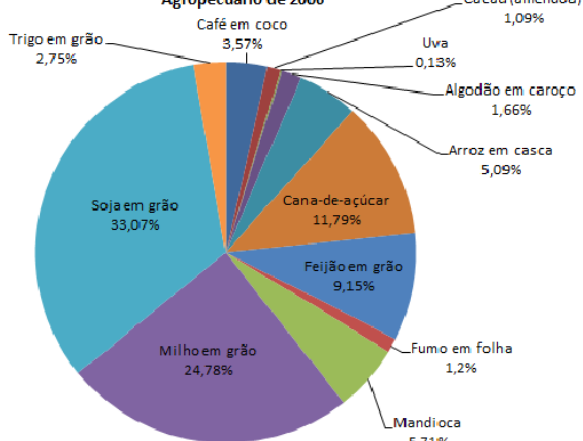


Figura 2. Ilustração gráfica dos dados do Censo Agropecuário sobre a representatividade (%) das culturas em relação a área total colhida. **Fonte:** Autores

As commodities agrícolas ocuparam lugar de destaque a partir da necessidade do mercado de carnes e de produção de alimentos industrializados, a especialização da agricultura resultante desse processo atinge com mais ênfase a agricultura familiar pela pressão exercida sob os pequenos produtores que são “sufocados” pelo avanço das grandes áreas destinadas a monocultura, neste momento podemos enquadrar os pequenos produtores sob alguns aspectos: primeiramente temos os agricultores que não conseguem sobreviver no moderno sistema agrícola e acabam por compor as massas em busca de trabalho urbano; por outro lado vemos uma classe de agricultores que aderem à produção de commodities e alteram o modo tradicional de produção familiar e; por fim, temos os agricultores que por ideologia, resistência ou até mesmo visão de mercado seguem na contramão e permanecem e/ou aderem a uma produção alheia às commodities (policultura, orgânica, familiar, autoconsumo, venda direta, feiras).

A inserção de produtos industrializados, bem como de um nível cada vez maior de açúcar, gordura, óleos vegetais e compostos sintéticos é perceptível na dieta dos brasileiros assim como nas dietas dos mais variados lugares do mundo. As transformações ocorridas no sistema agroalimentar mundial interfere diretamente na alimentação diária das populações, a partir do segundo regime alimentar, a abertura das exportações possibilitou além da expansão das commodities agrícolas, a entrada de grandes corporações agroalimentares, esse movimento acabou por alterar a forma de produzir alimentos e acelerou a introdução de produtos industrializados na rotina do consumidor. Alternando a discussão para as classes sociais, no que diz respeito à acessibilidade de produtos diversos, os ricos passaram a incorporar carnes, leite, ovos e queijo ao consumo e os pobres devido à disponibilidade de gorduras vegetais baratas, passaram a incorporar uma alimentação barata e

ARTIGOS

“diversa”, baseada em gorduras e açúcares simples, como por exemplo, frituras e refrigerantes.⁴³

As consequências ambientais e sociais das transformações agrícola e alimentar podem ser percebidas na perda da agrobiodiversidade, no aumento de problemas de saúde como a obesidade, na poluição e destruição ambiental causadas pelo uso excessivo de produtos químicos, bem como do avanço da monocultura em grandes extensões de terra. O risco associado às ações realizadas ao decorrer dos anos podem levar a perdas irreversíveis, sendo assim as ações de resistência e uma agricultura alternativa ao moderno sistema agroalimentar se tornam essenciais.

Considerações finais

Na abordagem dos regimes alimentares mundiais a literatura a cerca do tema é ampla e complexa, mas coerente principalmente no que diz respeito ao primeiro e segundo regime alimentar, enquanto que um possível terceiro regime ainda se encontra em discussão pelos estudiosos da área. O impacto das alterações das regras e princípios que regem os regimes alimentares e que o fazem entrar em colapso, assim como o fim e a emergência de um novo, afetam diretamente a organização da produção agrícola no Brasil, como pode ser visto pelos dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em determinados anos a partir de 1920.

A produção agrícola brasileira voltou-se a atender as necessidades das grandes corporações agroalimentares que utilizam de commodities como a soja e o milho como matérias primas essenciais para a produção intensiva de carnes e produtos industrializados. O Brasil frente a esse cenário se tornou um grande produtor e exportador destas culturas, como também berço para a consolidação das grandes corporações agroalimentares dentro do país. A

⁴³ VELOSO, Iracema S.; FREITAS, Maria do C. S. A alimentação e as principais transformações no século XX In: FREITAS, M., FONTES, G. & OLIVEIRA, N. (orgs.). *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 09.

Os regimes alimentares mundiais e a produção agrícola brasileira, os dados do censo agropecuário de 1920 a 2006

| Jessica Odila Lourenço de Souza

| Paulo Henrique de Oliveira

sociedade brasileira possui grande facilidade em absorver hábitos alimentares externos, sendo assim existe uma facilidade de introdução de novos produtos cada vez mais “artificializados” na rotina da população.

Existe uma estreita ligação entre regime alimentar e produção agrícola, as peculiaridades dessa relação são extremamente interessantes e delicadas de serem abordadas, justamente pela presença de uma diversidade de interferências advindas das mais variadas origens. Ao analisarmos as consequências dos regimes alimentares dentro de um determinado país devemos ter a percepção de que existe uma dinâmica entre regime alimentar e política interna que compõe um determinado cenário e que dificilmente é encontrado com as mesmas características em outras regiões do mundo. A interferência dos regimes alimentares no Brasil são mais perceptíveis no que diz respeito à consolidação das commodities e do agronegócio, do avanço da monocultura e da alteração da dieta para produtos ricos em gordura e açúcares.

Recebido em: 20/03/2017

Aprovado em: 18/09/2017

RELAÇÕES ENTRE TEORIA LINGÜÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUAS

Gilberto Alves Araujo¹

Resumo: Sob uma perspectiva histórica, este trabalho se propõe a discutir as interações entre as teorias da linguagem e o ensino-aprendizagem de línguas, priorizando as implicações das primeiras sobre o segundo. Para tanto, empreendemos uma reflexão geral acerca das formas pelas quais o surgimento de modelos teóricos resulta em práticas educacionais. Este artigo emprega a metodologia de revisão crítica de referenciais teóricos, abordando o período que compreende o fim do século XIX até o início deste século. Desse modo, oferecemos maior atenção ao papel da Linguística Aplicada (LA), enquanto campo científico, e ao ensino de línguas estrangeiras. Nossas incursões nos permitem perceber três grandes períodos que fundamentaram a história de relações entre teoria e pedagogia de línguas, a saber: a era estruturalista, a gerativista transformacional ou cognitivista, e a funcionalista ou da abordagem comunicativa. Esses momentos nem sempre apresentam fronteiras tão evidentes, e por isso mesmo ocorreram/ocorrem conjuntamente em muitos pontos da trajetória da LA e de outras disputas ideológicas variadas. Os rearranjos sociais em torno das demandas comunicativas, bem como a incapacidade da Linguística Teórica (LT) em fornecer respostas satisfatórias às necessidades mais imediatas da coletividade, também cooperaram para que determinada corrente teórica ou ramo da linguística ascendesse mais do que outro. Nessa transição do mais abstrato às práticas educacionais, notamos que existem ao menos quatro níveis/ordens simultâneas e cooperativas: a teoria, a estrutura curricular, os insumos didáticos, e os aportes metodológicos.

Palavras-chave: Linguística Teórica. Linguística Aplicada. Ensino de línguas. Línguas estrangeiras.

RELATIONS BETWEEN LINGUISTIC THEORY AND LANGUAGES TEACHING

Abstract: From a historical perspective, this work is intended to discuss interactions between language theories and languages teaching-learning, prioritizing the implications of the former on the latter. To this end, we carry out a general reflection about the forms through which the emergence of theoretical models results in educational practices. This paper employs the methodology of critical review about theoretical references, approaching the period between the end of nineteenth century and the beginning of this century.

¹ Mestre em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins. Professor Assistente de Língua Inglesa e Literaturas Anglófonas na UFPA na Universidade Federal do Pará, Campus Altamira. Membro da UNEGRO (União dos Negros e Negras pela Igualdade) e da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros).

ARTIGOS

Furthermore, we pay greater attention to the role of Applied Linguistics (AL) as scientific field, and the teaching of foreign languages. Our incursions into that matter enable us to perceive three great periods that established the history of relations between languages theory and pedagogy, namely: structuralist, generative-transformational or cognitivist, and functionalist or communicative approach era. Those periods have not always been presenting very evident boundaries, reason why they have been happening in many points of AL trajectory and among several ideological disputes. Social (re)organizations in order to answer communicative demands, as well as the inability of Theoretical Linguistics (TL) to produce satisfactory answers concerning the most immediate needs of the collectivity, also contribute to the fact that a theoretical framework ascends more to the power than the other does. Through that transition, from more abstract elements to educational practices, we notice that there are four simultaneous and cooperative levels/orders at least: the theory, curricular structure, didactic inputs, and methodological resources.

Keywords: Theoretical Linguistics. Applied Linguistics. Languages Teaching. Foreign languages.

1. Introdução

Desde a década de 1980, com a ascensão da Linguística Aplicada (LA), e as preocupações cada vez mais crescentes no que concerne as interações entre Estudos Literários e educação, notamos uma aproximação paulatina entre os empreendimentos teóricos e as questões relativas ao ensino. Se de um lado os linguistas procuram compreender o ensino para além das amplas sugestões advindas da Linguística Teórica (LT), por outro os pesquisadores em literatura buscam atribuir sentidos às obras literárias nos ambientes de aprendizagem, ao mesmo tempo em que tentam dar respostas acerca dos propósitos, benefícios e outros efeitos dessas produções diante da sociedade como um todo – como os críticos da recepção, por exemplo.

A partir do ano de 2003, sobretudo com a ascensão de um governo federal mais popular e, portanto, mais preocupado com a educação das massas, as questões relativas ao ensino-aprendizagem se tornaram ainda mais prementes no Brasil. Os debates acerca da LDB, a elaboração dos PCN, PCNEM, DCNEM, bem como a profunda reformulação de princípios, objetivos e metas experimentada pela CAPES a partir de 2007 – Lei nº 11.502/2007, e mais tarde

o decreto presidencial nº 6.755/2009 –, colocou a nação em direção a um desenvolvimento mais intenso e significativo dos sistemas educacionais básico, superior e de pós-graduação. Essa nova realidade também alterou, em certa medida, as formas de atuação do CNPq para que atendesse às novas metas.

Desde então, as políticas públicas fomentadas começaram a priorizar iniciativas em pesquisa que estivessem voltadas para questões mais práticas, como o ensino-aprendizagem e a formação de professores, principalmente dentro da grande área de Linguística, Letras e Artes. Essa nova postura da administração federal, sobretudo durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, veio ao encontro das preocupações de muitos pesquisadores e instituições ansiosos por devolver à sociedade os investimentos recebidos, colaborando assim com o desenvolvimento da educação do país, especialmente no que se refere ao ensino básico.

De certo modo, as universidades e centros de pesquisa daquela grande área foram conclamados uma vez mais a deixar a “Torre de Marfim” e a engajar-se em problemas sociais mais práticos. Em outras palavras, diríamos que determinadas elucubrações teóricas (com menos perspectiva de aplicação) começaram a ceder maior espaço para empreendimentos em favor das necessidades mais urgentes, como o ensino-aprendizagem.

Embora todas essas mudanças nas políticas públicas nacionais sejam relativamente recentes, no cenário internacional as interações entre teoria linguística/literária e ensino não o são, ao contrário datam de muitas décadas atrás. Nesse sentido, este artigo se propõe a discutir as relações entre construções teóricas e educação, enfatizando as implicações das primeiras sobre a segunda, quer no âmbito da linguística, quer na esfera dos estudos literários. Assim, pretendemos refletir sobre as formas pelas quais a emergência de modelos teóricos encontra ressonância na práxis pedagógica; ou seja, como o fazer científico que se dá em academias e laboratórios reverte-

ARTIGOS

se em abordagens metodológicas de ensino de literatura ou de línguas, nas salas de aula.²

Para tanto, empregamos a metodologia de pesquisa correspondente à revisão crítica de referenciais teóricos. Dessa maneira, procuramos incluir aqueles mais amplamente difundidos entre os profissionais em suas respectivas linhas – o que justifica em parte a seleção realizada.

Nosso texto está organizado da seguinte maneira: na próxima seção nos detemos sobre as conexões históricas entre Linguística Teórica e ensino, oferecendo também alguns esclarecimentos sobre o surgimento da LA e suas conexões com a LT; e na última, apresentamos algumas considerações mais gerais sobre as reflexões introduzidas ao longo do texto, posicionando nossa discussão num cenário mais amplo de desenvolvimento da educação linguística.

2. Da teoria linguística ao ensino de línguas

Em âmbito internacional e em termos gerais, podemos afirmar que até a segunda metade do século passado era possível distinguir duas perspectivas bastantes distintas sobre as conexões entre LT e Ensino de Segunda Língua (ESL). Sob a primeira visão, estudiosos argumentavam que a LT não era tão relevante para uma pedagogia das línguas³, e que a importância dessa ciência era superestimada, em boa parte devido aos anseios dos linguistas em demarcar seu campo de estudo como igualmente válido e/ou autêntico em comparação a outras áreas de expertise.

Muitos pesquisadores mostravam-se indiferentes à LT e/ou buscavam em outras áreas, como a ciência educacional ou psicologia educacional, o arcabouço teórico para uma metodologia do ensino de língua. Thorndike⁴

² COSSON, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006; BARTHES, R. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 2007.

³ IAAM - Incorporated Association of Assistant Masters in Secondary Schools. *Memorandum on the Teaching of Modern Languages*. London: University of London Press, 1929.

⁴ THORNDIKE, E. L. *The Teacher's Word Book*. New York: Teachers College Press, 1921. Disponível em: <<https://archive.org/teacherswordbook00thoruoft>> Acesso: 25 set. 2016.

(1921) ilustra bem esse trabalho mais interdisciplinar e, por conseguinte, para fora da LT.

Mauritz Johnson⁵ era um dos teóricos a defender esse posicionamento. Para ele, era necessário investir numa Teoria do Curriculum, que então forneceria em constante adaptação os princípios básicos para o ensino de línguas. Já John Lamendella⁶ era mais incisivo ao afirmar que seria um equívoco esperar que qualquer teoria de descrição linguística (em outras palavras, os constructos da LT) fornecesse princípios para a metodologia do ensino de línguas. Em sua opinião uma pedagogia das línguas necessitava muitos mais de psicólogos aplicados do que linguistas aplicados.

Sob uma segunda perspectiva, no entanto, outra parte dos estudiosos reconhecia que a LT, ainda que indiretamente, oferecia contribuições ao ESL. Eles observavam que uma pedagogia das línguas não deveria negligenciar nenhuma teoria linguística, ao contrário, era necessário considerar os múltiplos benefícios de diversas abordagens teóricas, tratando-as como recursos equivalentes e apropriados, ou não, ao momento de ensino-aprendizagem, bem como aos contextos e fins a que se destinavam.

Deste grupo, mencionamos Palmer⁷, Bloomfield⁸ e Levenston⁹. Para o último, a LT expressa ou sugere respostas a questões sobre a natureza da linguagem, e ao fazê-lo pode fundamentar implicitamente teorias do ESL. Portanto, seria indispensável acompanhar os novos avanços da LT a fim de avaliar suas possíveis contribuições à pedagogia das línguas.

⁵ JOHNSON, M. Definitions and models in curriculum theory. *Educational Theory*, V. 17, p. 127-140, 1967. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1741-5446.1967.tb00295.x/epdf>> . Acesso: 12 nov. 2016.

⁶ LAMENDELLA, J.T. On the irrelevance of transformational grammar to second language pedagogy. *Language Learning*, vol. 19, p. 255-270, 1969. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1969.tb00467.x/epdf>> Acesso: 13 out. 2016.

⁷ PALMER, H. E. *The scientific study and teaching of languages*. London: Harrap, 1917. Disponível em: <<https://archive.org/details/cu31924026503478>> Acesso: 17 jan. 2017.

⁸ BLOOMFIELD, L. *Outline guide for the practical study of foreign languages*. Special Publications of the Linguistic Society of America. Baltimore: LSA, 1942.

⁹ LEVENSTON, E.A. Second language lexical acquisition: issues and problems. *Interlanguage Studies Bulletin*, Vol. 4, n. 2, p. 147-60, 1979. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/43135226>> Acesso: 03 jan. 2017.

ARTIGOS

No entanto, o advento oficial do estruturalismo (ainda nos anos 30 ou 40) apresentaria dispositivos para mudar esse quadro de disputa acerca do papel da LT. Um grupo de linguistas eslavos, radicados em Praga, e compostos primariamente por Vilem Mathesius, Nikolai Trubetzkoy e Roman Jakobson, propuseram-se a aprofundar e difundir as noções Saussurianas, concebendo a língua como uma estrutura funcional, cujo propósito maior era a comunicação.

10

Esse círculo estruturalista de Praga, a partir de Jakobson, entendia que a função da língua (seu papel enquanto ferramenta de comunicação) e sua estrutura (sistema governado por leis/princípios) eram dimensões indissociáveis. A priori, supõe-se que uma visão mais funcionalista da língua e, por conseguinte, mais focada no processo comunicativo, faria os desenvolvimentos da LT contribuir de alguma forma com o ensino de língua.

Entretanto, não foi exatamente isso que ocorreu (pelo menos não sob esses termos), já que nos escritos de Jakobson a natureza funcional da linguagem não parece ter ultrapassado o status de truísmo. De tal maneira que o círculo de praga se concentrou basicamente na análise paradigmática e não sintagmática da língua¹¹, abordagem que não parece favorecer a interação entre LT e ensino.

Por volta dos anos 1940, já havia um considerável e crescente número de linguistas estruturalistas não somente na Europa, mas principalmente nos EUA, onde boa parte deles formava a *Linguistic Society of America* (LSA-Sociedade Linguística da América). Foi justamente nesse período de ascensão do estruturalismo que a efervescência da Segunda Grande Guerra colocou as autoridades estadunidenses diante de um desafio incomum: as barreiras linguísticas que se apresentavam entre suas forças armadas e os oponentes ou aliados.

A solução encontrada foi convocar a LSA para transformar sua experiência com descrição linguística em materiais didáticos para o ensino de

¹⁰ HOLENSTEIN, E. *Introdução ao pensamento de Roman Jakobson*. Rio de Janeiro: JZ, 1978.

¹¹ PETTIT, P. *The concept of structuralism: a critical analysis*. Berkeley: University of California Press, 1975.

língua estrangeira, primariamente direcionados ao desenvolvimento da fala e da compreensão auditiva ¹². Foi mediante o trabalho do mais proeminente membro da SLA, Leonard Bloomfield, que essa abordagem recebeu as contribuições da LT.

À primeira vista, parece difícil imaginar como LT e ESL poderiam interagir, considerando que hoje elas parecem áreas tão independentes uma da outra. Torna-se ainda mais difícil vislumbrar essa interação, se pensarmos que esse norte-americano foi o mesmo teórico que esboçou as noções de morfologia – princípios científicos referentes a caso, gênero, número, tempo, concordância e derivação – e de sistema referencial semêmico e léxico da língua ¹³. Notamos que essa transposição entre LT e ESL, dada a multiplicidade e natureza intrínseca das relações entre as dimensões do ensino-aprendizagem de línguas (didática, psique, linguagem, cognição, metacognição), não poderia ocorrer sem a participação de outras áreas do saber.

Logo, a abordagem direta ou “método” do exército (re)desenhado por Bloomfield obteve influências da pedagogia lógico-positivista, e dos princípios psicológicos do Behaviorismo de Thorndike (já mencionado) e Pavlov. Do ponto de vista da LT, essas influências cooperaram para a formulação do modelo analítico do distribucionalismo, cuja intenção principal é capturar de modo reproduzível as operações formais e previsíveis de certa rede gramatical.

Assim, os elementos constituintes da língua, tais como morfemas e fonemas, são isolados, dissecados e comparados de maneira bastante mecanicista. O sentido ou significado cede lugar à forma, dentro de uma rede de possibilidades segmentáveis e combinatórias que seria o sistema linguístico

¹² MOULTON, W. G. *Linguistics and Language Teaching in the United States, 1940-1960. Trends in European and American Linguistics*, vol. 1, n. 1, p. 31-62, 1961. Disponível em: < <http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED038879.pdf> > Acesso: 07 jan. 2017.

¹³ LEPSCHY, G. C. *A survey of structural linguistics*. London: Faber & Faber, 1970.

ARTIGOS

¹⁴. Observamos que a elevação da forma no estruturalismo de Bloomfield vai ao encontro da natureza profundamente descritiva da LT que ele pratica.

Com efeito, no campo da metodologia do ESL, esse teórico sugere uma abordagem bastante técnica, quase fisiológica. Em sua obra *Outline Guide for the Practical Study of Foreign Languages* (1942), o estudioso norte-americano estabelece alguns princípios e procedimentos derivados indiretamente de sua posição estruturalista nos estudos da linguagem e de suas reflexões acerca do sistema educacional dos EUA: (i) só se aprende uma língua a partir de um falante nativo; (ii) esse informante nativo deve ser atentamente observado e imitado; (iii) o informante deve estar o menos autoconsciente possível ao mostrar como e o que produzir nas instâncias de linguagem, já que este quando teoriza sobre a língua afeta negativamente o processo de ensino-aprendizagem, por (dentre tantos outros motivos) não possuir conhecimento preciso e suficiente a respeito dos fenômenos linguísticos; (iv) o único professor eficiente é o linguista treinado que deve acompanhar o estudante, auxiliando a fazer as perguntas mais produtivas ao informante, e orientando na compreensão das formas da língua.

As transposições estruturalistas da LT para o ESL também se deram pelos trabalhos de outros teóricos contemporâneos de Bloomfield, como Charles Fries¹⁵ e Robert Lado¹⁶. Através do uso da Análise Contrastiva na percepção e produção metodológica voltada para o ensino do inglês como segunda língua, ambos viriam a colaborar indiretamente com o estabelecimento do que hoje entendemos por LA, área que até a década de 70 era tomada quase como sinônimo de ESL, conforme nota Almeida Filho.¹⁷

É importante ressaltar que até o início da década de 60 não se pode realmente falar em LA, senão em aplicação da LT. Aliás, a última sigla só passa

¹⁴ DUCROT, O. *Estruturalismo e lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1971.

¹⁵ FRIES, C. C. *Teaching and learning English as a foreign language*. Ann Arbor: UMP, 1945.

¹⁶ LADO, R. *Linguistics across cultures: applied linguistics for language teachers*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1957. Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/277618601/Robert-Lado>>. Acesso: 20 mar. 2015.

¹⁷ ALMEIDA FILHO, J. C. P. Linguística Aplicada, Aplicação de Linguística e Ensino de Línguas. In: *Anais do III Seminário Integrado de Línguas e Literatura*. Porto Alegre: PUC-RS & Centro Yázigí de Educação e Cultura, 1987, s/n.

a designar o que entendemos hoje por ramo da linguística a partir do surgimento desse primeiro acrônimo. Antes desse advento, o que se percebe é a linguística procurando estabelecer-se enquanto ciência.

Até então, a Análise Contrastiva, enquanto prolongamento do estruturalismo, é que se mostrará como o único/mais significativo elo entre LT e ESL – conexão que também contribuiu para a elaboração do método audiolingual ainda nos anos 60, uma adaptação da nova Abordagem Direta/estruturalista de Bloomfield. Dentre outros procedimentos, essa análise permitia a comparação dos sistemas linguísticos nativo e do idioma alvo, e posterior previsão de erros e dificuldades enfrentadas pelos aprendizes, os quais deveriam ser minimizados por antecipação.

Nessa década de auge do audiolingualismo nos EUA, isto é, das influências estruturalistas na metodologia de ensino de línguas, a Teoria Gerativo-Transformacional de Chomsky começa a ganhar espaço nos debates sobre ensino-aprendizagem. Assim, o estruturalismo, audiolingualismo, e a psicologia behaviorista enfrentam incisivos ataques por parte dos teóricos que aderem à Gramática Gerativo-Transformacional e desejam obter dela princípios para uma pedagogia de línguas.

Se o Estruturalismo causou notório impacto no ESL, não podemos afirmar o mesmo a respeito da teoria de Chomsky. Alguns cursos e livros didáticos empreenderam forçadas tentativas de empregar princípios de transformação e regra diretamente da Gramática Gerativa, como se pode observar em Rutherford ¹⁸. No entanto, essas tentativas não foram tão numerosas e célebres quanto as transposições do Estruturalismo.

Hans Heinrich Stern ¹⁹ argumenta que apesar de não ter influenciado significativamente o ESL, a gramática gerativa exerceu um papel relevante com relação ao último. Graças a essa nova teoria o ESL pode começar a se libertar do peso da psicologia behaviorista e do estruturalismo linguístico.

¹⁸ RUTHERFORD, W. E. *Modern English: a textbook for foreign students*. NY: HBW, 1968.

¹⁹ STERN, H. H. *Fundamental concepts of language teaching*. London: OUP, 1991, p. 169.

ARTIGOS

A escrita também passa ser observada como modalidade igualmente válida no ESL, e não apenas a fala. Ademais, as noções de competência e performance trazidas por Chomsky ajudam os teóricos do ESL a compreender que é importante também ensinar sobre a língua e não apenas a estrutura do idioma. Sendo a competência mais relevante que a performance, esta pode muito bem admitir erros e hesitações como parte do processo de constante aquisição.²⁰

Ademais, um reexame mais amplo da concepção de linguagem que subjazia o ensino-aprendizagem de línguas, bem como a reavaliação do papel da fonética e fonologia estruturalistas podem ser atribuídos ao impacto das ideias de Noam Chomsky e seus adeptos.

Os anos 70 foram marcados por intensas disputas teórico-metodológicas entre gerativistas e estruturalistas. Esses embates ideológicos provavelmente permitiram aos profissionais do ESL questionar o papel da LT no processo de ensino-aprendizagem, ao passo em que os deixaram em constante reflexão acerca de que grupo de pesquisadores possui as respostas mais adequadas às suas práticas. Os critérios para considerar esta ou aquela teoria, este ou aquele método, também foram postos em cheque, bem como a autoridade da ciência da linguagem sobre a educação.

Nesse momento histórico, Spolsky²¹ procurou explicar a relação entre LT e ESL como uma interação dualógica entre implicação e aplicação. Em outras palavras, diríamos que teorias descritivas da língua forneciam insumo a serem aplicados em materiais didáticos como gramáticas, dicionários, mas as discussões acerca da natureza da linguagem forneciam indícios sobre suas implicações para o ensino.

Enquanto aquelas disputas incomodavam a uma parte de professores e pesquisadores que requeriam independência em suas próprias áreas de

²⁰ LEFFA, V. J. Metodologia do ensino de línguas. In: BOHN, H. I.; VANDRESEN, P. *Tópicos em lingüística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1988, pp. 211-236.

²¹ SPOLSKY, B. Linguistics and language pedagogy: Applications or implications? In: ALAN'S, J. E. (org.). *Linguistics and the teaching of standard English to speaker of other languages*. Washington: Georgetown University Press, 1970, s/n.

atuação ²² – alguns talvez ávidos por um campo de estudo dedicado às questões do ensino –, outros consideravam o papel da LT indispensável para o ESL. ²³

Sob essas circunstâncias, surge a ideia de uma Gramática Pedagógica, como instância de formulação intermediária entre a LT e o ensino-aprendizagem ²⁴. O papel dessa pedagogia seria interpretar as gramáticas formais/científicas e adaptá-las ao público aprendiz, e às situações específicas propostas em materiais de ensino de línguas – ex.: gramáticas pedagógicas de Noblitt ²⁵ e Corder.

Nesses modelos de transição o papel da linguística decresce relativamente ao passo em que a participação de outros campos do conhecimento vão se agregando para possibilitar a implementação do ensino. Assim, fica claro que a LT é incapaz de, por si mesma, fornecer insumos suficientes ao ensino de línguas.

Na passagem dos anos 70 para a década de 80, impulsionados por esse movimento de Gramáticas Pedagógicas, um grupo cada vez mais numeroso de linguistas preocupados com os aspectos teórico-metodológicos do ensino de línguas começa a surgir. Isentando-se dos embates entre gerativistas, estruturalistas e herdeiros das gramáticas iluministas ou greco-latinas, estudiosos como Oller ²⁶ apresentam alternativas para o ESL. O norte-americano beneficia-se da teoria Gerativo Transformacional, trazendo elementos da pragmática, para não apenas questionar as noções de

²² BOLINGER, D. The theorist and the language teacher. *Foreign Language Annals*, Vol. 2, 1st ed., 1968, s/n. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1944-9720.1968.tb00282.x/pdf>>. Acesso: 29 dez. 2016; CHOMSKY, N. *Linguistic theory*. Northeast Conference on Research and Language learning. Boston: Northeast University, 1966.

²³ CORDER, S. P. *Introducing Applied Linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1973.

²⁴ CANDLIN, C. N. The status of pedagogical grammars. In: BRUMFIT, C.; JOHNSON, K. (org.). *The communicative approach to language teaching*. Oxford: OUP, 1979, s/n.

²⁵ NOBLITT, J. S. Pedagogical grammar: towards a theory of foreign language materials preparation. *International Review of Applied Linguistics in Language Teaching*, Vol. 10, n. 1-4, Jan. 1972, s/n.

²⁶ OLLER, J. W. Transformational theory and pragmatics. *Modern Language Journal*, vol. 54, pp. 504-507, 1970.

ARTIGOS

competência e estrutura superficial e profunda do Gerativismo, mas também para enfatizar a língua cotidiana em uso.

Por diversos países da Europa perspectivas mais semânticas, sociais e comunicativas vão obtendo espaço nos debates acadêmicos. As discussões são orientadas, dentre tantos fatores, pelo insucesso das abordagens disponíveis, e principalmente pelas necessidades de comunicação advindas do intercâmbio de pessoas e de informações, movimento cada vez mais crescente na década de 70 e nos anos seguintes.

Se Oller contou com o auxílio da pragmática, Wilkins ²⁷ invoca os princípios de uma nova classificação semântica. Em sua abordagem a língua era entendida de maneira tripartite, em categorias semântico-gramaticais, algumas de sentido modal, e outras de funções comunicativas.

Parece-nos que a cada passo que a área de ESL completa em direção a uma abordagem mais comunicativa, mais independente o ensino-aprendizagem de línguas se torna em relação à LT, e mais palpáveis se tornam as bases da LA, sobretudo no âmbito das línguas estrangeiras. Até que em que no fim da década de 70, Henry G. Widdowson lança os primeiros fundamentos mais significativos da abordagem comunicativa no ensino de idiomas. Tendo inicialmente em mente a preparação de material didático para o ensino de inglês acadêmico, o autor propõe mais tarde a distinção entre a língua enquanto sistema formal e o uso da linguagem como conjunto de eventos comunicativos ²⁸. Ao fazê-lo, o britânico redireciona o foco do ensino-aprendizagem, do aparato formal da língua para o processo de comunicação.

Widdowson estava ciente de que prática e teoria poderiam interagir por retroalimentação, de modo que nem sempre esta estaria à frente daquela, mas que o oposto também seria possível. A partir desse teórico, tornou-se mais evidente que a LA adquirira relativa autonomia, e que esse novo ramo da linguística não era dependente da LT, mas poderia desenvolver suas próprias

²⁷ WILKINS, D. A. *Notional Syllabuses*. London: Oxford University Press, 1976.

²⁸ WIDDOWSON, H. G. Directions in the teaching of discourse. In: _____. *Explorations in applied linguistics*. London: Oxford University Press, Vol. 2, 1979, s/n.

reflexões teóricas, e apenas beneficiar-se dos princípios fornecidos pela LT quando fosse conveniente e necessário/produtivo.

Na década de 80 é inegável o estabelecimento de uma LÁ, conforme argumenta Almeida Filho, embora sua jornada em direção a uma maior independência da LT estivesse apenas começando. Sob essas circunstâncias a disseminação de uma nova perspectiva teórica, a Gramática Sistêmico-Funcional, começa a obter força. Essa abordagem promete não somente fortalecer a abordagem comunicativa, ofuscando ainda mais a influência das eras estruturalista e gerativista, mas também reacender o debate acerca das fronteiras entre LT e LÁ.

A Gramática Sistêmico-Funcional começou a ser esboçada ainda em 1964, a partir do trabalho de Michael Halliday²⁹ (que mais tarde viria a ser seu fundador), McIntosh e Stevens, intitulado *The Linguistic Sciences and Language Teaching*. À época os autores apresentavam uma alternativa às perspectivas (i) estruturalista e (ii) gerativista, através de uma releitura da teoria da escala e categoria de John Rupert Firth³⁰, de modo que sentido e forma não se dissociavam. Sob uma visão polissistêmica os níveis ou dimensões da língua passam a ter função equilibrada na relação entre si (oralidade e escrita, gramática e léxico, contexto e sentido).

Ao mesmo tempo em que questionam as abordagens em vigor os autores propõem novo modo de interação entre LT e ensino. A partir da teoria descritiva fornecida pela LT, deve-se selecionar variante ou registro, além dos itens linguísticos a comporem cada uma delas. Esse inventário escolhido deve ser organizado em grandes estágios de desenvolvimento, que por sua vez se dividem em sequências. A seguir todo esse inventário recebe um tratamento pedagógico que o colocará em ordem sistemática; e isso permitirá não somente sua apresentação, mas também sua subsequente avaliação.³¹

²⁹ HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. London: Arnold, 1978. _____. *An introduction to functional grammar*. 2.ed. London: Edward Arnold, 1994.

³⁰ FIRTH, J. R. *Speech*. London: Benn's Sixpenny Library, 1930. _____. *The tongues of men*. London: Watts & Co, 1937.

³¹ Halliday, op. cit.

ARTIGOS

Apesar de inicialmente não ter atraído maior atenção de educadores e linguistas, o funcionalismo de Halliday logo obteria espaço, quer no bojo da ascensão da abordagem comunicativa de Widdowson nos 80, ou mediante os simultâneos questionamentos contra o Estruturalismo e o Gerativismo. As publicações precedentes de Halliday e seus pares começaram a ser utilizadas para orientar práticas de letramento com o inglês acadêmico em salas de aula do ensino fundamental e médio, principalmente na Austrália. No contexto de diversidade cultural e linguística da capital Sidney, linguistas educacionais como Christie, Gunther Kress, Macken-Horarik e Martin ousaram empreender atividades linguísticas baseadas na teoria Sistêmico-Funcional, partindo da noção de gênero e registro, e com vistas ao letramento crítico-transformativo, projetando também uma nova espécie de análise do discurso para o ambiente escolar.³²

Em termos gerais o que a gramática sistêmica de Halliday defende, a partir de uma sociossemiótica, é que o propósito primordial da língua seria desempenhar determinadas funções sociais. Além disso, considerando uma gama de outros conceitos concernentes a essas funções, os linguistas sistêmico-funcionais inauguraram uma nova postura, reforçando a legitimidade da abordagem comunicativa, mas levando adiante seu papel tanto na LT, quanto na LÄ.

De um lado (como LT), pretende explicar como a língua é estruturada, e para isso se debruça sobre o estrato das formas de uma lexicogramática, que por sua vez pode ser notada no “sistema de transitividade” (inerente à meta-função ideacional), nos sistemas de “modo” e “modalidade” (relativos à meta-função interpessoal), e no sistema de “tema” e “rema” (concernentes à meta-função textual). De outro (enquanto LÄ), se apresenta como metodologia para análise de produções linguísticas e seus contextos de uso, pois trata a língua como prática ou ação circunstancial/situacional, como inventário de realizações significantes constituídas a partir necessidades comunicativas dos diferentes grupos sociais. São indícios da natureza metodológica (portanto

³² COPE, W.; KALANTZIS, M. *The powers of literacy: a genre approach to teaching literacy*. London: Falmer, 1993.

aplicada) dessa gramática funcionalista, as articulações dos conceitos de “campo”, “relações” e “modo” – usados como parâmetros para compreender a noção de “contexto”, e para indiretamente lançar luz sobre as ideias de “registro” e “gênero”.³³

Uma breve análise da produção impulsionada pela abordagem funcionalista nos faz perceber que, da década de 80 até os dias atuais, a gramática de Halliday e seus pares não se restringiu às questões teóricas, embora se mostre bastante produtiva nesse sentido ³⁴. Porém, manteve-se também em ascensão no que concerne ao letramento e/ou ao ensino-aprendizagem de línguas, ou seja, nos domínios da LA. ³⁵

Não obstante o fato de que LA e LT seguiram caminhos distintos, a teoria Sistêmico-Funcional continuou a obter espaço em ambas as frentes de trabalho, sendo que no Brasil os trabalhos com gênero discursivo e outras reflexões sobre letramento tem cada vez mais evidenciado a produtividade dessa perspectiva. E por meio da Análise Crítica do Discurso, da Linguística de Corpus e dos Estudos Culturais, tem transposto os limites dos ramos da linguística para fornecer novas compreensões tanto no que concerne à análise de obras literárias ³⁶, quanto ao ensino de literatura. ³⁷

³³ ver. HALLIDAY, 1978.

³⁴ DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. 2 ed. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997;

³⁵ MATTHIESSEN, C. *Lexicogrammatical cartography: English systems*. Tokyo: International Language Sciences Publishers, 1995.

³⁶ KENNEDY, C. Systemic grammar and its use in literary analysis. In: CARTER, R. (org.) *Language and literature: an introductory reader in stylistics*. London: George Allen & Unwin, 1982, pp. 83-99.

³⁷ HARMAN, R. *Systemic functional linguistics and the teaching of literature in urban school classrooms*. 326f. Tese (Dout. em Educação Docente e Estudos Curriculares) – Univ. of Massachusetts, Grad. Sch. of Education (UMASS), Amherst, EUA, 2008.

3. Considerações finais

Quanto a área de linguística podemos perceber que desde a primeira metade do século passado três grandes períodos fundamentaram a história de relações entre teoria e pedagogia de línguas, a saber: a era estruturalista, a gerativista transformacional ou cognitivista, e a funcionalista ou da abordagem comunicativa. Esses momentos nem sempre apresentam fronteiras tão evidentes, e por isso mesmo ocorreram/ocorrem conjuntamente em muitos pontos da trajetória da LA e de outras disputas ideológicas variadas. Com efeito, diríamos que essa dinâmica nos ajuda a entender um pouco a respeito da situação do ensino de línguas hoje, no sentido de apontar para certa confluência de múltiplas perspectivas teóricas em sala de aula, ou mesmo a prevalência das influências de uma abordagem sobre a outra.

Os rearranjos sociais em torno das demandas comunicativas, bem como a incapacidade da LT em fornecer respostas satisfatórias às necessidades mais imediatas da coletividade, também cooperaram para que determinada corrente teórica ou ramo da linguística ascendesse mais do que outro. Em virtude de diversos fatores que perpassam as dimensões político-econômica e cultural, observamos que a maior produtividade de um modelo científico para o ensino não significa necessariamente a relegação das demais perspectivas a um estado obsoleto ou de desuso. Tanto o é, que ainda notamos nas práticas escolares a presença do Estruturalismo, talvez vez um pouco menos do Gerativismo, apesar de pressupormos que o Funcionalismo esteja em ascensão.

No sentido oposto, poderíamos afirmar que são os embates entre as diversas abordagens, seja em LT ou em ESL, que promovem a constante reavaliação das hipóteses de cada empreendimento ideológico, permitindo sua modificação e ajuste perante novos cenários e críticas. Diante disso, reconhecemos que às vezes a maior contribuição de um movimento teórico (no caso do gerativismo) não é exatamente sua repercussão direta e imediata sobre o ensino, mas seu potencial de provocar a reflexão, desestabilizando em última instância os fundamentos de práticas e posturas já enraizadas na cultura pedagógica.

Embora saibamos quão produtivas são as interações entre constructos teóricos e práticas de ensino, nossas reflexões até aqui evidenciam que essas mesmas relações são extremamente complexas e repletas de dimensões e nuances. Nessa transição do mais abstrato às práticas educacionais, notamos que existem ao menos quatro níveis/ordens simultâneas e cooperativas: a teoria, o currículo, o material didático, e a metodologia.

Na ordem teórica os estudiosos definam categorias, e adicionalmente seus elementos constitutivos, e seus princípios de organização/funcionamento. Muitas vezes, especialmente na LA e nos Estudos de Leitura Literária, dados/obras são selecionados ou gerados, e posteriormente descritos ou explanados, tendo em vista a construção de hipóteses ou assunções declarativas, que em conjunto comporão determinado modelo teórico.

Na ordem curricular selecionam-se as línguas ou obras literárias. Por conseguinte, os aspectos, tópicos e propósitos de ensino são elaborados ou eleitos conforme a natureza ou as condições daqueles primeiros elementos mencionados neste nível. É claro que subjazem a esse currículo não somente determinada compreensão descritiva acerca do objeto de ensino, mas também aquelas categorias estabelecidas no nível teórico.

No nível de produção do material pedagógico, ocorre uma espécie de transposição didática – talvez não exatamente nos termos apontados por Yves Chevallard e Michel Verret. O que queremos dizer com isso é que as categorias definidas anteriormente e a compreensão descritiva (ordem teórica), são conjugadas com os propósitos da grade educacional (ordem curricular), para que então se projete o material didático.

Esse mesmo material já aponta/presume a aplicação de determinadas abordagens ou perspectivas pedagógicas, as quais compõem a ordem metodológica. Neste nível ocorre uma reflexão mais atenta acerca de métodos de ensino a serem empregados, das posturas e papéis de docente, discente, material didático, propósitos do curso, objeto de ensino e seus aspectos, bem como a elaboração e/ou rearranjo de técnicas, procedimentos e sequências didáticas.

ARTIGOS

Por fim, embora a correlação entre todas essas ordens seja bastante dificultosa, reconhecemos que os diálogos entre teoria e ensino de língua e literatura precisam ser mais perceptíveis nas práticas escolares. Por conseguinte, os debates acerca dessas interações devem alcançar os principais interessados/beneficiados, educadores e educandos do ensino básico.

É evidente que cada perspectiva teórica e pedagógica contribuiu/contribui para os avanços que obtivemos até hoje. No entanto, não podemos nos furtar ao direito e dever de selecionar os aspectos mais produtivos de cada modelo científico e de cada aparato didático, em favor do desenvolvimento de um letramento linguístico e literário comprometido com o emponderamento dos grupos sociais mais vulneráveis.

É isso que esperamos de todos nós pesquisadores, administradores, governantes e professores, o uso da ciência para promover o desenvolvimento intelectual da nação e, ao mesmo tempo, o aprimoramento da capacidade das massas de reivindicarem seus direitos. Assim como sugerem Chomsky e Cândido – o primeiro aparentemente fechado em seu hermético Gerativismo, e o segundo considerado por muitos apenas como figura de autoridade em um novo cânone –, cremos que é nossa responsabilidade favorecer tomadas de consciência cada vez mais proveitosas à própria independência dessas massas; principalmente neste momento de retrocessos da democracia brasileira, em que as garantias mais básicas estão sendo negadas, e o recrudescimento social, intelectual e político se intensifica.

Recebido em: 01/05/2017
Aprovado em: 06/10/2017